VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

RELATÓRIO 2006-2007

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Relatório 2006-2007

APOIO

JULITE E OS CINCO PALMOS DE COVA PROVISÓRIA

Não se amedrontou diante dos pistoleiros que, fortemente armados, avançaram na direção de seu povo, no chão tradicional de Kurusu Ambá. Tomou seu mbaraká e o brandiu com mais força, na certeza de que seus algozes não matariam o seu sonho: o sonho de seu povo continuar na sua terra. Balas assassinas tiraram covardemente a vida da testemunha que nascera naquela terra. Foi jogada no corredor do ônibus que deixou os sobreviventes na beira da estrada. Ali, permaneceu por cinco dias, insepulta, enquanto na justiça dois processos tentaram liberar seu corpo para ser sepultada na terra que a viu nascer e morrer.

A injustiça mais uma vez prevaleceu. Julite foi sepultada provisoriamente em terra estranha, cinco palmos abaixo da terra. Representantes da Procuradoria da Republica prometeram que em seis meses, seu corpo poderia, finalmente, repousar no seu torrão natal. Passou-se mais de um ano e o povo do Kurusu Ambá continua esperando ansiosamente para levar seus mártires à sua terra tradicional, na fronteira com o Paraguai.

Os assassinos, apesar de reconhecidos pelas testemunhas, continuam soltos. O processo se arrasta ainda na fase de inquérito e a comunidade de Kurusu Ambá continua à beira da estrada. Símbolo macabro de uma sociedade onde a lei é o poder e a injustiça.

(Julite Lopes foi assassinada aos 70 anos, em janeiro de 2007, durante a retirada de famílias Guarani Kaiowá que haviam retornado para sua terra tradicional Kurusu Ambá.)

MANINHA: GRANDE GUERREIRA XUKURU-KARIRI

Bem jovem, lutou pela retomada das terras de seu povo - a Mata da Cafurna, e, Alagoas. Enfrentou a polícia, um despejo ilegal e violento, humilhações, ameaças, frio, fome, espera... A comunidade saiu vitoriosa. Mas ainda havia tanto a fazer. Por seu povo e pelos outros povos indígenas do país.

Em 1991, surgia a Comissão Leste-Nordeste. Nove líderes indígenas – oito homens (Chicão e Zé de Santa Xukuru; Girleno Xokó; Naílton, Ninho e Manuelzinho Pataxó Hã-Hã-Hãe; Jonas Tupinikim e Caboquinho Potiguara). **Maninha**, a única liderança mulher no grupo. Reuniões trimestrais nas terras indígenas. **Maninha**, a única liderança mulher na comitiva.

Em 1995, ocorreu a assembléia de criação da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme). **Maninha**, a única mulher na coordenação. Ela conquistou um lugar de destaque e respeito num ambiente eminentemente masculino. Conquistou o respeito de todos os povos do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. “Meus parentes” – como ela dizia.

Ela era sempre a personificação da responsabilidade, da prudência, da ponderação, do equilíbrio. Falava com mansidão, mas com autoridade. Era assim. Obstinada, valente, destemida, disposta aos maiores sacrifícios. Entregou-se de corpo e alma à luta. Sacrificou seus estudos na universidade, sacrificou seu convívio familiar, sua vida pessoal e, por fim, sacrificou sua saúde.

Combateu o bom combate e para sempre viverá.

(Maninha faleceu aos 40 anos, em outubro de 2006. Ela sofreu uma parada cardíaca e não foi atendida a tempo no hospital. Ela era representante indígena no Conselho Nacional de Saúde.)

Este relatório é uma publicação do
Conselho Indigenista Missionário (Cimi),
órgão anexo à Conferência Nacional
dos Bispos do Brasil (CNBB).

PRESIDENTE
Dom Erwin Kräutler

ENDEREÇO
SDS - Ed. Venâncio III, sala 309-314
CEP 70.393-902 - Brasília-DF
Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651
www.cimi.org.br

Violência contra os povos indígenas no Brasil 2006-2007

COORDENAÇÃO DA PESQUISA
Lúcia Helena Rangel – Doutora em Antropologia – PUC-SP

PESQUISA E LEVANTAMENTO DE DADOS
Regionais do Cimi e Setor de documentação do Cimi

ORGANIZAÇÃO DAS TABELAS DE DADOS
Aida Cruz, Eduardo Holanda, Leda Bosi de Magalhães e Paul Wolters

REVISÃO DAS TABELAS DE DADOS
Aida Cruz, Eduardo Holanda, Leda Bosi de Magalhães,
Lucia Helena Rangel, Marcy Picanço e Paul Wolters

SELEÇÃO DE IMAGENS
Aida Cruz e Clarissa Tavares

REDAÇÃO
Gláucia Maria Paschoal e Paul Wolters

EDIÇÃO
Marcy Picanço

REVISÃO
Leda Bosi

DIAGRAMAÇÃO
Licurgo S. Botelho

Capa: Ação da Polícia Federal, com apoio da empresa Aracruz Celulose, destrói aldeias dos povos Tupinikim e Guarani. Espírito Santo, Janeiro de 2006 – Foto: Vanessa Vilarinho

SUMÁRIO

Apresentação

Povos que lutam e ensinam 7
Dom Erwin Kräutler – Bispo da Prelazia do Xingu – Presidente do Cimi

Introdução

Contexto social e fatores de violência 9
Lucia Helena Rangel – Antropóloga / PUC SP

Artigos

Violência contra os Povos Indígenas no Brasil: um retrato da atual política indigenista 13
Roberto Antonio Liebgott – Vice-presidente do Cimi

A Violência contra os povos indígenas no governo Lula 15
Francisco Loebens

Observações sobre o Orçamento Indigenista 2006/2007 19
Ricardo Verdum

A via crucis da saúde indígena no Brasil 23
Paulo Daniel Moraes – Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima e Setor de Saúde do CIR

Desassistência na área de educação escolar indígena 25
Iara Tatiana Bonin – Doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capítulo 1 - Violência contra o patrimônio indígena

Conflitos relativos a direitos territoriais 30
Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio 35
Danos ambientais e biológicos 42
Omissão e morosidade na regularização de terras 49

Capítulo II - Violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público

Assassinatos de indígenas 59
Tentativas de Assassinato 79
Homicídios Culposos 88
Ameaça de Morte 92
Ameaças várias 96
Lesões Corporais Dolosas 100
Abuso de Poder 102
Racismo e discriminações étnico-culturais 107
Violência Sexual 112
Apropriações indébitas – retenções de cartões bancários 116

Capítulo III - Violências provocadas por omissão do poder público

Suicídio e tentativa de suicídio 121
Desassistência na área de saúde 131
Morte por desassistência à saúde 145
Mortalidade Infantil 151
Desnutrição 160
Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas 164
Desassistência na área de educação escolar indígena 169
Desassistência Geral 175

Capítulo IV - Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato

Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato 180
Relação dos povos isolados ameaçados de extinção 183
Relação de povos indígenas de contato recente ameaçados de extinção 184

Menina Guarani Kaiowá, durante Aty Guassu. MS 2008. *Foto: Egon Heck*

Apresentação

Povos que lutam e ensinam

Uma vez mais o Cimi vem a público apresentar um relato sistematizado das violências sofridas pelos povos indígenas no Brasil, desta vez abarcando os anos de 2006 e 2007.

Estes povos e suas organizações são protagonistas políticos de lutas e mobilizações. Eles recebem solidariedade ativa de entidades indigenistas e de direitos humanos, das Igrejas e das pastorais. As demandas dos povos indígenas têm apoio da sociedade civil brasileira. O órgão indigenista oficial, a Fundação Nacional do Índio (Funai), e os demais órgãos responsáveis pela política indigenista firmam diversos compromissos com estes povos. Entretanto, apesar de todo esse quadro, ações violentas contra os povos indígenas não diminuem em praticamente todo o território nacional.

Pelo contrário, notamos que em algumas regiões do país, de maneira particular no Mato Grosso do Sul, envolvendo o povo Guarani Kaiowá, e sob determinados aspectos, tais violências aumentaram nos dois últimos anos. Continua sendo chocante o número e os tipos de violências sofridas pelos povos indígenas naquele estado, notadamente os inúmeros e persistentes suicídios, hoje sendo praticados na sua maioria por crianças e adolescentes Guarani Kaiowá.

Suicídios de indígenas passaram a ocorrer em outras regiões do Brasil, principalmente na região amazônica. Comunidades indígenas voltaram a sofrer, como nos anos 70, no auge da ditadura militar, agressões de pistoleiros encapuzados, organizadas por fazendeiros e madeireiros, que assassinam, em plena luz do dia e diante de todos, vários membros da comunidade. Lideranças indígenas, nas lutas em defesa do território, são assassinadas em todas as regiões do país, com os criminosos atuando livremente e com a certeza da impunidade.

As perguntas que nos fazemos e que colocamos para a consciência do conjunto da sociedade brasileira são: por que tal situação - triste e vergonhosa para o nosso país - continua ocorrendo, numa incessante barbárie contra os primeiros habitantes destas terras? Por que a mesma matriz de violência, que perpassou o processo colonizador, dizimando inúmeros povos, chega, em nosso país, até o século XXI? Por que esta violência, que marcou o século XX com o genocídio indígena nas frentes de expansão da sociedade nacional, ainda impõe os mesmos horrores e sofrimentos aos povos indígenas, apesar de avanços civilizatórios como aqueles assumidos pela Constituição de 1988?

Nosso irmão Dom Pedro Casaldáliga, sempre solidário aos povos indígenas, ao refletir sobre os processos de mudança ocorridos nas últimas décadas na América Latina, afirma: “Nos países da América Latina a ditadura militar está sendo substituída pela ditadura econômica. Ocorreu uma mudança: da ditadura de Segurança Nacional passamos para a doutrina da Segurança Econômica – do capital e do mercado livre. Ao preço da máxima insegurança social.”

É necessário refletir seriamente sobre essas palavras e, a partir daí, pensarmos em alternativas de modelo político e econômico para a nossa sociedade como um todo e, especificamente, alternativas para as nossas formas de relacionamento com os povos indígenas, superando a violência multissecular e buscando o respeito irrestrito e a cooperação solidária com eles.

E serão os próprios povos indígenas que poderão nos ensinar - e muito - sobre a construção de novas e respeitosas formas de convivência humana, tão necessárias hoje para a sociedade brasileira e para o nosso futuro como nação.

Dom Erwin Kräutler
Bispo da Prelazia do Xingu
Presidente do Cimi

Aldeia Tupinikim, invadida pela Aracruz. ES 2006. *Foto: Vanessa Vilarinho*

Introdução

Contexto social e fatores de violência

Lucia Helena Rangel

Antropóloga / PUC SP

O presente relatório – Violência contra os Povos Indígenas - 2006/2007 – é uma publicação regular do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e contém dados referentes a diversas formas de violência, bem como a diferentes violações aos direitos indígenas e humanos que atingem os povos indígenas no Brasil. São violações que colocam esses povos, como sujeitos e como categoria social, em luta incessante por reconhecimento, pelo direito de existir, por respeito às suas terras e formas de subsistência, no contexto de uma sociedade que reluta em reconhecer suas necessidades específicas, tanto do ponto de vista sociocultural, quanto de sua condição humana.

Os dados foram registrados a partir de fontes da imprensa – local e internacional – de documentos elaborados por comunidades e organizações indígenas e, também, de registros elaborados pelas equipes de área que acompanham as comunidades em diversas regiões do território nacional. Os dados apresentados não cobrem todos os casos ocorridos no período, mas, constituem uma indicação bastante significativa do que acontece no Brasil.

O relatório é composto por quatro capítulos: 1) Violência contra o patrimônio indígena; 2) Violência contra a pessoa praticada por particulares e agentes do poder público; 3) Violências provocadas por omissões do poder público; 4) Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato. Para cada capítulo os dados foram agrupados em tabelas que se referem a diversos tipos de agressões e violações, organizados por ano e no Estado da Federação em que ocorreram, informando-se o povo, a terra indígena e o episódio correspondente.

No ano de 2006, há um acontecimento emblemático que contém todos os ingredientes da violência cometida contra os povos indígenas no Brasil, que foi o conflito entre a empresa Aracruz Celulose e os povos Tupinikim e Guarani que vivem no Espírito Santo. A história desse conflito inicia-se em 1996 quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) identificou 18.027 hectares de terra para habitação e subsistência das comunidades. Em 1998, foram demarcados apenas 7.061 hectares, em uma decisão inédita e complicada, a partir de um acordo entre a empresa e o Ministério da Justiça. A Aracruz Celulose ficou responsável por medidas de mitigação em dinheiro, em benefício dos índios. O Ministério Público Federal questionou esse processo e, desde então, os conflitos ganharam dimensões acirradas que culminaram nos episódios de 2006, só resolvidos em 2007.

Em 2005, os indígenas retomaram duas áreas localizadas dentro dos limites dos 10.966 hectares pleiteados e que haviam sido excluídos da demarcação. Formaram ali duas aldeias – Córrego D'Ouro e Olho D'Água – das quais foram violentamente expulsos no dia 20 de janeiro de 2006. A Aracruz havia impetrado mandado de reintegração de posse que foi cumprido por 120 policiais federais, entre os quais um destacamento do Comando

de Operações Táticas de Brasília. A Polícia Federal usou, na ação, bombas de efeito moral e balas de borracha, um helicóptero, maquinário da Aracruz e ainda contou com apoio da Polícia Militar - contra 50 pessoas que estavam nas duas aldeias. Todas as casas foram queimadas, 13 pessoas ficaram feridas e duas pessoas foram presas, uma delas o líder Paulo Henrique Tupiniquim, membro da Articulação dos Povos indígenas do Nordeste, Leste e Minas Gerais (Apoinme).

Em 20 de fevereiro de 2006, a Funai publicou no Diário Oficial o resumo do relatório de identificação da Terra Indígena Tupinikim e Guarani, reafirmando os 18.027 ha, para o qual haveria 90 dias de prazo para contestação, conforme os procedimentos regulares de demarcação de terras indígenas. Em maio, nova publicação no Diário Oficial informava que o prazo para contestação seria prorrogado por mais 30 dias, pois a Aracruz afirmava que não teve acesso a todas as informações, em tempo hábil, para impetrar o contestatório.

Em julho, o Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF/ES) propôs uma Ação Civil Pública, na Justiça Federal, contra a União, pedindo indenização por danos morais coletivos a favor dos Tupinikim e dos Guarani em função da ação violenta e irregular da Polícia Federal, ocorrida em janeiro. A Ação Civil Pública foi fundamentada em uma série de irregularidades, entre as quais: *"na preparação e execução da ação, a PF ignorou qualquer fase prévia de diálogo optou pelo uso imediato da força. Vale ressaltar que os tiros de borracha foram à queima roupa, quando deveria respeitar uma distância mínima de 20 (vinte) metros. Ao se utilizar das estruturas da Aracruz Celulose como base da operação para realizar a ordem judicial, a União, através da PF, comprometeu a seriedade, a isenção, a moralidade de sua atuação. Além disso, fez da empresa interessada local de detenção de 02 (dois) índios. Além disso, as atividades policiais continuaram mesmo após o TRF da 2ª Região ter cassado a liminar de reintegração de posse; não havia ordem judicial para a destruição das benfeitorias (casas e plantio), mesmo assim destruiu-se com os maquinários da Aracruz Celulose; os pertences pessoais dos índios retirados das aldeias destruídas, bens foram confiscados, sem qualquer ordem judicial e levados para a Superintendência da PF, privando os índios de seus pertences por quase uma semana".*

Em agosto, 15 indígenas Tupinikim e Guarani e mais sete pessoas que apoiavam sua causa foram presos em suposto flagrante, sob a alegação de que estavam retirando eucalipto da área em litígio. No entanto, os presos e alguns policiais militares afirmaram em depoimento à representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos que foram atraídos até a área por policiais militares, configurando uma armadilha da qual participaram guardas da VISEL - Vigilância e Segurança Ltda. – que teriam chamado a polícia militar, o que foi constatado pelo Procurador Federal da Funai em Minas Gerais e Espírito Santo.

Em setembro, os Tupinikim e os Guarani fecharam a rodovia ES-010, em ato de protesto contra a manutenção da prisão dos indígenas. E no mesmo mês iniciaram a derrubada de eucaliptos, próximo ao viveiro de mudas da Aracruz, para cobrar agilidade nos atos administrativos para garantir a demarcação da terra.

Ainda em setembro, numa entrevista coletiva à imprensa, realizada na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, a Comissão de Caciques rebateu uma série de acusações que a Aracruz estava fazendo contra os índios, entre as quais, que estariam cometendo atos violentos contra os trabalhadores da empresa, que suas comunidades não seriam formadas por "índios legítimos". Repudiaram a postura da Aracruz em articular com seus prestadores de serviços e entidades empresariais do Espírito Santo a publicação de várias notas nos principais jornais do estado, criticando as ações dos índios e dizendo que eles estavam coagindo funcionários e desrespeitando a ordem pública. Denunciaram que nos dias 14 e 15 de setembro carros de som circularam no centro da cidade de Aracruz, informando que haveria uma manifestação de trabalhadores que prestam serviço à empresa para se contrapor à ação dos índios "*que há muito tempo estão radicalizando contra a empresa, com apoio de entidades estranhas e prejudicando os trabalhadores".* Além disso, a empresa estava agendando visitas nas escolas do município para divulgar sua versão do processo de demarcação e dizer que os índios não eram originários do município.

Em outubro, o MPF/ES instaurou um inquérito para apurar eventual excesso nas informações da cartilha publicada pela Aracruz Celulose, intitulada "A Aracruz e a questão indígena no ES", na qual se afirmava que os índios não eram originários do Estado, os Tupinikim teriam vindo da Bahia e os Guarani da região Sul, seriam índios estrangeiros, falsos índios ou índios mortos, "coisa de arqueólogos". Essa cartilha foi distribuída entre funcionários da empresa e divulgada em escolas privadas e da rede pública no município e também no sítio eletrônico da Aracruz. A empresa contestava os direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal e considerava a justiça instável ao defender esses direitos, apregoando uma "segurança jurídica" para sustentar seu poder econômico, fundado em uma definição de desenvolvimento que justifica a expropriação de terras indígenas. A cartilha foi contestada por diversas entidades que lutam contra o racismo e a discriminação e o MPF/ES a considerou abusiva e preconceituosa.

Novos episódios confrontaram a empresa e os índios. O processo de demarcação ainda percorreu caminhos tortuosos até que, quase um ano depois, em agosto de 2007, o Ministro da Justiça assinou a portaria de demarcação que declara os 18.027 ha como terra indígena pertencente aos povos Tupinikim e Guarani na região norte do Espírito Santo.

Na verdade, o conflito entre os indígenas e a Aracruz teve início na década de 1970 quando a empresa adquiriu uma grande área de Mata Atlântica, com incentivos governamentais, para plantar eucalipto. Nessa ocasião, descobriu-se que havia algumas comunidades vivendo dentro da área, autoidentificadas como indígenas pertencentes ao povo Tupinikim. Desde então os índios foram colocados sob suspeita, acusados de forjar uma identidade indígena só para usufruir direitos especiais, dado que os Tupinikim eram considerados povo extinto desde o século XVI. Durante os últimos 40 anos, eles tiveram que suportar toda sorte de preconceitos e atos de racismo, mesmo que já tivesse sido comprovado seu vínculo de pertencimento. A empresa, que já tinha conhecimento dessas comprovações, tentou usar seu poder para cercear os direitos e restringir os recursos vitais para a reprodução biológica, social e cultural das comunidades e famílias envolvidas no confronto. Esse caso é exemplar, pois contém todas as formas de violência que esse relatório expõe: lesões corporais, prisões arbitrárias, incêndio de moradias, confisco de bens, amedrontamento, racismo, descumprimento de prazos para demarcação de terra, desres-

peito às leis, abuso de poder... Além disso, a área pleiteada pelos indígenas é banhada por um manguezal muito rico em biodiversidade vegetal e animal, fonte primordial de alimentação e sustento das famílias e ameaçado pela monocultura de eucalipto.

Genocídio do povo Guarani-Kaiowá

Do conjunto de registros no ano de 2007, destaca-se o aumento assustador de assassinatos de indígenas, chegando a 92 vítimas. Desses casos, 53 ocorreram no Mato Grosso do Sul, 10 no Maranhão, 7 em Pernambuco e em diversos outros Estados, evidenciando um dos mais fortes indicadores da violência que atinge os povos indígenas no Brasil. Se somarmos as 48 vítimas de tentativas de assassinato e as 9 de ameaças de morte teremos um quadro dramático (149 ocorrências em 2007), demonstrando que os conflitos de terra continuam reproduzir vítimas, especialmente, no Mato Grosso do Sul, no Maranhão, em Pernambuco, no sul da Bahia e em Roraima, locais de conflitos históricos que abatem jovens, homens, mulheres e lideranças indígenas, respectivamente, dos povos Guarani/Kaiowá, Guajajara, Xukuru, Pataxó Hã-hã-hãe e os Makuxi, Wapixana e todas as comunidades da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

No Maranhão acirrou-se o conflito entre os Guajajara, madeireiros e moradores das cidades no entorno das áreas indígenas. As terras dos Guajajara foram demarcadas em ilhas dispersas entre fazendas, cortadas por rodovias, ferrovias e linhas de transmissão de energia elétrica, e foram, ao longo do tempo, cercadas pelas cidades que não param de crescer, incrementadas pela população indígena que, também em crescimento constante, migrou para as áreas urbanas. Os recursos naturais, especialmente madeira e minérios, ainda presentes nas áreas indígenas, a atuação do narcotráfico, o racismo, a precariedade da assistência à saúde, talvez, constituam, hoje em dia, os principais fatores de pressão sobre esse povo, cuja população chega a 16.000 pessoas aproximadamente. Tudo isso embasa o contexto de violência retratado nesse relatório.

A situação do povo Guarani-Kaiowá permanece igual à que foi retratada no relatório *A Violência contra os Povos Indígenas no Brasil - 2003-2005*; os dados mostram que um verdadeiro genocídio continua em curso no Mato Grosso do Sul: maior número de vítimas de assassinato, tentativas de assassinato, suicídios; índices ainda altos de desnutrição, mortalidade infantil, alcoolismo e toda sorte de agressões e ameaças. Morrem atropelados, mendigam nas cidades, sofrem violências sexuais, são presos e vivem em meio a grandes plantações (cana, soja, milho) e pecuária extensiva que contaminam com agrotóxicos as fontes de água, provocam doenças e não deixam espaço para a agricultura familiar.

No presente relatório há registro de casos de trabalho escravo e em condições extremamente degradantes em fazendas de cana e usinas: o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) descobriu 1.011 indígenas vivendo em condições degradantes[1] na usina Debrasa e outros 150 indígenas que trabalhavam no corte de cana na Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda (Dcoil) foram libertados por fiscais da Delegacia Regional do Trabalho/MS, no ano de 2007. A maioria dos resgatados pertencia ao povo Guarani/Kaiowá e inúmeros pertenciam ao povo Terena. A mão-de-obra indígena é bastante significativa no corte de cana. Indígenas de diversos povos chegam ao Mato Grosso do Sul junto com os grupos de trabalhadores de outras regiões que vão para o emprego sazonal. A Funai não tem fiscalizado adequadamente a utilização da mão-de-obra indígena no corte de cana. Além das condições degradantes de trabalho, há registros de quatro assassinatos de indígenas ocorridos em alojamentos de usinas e fa-

1 Dados do MTE não seguem a distinção entre trabalho análogo ao de escravo e degradante, pois o órgão classifica a infração de acordo com o artigo 149 do Código Penal, em que o trabalho degradante é considerado uma forma de trabalho escravo.

Kurussu Ambá, durante enterro de Ortiz Lopes. MS 2007. *Foto: Egon Heck*

zendas. Menores de idade falsificam seus documentos para irem trabalhar no corte de cana, enganados por falsas promessas de ganhar muito dinheiro, deixam a escola da aldeia ou da cidade, burlando a fiscalização e deixando seus pais preocupados.

O recurso ao trabalho assalariado em fazendas e usinas tem sido uma alternativa regular para os homens indígenas no Mato Grosso do Sul. Além disso, as aposentadorias rurais, o salário dos professores e dos agentes de saúde, constituem a principal fonte de renda para algumas famílias. Outras alternativas são a prostituição, a mendicância e empregos urbanos, para aqueles que optam por migrar para as cidades, tal como os empregos domésticos no caso das mulheres. Todas essas alternativas representam formas de sobrevivência que tentam driblar a falta de terras, a superpopulação nas aldeias e a vida em acampamentos em beira de estrada, que caracterizam a situação atual dos Guarani-Kaiowá. Não é demais repetir, como na publicação do relatório 2003-2005, que as terras Guarani-Kaiowá não chegam a 1 hectare por pessoa.

Isto, por si só, não justifica o contexto de violência que envolve esse povo, mas, certamente, o fator falta de terra é a base sobre a qual se soma uma série de fatores desagregadores do tecido social. Adensamento populacional, falta de terra, desnutrição, mortalidade infantil, alcoolismo, super exploração no trabalho, repressão policial, ataques e ameaças de fazendeiros e seus seguranças, medo, racismo e falta de perspectiva para os jovens nas aldeias podem ser associados a crimes e agressões. Omissões de agentes públicos e crimes de particulares contra os indígenas, crimes de índios contra índios. Disputas internas, adultérios, brigas por motivos torpes, espancamentos, facadas, roubos, estupros compõem o corolário das violências crônicas que grassam as aldeias em seu cotidiano, tornando as pessoas, os jovens particularmente, vulneráveis às alternativas "fáceis" e ilícitas para ganhar dinheiro, ou às "difíceis" como é o caso do trabalho escravo. Enquanto isso, o poder público continua a tomar medidas assistencialistas e não resolve o problema de terra que é o maior direito de um povo para que tenha dignidade, independência e espaço para a reprodução social. A dignidade ainda é sustentada pela cultura Guarani-Kaiowá, sua língua, sua religião, suas tradições, seus vínculos familiares.

Porém, a indignidade se revela quando o governo do Estado suspende a distribuição de cestas básicas e coloca em risco a vida de crianças desnutridas. Revela-se mais ainda quando uma senhora de 70 anos, Julite Lopes, é assassinada à queima roupa pelos tiros de um segurança da fazenda Madama, na calada da noite, quando sua comunidade foi brutalmente expulsa do acampamento de retomada de sua antiga aldeia. Está ausente nesses atos, e em todas as formas de violências e violações de direitos cometidas contra os Guarani-Kaiowá do Estado de Mato Grosso do Sul, a responsabilidade estatal e de todos os cidadãos brasileiros que não consideram urgente demarcar as terras reivindicadas pelos indígenas.

Caos no atendimento à saúde indígena

Outra ocorrência exemplar diz respeito a um caso de morte por desassistência à saúde, ocorrido em Alagoas no ano de 2006. Maninha Xukuru morreu por causa de uma parada respiratória que não foi atendida a tempo, no hospital de Palmeira dos Índios. Esta mulher foi uma líder muito importante na luta pela demarcação da terra de seu povo - Xukuru Kariri -, na construção do movimento indígena do Nordeste, bem como no movimento nacional. Ironia do destino, morreu por desassistência à saúde quando era uma das representantes indígenas no Conselho Nacional de Saúde. Até janeiro de 2007, o hospital não havia fornecido o seu atestado de óbito.

A maior parte das reclamações e denúncias a respeito da saúde indígena refere-se à falta de atendimento, falta de equipamentos e remédios, demora no repasse de recurso e dificuldades no transporte e remoção de doentes. Nos anos de 2006 e 2007, em todo o Brasil os índios revoltaram-se contra a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em inúmeras manifestações públicas, documentos, bloqueios de estrada e ocupações de postos da Funasa e outros órgãos administrativos oficiais.

A situação dos povos isolados ou de pouco contato é preocupante, pois estão ameaçados pela ação de madeireiros, garimpeiros e também por empreendimentos de grande porte como construção de hidroelétricas.

O quadro geral da saúde indígena indica índices altos e preocupantes de mortalidade infantil por doenças pós-natais como disenteria, desnutrição, pneumonia. Verminose, hepatite, malária, tuberculose, entre outras doenças, abatem a população indígena em alta incidência, atingindo as crianças e os velhos de modo especial. Além dessas, novas doenças como hipertensão, diabetes, obesidade e Aids são contraídas por causa de mudanças nos hábitos alimentares e no estilo de vida.

Este relatório contém muitos outros registros de violência e violação de direitos, distribuídos nas tabelas e comentados em artigos assinados em seguida a esta introdução.

A situação dos povos isolados ou de pouco contato é preocupante, pois estão ameaçados pela ação de madeireiros, garimpeiros e também por empreendimentos de grande porte como construção de hidroelétricas. Também são ameaçados pela exploração mineral, cuja regulamentação esta sendo discutida no Congresso Nacional, fora do Estatuto dos Povos Indígenas, cuja tramitação foi interrompida há 13 anos.

As violências contra os povos indígenas do Brasil não espelham o conjunto das condições de vida e reprodução social de todos os povos, as situações são muito diversificadas, há contextos de paz, terras suficientes e ambientes de plena autonomia cultural. Das violências aqui registradas, destaquei apenas alguns casos emblemáticos que possibilitam uma reflexão a respeito dos fatores de violência que abatem a população indígena e que merecem aprofundamento em estudos e pesquisas. Mais uma vez o Cimi pretende, com esta publicação, contribuir para a melhoria das condições de vida e a operacionalização de medidas que atendam as necessidades específicas de cada povo indígena, assim como a elaboração de uma política indigenista que seja flexível, responda ao conjunto das reivindicações da população indígena brasileira e garanta seus direitos. ■

Kurussu Ambá, enterro de Ortiz Lopes. MS 2007. *Foto: Egon Heck*

VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Um retrato da atual política indigenista

Roberto Antonio Liebgott
Vice-presidente do Cimi

O presente levantamento das violências contra os povos indígenas, realizado pelo Cimi, registra o assustador crescimento no número de agressões contra a pessoa. Em 2006, foram assassinados 57 indígenas e em 2007 esse número quase duplicou, chegando ao índice absurdo de 92 vítimas, pertencentes aos povos Guarani-Kaiowá, Guajajara, Tupinambá, Pataxó, Baniwa, Tapeba, Arara, Kariri-Xocó, entre outros.

As vítimas possuíam idades variadas e em geral os crimes foram praticados dentro dos limites das terras destes povos. Constata-se a utilização de meios cruéis, que ampliam o sofrimento, tais como espancamentos, múltiplas facadas, mutilações, estrangulamentos, pauladas e tiros. Embora existam vítimas em vários estados do país, as agressões se concentraram especialmente em Mato Grosso do Sul. O Cimi registrou 27 casos em 2006 e 53 em 2007, um aumento de 99% de um ano para o outro. Grande parte desses assassinatos foram praticados entre os próprios indígenas, expressando a tensão vivida, em decorrência da falta de terras e das precárias condições a que está submetida a população Guarani-Kaiowá.

A dolorosa constatação de que a violência contra os povos indígenas se intensificou ao longo dos anos de 2006 e 2007 leva à inevitável pergunta: Por que isto ocorre? A análise dos dados reunidos neste levantamento evidencia que a omissão do governo federal em relação à questão fundiária continua sendo a causa principal dessa tragédia instalada em Mato Grosso do Sul. Durante o ano de 2007, período em que explodiu o número de assassinatos registrados, nenhuma terra indígena foi declarada pelo Ministro da Justiça ou homologada pelo Presidente da República para os Guarani-Kaiowá naquele estado. A falta de reconhecimento de áreas reivindicadas pelos Guarani-Kaiowá perpetua a gravíssima situação de confinamento de milhares de pessoas em pequenas reservas, áreas insuficientes para assegurar uma vida digna.

Exemplo gritante desta realidade de confinamento é a terra indígena de Dourados, no município de mesmo nome. Com uma superfície de 3.475 hectares, a área abriga uma população de aproximadamente 12 mil pessoas. Para efeito de comparação, no estado de Mato Grosso do Sul cada cabeça de gado dispõe, em média, de sete hectares de terra, enquanto cada indígena de Dourados dispõe de apenas 0,3 hectares para sua sobrevivência física e cultural.

A existência dessas comunidades se torna cada vez mais ameaçada, estando a população submetida a condições precárias de moradia, de saúde, de nutrição e de trabalho. Os Kaiowá subsistem do trabalho no corte da cana, em usinas de álcool ou em fazendas, sendo muitas vezes explorados e submetidos a condições análogas à escravidão. Isso ocorreu, por exemplo, em uma fazenda situada no município de Brasilândia, na qual foram encontrados 1.011 indígenas alojados em condições degradantes. Em Iguatemi, outro município de Mato Grosso do Sul, 150 indígenas foram resgatados, vítimas de uma brutal e desumana exploração de sua força de trabalho.

Diante desta realidade, as comunidades Guarani-Kaiowá, espalhadas pelo estado do Mato Grosso do Sul, acampadas à beira de estradas ou em pequenas reservas, reivindicam a demarcação de novas áreas. O governo faz vista grossa a estas demandas, pois as terras reclamadas estão ocupadas por criadores de gado e/ou plantadores de cana-de-açúcar e soja.

Grupos antiindígenas promovem perseguições e assassinatos de lideranças, como forma de intimidar e de conter as reivindicações destas comunidades, até mesmo os aliados dos povos indígenas sofrem ataques desses segmentos, sendo acusados de "terroristas," em função do seu apoio às lutas desses povos.

Exemplo da forma brutal como o povo Guarani-Kaiowá vem sendo tratado é o que ocorreu com a comunidade de Kurusu Ambá, vítima de dois despejos violentos. Em janeiro de 2007, no primeiro, a rezadora e anciã Julite, de 73 anos, foi assassinada com um tiro à queima-roupa. No segundo despejo, em novembro, seis lideranças foram feridas à bala quando eram retiradas em um caminhão. No intervalo de um despejo para outro, Ortiz Lopes, um dos líderes mais importantes desta comunidade, foi assassinado em sua residência por um pistoleiro em julho de 2007.

Outro estado no qual se registra um alto índice de violências é o Maranhão. Em 2007, os Guajajara de Lagoa Comprida tiveram sua aldeia invadida por um grupo de madeireiros e comerciantes, alguns encapuzados, que prenderam os indígenas em um campo de futebol, ameaçando-os e atirando na direção dos indígenas. Os invasores mataram um indígena e deixaram outros feridos. Caso semelhante ocorreu na aldeia Cururu, depois que os Guajajara realizaram uma manifestação de protesto contra a desassistência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), fechando uma rodovia. Um grupo de comerciantes e moradores de uma cidade próxima invadiu e destruiu parte da aldeia, queimando casas e intimidando os moradores com disparos de arma de fogo. Os tiros mataram um jovem. Somente em 2007 foram assassinados 10 Guajajara em emboscadas e em conflitos como os acima relatados.

Mesmo diante deste quadro aterrador de violências, o governo Lula manteve uma atitude de omissão frente às demandas e necessidades dos povos indígenas e de negligência no tocante aos ataques que estes povos sofreram durante estes dois anos. No âmbito das políticas voltadas para o "desenvolvimento" econômico, implementadas através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), os povos indígenas são considerados "obstáculos" e "penduricalhos", uma vez que muitos de seus territórios se situam em regiões pretendidas para a construção de obras de infra-estrutura, como as grandes hidrelétricas, ou para a ampliação do plantio de cana-de-açúcar visando a produção de agrocombustíveis e de soja para exportação. Em decorrência dessa política perversa, que considera unicamente indicadores econômicos e privilegia o lucro rápido, intensificam-se os conflitos e as agressões contra os povos indígenas.

O Estado brasileiro tem a obrigação de zelar pelos direitos indígenas inscritos na Constituição Federal em seus artigos 231 e 232. Nesse sentido, o governo deveria assegurar uma política indigenista coerente com as necessidades destes povos, alicerçada na legislação. Em vez disso, ocorrem apenas ações dispersas, paliativas e susceptíveis a todas as formas de pressão dos setores econômicos e políticos, que investem esforços para impedir que sejam demarcadas as terras indígenas.

Um dos principais argumentos utilizados para justificar a morosidade nos procedimentos de demarcação das terras indígenas é a falta de recursos financeiros. No entanto, o orçamento aprovado para a política indigenista no ano de 2008 é limitadíssimo e vai agravar, ainda mais, a realidade de abandono a que as comunidades estão submetidas.

Um dos principais argumentos utilizados para justificar a morosidade nos procedimentos de demarcação das terras indígenas é a falta de recursos financeiros. No entanto, o orçamento aprovado para a política indigenista no ano de 2008 é limitadíssimo e vai agravar, ainda mais, a realidade de abandono a que as comunidades estão submetidas. A precariedade das ações e serviços de assistência à saúde demonstra um dos aspectos desta precariedade em todo o país, e foi na rubrica orçamentária da saúde que ocorreram os maiores cortes, ou seja, a Funasa terá mais dificuldades para assegurar assistência à saúde no decorrer de 2008. Os cortes foram feitos nos seguintes programas: Estruturação de Unidades de Saúde (redução de quase R$ 3 milhões, ficando um orçamento 24% menor do que o autorizado para 2007); Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Preservação e Controle de Agravos (corte de R$ 19 milhões, o que equivale a 40% em relação a mesma rubrica de 2007) e Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena (corte de mais de R$ 60 milhões em relação ao orçamento autorizado para 2007).

A conclusão a que chegamos é de que o aumento da violência contra os povos indígenas é um retrato inegável da política indigenista omissa, negligente e genocida que vem sendo desenvolvida pelo governo Lula.

O Cimi espera que este relatório sirva de alerta às autoridades e à sociedade brasileira sobre a necessidade de que sejam adotadas medidas eficazes para conter o alarmante número de violências contra as comunidades indígenas. O que se pretende, acima de tudo, é assegurar a estes povos o direito à terra, à saúde, à educação, à dignidade, ao respeito. É garantir as condições para que eles tenham direito a vida, e vida em abundância. ■

Comunidade Guarani Kaiwá, aldeia Sucur'y. MS 2007. *Foto: Egon Heck*

A violência contra os povos indígenas no governo Lula

Francisco Loebens
Missionário - Cimi Norte I (Amazonas/Roraima)

Eram grandes as expectativas dos povos indígenas com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República. Envolvidos na campanha eleitoral, as comunidades indígenas acreditavam que com a vitória de Lula estariam criadas as condições para a superação das relações históricas de dominação e desrespeito para com seus projetos próprios de vida. Apostavam que os direitos conquistados e consagrados na Constituição Federal poderiam enfim "saltar do papel para a vida" (Dom Helder Câmara), pois confiavam na história de luta popular do novo presidente.

Essa confiança foi diminuindo ao longo do ano de 2003 e se transformando em decepção. O aumento da violência demonstrado, sobretudo, pelo número recorde de assassinatos de indígenas nos últimos anos, o pé no freio das demarcações de terras e a ausência das medidas estruturantes prometidas levaram os participantes do I Fórum Permanente dos Povos Indígenas, organizado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) em novembro de 2003, a queimar, em manifestação pública, a carta com os compromissos do governo assumidos durante a campanha eleitoral.

O Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, destinado ao desenvolvimento do capital, abre o 2º mandato do presidente Lula com a sinalização de que a questão indígena, o meio ambiente e o Ministério Público Federal (MPF) seriam considerados os seus maiores obstáculos. Os impactos das obras de infra-estrutura e do desenvolvimento do agronegócio de exportação, inclusive o incentivo ao agrocombustível, constituem-se numa ameaça permanente para os projetos de vida dos povos indígenas e a natureza.

Características da violência praticada contra os povos indígenas

Nas violências praticadas contra a Pessoa1, durante o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), chama atenção o aumento do número de assassinados de indígenas - 170. Isso significa uma média anual de 42,5 assassinatos, o dobro em relação ao governo anterior. Os dados do 1º ano do 2º mandato são ainda mais assustadores. Os números revelam que os assassinatos de indígenas (92) mais que duplicaram em relação à média do 1º mandato do atual governo. Essa violência, que já não é somente praticada por agentes não indígenas, tem as suas principais origens na falta de garantia e na devastação dos recursos naturais das terras indígenas.

1 Estão tipificadas como "Violências contra a Pessoa" de acordo com os relatórios do Cimi os assassinatos, tentativas de assassinato, homicídios culposos, ameaças de morte, lesões corporais, racismo e discriminações étnico-culturais, violências sexuais e apropriações indébitas.

O Estado, refém de um modelo de desenvolvimento orientado para satisfazer os interesses do grande capital nacional e transnacional, é incapaz de assegurar aos povos indígenas o direito originário destes sobre suas terras. Estes, por sua vez, na luta por seus direitos, ficam à mercê da violência do poder armado dos latifundiários e dos invasores. Ou ficam confinados e amontoados em ínfimas porções de terras, em condições insustentáveis, sujeitos a toda sorte de conflitos internos, como é o caso do Mato Grosso do Sul.

As terras devastadas, que já não apontam perspectivas de sobrevivência, associadas à ausência ou inadequação de políticas governamentais, favorecem o consumo de bebida alcoólica e de drogas nas aldeias, fatores que contribuem para desencadear a violência interna.

Considerando as violências decorrentes de conflitos relativos a direitos territoriais[2] destaca-se a omissão do poder público no cumprimento dos prazos legais nos procedimentos demarcatórios das terras indígenas. O não cumprimento desses prazos se dá em todas as fases, seja na de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (identificação), do Ministério da Justiça (delimitação) ou da Presidência da República (homologação) - e em relação a todas as terras indígenas. O ato declaratório dos limites das terras indígenas, por meio de Portaria do Ministro da Justiça, por exemplo, com freqüência é praticado com muito atraso. A protelação injustificada por parte do governo tem funcionado como uma verdadeira convocação dos setores antiindígenas, sobretudo aqueles vinculados ao agronegócio e à mineração, para se mobilizarem contra os direitos indígenas, pressionando o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. É nesse contexto que um caso particularmente grave de violência contra o Patrimônio Indígena foi praticado com a redução em 306 mil hectares da terra indígena Baú do povo Kaiapó, no Pará, em 2003, através de Portaria do ex-Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos. A imposição da gestão compartilhada de terras indígenas e unidades de conservação é outra violência recorrente.

Tomando a fase da declaração dos limites como base de cálculo, o governo Lula, como demonstra o quadro abaixo, expediu 49 portarias (sendo uma para reduzir terra indígena), uma média de 9,8 portarias por ano.

Os dados nesse início de 2º mandato do atual governo apontam uma tendência de diminuição no número de homologações (9) e de aumento no número de portarias declaratórias (20). Ainda que a etapa da delimitação, de responsabilidade do Ministro da Justiça, seja fundamental, é cedo para afirmar que existe uma nova postura do governo para acelerar os procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas.

No Mato Grosso do Sul, com a segunda maior população indígena (ficando atrás somente do Amazonas), 80 terras indígenas, ou seja 67,8%, sequer tiveram seus limites identificados pela Funai. Em 2007, em termos de demarcação neste estado, apenas a TI Cachoeirinha do povo Terena teve seus limites declarados.

Constata-se que nessa região o desrespeito aos direitos indígenas é uma conseqüência direta da opção pelo agronegócio a base de monocultivos, inclusive para a produção de agrocombustíveis, que eleva o valor monetário das terras e reforça o poder do latifúndio.

A contínua protelação pelo governo federal para a retirada dos invasores, sobretudo dos fazendeiros plantadores de arroz, da TI Raposa Serra do Sol revela o quanto o governo é condescendente com os agentes do agronegócio por ele incentivados.

Ainda faltam 370 portarias ministeriais para declarar os limites das terras indígenas que estão nas fases de identificadas, a identificar e sem providências (vide quadro ao lado). Mantido o ritmo do governo Lula, a conclusão da demarcação das terras indígenas hoje conhecidas levará mais 37 anos.

Essa imensa demora nega a numerosos povos indígenas o direito sagrado à terra e deixa-os vulneráveis diante da violência de poderosas forças econômicas e políticas, tanto regionais quanto nacionais. Esta situação é grave, pois atenta diretamente contra o futuro desses povos.

Omissões que levam à morte

Nas violências provocadas por omissões do poder público[3] é necessário destacar a realidade do Mato Grosso do

Ação do governo Lula	1º Mandato				2º Mandato	Total	Média anual
ANO	1.º ano (2003)	2.º ano (2004)	3.º ano (2005)	4º ano (2006)	1º ano (2007)		
Decretos de Homologação	21	23	8	10	9*	71	14,2
Portarias Declaratórias do Ministro da Justiça	3**	10	5	11	20	49	9,8
Despachos do Presidente da Funai - Identificações	13	8	7	13	03	44	8,8

** Dos 9 decretos de homologação, 4 foram para de retificações de homologações anteriores. Em uma das retificações, a única referente ao povo Guarani Kaiowa, houve redução no tamanho da terra.*

*** Incluindo a redução da TI Baú.*

2 Nos relatórios do Cimi relacionam-se como "violências decorrentes de conflitos relativos a direitos territoriais" invasões possessórias, exploração de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio, danos ambientais e biológicos e violências contra o patrimônio.

Situação Geral das Terras Indígenas no Brasil	Quantidade	%
Registradas (Demarcação concluída e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e/ou no Serviço do Patrimônio da União)	343	40,35
Homologadas (com decreto do Presidente da República e aguardando registro)	49	5,76
Declaradas (com Portaria Declaratória do Ministro da Justiça, e aguardando demarcação)	52	6,11
Identificadas (analisadas por Grupo Técnico da Funai e aguardando decisão do Ministro da Justiça)	19	2,35
A identificar (incluídas na programação da Funai para identificação futura)	126	14,82
Sem providências (sem previsão de identificação por parte da Funai)	225	26,47
Reservadas (demarcadas como "reservas indígenas" à época do SPI) ou Dominiais (de propriedade de comunidades indígenas)	35	4,12
Total	849	100

Fonte: Cimi / Secretariado Nacional, 19 de dezembro de 2007.

Sul onde no primeiro mandato do presidente Lula os suicídios vitimaram 70 indígenas. Os 35 suicídios registrados pela Funasa[4] em 2007 revelam que os casos mais que duplicaram uma vez que a média anual era de 14.

Se associarmos os assassinatos ocorridos no Mato Grosso do Sul durante o primeiro mandato do governo Lula às outras formas de violência ocorridas neste estado, constataremos que existe um estado de violência contra os povos indígenas daquele estado com características de genocídio. Os dados de 2007, sobretudo de assassinatos (53) e de suicídios (35) são ainda mais assustadores pois denunciam que esse estado de violência não só persiste como vem se agravando diante da absoluta falta de providências dos órgãos governamentais responsáveis, subservientes ao poder do latifúndio e do agronegócio, sobretudo em relação à demarcação das terras indígenas.

Os dados também revelam o quadro alarmante da desassistência à saúde indígena em todo país em contraste com os substanciais recursos disponibilizados para essa área. Em 2006, as ações de saúde tiveram um orçamento autorizado de R$ 346.586.000, sendo R$ 346.336 milhões para a Funasa e R$ 250 mil para a Funai. Em 2007 o orçamento autorizado para a Funasa foi de R$ 326.813.850, com uma diminuição de R$ 19.772.150 em relação ao ano anterior.

Por fim, assustam os dados revelados nos relatórios sobre os índios em situação de isolamento e risco que trazem evidências substanciais sobre massacres de povos inteiros nas regiões do norte do Mato Grosso, Rondônia e Sul do Estado do Amazonas. Mais assustador ainda é o silêncio das autoridades sobre o assunto.

À medida que cai a floresta, silencia-se a voz daqueles que ousaram viver de acordo com outros valores e que jamais se submeteram à lógica da exploração e acumulação. Ainda assim, vende-se a ilusão de que o bem-estar de todos depende da manutenção dos privilégios de alguns cuja ganância não pode ser obstacularizada pelos povos indígenas, por medidas de proteção ao meio ambiente e por aqueles que têm a obrigação constitucional de defendê-los.

O futuro continua sendo negado aos povos indígenas

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo Lula em janeiro de 2007, com sua concepção desenvolvimentista voltada para o mercado externo, representa a mais séria ameaça ao futuro dos povos indígenas. De acordo com a Funai, 201 empreendimentos do PAC interferem em terras indígenas, dos quais 21 em terras de povos isolados.

As hidrelétricas Belo Monte, no rio Xingu (Pará); Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira (Rondônia); Estreito, no rio Tocantins (Maranhão), por exemplo, terão conseqüências irreversíveis para numerosos povos indígenas da Amazônia, entre eles povos sem contato com a sociedade brasileira. Se construídas, elas alterarão substancialmente as condições de vida da região.

No Nordeste, a transposição das águas do rio São Francisco deve afetar, direta e indiretamente, 26 povos de 33 terras indígenas, entre os quais, o povo Truká, em cujas terras inicia-se o canal. Todas as formas de vida ao longo do rio estão ameaçadas, inclusive o futuro do próprio rio São Francisco. O projeto, além disso, não vai resolver o problema da falta de água da população do sertão, mas destinará a água para a irrigação de monocultivos de exportação.

Em outras regiões do país, estão previstos e sendo realizados grandes investimentos para a produção de agrocombustível e corredores de exportação (hidrovias, rodovias, portos...) de produtos do agronegócio. Isto reforça o poder do latifúndio inviabilizando a demarcação das terras indígenas ou buscando incorporá-las ao mercado capitalista.

3 As violências provocadas por omissões do poder público são tipificadas nos relatórios de violência do Cimi como suicídios, tentativas de suicídios, desassistência na área de saúde, mortes por desassistência à saúde, mortalidade infantil, mortes de crianças por desnutrição, desassistência na educação escolar indígena, disseminação de bebida alcoólica, desassistência à produção agrícola.

4 Nas tabelas deste relatório, constam apenas 23, pois, destes casos, o Cimi teve acesso ao contexto do ocorrido e outras informações.

São muitos os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, apoiados pelas forças do agronegócio e do setor mineral, que visam mudanças na legislação para permitir a exploração econômica das terras indígenas por terceiros. Além disso, são fortes as pressões para que os índios aceitem contratos ilegais de arrendamento.

No contexto do PAC a vontade do governo é aprovar, o mais rapidamente possível, um PL para a mineração em terras indígenas, de interesse das mineradoras, enquanto o PL do Estatuto dos Povos Indígenas, de interesse dos indígenas, continua na mesa da Câmara dos Deputados, trancado há 13 anos

O PAC traz este conjunto de empreendimentos, que afetam o meio ambiente, comprometem fontes de alimentação, desrespeitam lugares sagrados, interferem no mundo mítico religioso e desorganizam a economia das comunidades indígenas. Apesar disso, em nenhum momento foi discutido com esses povos.

Percebe-se, por isso, que as raízes mais profundas da violência estão na forma como o poder público se relaciona com os povos indígenas, repleta de vícios colonialistas. Ainda não foi superada a visão da relativa incapacidade dos indígenas e muito menos foi aceito o fato de que os povos indígenas são sujeitos históricos.

A verdadeira revolução nas relações entre Estado e os povos indígenas, promovida pela Constituição Federal (que completa 20 anos em 2008) e consolidada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, é sistematicamente omitida na formulação e implementação das políticas governamentais. Nega-se a pluriculturalidade do Brasil, o reconhecimento das organizações sociais dos povos indígenas e conseqüentemente os seus direitos à autonomia.

A revolução nos marcos legais também não provocou nenhuma modificação substancial nas estruturas da administração pública. Foi feita uma descentralização das ações para diferentes ministérios, estados e municípios, chegando inclusive à terceirização dos serviços públicos, sobretudo no que se refere à saúde indígena.

No entanto, nenhuma medida foi tomada para que o Estado se organizasse para atender à nova ordem constitucional. Sequer teve-se a preocupação com a formação específica dos funcionários públicos. O esforço do movimento indígena e de seus aliados para a criação de um subsistema de saúde indígena oficializado pela Lei nº 9.836/1999, foi negado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, no contexto do Estado neoliberal. O subsistema tendo como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) sinaliza um novo caminho para a administração pública.

Desde aquele governo, os DSEIs não lograram autonomia administrativa e financeira, ficando a responsabilidade pela execução das ações nas mãos de terceiros. Um dos graves problemas foi a freqüente interrupção da assistência à saúde nas aldeias todas as vezes que aparecia algum problema nas prestações de conta das conveniadas.

No governo Lula, apesar dos compromissos assumidos na campanha eleitoral, também nenhum passo foi dado para a concretização do Subsistema, mantendo-se a terceirização da atenção a saúde indígena, através de convênios, no âmbito dos DSEIs.

Essa recusa do poder público em se adequar às novas exigências constitucionais faz com que os povos indígenas sejam envolvidos numa disputa desigual com poderosos interesses econômicos e políticos. Isto, no contexto da democracia representativa, onde o "governo da maioria" (ainda que artificial) impõe a sua vontade. Só adquirem importância, enquanto minorias, na medida em que incomodam ou criam transtornos aos interesses dos grupos econômicos e políticos representados no governo.

Por isso não existe interesse em assegurar aos povos indígenas suas organizações sociais próprias e seus direitos. O que existe é um conjunto de órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, completamente desarticulados entre si, disputando os parcos recursos destinados à questão indígena. Esses recursos, quando não são desviados para outras finalidades, são usados, na maioria das vezes, para financiar políticas na área da saúde, educação e economia, orientadas a partir da lógica da sociedade nacional, e, como tais, colonialistas, discriminadoras e sem qualquer compromisso com os projetos históricos dos povos indígenas, apesar dos belos enunciados, muitas vezes copiados do movimento indígena.

Os motivos da violência praticada contra os povos indígenas, no governo Lula, continuam os mesmos verificados nos governos anteriores. Sem a compreensão, pelo poder público, de sua responsabilidade em assegurar os direitos dos povos indígenas à terra e a seus projetos próprios de vida, independentemente dos interesses econômicos e políticos em disputa.

Conclui-se daí que os motivos da violência praticada contra os povos indígenas, no governo Lula, continuam os mesmos verificados nos governos anteriores. Sem a compreensão, pelo poder público, de sua responsabilidade em assegurar os direitos dos povos indígenas à terra e a seus projetos próprios de vida, independentemente dos interesses econômicos e políticos em disputa na sociedade nacional, a violência contra esses povos continuará se reproduzindo.

A instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista, integrada por diferentes ministérios e representantes de povos indígenas e de seus aliados, aponta uma perspectiva. Resta saber se existe disposição política para consolidar essa instância enquanto um Conselho com força deliberativa onde os povos indígenas possam se fazer ouvir e respeitar, de forma livre e autônoma, a partir dos interesses e da vontade de suas comunidades. A Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas pela ONU, recentemente aprovada, é outro instrumento internacional que indica aos Estados Nacionais a necessidade de respeitar e fazer respeitar os direitos desses povos.

Ainda que timidamente, esses caminhos dão consistência e materialidade aos princípios autônomos da relação do Estado com os povos indígenas, presentes na Constituição, e que, necessariamente precisam ser considerados e ampliados no novo Estatuto dos Povos Indígenas. ■

Acampamento Terra Livre. DF 2007. *Foto: Arquivo Cimi*

Observações sobre o Orçamento Indigenista 2006/2007

Ricardo Verdum
Antropólogo e assessor do INESC

O ano de 2006 foi o último ano do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2006); o último ano de um período marcado pela dificuldade de articulação e coordenação intersetorial do governo federal e pela incapacidade deste, em particular da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão responsável pela articulação político-institucional das ações setoriais em nível federal, de estabelecer um campo de diálogo construtivo e sistemático com o movimento indígena organizado.

No período 2003/2006 noções operativas do tipo *inclusão produtiva* e *proteção social básica* – como contraponto à problemática noção de *pobreza indígena* – ganharam destaque na retórica governamental e passaram a informar e formatar políticas e ações de diferentes setores do indigenismo oficial no campo da saúde indígena, da educação escolar indígena, da previdência e assistência social, da gestão ambiental e territorial e da assistência técnica à produção.

Cresceu o número de iniciativas governamentais orientadas pelo objetivo de *inclusão* dos povos indígenas nas *políticas públicas*. Isso se deu basicamente de duas formas: (1) por meio da criação de novas ações específicas para os/as indígenas e (2) pela inclusão dos/das indígenas em programas e projetos voltados para um público mais amplo e diversificado – em particular os setores sociais classificados como *vulneráveis* e os necessitados de *ações afirmativas* de inclusão social e produtiva.

Nesse processo, cresceu a participação e o protagonismo do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que passou a apoiar e fomentar iniciativas setoriais e intersetoriais com outros ministérios.

Foram criados novos mecanismos de acesso direto a recursos financeiros do governo federal para comunidades e associações indígenas. Como exemplo, há a *Carteira Indígena*, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que conta com recursos financeiros do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para apoio de pequenos projetos de promoção de segurança alimentar, e o *Iniciativas Comunitárias*, do Ministério da Saúde (MS), que conta com apoio técnico e financeiro do Banco Mundial (BIRD). Também tivemos o lançamento de editais para apresentação de projetos ao Ministério da Cultura (MINC) e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Outros dois exemplos de novas iniciativas são: o *Programa de Implementação da Aqüicultura nas Terras Indígenas Brasileiras*, fruto de um convênio de cooperação técnica assinado em dezembro de 2006 pela Funai com a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR); e a inclusão de indígenas no *Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária*

(PPDLES), sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No ano de 2007, tivemos como novidade a instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), integrada por representantes do governo federal, das principais organizações indigenistas e de entidades da sociedade civil. Nela se creditou a possibilidade de vir a auxiliar na articulação intersetorial do governo e a maior participação e controle social indígena sobre as ações governamentais. Apesar das aparências, o ano de 2007 não foi nada otimista nesse sentido.

Acompanhar a profusão e o emaranhado de iniciativas e atores envolvidos com as políticas do governo federal para povos indígenas não é tarefa fácil. Cada setor, projeto e ação é, na prática, um mundo com regras e demandas próprias, que tem a capacidade de absorver a atenção dos mais diretamente envolvidos e de dificultar articulações intersetoriais. Ao que se tem visto, estas articulações têm sido possíveis quase que exclusivamente para enfrentar situações emergenciais, e mesmo assim, com muita dificuldade de governança e governabilidade.

O único mecanismo hoje disponível que permite acompanhar as políticas públicas em nível federal - de forma bastante parcial, diga-se de passagem - e que possibilita a formação de uma visão de conjunto, mais integrada e intersetorial da ação indigenista é o denominado *Plano Plurianual* (PPA) e as respectivas *Leis Orçamentárias Anuais* (LOAs).[1]

Os programas e o orçamento indigenista

Da mesma forma como no Plano Plurianual (PPA) anterior, no PPA 2004/2007 as ações do governo federal destinadas ***especificamente*** aos povos indígenas foram concentradas em dois Programas: (i) *Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas* e (ii) *Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento*.[2]

O primeiro Programa concentra as ações dos *setores* saúde indígena (sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde), educação escolar indígena (sob a responsabilidade do Ministério da Educação e da Fundação Nacional do Índio) e as de caráter assistencial e de promoção cultural e econômica (sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio e do Ministério do Desenvolvimento Agrário). No ano de 2005 foi incluída nesse Programa a ação Realização dos Jogos dos Povos Indígenas, sob a responsabilidade do Ministério dos Esportes.

No segundo Programa estão as ações de governo destinadas à regularização fundiária e à proteção das terras e territórios indígenas (sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio), as voltadas para a promoção da chama-

Casa do Índio no Vale do Javari. AM 2007. *Foto: Prof. Cristiano*

1 O processo de formulação de políticas públicas é aquele por meio do qual o governo, consideradas as demandas e objetivos do conjunto da sociedade ou grupo social alvo, estabelece os Programas e Ações adequadas para obter os resultados e mudanças desejadas. Com vigência de quatro anos, o PPA tem a função de estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para o período, materializadas em programas e ações. As ações são aquilo que os programas realizam na prática, como por exemplo: demarcação e aviventação das terras indígena (Funai); apoio à gestão ambiental nas terras indígenas (MMA); atenção à saúde indígena (Funasa); publicação e distribuição de material didático e para-didático adequado às escolas indígenas (MEC), entre outras.

2 Em termos quantitativos, o número de ações ano a ano foi o seguinte: 45 ações em 2004; 48 ações em 2005; 43 ações em 2006; e 44 ações em 2007.

Tabela 1: Balanço do gasto no primeiro mandato do Governo Lula (2003/2006)*

Ministério / Ano	2003	2004	2005	2006	TOTAL
Ministério da Saúde	162.467.984	220.438.919	257.583.177	331.840.735	972.330.815
Ministério da Justiça	85.289.771	85.255.180	84.989.944	68.713.541	324.248.436
Ministério do Meio Ambiente	2.547.322	1.719.920	1.018.468	1.595.963	6.881.673
Ministério da Educação	381.130	2.124.610	2.961.665	5.435.345	10.902.750
Ministério do Desenvolvimento Agrário		1.647.838	1.517.756	2.438.155	5.603.749
Ministério dos Esportes			833.468	602.966	1.436.434
TOTAL	**250.686.207**	**311.186.467**	**348.904.478**	**410.626.705**	**1.321.403.857**

** Valores "corrigidos" para 2006 pelo IPCA. Índices utilizados: 1,18685836 (2003), 1,11340497 (2004) e 1,04183568 (2005).*

da gestão sustentável dos territórios indígenas; e aquelas que se destinam à geração de alternativas econômicas para as comunidades locais (sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio e do Ministério do Meio Ambiente).

Além desses dois Programas, tivemos no período ações específicas para povos indígenas sendo executadas nos seguintes Programas:

Desenvolvimento Sustentável do Pantanal, por intermédio da ação Apoio a ações socioambientais em terras indígenas na Bacia do Alto Paraguai, sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Saneamento Rural, com a ação de Ampliação de ações de saneamento básico em aldeias indígenas, sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa);

Identidade e Diversidade Cultural, com a ação de Fomento a projetos direcionados à cultura dos povos indígenas, sob a responsabilidade do Ministério da Cultura (Minc)

Para as ações de saúde e educação, os Ministérios responsáveis também repassaram periodicamente recursos para gestores públicos em nível estadual e municipal e para conveniados não-estatais, responsáveis por implementar as respectivas políticas públicas.3

Na tabela acima é possível verificar-se que ao longo do primeiro mandato do presidente Lula da Silva (2003/2006) houve um aumento substantivo nos números globais da despesa indigenista do governo federal, alcançando no período um montante total de R$ 1,321 bilhão.

Também, que, ao lado do crescimento da despesa com serviços de atenção à saúde indígena, sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde, a Fundação Nacional do Índio foi tendo um desempenho financeiro decrescente, chegando em 2006 com um valor 19,44% menor do que o de 2003.

Em relação ao gasto do governo federal com as *ações indigenistas* elencadas na Lei Orçamentária Anual de 2006, o valor alcançado nesse ano foi de R$ 410,626 milhões, de um total de R$ 442,928 autorizados pelo Congresso Nacional. Diante desses números, é possível afirmar que em 2006 o governo deixou de investir cerca de R$ 32,301 milhões, o equivalente a 7,29% do autorizado.

Em 2007 manteve-se a curva ascendente no orçamento autorizado e no efetivamente gasto pelos ministérios. De um total de R$ 486,978 milhões autorizados, foram gastos cerca de R$ 451,913 milhões. Retornaram aos cofres do governo aproximadamente R$ 35,064 milhões, que muito provavelmente devem ter sido transferidos ao sistema financeiro nacional e internacional a título de pagamento da "dívida pública".

Saúde e saneamento

As ações de saúde tiveram em 2006 um orçamento autorizado de R$ 346.586.000, sendo R$ 346,336 milhões para a Funasa e R$ 250 mil para a Funai. Se considerarmos somente o recurso financeiro destinado à Funasa via Lei Orçamentária (LOA), constatamos que foi autorizado ao órgão o equivalente a 78,19% do orçamento indigenista do governo federal; e que o liquidado pela Funasa equivale a 80,81% do total autorizado ao conjunto das ações indigenistas incluídas na LOA desse ano.

Em relação aos R$ 346,336 milhões autorizados para as ações de saúde e saneamento da Funasa em 2006, foram liquidados cerca de R$ 331,840 milhões (95.81%), ficando uma diferença não gasta de R$ 14,495 milhões. Outro dado que chama a atenção é a diferença entre o autorizado e o liquidado na ação "Vigilância e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas": dos R$ 4,320 milhões autorizados em 2006, o governo liquidou R$ 3.321.739. Assim, R$ 998.262 deixaram de ser investidos em atividades dessa ação.

Em 2007, cerca de R$ 20,195 milhões deixaram de ser investidos na saúde e saneamento nos territórios indígenas. Desse total, R$ 2,976 milhões destinavam-se à estruturação de unidades de saúde para atendimento à população indígena e R$ 11,164 milhões para ações de atenção à saúde indígena.

Reconhecimento e garantia territorial

No tocante ao reconhecimento oficial dos territórios indígenas, o governo Lula chegou ao final do seu primeiro mandato de quatro anos (2003/2006) com 30 Terras Indígenas

3 Os valores repassados pelo governo federal para terceiros podem ser acessados nos seguintes endereços na internet: www.portaldatransparencia.gov.br/index3.asp / www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp

declaradas e 67 *homologadas*.[4] Esse desempenho poderia ter sido bem melhor, só não foi porque houve uma sensível diminuição nos investimentos financeiros na área fundiária da Funai e porque faltou vontade política na cúpula do governo federal para resolver essa questão fundiária.

A ação de "Demarcação e regularização de terras indígenas" teve em 2006 um orçamento autorizado de R$ 19,059 milhões, tendo liquidado cerca de R$ 17,157 milhões (90,02%). Deixaram de ser investidos nessa ação R$ 1,9 milhões. Em 2007 o desempenho da Funai melhorou, sendo gasto cerca de 99,82% de um total de R$ 19,182 milhões autorizados.

A ação "Regularização e proteção de terras indígenas na Amazônia Legal (PPTAL)" teve em 2006 um orçamento autorizado de R$ 10,419 milhões, tendo liquidado cerca de R$ 5,706 milhões (54,76%). Em 2007, o orçamento autorizado para esse fim foi menor (R$ 7,140 milhões), mas o gasto foi comparativamente maior, tanto em termos proporcionais (89,97%) quanto em números absolutos (R$ 6,423 milhões).

Se considerarmos o conjunto das ações relacionadas com a proteção de Terras Indígenas (Fiscalização de terras indígenas; Funcionamento de postos indígenas; Demarcação e regularização de terras indígenas; Localização e proteção etno-ambiental de índios isolados e de recente contato; e Regularização e proteção de terras indígenas na Amazônia Legal) o recurso financeiro autorizado em 2006 foi de R$ 43,769 milhões e o montante liquidado foi R$ 35,295 milhões (80,63%). Deixaram de ser investidos cerca de R$ 8,474 milhões.

Em 2007, enquanto o total autorizado para esse conjunto de ações caiu para R$ 42,528 milhões, o desempenho foi maior, tendo sido gasto cerca de R$ 39,830 milhões. De qualquer forma, deixou-se de investir cerca R$ 2,698 milhões nessas ações, sendo R$ 650 mil especificamente na regularização dos territórios indígenas. Com certeza esse dinheiro fez muita falta e poderia ter contribuído para dar início, andamento ou concluir novos processos de identificação e delimitação de territórios indígenas.

Comparando o gasto da Funai com as ações fundiárias em 2006 e 2007, observa-se que houve uma relativa melhora no desempenho, ou seja: passou de R$ 23,590 milhões em 2006 para R$ 25,671 milhões em 2007. Uma análise comparativa relacionando os "custos" com os "benefícios" gerados em termos fundiários completaria qualitativamente o quadro financeiro acima descrito.

Gestão ambiental

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é, dentre os ministérios com ações específicas para povos indígenas, o que vem apresentando o pior desempenho orçamentário: o valor liquidado de R$ 1,595 milhão em 2006 equivale a 30.69% do orçamento autorizado ao órgão, que foi de R$ 5,200 milhões. Em 2007 o valor do gasto foi de R$ 1,477 milhão, o que equivale a 32,07% do total autorizado ao MMA nesse ano. No *orçamento indigenista* parece reproduzir-se o baixo desempenho verificado no MMA nos últimos anos, nesse e noutros programas, alimentando a hipótese de que deve haver algum problema ou no planejamento ou na execução das ações planejadas. É recomendável verificar o que está gerando essa situação, uma vez que as terras indígenas representam cerca de 13% do território brasileiro e estarem nelas preservadas grande parte da biodiversidade brasileira.[5]

Conclusões e recomendações

Acompanhar o desempenho orçamentário dos Ministérios e dos órgãos estaduais e municipais que recebem recursos financeiros públicos para serem aplicados, por exemplo, em políticas de proteção e promoção da saúde, na qualidade do meio ambiente ou em educação é uma prática importante e necessária, independente de ser para povos indígenas ou para o conjunto da população brasileira. Como vimos, já é possível exercer algum tipo de controle, ao menos no que se refere aos recursos repassados pelo governo federal.

Mas os números em si não são suficientes para revelar o que está acontecendo de fato. O que o operador destes recursos financeiros está fazendo com eles e onde? Que resultados e impactos estão sendo gerados? Que benefícios concretos estão sendo gerados para as populações? Essas são perguntas para as quais análises desse tipo não têm respostas satisfatórias. Recordemos os objetivos gerais dos dois programas indigenistas do PPA 2004/2007: um tem o objetivo de "garantir o pleno exercício dos direitos sociais dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas"; o outro quer "garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas". Fica a pergunta: os números financeiros em si nos informam se estes objetivos estão sendo alcançados? A resposta é, indiscutivelmente, não.

Por fim, não poderíamos terminar este artigo sem bater numa tecla já em outras ocasiões acionada. Considerando o objetivo de fortalecimento do protagonismo indígena na definição das políticas e na aplicação dos recursos públicos, como pré-requisito para a superação do modelo tutelar e autoritário vigente, entendemos ser necessário e urgente o movimento indígena organizado (e seus aliados) investir esforços no sentido da criação de um núcleo de monitoramento e avaliação indígena de políticas públicas - possivelmente sediado em Brasília, junto à secretaria executiva do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas.

A isso associamos a necessidade deste núcleo estar articulado com organizações indígenas regionais e locais, de forma a estabelecer um fluxo de informação e análise em rede, seja do repasse e aplicação dos recursos financeiros seja dos impactos práticos alcançados com essas operações.

Além de fortalecer os laços institucionais internos do movimento e gerar uma maior capacidade indígena para intervir de forma organizada e propositiva nas políticas públicas, entendemos que uma ação organizada nesse sentido tem o potencial de gerar subsídios para pressionar o governo federal a dar maior visibilidade e transparência às políticas públicas de necessidade, interesse e direito dos povos indígenas. ■

4 Fonte: Instituto Socioambiental (14/02/2007).

5 Além da contrapartida nacional, as ações de gestão ambiental no âmbito do MMA contam com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e da cooperação técnica (GTZ) e financeira (KfW) do governo da Alemanha.

Casa do Índio de Guajaramirin. RO 2008. *Foto: Gilles de Catheau*

A via crucis da saúde indígena no Brasil

Paulo Daniel Moraes

Pastoral Indigenista da Diocese de Roraima e Setor de Saúde do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

A IV Conferência Nacional de Saúde Indígena realizada em março de 2006 ofereceu um retrato fiel das contradições que assolam a saúde dos povos indígenas do Brasil nos últimos anos. Ela foi realizada em meio a uma série de denúncias e protestos sobre a situação da assistência à saúde em várias regiões do país, no entanto, a etapa nacional aconteceu na luxuosa Pousada do Rio Quente em Goiás, com um custo elevado e injustificado, que contribuiu para o isolamento e a desmobilização dos delegados e participantes. Ao final, a maior parte da delegação indígena da Amazônia e segmentos importantes das outras delegações encaminharam um abaixo-assinado ao Ministério Público Federal questionando a legitimidade da conferência, que foi marcada pela falta de democracia em boa parte das etapas locais e distritais. Isto resultou na aprovação de um documento que não contempla as preocupações reais do movimento indígena no país.

A crise na gestão do Subsistema de Saúde Indígena tem suas raízes em uma soma de interesses contrários à sua efetiva implementação. Entre estes entraves burocráticos, visões tecnicistas e ingerências políticas, que têm levado à paralisação e ao retrocesso os programas de saúde desenvolvidos em quase todos os distritos. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão responsável pela coordenação do sistema, não conseguiu constituir um corpo técnico adequado às exigências constitucionais de integralidade das ações e de respeito à diversidade da cultura indígena. O órgão também resiste às iniciativas voltadas à maior autonomia dos distritos e fortalecimento do controle social, mantendo o poder de decisão concentrado nas instâncias centrais e nas coordenações regionais do órgão.

O Fórum dos Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde (Condis), em reunião realizada em março de 2007, denunciou que o volume de recursos públicos destinados à saúde indígena aumentou em mais de 100% no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2006), mas a assistência piorou na maioria dos distritos e a mortalidade infantil indígena hoje é o dobro da média nacional. Segundo levantamento dos presidentes de Condis, mais de 50 ocupações de instalações da Funasa aconteceram, somente no ano de 2006, em todas as regiões do país. Entre as causas apontadas estão a falta de investimentos na infra-estrutura (como equipamentos, construções e saneamento básico), a precariedade das Casas de Saúde Indígenas (CASAI), os

atrasos no repasse dos recursos para a assistência, problemas na aquisição de medicamentos, e dificuldades para o funcionamento do controle social.

Além dessa situação, a municipalização da saúde indígena tem sido denunciada por muitas lideranças indígenas, e se manifesta pelo repasse de recursos para os gestores municipais sem a prévia autorização e efetivo acompanhamento pelas instâncias de controle social. O Ministério da Saúde editou em setembro de 2007 a Portaria 2.656, com o objetivo declarado de regulamentar o repasse dos recursos do Incentivo à Atenção Básica dos Povos Indígenas (IAB-PI) para os municípios. A portaria foi considerada por grande parte das organizações indígenas e presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena como tendo um forte viés municipalizante. Isso porque ela aumenta de forma acentuada o repasse de recursos para os municípios, principalmente na região amazônica sem os mecanismos adequados de fiscalização pela Funasa e pelo controle social. A experiência da gestão da saúde indígena por meio dos municípios tem sido muito questionada e é considerada insatisfatória na maior parte dos distritos sanitários indígenas do país.

O modelo inadequado dos convênios e o desinteresse da Funasa no aprimoramento destes mecanismos, têm levado à criminalização das entidades conveniadas com graves prejuízos para os usuários.

A ausência de um marco legal adequado ao estabelecimento de parcerias com organizações indígenas ou da sociedade civil tem provocado graves distorções e fragilidades na execução das ações complementares previstas no Subsistema da Saúde Indígena. O modelo inadequado dos convênios e o desinteresse da Funasa no aprimoramento destes mecanismos, como solicitado exaustivamente pelas organizações parceiras e pelas conferências nos últimos oito anos, têm levado à criminalização das entidades conveniadas com graves prejuízos para os usuários. Uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho no final de 2007 determinou a suspensão imediata dos chamados "falsos convênios", estabelecidos após a edição da Portaria 70 pela Funasa com o objetivo único de intermediar a contratação de mão-de-obra para a instituição. A decisão judicial distingue os convênios ilegais daqueles celebrados em harmonia com a legislação pertinente, que poderiam seguir funcionando normalmente.

A ausência dos investimentos urgentes na infra-estrutura dos distritos nos últimos anos é hoje um dos principais problemas enfrentados pelos profissionais que atuam nas comunidades indígenas. Há um brutal sucateamento dos veículos, barcos, radiofonias, microscópios e equipamentos médicos indispensáveis para a execução das ações de saúde nas aldeias. Esta situação, aliada à falta de medicamentos e insumos indispensáveis, muitas vezes, impede o deslocamento das equipes e tem contribuído para a alta rotatividade dos profissionais na área. Isto gera enorme insatisfação e coloca em risco a vida de trabalhadores, pacientes e usuários indígenas dos serviços.

Desrespeito à autonomia e ao controle social

As deliberações aprovadas nos Conselhos de Saúde Indígena são sistematicamente desrespeitadas, provocando a desmobilização e o desinteresse por estas atividades. Em muitos distritos as reuniões são canceladas repetidamente, e ficam sem acontecer por períodos superiores a um ano. O desrespeito ao controle social também se manifesta pela falta de recursos para o custeio das reuniões dos conselhos locais e distritais de saúde, cursos de capacitação de conselheiros, e outras atividades de fortalecimento do controle social e gestão participativa. O controle social é visto pela maioria dos gestores como uma obrigação ou um empecilho, e não como um importante aliado na organização dos serviços de saúde.

É preciso dar prioridade aos programas de formação de Agentes Indígenas de Saúde, promovendo a sua regulamentação profissional, a criação de mecanismos diferenciados de contratação e a garantia dos direitos trabalhistas previstos na Constituição. A necessidade de capacitação no nível básico deve incluir ainda os agentes indígenas de microscopia, endemias, saneamento, saúde bucal e as parteiras tradicionais indígenas. É preciso também regulamentar e implantar programas específicos e diferenciados de formação de indígenas como técnicos de enfermagem, laboratório, endemias e higiene dental. Também é importante a implementação gradual de políticas de apoio à inserção e permanência de indígenas em cursos de nível superior, como Enfermagem, Medicina, Odontologia, Farmácia e Antropologia, entre outros.

O fortalecimento da capacidade gestora do governo federal, tanto nas coordenações dos distritos, como na coordenação central, depende da formação de um quadro estável de recursos humanos adequado às necessidades estratégicas da gestão. Isto só será possível por meio de concursos públicos diferenciados e que assegurem a participação indígena nos processos de seleção. O órgão gestor da saúde indígena precisa ter um perfil técnico independente das ingerências políticas, o que poderia ser alcançado através da reestruturação do Departamento de Saúde Indígena (Desai/Funasa) ou pela criação de uma Secretaria Especial de Saúde Indígena de caráter executivo ligada diretamente ao Ministério da Saúde, como tem sido proposto em diversas conferências.

Um dos principais fundamentos do modelo de atenção à saúde proposto nas Conferências de Saúde Indígena é a autonomia administrativa e financeira dos distritos. Para a autonomia ser alcançada, os DSEIs precisam se transformar em unidades gestoras do Sistema Único de Saúde (SUS), contando com orçamentos próprios administrados através dos Fundos Distritais de Saúde. Os chefes ou coordenadores dos distritos devem ser aprovados pelos conselhos distritais, e o controle social deve ser efetivo, com participação indígena legítima em todas as instâncias de decisão.

Após oito anos da aprovação da Lei Arouca (Lei 8080/90) que estabeleceu os marcos legais para o funcionamento do Subsistema de Saúde Indígena, os povos indígenas e seus aliados enfrentam ainda o enorme desafio de superar estes obstáculos e construir os mecanismos técnicos e políticos que assegurem as condições adequadas de assistência à saúde e à melhoria dos indicadores e da qualidade de vida em suas comunidades. ■

Escola Guarani Kaiowá – Cerro Marangatu. MS 2005. *Foto: Egon Heck*

Desassistência na área de educação escolar indígena

Iara Tatiana Bonin
Doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Os dados registrados neste levantamento indicam que a principal causa de violações de direitos indígenas, no que tange à educação escolar, está relacionada à omissão do Poder Público, caracterizada pela falta de implantação da educação escolar como modalidade específica de ensino, pela escassez de recursos para o seu funcionamento e pela oferta insuficiente de processos de formação para os professores indígenas.

Uma atenção diferenciada em educação escolar, baseada em processos próprios de aprendizagem e nas línguas de cada povo, é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988 e na legislação específica que rege a educação brasileira. É dever do Estado ofertar escolas, em todos os níveis, às comunidades indígenas que assim o desejarem. A possibilidade de organização da "educação escolar indígena" como modalidade específica e da categoria profissional "professor indígena" foi esboçada já em 1991, no texto da Portaria Interministerial 559/91.

O Conselho Nacional de Educação estabeleceu, no âmbito da educação básica, a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, reconhecendo-lhes o direito de estabelecer normas e ordenamentos jurídicos próprios, através do Parecer CNE/CEB n. 14 e da Resolução CNE/CEB n. 03 de 1999. O Plano Nacional de Educação, Lei aprovada em 2001, reitera esses direitos e atribui aos estados a responsabilidade na execução de políticas de educação escolar indígena adequadas à realidade de cada povo. Apesar disso, registram-se ainda diversos casos de escolas indígenas submetidas à condição de escolas rurais. Neste relatório destaca-se o caso de escolas Nambikwara, no Mato Grosso, e também de povos indígenas no município de Boca do Acre/AM, enquadradas como escolas rurais. Isto acarreta problemas como a exigência de determinados modelos pedagógicos e de certas metodologias de avaliação que não condizem com processos pedagógicos próprios de cada povo indígena.

Dados apresentados pelo Cimi no relatório de violência do período 2003-2005 indicavam violações dos direitos indígenas no que tange à educação escolar como a utilização exclusiva da língua portuguesa em diversas escolas indígenas, inclusive em processos de alfabetização e a falta de investimentos para produção de materiais apropriados, para infra-estrutura e para a formação dos professores. O relatório também apresentou casos de desrespeito aos direitos trabalhistas dos profissionais da educação, como atraso no pagamento de salários e ameaças de suspensão de direitos assegurados à categoria. Outra situação detectada pelo levantamento é a imposição de programas, currículos e calendários escolares formulados para escolas de redes municipais ou estaduais, que não levam em conta os tempos e os espaços educativos, tais como festas, rituais, mutirões nos quais é necessário o envolvimento de crianças e jovens.

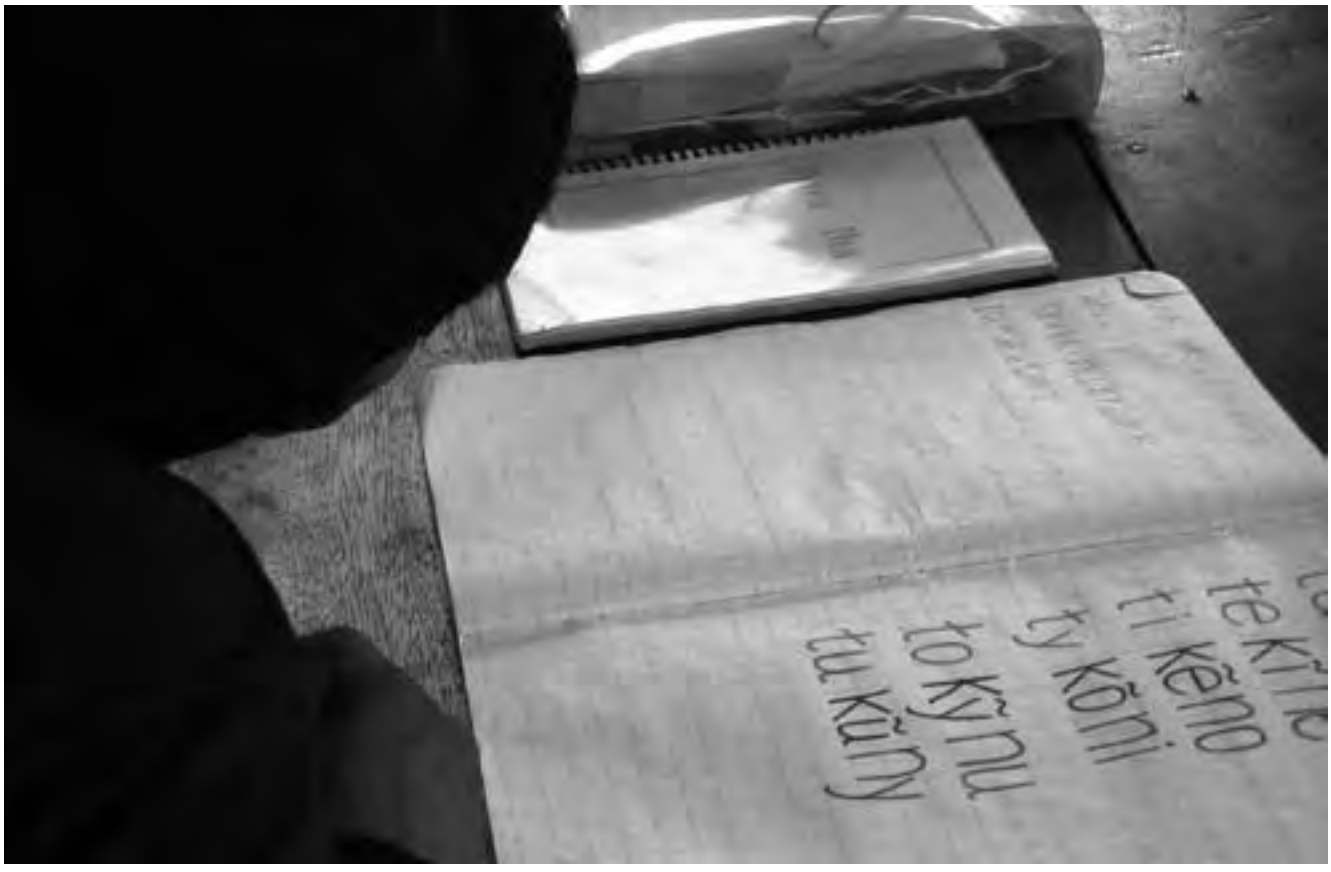
As informações reunidas em 2006 e 2007 mostram que este quadro se mantém inalterado. São dados parciais, mas sugerem que há um longo caminho a ser trilhado para a efetiva garantia dos direitos indígenas. A seguir são apresentadas algumas situações que caracterizam o desrespeito aos direitos educacionais indígenas, a partir de três eixos: formação e contratação de professores, organização do trabalho pedagógico e infra-estrutura das escolas.

Desrespeito aos direitos dos professores

A formação dos professores indígenas é apontada como prioridade desde a edição da Portaria Interministerial 559, em 1991. O Parecer CNE/CEB n. 14 e a Resolução CNE/CEB n. 3/99 destacam a importância da formação contextualizada nas culturas dos diferentes povos e comunidades, com processos articulados e integrados que permitam aos professores indígenas desenvolver propostas pedagógicas apropriadas à realidade de suas comunidades. O Plano Nacional de Educação, de 2001, determina que os sistemas de ensino devem profissionalizar e reconhecer publicamente o magistério indígena. Para isto, deve criar esta categoria e carreira específica, com concurso de provas e títulos adequados às particularidades lingüísticas e culturais indígenas, garantindo a esses professores os mesmos direitos assegurados aos demais docentes do mesmo sistema.

Apesar desse conjunto de normas que asseguram um tratamento diferenciado, os dados reunidos neste relatório apontam para a omissão e a morosidade na implementação de políticas públicas adequadas à realidade indígena. Destaca-se, como prática que não leva em conta a legislação, um concurso público para a contratação de professores indígenas, realizado no Mato Grosso em 2006, cujos candida-

Apenas 13% dos professores que atuam em escolas indígenas possuem curso superior, portanto, a exigência de ensino superior em concursos públicos significa a impossibilidade de participação dos profissionais que já atuam ou estariam aptos a atuarem nas escolas indígenas, segundo os critérios estabelecidos pelas comunidades indígenas.



Povo Awa Guaja. MA 1987. *Foto: Arquivo Cimi*

tos, para se inscrever, precisavam comprovar habilitação em nível superior e cujos textos das provas eram redigidos em língua portuguesa. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), baseados no Censo Escolar 2005, apenas 13% dos professores que atuam em escolas indígenas possuem curso superior. Ou seja, a imensa maioria possui formação de nível fundamental ou médio e, portanto, a exigência de ensino superior em concursos públicos significa a impossibilidade de participação dos profissionais que já atuam ou estariam aptos a atuarem nas escolas indígenas, segundo os critérios estabelecidos pelas comunidades indígenas.

Em 2007, houve mobilizações de comunidades e professores indígenas em diferentes partes do país. Elas denunciaram as precárias condições de trabalho, por meio de contratos temporários firmados muitas vezes de maneira inadequada, nos estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Amazonas e Maranhão. Também foram expressivas as manifestações indígenas reivindicando o cumprimento da lei e a realização de concursos públicos específicos para contratação de professores para suas escolas. Os povos Pataxó Hã-Hã-Hãe, Guarani-Kaiowá, Tapeba, Jenipapo-Kanindé, Pitaguary, entre outros, realizaram ações de protesto em órgãos públicos responsáveis pela oferta de educação escolar.

Há também casos destacados neste relatório, em que professores pertencentes a um povo indígena foram contratados para lecionar em uma comunidade de outro povo, situação que gera incontáveis problemas, pois se trata de culturas e línguas distintas. Registra-se a insuficiência de vagas nos cursos específicos de magistério indígena, como nos casos relatados pelos povos Apurinã e Jamamadi, no Amazonas; Tapirapé e Myky, no Mato Grosso e diversos povos do Maranhão. Neste último estado, são poucos os professores e realizou-se um concurso público em 2006, mas o estado não contratou os aprovados, ficando os estudantes Guajajara sem aulas durante um semestre letivo.

Em relação aos direitos dos profissionais da educação, além da instabilidade dos contratos temporários, observam-se casos de atraso no pagamento de salários nos estados do Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará e Alagoas. Isto afetou diretamente as comunidades Guajajara, Kaingang, Kariri, Kariri-Xocó, Karuazu, Tingui-Botó, Kalankó, Wassu, Jenipapo-Kanindé, Tapeba, Pitaguary, entre outras.

Materiais didáticos e infra-estrutura inadequados

No que concerne ao trabalho pedagógico, os dados de 2006 e 2007 ilustram a falta de investimentos públicos para melhorar as condições de ensino, para produzir e circular os materiais didáticos específicos e garantir os programas suplementares, estendidos a todos os estudantes do ensino fundamental público, conforme a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB. Os dados divulgados em boletins do Inep, em 2006, reconhecem que menos da metade das escolas indígenas tem acesso a materiais didáticos específicos. Mesmo naquelas em que estes materiais são usados, a oferta é restrita e não corresponde às necessidades expressas pelos professores e suas comunidades. Apenas um pequeno número de escolas possui materiais apropriados, que versam sobre o contexto cultural de seus povos, como preconiza a legislação em vigor.

Ainda em relação aos programas suplementares, destaca-se a falta de transporte escolar para estudantes indígenas, prejudicando povos como os Guajajara, Sateré-Mawé, Tupinambá, Pataxó Há-Hã-Hãe. Em algumas comunidades registrou-se a suspensão do transporte escolar decorrente da falta de pagamento e/ou a precariedade nas condições de oferta. Outras comunidades não dispõem de transporte escolar para deslocar os alunos até as escolas situadas fora das aldeias, para a continuidade dos estudos. Os estudantes Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, e Pataxó, na Bahia, percorrem quilômetros a pé para chegar às escolas. Evidencia-se também a descontinuidade na oferta de merenda escolar, a insuficiência e a falta de condições adequadas de armazenamento e conservação dos alimentos nas escolas indígenas. Há também registros de remessas de alimentos com prazos de validade já vencidos.

As condições de infra-estrutura apontadas no Censo Escolar 2005 indica que 34,2% das escolas indígenas continuam funcionando sem um local específico, sendo as aulas ministradas em galpões, casas de reza, templos, igrejas.

No que tange à infra-estrutura das escolas indígenas, a situação é preocupante. Há condições inadequadas de ensino-aprendizagem, instalações precárias, falta de equipamentos indispensáveis de saneamento básico e de manutenção, sendo os alunos submetidos a situações que põem em risco a sua saúde e segurança. Destacam-se casos de escolas que não protegem do sol e da chuva e locais em que os alunos aprendem sentados no chão por não possuírem carteiras escolares. Também há salas de aula sem quadros de giz, estabelecimentos sem cozinha ou sem banheiros, entre outras situações relatadas em aldeias Sateré Mawé, Guarani Kaiowá, Apurinã, Jamamadi, Karajá, Tapirapé, Tembé, Funi-ô, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Pataxó.

As condições de infra-estrutura apontadas no Censo Escolar 2005 não diferem destas aqui relatadas; o Censo indica que 34,2% das escolas indígenas continuam funcionando sem um local específico, sendo as aulas ministradas em galpões, casas de reza, templos, igrejas. Acerca das construções propriamente escolares, destaca-se que quase metade das escolas não tem fonte de abastecimento de energia, água encanada e sistema de escoamento de esgoto.

Embora parciais, os dados registrados neste levantamento evidenciam a falta de interesse do poder público em cumprir as normas legais que asseguram aos povos indígenas processos de escolarização condizentes com seus anseios e suas diferenças culturais. As escolas indígenas vão sendo mantidas pela vontade e determinação de suas comunidades e professores, mesmo sendo submetidas a situações precárias de funcionamento. O que se constata é a implementação de políticas paliativas que não colaboram para a efetiva criação de uma política de educação escolar indígena adequada e eficaz. ■

Capítulo I

Violência Contra o Patrimônio

Conflitos relativos a direitos territoriais 30

Invasões possessórias,
exploração ilegal de recursos naturais
e danos diversos ao patrimônio 35

Danos ambientais e biológicos 42

Omissão e morosidade
na regularização de terras 49

Conflitos relativos a direitos territoriais

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Os conflitos territoriais que os povos indígenas sofrem possuem motivos e atores diversos. Fazendeiros, posseiros e madeireiros ocupam e invadem terras indígenas ou resistem para sair. Estes chegam a utilizar força e ameaças para conseguir seus propósitos. Há também fazendeiros que alugam terras indígenas, o que parece mais suave, mas é ilegal e provoca tensões dentro das comunidades. Do outro lado do espectro, há conflitos territoriais com autoridades locais, estaduais ou federal, quando estes querem executar obras em terra indígena.

No ano de 2006, foram registrados 5 conflitos relativos a direitos territoriais em 4 estados. Mato Grosso, Roraima e Rio Grande do Sul e Tocantins.

Em Mato Grosso, a terra Marãiwatsedé, do povo Xavante, continua invadida por posseiros, mesmo tendo sido homologada em 1998. A comunidade de cerca de 600 indígenas tentou retomar a terra, mas por causa das invasões está confinada a uma pequena área de alguns alqueires. Cidades no interior da terra continuam crescendo, por meio da ação articulada de fazendeiros da região que trazem suas famílias. Não há atuação do Estado para garantir aos Xavantes os direitos à sua terra.

Ainda no Mato Grosso houve um outro tipo de conflito relativo à construção e pavimentação de estradas que cortam terras indígenas. Sobretudo a pavimentação da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, é contestada por nove povos indígenas atingidos.

Povos Apinajé, Xerente e Krahô contra hidroelétretrica de Estreito. TO 2008. *Foto: Arquivo Cimi*

A construção de grandes obras tem afetado diversos territórios indígenas. Além disso, fazendeiros, posseiros e madeireiros ocupam e invadem terras indígenas ou resistem para sair

Em Roraima, dois conflitos territoriais foram criados pela própria prefeitura de Pacaraima. O primeiro trata da decisão favorável à ampliação da sede do município em até 20.000 hectares dentro da terra indígena São Marcos, homologada e registrada. O segundo da criação de distrito municipal na Vila Surumu, dentro da Terra indígena Raposa Serra do Sol, também terra homologada. Uma denúncia a respeito dos casos foi encaminhada ao Ministério Público Federal, à Funai, à 6a.Câmara, ao Ministério da Justiça e à Advocacia Geral da União.

No Rio Grande do Sul, a pressão veio de fazendeiros, produtores de soja, que conseguiram aliciar um cacique Kaingang para arrendar terra indígena para as plantações deles, oferecendo em troca uma parcela da colheita. Além do arrendamento de terras indígenas ser proibido, o que foi reafirmado pela Funai na ocasião, esta situação provocou tensões dentro da comunidade entre um grupo favorável e um grupo desfavorável à proposta. Deste grupo, 72 famílias foram expulsas. A Funai e o Ministério Público tiveram que intervir.

Em 2007, houve registro de 6 conflitos territoriais na Bahia, no Mato Grosso, no Amapá, no Tocantins e no Pará.

No sul da Bahia, 45 famílias do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe foram desalojadas da Fazenda Serra Verde, onde moravam desde 2001, de forma violenta por um grupo de pistoleiros, supostamente contratados por fazendeiros da região. A fazenda fica dentro da terra tradicional do povo e que está sendo retomada desde 1983. Voltando aos seus lares, as famílias encontraram seis casas destruídas, 59 hectares de área cultivada queimada e um grande trecho de vegetação de Mata Atlântica derrubada. Os indígenas denunciam uma constante intimidação, por parte dos fazendeiros, com a contínua presença de pistoleiros nas redondezas da fazenda ocupada.

Em Tocantins, um fazendeiro invadiu a terra do povo Xerente. Ele mandou seus vaqueiros levarem algumas cabeças de gado para dentro da área indígena.

No Mato Grosso e Amapá, o conflito continua ser a ameaça de estradas, em construcao ou planejadas, que cortam terras indígenas. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), qualificou como sérias pendências, as rodovias BR-156 no Amapá e BR-158, no Mato Grosso, que incidem em terras indígenas. Considerada como emblemática, a pavimentação da BR-158 em 2007 ainda estava aguardando parecer do Ibama, da Funai e do Incra. A conclusão do trecho da BR 158 está prevista para 2009.

Ao longo da BR-156, há oito comunidades indígenas que sofrerão as conseqüências da construção da estrada, que costumam ser degradação do meio ambiente, doenças, disseminação de álcool e desestruturação cultural.

No Pará, na terra indígena Alto Rio Guamá, o povo Tembé exigiu a retirada de 1400 famílias de posseiros que vivem na terra do povo, sobre a qual já houve um acordo. Há um grupo de posseiros que concordou em deixar a área, mas outro grupo os impediu de sair. Indígenas, junto com posseiros detiveram o superintendente do Incra no Pará e três servidores da Funai, para pressionar estes órgãos. O superintendente do Incra informou que o processo estagnou devido a outros processos de desapropriação de uma gleba, que ainda tramitam na justiça. Uma reunião em Belém contando com a presença do INCRA, FUNAI, Polícia Civil, Polícia Federal e colonos, definiu que até 2008 as 1400 famílias de colonos serão remanejadas.

Houve um caso semelhante, ainda no Pará, na terra indígena Apyterewa. Mesmo após ter sido assinado o decreto de homologação da terra Apyterewa em 19 de abril de 2007, trabalhadores rurais permanecem assentados dentro da área. A homologação também gerou protestos entre os políticos locais, dentre eles o prefeito de São Félix do Xingu, Derimar Rodrigues. Em reação aos protestos, a Funai propôs a retirada das famílias assentadas até o ano de 2010.

O último caso registrado aconteceu no Pará também, quando trabalhadores rurais ocuparam duas fazendas e o sul da terra indígena Trincheira, onde vivem os povos Assurini, Kayapó e Parakanã. A ocupação foi resultado da revolta dos trabalhadores pela morte de um vereador, que morreu em decorrência de uma disputa política entre pecuaristas e políticos da região.

Neste relatório, para efeito de totalização do número de vítimas, consideramos apenas as vítimas individuais. Não incluímos na contagem os povos, as aldeias ou outros grupos específicos que foram vítimas coletivamente.

ANO	CASOS
2006	5
2007	6

Conflitos relativos a direitos territoriais

Dados -2006

MT - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MARÃIWATSEDÉ (SUYAMISU)

POVO: XAVANTE

TIPO DE CONFLITO: Invasão

DESCRIÇÃO: A população de cerca de 600 indígenas que retomou a área continua confinada em uma fazenda de alguns alqueires, numa pequena parte de seu território. Segundo o antropólogo Estevão Rafael Fernandes, "os posseiros continuam mobilizados, voltando a abrir picadas e a ocupar maciçamente o território Xavante, sem que haja manifestação do Estado". Cidades no interior da terra indígena crescem em uma ação articulada pelos fazendeiros da região, que trazem suas famílias de longe para ocupar a área. A terra foi declarada ocupação tradicional em 1993 e homologada em 1998, mas continua invadida. Os indígenas retomaram em agosto de 2004, tendo ficado acampados durante 10 meses à beira da BR-158, ocasião em que crianças morreram por desnutrição.

FONTE: *Notícias 24 horas, 21/11/2006*

POVO: IKPENG

TIPO DE CONFLITO: Estradas - construção e pavimentação

DESCRIÇÃO: Uns 200 Índios protestam contra a pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém) que liga Mato Grosso ao Pará. Segundo o cacique Megaron Txucarramãe as nove nações indígenas da região aguardam os representantes do Ministério do Meio Ambiente, Funai e Dnit, pois querem uma posição clara em relação a obra. Segundo o cacique, "as cidades estão avançando sobre as aldeias."

A pavimentação da BR-163 faz parte da construção da matriz de transporte nacional que inclui rodovias, ferrovias, hidrovias e aviões cargueiros para se atingir os portos da Europa e da Ásia.

FONTE: *Diário do Pará/PA, 26/07/2007*

RR - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

POVO: MAKUXI / TAUREPANG

TIPO DE CONFLITO: Criação de município em terra indígena

DESCRIÇÃO: A prefeitura de Pacaraima publicou decisão favorável à ampliação da sede do município até 20.000 ha. dentro da terra indígena São Marcos, homologada e registrada.

FONTE: *Assessoria jurídica do CIR*

TERRA INDÍGENA: SÃO MARCOS

POVO: MAKUXI / TAUREPANG / WAPIXANA

TIPO DE CONFLITO: Criação de município em terra indígena

Aldeia Mutum, Raposa Serra do Sol, RO. 2008. *Foto: Aldenir CIR*

Muitas aldeias são invadidas e destruídas em conflitos territoriais. Em 2006, foram registrados 5 conflitos em 4 estados, enquanto em 2007, as ocorrências chegaram a 6 conflitos em 5 estados

DESCRIÇÃO: A prefeitura de Pacaraima publicou decisão favorável à criação de distrito municipal na Vila Surumu, dentro da Terra indígena Raposa Serra do Sol, homologada.

Foi encaminhada denúncia ao MPF, Funai, 6a. Câmara, Ministério da Justiça e Advocacia Geral da União.

FONTE: *Assessoria Jurídica do CIR*

RS - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: LIGEIRO

POVO: KAINGANG

TIPO DE CONFLITO: Arrendamento de área indígena

DESCRIÇÃO: Um grupo de 72 famílias que resistiu ao arrendamento da terra acabou expulso da área indígena. A Funai e o Ministério Público tiveram que intervir porque o cacique e um grupo ligado a ele vinham pressionando as 300 famílias do lugar a ceder suas terras em troca de pequenos pagamentos, como cestas básicas, e depois as arrendavam para produtores de soja, que pagavam com fatias da colheita. A Funai emitiu instrução normativa reafirmando a ilegalidade do arrendamento de áreas indígenas.

FONTE: *A Crítica - AM, 19/09/2006; Comércio de Franca/SP, 17/18/09/2006*

Conflitos relativos a direitos territoriais

Dados -2007

BA - 1 Caso(s)

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TIPO DE CONFLITO: contestação e invasão de terra

DESCRIÇÃO: Os índios Pataxó Hã-Hã-Hãe alegam que os fazendeiros intimidam a comunidade com a constante presença de pistoleiros nas redondezas da fazenda ocupada. Principal motivo para a reocupação da Fazenda Serra Verde, segundo os índios, foi a constante humilhação que vinham passando. As 45 famílias ocuparam a Fazenda Serra Verde em 2001 e foram desalojadas em 2005 após decisão judicial. Em dezembro 2006 reocuparam a fazenda. Encontraram as seis casas destruídas e 59 hectares de área cultivada queimada, inclusive um grande trecho de vegetação de Mata Atlântica.

FONTE: *A Tarde/BA, 14/12/2006*

MT/AP - 1 Caso(s)

TIPO DE CONFLITO: construção e pavimentação de estradas em terra indígena

DESCRIÇÃO: O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, fez um balanço das rodovias nacionais ainda em obras. Qualificado como sérias pendências, as rodovias BR-156 no Amapá e BR-158, no Mato Grosso, incidem em terras indígenas. A BR-156 contabiliza em sua margem oito comunidades indígenas que recebem as conseqüências da degradação do meio ambiente, doenças, alcoolismo e desestruturação cultural. Considerada como emblemática a pavimentação da BR-158 aguarda parecer do Ibama, Funai e Incra. A conclusão do trecho da BR 158 está prevista para 2009.

FONTE: *Folha de São Paulo/SP, 9/06/2007 e Brasil de Fato/SP, 13-19/12/2007*

PA - 3 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

POVO: TEMBÉ

TIPO DE CONFLITO: Invasão e ocupação por posseiros

DESCRIÇÃO: Índios e posseiros detiveram o superintendente do Incra no Pará e três servidores da Funai, exigindo o cumprimento do acordo de remanejamento das famílias que vivem dentro da terra indígena. Em junho de 2007 um grupo de posseiros ligados ao ex-vereador de Capitão Poço, Manoel Evilásio Costa, teria destruído uma ponte para evitar a saída de posseiros que concordaram em deixar a área. Numa reunião em Belém contando com a presença do INCRA, FUNAI, Polícia Civil, Polícia Federal e colonos, foi definido que até 2008 as 1400 famílias de colonos serão remanejadas para outra área.

FONTE: *O Liberal/PA e Diário do Pará/PA, 25/05/2007*

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

POVO: PARAKANÃ

TIPO DE CONFLITO: Invasão e ocupação por posseiros

DESCRIÇÃO: Mesmo após ter sido assinado o decreto de homologação da TI Apyterewa em 19 de abril de 2007, trabalhadores rurais permanecem assentados dentro da área. A homologação também gerou protestos entre os políticos locais, dentre eles o prefeito de São Félix do Xingu, Derimar Rodrigues. A Funai propôs a retirada das famílias assentadas até o ano de 2010.

FONTE: *Diário do Pará/PA, 30/04/07, 18/05/07, 22/05/07, 23/05/07*

TERRA INDÍGENA: TRINCHEIRA

POVO: ASURINI / KAYAPÓ / PARAKANÃ

TIPO DE CONFLITO: Invasão e ocupação por trabalhadores rurais

DESCRIÇÃO: Uma disputa política entre pecuaristas e políticos da região resultou na morte de um vereador. Trabalhadores rurais ligados à vítima ocuparam duas fazendas, e o lado sul da terra indígena. O fato causou revolta entre os índios.

FONTE: *Diário do Pará/PA, 16/03/2007*

TO - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: XERENTE

POVO: XERENTE

TIPO DE CONFLITO: Contestação de limites de terra indígena, invasão

DESCRIÇÃO: Entrada de gado do fazendeiro dentro da terra indígena. A ação provocou danos morais e perda de bens (gado). Faz parte de um contexto de confronto com fazendeiros no limite da terra indígena.

FONTE: *Comunidade Xerente - Cimi GO/TO, 24/01/2007*

O Programa de Aceleração do Crescimento se revelou uma grande ameaça aos povos indígenas brasileiros, desrespeitando seus direitos territoriais e executando obras sem consulta prévia às comunidades

Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

As terras indígenas são constantemente invadidas por pessoas e grupos interessados em explorar recursos naturais ou ter a posse da terra. Isto resulta em danos ao patrimônio indígena, pelo roubo de recursos em si e pela destruição causada pelos invasores. Os invasores podem ser posseiros, grileiros, fazendeiros, madeireiros, garimpeiros, mas também empresas, nacionais e internacionais, e até agentes do Estado, como a Polícia Federal ou a Polícia Militar.

No ano 2006 há registro de 32 casos, nos estados do Amazonas (4), Bahia (1), Ceará (2), Maranhão (1), Mato Grosso (3), Mato Grosso do Sul (4), Pará (4), Rondônia (2), Roraima (9), Tocantins (1) e Santa Catarina (1).

Chama atenção a situação em Roraima, com o maior número de casos. Diversas aldeias dos povos Wapixana, Makuxi, Ingarikó, Taurepang e Yanomami foram invadidas por fazendeiros que disputam a posse da terra com os indígenas. Os fazendeiros invadem a área para retirar recursos, como um dos rizicultores da região, que tirou piçarra da estrada. Também denunciam e ameaçam os indígenas, como o caso de outro fazendeiro, que acusou os indígenas da região Surumu de furtar reses de sua propriedade. Na mesma Terra Indígena Raposa Serra do Sul, houve um caso de invasão armada. Os invasores entraram na área indígena disparando tiros de revólver e atingiram pessoas dos povos Wapixana, Makuxi, Ingarikó e Taurepang. Os mesmos invasores ameaçaram invadir a comunidade Cumanã-II e Nova Vitória, alardeando que iriam atear fogo no lugar.

Ainda em Roraima, na terra indígena Pium, os povos Makuxi e Wapixana, denunciaram a construção de uma estrada na suas terras, feita pela empresa CAL. No mesmo estado, os Yanomami sofrem igualmente com invasões de garimpeiros, que exploram os recursos naturais ilegalmente.

Em Rondônia, os Uru-Eu-Wau-Wau, os Uru Pa In e os Juma sofrem desde a homologação da sua terra, em 1982, com a invasão de grande número de grileiros.

Na terra indígena de Alto Rio Guamá, Pará, há outro tipo de invasão e exploração. Foi encontrada uma plantação de maconha de 5 hectares de pessoas que traficavam drogas, animais e madeira ilegal. Esta região sofre invasão de madeireiros desde os anos oitenta.

A extração ilegal de madeira é muito comum em diversos estados. No Mato Grosso, na terra indígena dos Kayabí, estima-se que ações ilegais de madeireiros, grileiros e fazendeiros tenham desmatado 30 mil hectares da floresta de preservação permanente. A Polícia Federal prendeu cerca de 35 acusados de crimes, dentro da área indígena.

No Maranhão, invasores da terra indígena Araribóia, do povo Guajajara, retiram, ilegalmente, todos os dias dezenas de caminhões carregados de madeira. Essa situação coloca em risco a vida do povo Awa Guajá, que vive quase sem contato com a sociedade envolvente e que está tendo cada vez mais dificuldades para encontrar alimentos para sua sobrevivência.

Exemplo de invasão por uma empresa internacional ocorre no Ceará, onde a empresa espanhola Nova Antlântica quer construir um complexo turístico numa área do povo Tremembé. A construção foi suspensa por ação cautelar movida pelo Procurador Marcio Torres.

Invasão por parte de um órgão de Estado aconteceu no Amazonas, numa região que está sob estudo da Funai para as comunidades Cajueiro e Lourdes, dos povos Apurinã e Jamamadi. Encontrou-se nesta área uma equipe do Incra do Amazonas, realizando um trabalho de cadastro, cartografia e reavivamento de picadas com o objetivo de realizar a regularização fundiária beneficiando os ocupantes não indígenas.

Em 2007, houve 15 registros de invasão e exploração ilegal. Houve casos nos mesmos estados já mencionados em 2006 e mais um caso no Acre.

O caso no Acre envolveu uma empresa peruana (Florestal Venao), que retirou ilegalmente madeira do território brasileiro. Segundo relatório do Ibama esta empresa vem invadindo o Brasil, inclusive o Parque Nacional da Serra do Divisor e a terra do povo Ashaninka desde 2003. O Ibama apreendeu centenas de árvores cortadas e deteve três funcionários da empresa.

No Amazonas, 60 garimpeiros invadiram a terra indígena Trombetas Mapuera para a extração de ouro e outros minérios. Há uma pista de pouso clandestina para aviões bimotor. Os garimpeiros andam armados, intimidam e humilham os indígenas.

No Maranhão, um madeireiro invadiu a terra indígena Governador, do povo do Gavião. Ele desmatou uma grande área, cortando as árvores e queimando a terra. O desmatamento é tal, que a sobrevivência deste povo está ameaçada. Também no Maranhão, chamou atenção, até da imprensa internacional, a invasão da aldeia Lagoa Comprida, na terra indígena Araribóia por quinze madeireiros fortemente armados. Atiraram contra os indígenas e mantiveram um grupo como refém. As comunidades Guajajara na região sofrem pelo vasto desmatamento na área, já que eles enfrentam dificuldades para conseguir alimentação.

Já no Parque do Xingu, devido ao intenso desmatamento, as lideranças do povo Ikpeng ameaçaram entrar em confronto com os invasores, se as autoridades não fizerem nada para cessar o desmatamento.

Em Tocantins, o clima de conflito, violência e invasão continuou, com ameaças de fazendeiros, prefeitos, empre-

sas e grupos de homens armados e encapuzados. Nesse contexto, destaca-se a invasão à aldeia Buriti Comprido, do povo Apinayé, e a invasão à aldeia Cocalinho, relacionada ao ocorrido na primeira invasão. Na invasão à Buriti Comprido, 4 invasores foram mortos a pauladas. Provavelmente em retaliação às mortes, a aldeia Cocalinho foi invadida e as casas foram queimadas. Os habitantes das aldeias foram transferidos para a aldeia São José, abandonando suas casas e roças. A aldeia, porém, não tem infra-estrutura para abrigar todas as famílias.

ANO	CASOS
2006	32
2007	15

Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio

Dados -2006

AM - 4 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: ESPIRITO SANTO
POVO: KOKAMA
TIPO DE DANO: Invasão
DESCRIÇÃO: Segundo denúncia do tuxaua da comunidade Novo Progresso, os não indígenas da comunidade São Cristovão estão invadindo os lagos e terras indígenas, causando prejuízos. Os denunciados (cinco famílias), já haviam sido indenizados. No entanto, permanecem na área indígena e já somam 14 famílias.
FONTE: *COIAB - Tuxaua Jucelino Dutran Ferreira*

TERRA INDÍGENA: CUNHÃ/SAPUCAIA
POVO: MURA
TIPO DE DANO: invasão ilegal por empresa de ecoturismo.
DESCRIÇÃO: A empresa Liga de Eco Turismo (anteriormente denominada NG Turismo), invadiu a terra indígena para prática de ecoturismo. Não é a primeira vez que esta empresa invade uma terra indígena. Em Manicoré/AM, uma TI localizada no rio Marmelos, foi invadida e as lideranças aliciadas, provocando divisão interna na comunidade.
FONTE: *COIAB - Cimi Norte I*

TERRA INDÍGENA: ACAPORI DE CIMA
POVO: KOKAMA
TIPO DE DANO: Destruição de casas
DESCRIÇÃO: Destruição de todas as casas da comunidade. Os indígenas estão vivendo embaixo de lonas e há 40 crianças doentes com catapora, conforme informações da Coiab. Cumprindo mandado de reintegração de posse a Polícia Militar destruiu as casas de 140 moradores. A prefeitura alega que foi o pecuarista quem pediu a reintegração. O chefe da Funai em Manaus, José Melo, lamentou que o órgão não tenha escritório em Fonte Boa e nem advogados em Manaus.
FONTE: *Agência Brasil, 25/07/2006; Cimi Norte I-A Crítica, 26/07/2006*

TERRA INDÍGENA: CAJUEIRO / LOURDES
POVO: APURINÃ / JAMAMADI
TIPO DE DANO: invasão, ferimento e matança de animais
DESCRIÇÃO: Invasão à área pretendida pelos indígenas; ferimento e matança de animais dessas comunidades; ameaças diversas às lideranças indígenas; reação dos indígenas (queima de um barracão pertencente a um fazendeiro). O Seringal Europa encontra-se numa área que está sob estudo da FUNAI há alguns anos para a Identificação de uma Terra Indígena conjunta para as comunidades de Lurdes e Cajueiro, apesar desse fato, uma equipe do INCRA/AM, coordenada pela Sra. Núbia Rios Ferreira, que se diz pertencer ao povo indígena Tikuna, encontrava-se na área realizando um trabalho de cadastro, cartografia e reavivamento das picadas com o objetivo de realizar a regularização fundiária beneficiando os ocupantes não indígenas.
FONTE: *Cimi Equipe Boca do Acre*

BA - 1 Caso(s)

POVO: PATAXÓ
TIPO DE DANO: Ameaça de derrubada de monumento indígena
DESCRIÇÃO: Inaugurado no dia 23 de julho de 2006, O Memorial Ato do Descobrimento pode ser derrubado por recomendação do Ministério Público Federal de Ilhéus/BA, por meio de uma ação assinada pela procuradora da República, Fernanda Oliveira. A procuradora recomendou a paralisação das obras, sem saber que já estava concluída e inaugurada. O monumento foi construído em homenagem à comunidade indígena e era um centro de atração turística. A procuradora alega que a obra estava embargada pelo Ibama, Iphan e pela Funai. No entanto, o secretário de Infra-estrutura do município de Cabrália afirma que o monumento faz parte de um projeto da Secretaria de Cultura e Turismo e Estado, para a integração da Costa do Descobrimento e tem o aval da comunidade indígena, na pessoa do cacique Aruã. Segundo o cacique, o monumento não será derrubado de jeito nenhum.
FONTE: *A Tarde/BA, 28/07/2006*

CE - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PITAGUARY
POVO: PITAGUARY
TIPO DE DANO: Invasão e violência
DESCRIÇÃO: O açude Santo Antônio é considerado uma área de lazer, porém o grande número de visitantes não-indígenas

ao açude está gerando problemas de insegurança e de violência à população. Os índios estão sendo alvo de assaltantes e um deles chegou a ser baleado durante um tiroteio dentro da aldeia. Nos finais de semana há muita baderna com bebedeiras no local. Os invasores entram por uma estrada que dá acesso ao açude. A estrada é mal iluminada o que provoca maior risco de assaltos à noite.

FONTE: *O Povo/CE, 03/05/2006*

POVO: TREMEMBÉ

TIPO DE DANO: invasão por complexo turístico em construção

DESCRIÇÃO: Invasão de terra da comunidade. Construção de um complexo turístico em região próxima ao rio Mundaú. Segundo os indígenas, parte dos sítios de seus ancestrais está cercada como área da empresa Nova Atlântida, onde há, inclusive, barracas montadas por empregados. O chefe da Funai, no Ceará, Nemésio Moreira de Oliveira Júnior, explica que o início do processo demarcatório ainda depende da realização da fundamentação antropológica. De qualquer forma, segundo declaração do responsável na região, a terra não precisa ser demarcada para ser reconhecida, assim, no momento certo o governo irá indenizar a empresa e retirá-la das terras. A construção da obra está dividindo os índios. As duas comunidades são pobres e o emprego na construção ajuda no orçamento. Muitos índios que estão trabalhando renegam a origem indígena e apóiam o complexo turístico.

FONTE: *Diário do Nordeste/CE, 09/11/2006; Folha de S.Paulo, 20/11/06;O Povos/CE, 15/11/*

MA - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

POVO: GUAJÁ / GUAJAJARA

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Invasores da terra indígena retiram todos os dias ilegalmente dezenas de caminhões carregados de madeira. Essa situação coloca em risco a vida do povo Awa Guajá que perambula pela área e está tendo cada vez mais dificuldades para encontrar água para sua sobrevivência. Os Awá Guajá são grupos familiares que vivem livres na mata, praticamente sem contato com a sociedade que os cerca, e estão ameaçados pelos madeireiros que exploram a T.I.Araribóia. Desde a década de 1980 o território está sofrendo um processo acelerado de pilhagem. Há informações de que saem diariamente pelo menos 30 caminhões carregados de madeira pelo município de Bom Jesus das Selvas e 20 caminhões pelo município de Bureiticupu.

FONTE: *Istvan van Deursen Varga-U.F.M.1º/11/2006; O Estado do Maranhão, 18/11/2007*

MS - 4 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Além das ameaças de morte que os fazendeiros fazem aos índios quando passam pela terra indígena, impedindo-os de caçar e pescar, eles estão invadindo e extraindo ilegalmente madeira do local. Com as ameaças os índios ficam encurralados e está faltando alimento para muitas famílias. Os índios foram expulsos, em dezembro de 2005, da terra que já estava homologada e demarcada, e ficaram acampados à beira da estrada.

A comunidade indígena está denunciando novos atos de violência praticados por jagunços de fazendeiros contra ela.

FONTE: *Correio do Estado/MS, 27/11/2006*

TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TIPO DE DANO: Destruição de reservatório de água

DESCRIÇÃO: Uma caminhonete passou por cima e destruiu um reservatório de água que serve para abastecer os índios acampados na rodovia MS-384. Para os índios esta foi mais uma tentativa de intimidação, já que, com freqüência, passam pela área veículos em alta velocidade, com pessoas gritando e xingando os acampados. Os índios foram expulsos de suas terras, já homologadas, no mês de dezembro/2005 e estão vivendo num acampamento à beira da estrada em situação precária. Perderam suas casas, plantações e criação de animais.

FONTE: *Correio do Estado/MS, 26/01/2006; Jornal do Comércio/PE, 29/01/2006*

TERRA INDÍGENA: OFAYÉ-XAVANTE

POVO: OFAYE-XAVANTE

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Indígenas denunciam a retirada de madeira da aldeia. Segundo o relato que fizeram ao vereador Carlos Dutra, a aldeia está sendo dilapidada por não indígenas que estão retirando madeira seca e madeira verde, entre eles Angico e Pequi. O consumo de álcool também preocupa a comunidade, pois os índios ficam a mercê de aproveitadores vendendo gado e ferramentas para compra de bebida. Os Ofaiê reivindicam a criação de um Posto Indígena da Funai.

FONTE: *Home Page Dourados News/MS, 11/07/2006*

POVO: GUARANI / GUARANI KAIOWÁ

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: Homens montados à cavalo e armados invadiram os acampamentos indígenas, no dia 23 de novembro 2006, atirando no ar e jogando os animais na direção das casas dos índios, segundo denúncia dos indígenas. A região onde está montado o acampamento é um local de conflito. Dezenas de famílias indígenas vivem no lugar há mais de dois anos. Eles reivindicam 40 hectares, que segundo eles pertencem por herança a esse povo. No primeiro semestre de 2006 à Justiça Federal determinou a retirada dos índios do local. Por meio de um agravo, o Ministério Público Federal conseguiu suspender a decisão judicial.

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 25/11/2006*

MT - 3 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MARÃIWATSEDÉ (SUYAMISU)

POVO: XAVANTE

TIPO DE DANO: Invasão e ocupação

DESCRIÇÃO: Ocupação da Terra Indígena Marãwatsedé, por posseiros, que abrem picadas dentro do território já homologado. A terra indígena Marâwatsedé foi retomada pelo povo Xavante conforme decisão judicial a seu favor. Ficaram acampados por 10 meses à beira da estrada BR-158 impedidos pelos invasores de retornar ao seu

território, ocasião em que morreram várias crianças por desnutrição. Após retornarem a sua terra estão confinados em uma fazenda de alguns alqueires e os posseiros continuam mobilizados ocupando a terra sem que haja manifestação do Estado.

FONTE: *Página 20/AC, 19/09/2006*

TERRA INDÍGENA: KAYABI

POVO: KAYABÍ

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Estima-se que ações ilegais de madeireiros, grileiros, fazendeiros tenham desmatado 30 mil ha. da floresta de preservação permanente, extração ilegal de madeiras, além de grilagem de terras públicas. A Polícia Federal prendeu cerca de 35 acusados de crimes na área indígena. A operação envolveu cerca de cem policiais e contou com informações cedidas pelo próprio Ibama.

FONTE: *Folha de S.Paulo, 24/11/2006; O Globo, 24/11/2006; Gazeta online,23/11/06*

TERRA INDÍGENA: UMUTINA

POVO: UMUTINA

TIPO DE DANO: Pesca predatória

DESCRIÇÃO: Uma máfia de atravessadores age na região para comercializar o pescado retirado da aldeia. Os índios possuem 50 freezers comprados pela Funai para que estocassem peixe no período da piracema. Eles, porém, armazenam peixe para ser vendido. Como estão entre dois rios, Brugres e Paraguai, os índios têm uma grande oferta de peixe. A reserva fica na cabeceira do Rio Paraguai, local onde os peixes sobem para fazer a desova, quando a pesca é ilegal. O cacique dos Umutina trata diretamente com os atravessadores e os índios recebem R$3,00 por quilo de peixe.

FONTE: *Cimi*

PA - 4 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: BATELÃO

POVO: TEMBÉ

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Invasores e grileiros invadiram a Terra Indígena avançando sobre áreas da reserva para extrair angelim, madeira branca e ipê. Tiraram ilegalmente madeira, transportada por meio de 60 caminhões. As populações do Alto Rio Guamá vêm sofrendo constantemente com as invasões, sem que nenhum órgão consiga barrar a ação de madeireiros e grileiros. Numa carta aos autoridades os Tembé alertaram sobre a possibilidade de graves conflitos se os madeireiros não se retirarem.

FONTE: *6a. Câmara Ministério Público Federal, 22/09/2006*

TERRA INDÍGENA: PARAKANÃ

POVO: PARAKANÃ

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: Grileiros e posseiros em terra indígena. Lideranças Parakanã procuraram o Ministério Público e a Funai para fazer frente à pressão dos invasores, reivindicando a imediata demarcação do território.

FONTE: *O Liberal/PA, 15/06/2008; Equipe Cimi-Xingu*

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

POVO: TEMBÉ / URUBU KAAPOR

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira, tráfico de animais e drogas.

DESCRIÇÃO: Numa operação conjunta da Funai, Polícia Federal, Batalhão de Polícia Ambiental da PM/PA e com apoio do exército, foram presas 3 pessoas e apreendidas 9 armas de caça, detendo a ação de retirada ilegal de madeira e tráfico de animais. Durante a fiscalização os agentes do estado envolvidos na operação foram recebidos à bala. Os agentes encontraram uma plantação de maconha que cobria uma área de 5 hectares. A maconha depois de prensada, renderia 200 quilos.

FONTE: *Cimi Norte II, 2 e 11/04/2006*

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

POVO: TEMBÉ

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Houve retirada ilegal de madeira da terra indígena dos Tembé. Foi feito um documento assinado pelos índios alertando as autoridades sobre um possível conflito. A área indígena em questão enfrenta o problema de invasão de madeireiros desde 1980. A Polícia Federal se diz impossibilitada de realizar a operação na área por falta de efetivo e fará ações na reserva somente após as eleições de outubro.

FONTE: *Correio do Tocantins/PA*

RO - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: URU-EU-WAU-WAU

POVO: JUMA / URU PA IN / URU-EU-WAU-WAU

TIPO DE DANO: invasão e ameaça

DESCRIÇÃO: Cerca de aproximadamente 800 grileiros invadiram a terra indígena e ameaçam a vida do povo. As invasões se repetem há 24 anos, desde que o Incra iniciou um projeto de assentamento da reforma agrária dentro das terras indígenas. Em agosto/2005, a Justiça deu liminar reintegrando a posse aos índios do local conhecido como Burareiro. Os grileiros são comandados por 5 líderes, entre eles um advogado. Eles vendem os lotes de terra por cerca de R$ 3 mil prometendo regularização. Isso é apenas uma estratégia porque as terras dos índios já estão demarcadas e homologadas. A situação na área é tensa e os índios ameaçam fazer justiça com as próprias mãos. O Ministério Público Federal e a Polícia Federal têm conhecimento do problema.

FONTE: *Agência Amazônia de Notícias,30/12/2006; Estadão/RO, 03/01/2007*

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: São 16 povos que vivem isolados, ou em situação de isolamento e risco, ameaçados pela invasão de terras no estado de Rondônia. Destaque para o chamado "Índio do Buraco", o último sobrevivente de um povo, na fazenda Modelo e para o povo que vive no Parque Estadual de Corumbiara. A política fundiária adotada em Rondônia, em que os interesses de grupos políticos e econômicos se fundem, dando margem para que latifundiários, madeireiros e garimpeiros invadam as terras indígenas, destruindo seus recursos naturais, ameaçando sua integridade física e cultural, ganha força com a ausência de providências necessárias para deter o avanço da ocupação de terras públicas no estado.

FONTE: *Cimi*

RR - 9 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

POVO: MAKUXI / WAPIXANA

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: Foram roubadas 50 reses de projetos comunitários das comunidades indígenas. O gado passou a fronteira da Venezuela. O destino dessas reses é normalmente o matadouro que o fazendeiro João Garrote tem em Pacaraima. A comunidade foi atrás, com apoio de indígenas da Venezuela e encontrou numa fazenda um venezuelano que estava matando 2 garrotes. Ele confirmou a participação no crime junto com 2 venezuelanos e 2 brasileiros, sendo que um destes é o irmão do fazendeiro João Garrote. A polícia venezuelana pegou os suspeitos e confiscou uma Kombi utilizada para o transporte da carne. O ponto de apoio para este tipo de crime é uma fazenda desocupada chamada Campo Alegre, em área desmatada.

FONTE: *Assessoria Jurídica do CIR*

TERRA INDÍGENA: PIUM

POVO: MAKUXI / WAPIXANA

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: A empresa CAL abriu uma estrada passando no meio da Terra Indígena, sem consentimento da comunidade.

FONTE: *Assessoria Jurídica do CIR*

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

POVO: MAKUXI

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: Lideranças da região de Surumu denunciaram que um dos fazendeiros da região invadiu as comunidades, acusando os indígenas de ter furtado reses de sua propriedade.

FONTE: *CIR-Conselho Indígena de Roraima*

TERRA INDÍGENA: PIUM

POVO: MAKUXI / WAPIXANA

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: A comunidade indígena Barata denuncia invasão e ameaças a lideranças e até ao chefe de posto da Funai no local.

FONTE: *Assessoria Jurídica do CIR*

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

TIPO DE DANO: Retirada de areia

DESCRIÇÃO: Alunos do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa/Serra do Sol denunciaram que um rizicultor estava retirando ilegalmente piçarra da estrada que une Surumu a São Jorge. Foi encaminhada denúncia à Funai e ao Ibama e o trabalho foi embargado.

FONTE: *Assessoria Jurídica do CIR*

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

POVO: MAKUXI / TAUREPANG / WAPIXANA

TIPO DE DANO: invasão armada

DESCRIÇÃO: Os invasores entraram na área indígena disparando tiros de revólver no meio da comunidade, não deixando ninguém se retirar. Havia uma equipe de vacinação do CIR/Funasa que foi liberada. Os mesmos invasores ameaçaram invadir a comunidade Cumanã-II e Nova Vitória, com ameaça de atearem fogo. A área indígena Raposa/Serra do Sol enfrenta problemas depois da homologação. Fazendeiros não se retiram da área.

FONTE: *Conselho Indígena de Roraima-CIR, 09/03/06*

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: A terra indígena foi invadida por "Careca" e "Tita", filho e sobrinho, respectivamente, do fazendeiro João Garrote, alem de empregados.

FONTE: *CIR-Conselho Indígena de Roraima*

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

POVO: YANOMAMI

TIPO DE DANO: garimpo ilegal

DESCRIÇÃO: Garimpeiros que praticam atividades ilegalmente na área indígena levam armas de fogo para as comunidades. Seria desencadeada operação para retirar os garimpeiros da área, segundo a Funai local.

FONTE: *Folha de boa Vista/RR, 03/01/2006*

TERRA INDÍGENA: MURIRU

POVO: WAPIXANA

TIPO DE DANO: ameaça

DESCRIÇÃO: O gerente da Fazenda do deputado federal Urzeni Rocha ameaça castrar os animais da comunidade.

FONTE: *Assessoria Jurídica do CIR*

SC - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA:

POVO: GUARANI

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Roubo de madeira. O caso foi denunciado já em 2004, mas até finais de 2006 a situação persistia. No final de 2005 as lideranças Guarani comunicaram a continuidade do desmatamento. Foi pedido pela Delegada Clarissa que visitou a terra indígena, que os índios anotassem as placas dos veículos que carregam a madeira, mas isso ocasionou problemas para as lideranças, pois quando estas começaram a ser chamadas para prestar depoimento, foram pressionadas, e com medo, não deram mais informações.

FONTE: *Cimi Sul- Equipe Palhoça, 2006*

TO - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

POVO: AVÁ-CANOEIRO / JAVAÉ / KARAJÁ / TAPIRAPÉ

TIPO DE DANO: Extração de recursos naturais

DESCRIÇÃO: Mais de 200 fazendeiros estão se utilizando das riquezas naturais da terra indígena, para construção de benfeitorias na área conhecida como Barra do Jaraguá, na região sul da Ilha do Bananal. Em meados da década de 90, teve início o processo de desocupação da Ilha do Bananal para que fosse constituída a terra indígena. Cerca de 800 famílias foram indenizadas e deixaram a Ilha. Porém, passados mais de 10 anos ainda se encontram instalados na região sul da Ilha mais de 200 fazendeiros.

FONTE: *Povo Javaé-Reunião na Aldeia Canoanã em 18/agosto/2006; CIMI GO/TO, 24/01/2007*

Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio

Dados -2007

AC - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: KAMPA DO RIO AMÔNEA
POVO: ASHANICA
TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira
DESCRIÇÃO: A empresa peruana Florestal Venao vem invadindo, segundo relatório do Ibama, desde 2003, território brasileiro, inclusive a reserva indígena dos Ashaninka, o Parque Nacional da Serra do Divisor e a Reserva Extrativista do Alto do Juruá, para extração de madeira. Entre 17 e 23 de julho de 2007 o Ibama encontrou centenas de árvores cortadas, caminhões e até uma estrada ilegal construída pela empresa para o transporte. A empresa Florestal Venao é peruana e trabalha, no território peruano, com a comunidade indígena Nueva Shahuaya, que tem concessão do governo para extrair madeira por 20 anos.
FONTE: *Folha de São Paulo, 02/08/2007*

AM - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: TROMBETAS MAPUERA
POVO: HIXKARYANA / WAI WAI / WAIMIRI-ATROARI
TIPO DE DANO: Garimpo
DESCRIÇÃO: Invasão de aproximadamente 60 garimpeiros na reserva indígena para retirada de ouro e outros minérios. Segundo relato dos indígenas os invasores utilizam aviões bimotor em uma pista de pouso clandestina e botes para subir as reservas, cavando buracos. Chegam armados e humilhando os índios. Há denúncias que os garimpeiros também estão preparando as terras indígenas para plantação de maconha.
FONTE: *A Crítica/AM, 20/05/2007*

POVO: MARAGUÁ
TIPO DE DANO: Invasão
DESCRIÇÃO: De posse de um documento do Ibama forjado, os invasores desacatam os moradores e incentivam madeireiros e pescadores a entrar na terra indígena. Além disto agridem os moradores verbalmente. Neste momento, a área de Maraguá estava em processo de reconhecimento.
FONTE: *Organização Indígena Aspim; Cimi Norte I*

BA - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUASSU
POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE
TIPO DE DANO: Reintegração de posse
DESCRIÇÃO: Descumprindo liminar do MPF, fazendeiros e as empresas Agropecuárias de João Alves de Lima e Chaves Agrícola se recusam desocupar TI Caramuru Paraguassú. A favor dos índios tramita a Ação Civil Originária 312-BA para anular os títulos de posse em terras indígenas na Bahia. Esta ação está parada desde novembro de 2006.
FONTE: *A Tarde/BA, 22/07/2007*

POVO: TUPINAMBÁ
TIPO DE DANO: Invasão
DESCRIÇÃO: Um grupo de agricultores armados se aproximaram de uma comunidade Tupinambá para expulsá-la da área ocupada por eles. Os índios conseguiram impedir que agricultores ocupassem a área reivindicada, detendo o caminhão e o motorista que conduzia os agricultores e entregando o grupo ao delegado de policia.
FONTE: *A Tarde/BA, 31/03/07*

MA - 3 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: GOVERNADOR
POVO: GAVIÃO
TIPO DE DANO: Desmatamento
DESCRIÇÃO: Um madeireiro entrou na terra indígena sem a permissão da comunidade, desmatou uma grande quantidade do cerrado para fazer uma plantação. Ele vendeu a madeira derrubada. A terra indígena Governador está demarcada e homologada. Tem cerca de 41.644 ha possuindo quatro aldeias. Portanto, a reprodução do povo Gavião começa a ficar ameaçada pelo aumento da degradação ambiental. As queimadas vem se tornando cada vez mais freqüentes nos últimos anos, e o órgão responsável não toma nenhuma providência. A invasão foi denunciada aos órgãos competentes. Nenhuma providência foi tomada.
FONTE: *Comunidade Gavião - Cimi Equipe Maranhão*

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
POVO: GUAJÁ / GUAJAJARA
TIPO DE DANO: Invasão
DESCRIÇÃO: Um grupo de quinze homens fortemente armados (madeireiros da região de Buriticupu) invadiu a aldeia Lagoa Comprida, as seis horas da manhã e já foram atirando contra os indígenas, fazendo um grupo de reféns e ameaçando a comunidade. A terra indígena Araribóia está demarcada e homologada, sua população é de aproximadamente 6.500 indígenas. Com o desmatamento a caça está desaparecendo e causando conseqüências desastrosas para o povo Guajajara. Esta é uma terra de muitos conflitos envolvendo brancos e indígenas.
FONTE: *Cimi Equipe Maranhão, 2007*

POVO: GUAJAJARA
TIPO DE DANO: Incêndio de casas
DESCRIÇÃO: Parte da aldeia foi destruída e várias casas queimadas. Moradores entraram em conflito com os indígenas porque estes interditaram a estrada MA-006, que liga a cidade de Arame a Grajaú. A interdição foi um protesto contra a Funasa. Segundo o líder Uirachene Soares, a fundação não cumpre com suas obrigações e não respeita acordos firmados com o Ministério Público. No confronto, um índio foi morto a tiros, dois baleados e um ferido a pauladas.
FONTE: *Jornal Pequeno, 178/04/2007*

MT - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO XINGU

POVO: IKPENG

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Madeireiras clandestinas invadem o Parque Nacional do Xingu. As lideranças Ikpeng pedem ajuda para combater o alastramento do desmatamento perto da aldeia. Afirmam que pessoas não autorizadas entram dentro da área indígena portando armas de fogo. Na denúncia feita ao governo federal, as lideranças Ikpeng advertem que, se nada for feito para acabar com o desmatamento dentro do parque, poderão entrar em guerra contra os invasores.

FONTE: *www.socioambiental.org.br*

PA - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MÃE MARIA

POVO: GAVIÃO

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: Cerca de 30 famílias de posseiros invadiram a área indígena. Reivindicavam a desapropriação por parte do INCRA, alegando que não possuía documentação que comprovasse ser terra indígena. A ocupação durou três meses. Após a Funai apresentar a documentação comprovando o processo de anexação da área à Terra Indígena, os posseiros foram retirados. Deixaram um rastro de destruição ambiental e desmatamento.

FONTE: *Funai*

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

POVO: TEMBÉ

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: Além de posseiros, madeireiros, colonos assentados do Incra e inúmeros grileiros que ocuparam grande parte da reserva, os índios ainda enfrentam a ação judicial movida pela prefeitura de Nova Esperança do Piriá, requerendo a anulação do decreto que criou a área indígena. Segundo a prefeitura a área a ser resgatada compreende 96 mil hectares da reserva o que englobaria 75% do território do município. O prefeito alega que o município não tem como se desenvolver economicamente com a reserva, já que é proibido produzir nas terras indígenas. O procurador-chefe da União, Dênis Pereira, refuta os dados da prefeitura que, segundo ele, não apresentou nenhum estudo antropológico para comprovar esses dados.

FONTE: *O Liberal/PA, 17/09/2007*

RO - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: ROOSEVELT

POVO: CINTA LARGA

TIPO DE DANO: Garimpo

DESCRIÇÃO: Três anos após índios terem matado 29 garimpeiros que extraíam ilegalmente diamantes na reserva indígena Roosevelt, a pedra ainda é explorada dentro da terra indígena dos Cinta Larga. Ofício da Secretaria de Segurança Pública de Rondônia enviado à OAB no Estado, afirma que existem 1.500 pessoas trabalhando irregularmente dentro da área indígena. Há risco de conflito e a Polícia Federal alega não ter como impedir a entrada de garimpeiros.

FONTE: *Folha de São Paulo/SP, 7/abril/2007*

RR - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

POVO: MAKUXI / WAPIXANA

DESCRIÇÃO: O invasor tentou negociar a aquisição de gado com a comunidade indígena. Os indígenas acordaram em fazer uma possível troca desde que o acusado não levasse dois reprodutores bovinos e quatro novilhas. Ele levou o gado sem dar nada em troca para a comunidade.

FONTE: *CIR- Assessoria de Comunicação, 2007*

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

POVO: MAKUXI

TIPO DE DANO: Invasão

DESCRIÇÃO: Sem autorização da comunidade, invasores entraram no Centro Indígena de Formação, filmando todas as instalações onde funciona a escola de ensino médio técnico em agropecuária, supostamente contratados por um dos fazendeiros da região. As lideranças temeram outros atos violentos deste fazendeiro, que atua, segundo eles, com a ajuda de um conhecido deputado da região.

FONTE: *CIR - Assessoria de Comunicação – 2007*

TO - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

POVO: APINAYÉ

TIPO DE DANO: Incêndio de casas

DESCRIÇÃO: No dia 15 de dezembro um grupo de encapuzados entrou na aldeia Buriti Comprido dando tiros para o alto e para todos os lados, com a intenção de reaver um trator da prefeitura que estava na aldeia. O trator havia sido retido pelos índios indignados com as promessas não cumpridas do prefeito para fazer uma estrada que dava acesso à ponte do ribeirão dos Cabocos e providenciar energia para a aldeia. Na hora da invasão a comunidade estava festejando em conjunto com outra aldeia uma partida de futebol. As mulheres, idosos e crianças se assustaram e na confusão 4 invasores morreram com pauladas, e um indígena foi ferido à bala, de raspão. Após esse fato a aldeia Cocalinho foi invadida e as casas queimadas, supõe-se como retaliação do que acontecera. Os indígenas sofrem ameaças constantes por parte de prefeituras, fazendeiros e empresas. Os moradores das duas aldeias abandonaram suas casas e roças e foram para a aldeia São José que, por outro lado, não tem infra-estrutura para abrigar todas as famílias.

FONTE: *Cimi GO/TO; Jornal de Tocantins, 28/12/2007; 29/12/2007, relatório do Prof.Odair*

Danos ambientais e biológicos

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Muitas terras indígenas sofrem danos ambientas, que prejudicam a vida das pessoas e de comunidades que são dependentes dos recursos naturais. Muitas denúncias referem-se a desmatamento e queimadas da mata nos territórios. Mas há também relatos de retirada ilegal de areia de terra indígena por caçambeiros, que causa erosão, e obras de construção ilegal em terra indígena, que causam desmatamento, poluição, desapropriação dos moradores e desaparecimento de peixes nos rios atingidos. Há ainda poluição por agrotóxicos e poluição causada por mercúrio e outras substâncias usadas no garimpo, o que prejudica a saúde dos indígenas e desrespeita a legislação ambiental brasileira que protege o entorno de territórios indígenas.

No ano de 2006 há registro de 19 casos de danos ambientais e biológicos em terras indígenas. Trata-se dos estados de Bahia (2 casos), Ceará (7) casos, Minas Gerais (2), Mato Grosso (3), Pará (2), Paraíba (1), Paraná (1) e Tocantins (1).

Destaca-se o Ceará, com o maior número de casos, dentre os quais, uma grande mortandade de peixes na Lagoa Encantada, o que afeta a alimentação do povo Genipapo Kanindé, já que este vive basicamente da agricultura e da pesca. O povo Anacé denunciou a retirada ilegal da água de um córrego da aldeia para comercialização e para obras de terraplanagem da sub-estação siderúrgica em construção na região. Os Anacé são muito prejudicados pela construção

Usina de cana no MS. *Foto: Egon Heck*

O agronegócio tem expulsado as comunidades indígenas de seus territórios tradicionais e causado danos ambientais irreversíveis. Em 2006, foram registrados 19 casos e, em 2007, 14

desta siderúrgica e do porto do Pecém, que envolve a retirada ilegal de areia, desmatamento, poluição, desemprego dos pescadores e até desapropriação dos próprios moradores.

Registrou-se desmatamento ilegal em vários estados, sendo estes Paraíba, Pará, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia e Ceará.

Em Minas Gerais, os Xakriaba denunciaram a existência de uma barragem ilegal no leito do rio Itacarambi, o que impede que os peixes subam o rio e cheguem à área indígena. Os Xakriaba dependem de peixe para sua alimentação.

No Mato Grosso, os Xavante são contaminados pelos agrotóxicos espalhados por aviões nas plantações dos fazendeiros da região, que acabam poluindo os rios e riachos, trazendo doenças para os indígenas que utilizam a água. Os Kaingang no Paraná também denunciaram o dano causado pelos agrotóxicos utilizados pelos fazendeiros da região.

No Pará, os Munduruku são atingidos pelo mercúrio e cianeto de sódio, ambas substâncias altamente tóxicas, que são utilizados pelos garimpeiros, sobretudo da reserva garimpeira do Tapajós.

No ano de 2007, houve 14 registros de danos ambientais, dos quais 6 aconteceram no Pará. De novo, houve notícias de extração ilegal de madeira e desmatamento. Além do Pará, os registros referem-se ao Acre, ao Amazonas, ao Ceará, ao Mato Grosso do Sul, ao Tocantins e ao Mato Grosso. Chama atenção o fato do desmatamento não ser apenas por interesse comercial na extração de madeira. Algumas pessoas forçadas a deixar as terras indígenas, só se retiram depois de destruir uma parte considerável da área. Como foi o caso dos posseiros na terra indígena Mãe Maria, do povo Gavião, no Para. Eles invadiram a terra indígena e deixaram o local depois intervenção da Funai, porém, desmataram a área antes. Em relação aos casos de desmatamento, é interessante observar, que em algumas situações há colaboração entre a Funai, o MPF, a Polícia Federal e os indígenas no esforço de prender os madeireiros ilegais.

Outra causa para o desmatamento são as queimadas que os fazendeiros utilizam para a manutenção de pastos e que às vezes fogem do controle. No Pará, queimaram 6 mil hectares na terra indígena Sororó.

Também foram registrados danos ambientais na forma de pesca ilegal e predatória. No Mato Grosso, na área dos Umutina, um grupo foi preso em flagrante com 596 quilos de pescado. No Tocantins, no Parque do Araguaia, área do povo Karajá, foram apreendidas cinco toneladas de pirarucu, peixe considerado em extinção. O pescado seria entregue a comerciantes da Bahia.

Também foram registrados casos de contaminação por agrotóxico, como foi denunciado pelo líder Walmir Parintitin, no Amazonas, e como ocorre no Mato Grosso do Sul, na Terra Indígena Dourados. Em ambos os casos já foram diagnosticadas doenças provocadas pela ação dos agrotóxicos.

ANO	CASOS
2006	19
2007	14

Danos ambientais e biológicos

Dados -2006

BA - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUASSU

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Segundo denúncias dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, Funai e Ibama, o desmatamento na reserva Caramuru Catarina Paraguaçu, área de Mata Atlântica, se intensificou. O fazendeiro teria ordenado a derrubada de árvores para construção de pastagens. O Ibama reconhece a situação, alegando falta de recursos e pessoal para atuar. A área dos Pataxó Hã-Hã-Hãe foi demarcada nos anos 30 do século passado, mas a partir dos anos 60 a Funai alugou grande parte da terra a fazendeiros. A ação pedindo a devolução das terras tramita desde 1982.

FONTE: *Correio da Bahia/BA, 09/05/2006*

POVO: TUPINAMBÁ

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Os Tupinambá de Olivença, liderados pelo cacique Rosivaldo Ferreira da Silva, ocuparam duas fazendas na região de Buararema. Eles denunciaram a derrubada de árvores da Mata Atlântica. Cerca de 100 pranchões de vinhático foram apreendidos. O proprietário da Fazenda Três Irmãs, o técnico agrícola Manoel Macedo Vieira, negou o desmatamento, alegando tirar só madeira de árvores secas ou defeituosas para recuperar a casa. Os Tupinambás fizeram uma série de denúncias ao Ibama, desde 2004. Essas denúncias foram documentadas em vídeo e fotografias. De acordo com o cacique, nenhuma providência foi adotada.

FONTE: *A Tarde - Bahia, 12 e 21/03/2006*

CE - 7 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: LAGOA DA ENCANTADA

POVO: GENIPAPO KANINDÉ

TIPO DE DANO: Morte de peixes

DESCRIÇÃO: Os índios estão preocupados com a morte dos peixes da Lagoa Encantada. Aparentemente não há motivo para a causa da mortandade dos peixes. A comunidade está preocupada porque as 68 famílias que ali residem, vivem basicamente da agricultura e da pesca na lagoa.

FONTE: *O Povo/CE, 25/11/2006*

TERRA INDÍGENA: ANACÉ

POVO: ANACÉ

TIPO DE DANO: Retirada de água

DESCRIÇÃO: Conforme informação das lideranças indígenas há exploração ilegal de recursos naturais. Retirada da água de um córrego da aldeia para obras de terraplanagem e da sub-estação siderúrgica, além da comercialização da água.

FONTE: *Cimi Nordeste - Equipe CE*

TERRA INDÍGENA: ANACÉ

POVO: ANACÉ

TIPO DE DANO: Retirada de areia

DESCRIÇÃO: Caçambeiros de diversos estados do Nordeste retiram indevidamente areia para a terraplanagem da siderúrgica, provocando erosão de terra e desmatamento.

FONTE: *Cimi Nordeste - Equipe CE*

TERRA INDÍGENA: ANACÉ

POVO: ANACÉ

TIPO DE DANO: poluição, desmatamento, desapropriação

DESCRIÇÃO: Construção indevida de termelétrica na terra indígena, trazendo como conseqüência poluição, uso indevido das terras, desmatamento e desapropriação dos moradores.

FONTE: *Cimi Nordeste - Equipe CE*

TERRA INDÍGENA: ANACÉ

POVO: ANACÉ

TIPO DE DANO: poluição, desmatamento

DESCRIÇÃO: A firma Wolben está fabricando cata-ventos e produz poluição do solo com produtos químicos e provoca desmatamento da vegetação

FONTE: *Cimi Nordeste - Equipe CE*

TERRA INDÍGENA: ANACÉ

POVO: ANACÉ

TIPO DE DANO: poluição, desmatamento

DESCRIÇÃO: A construção do Porto do Pecém e de uma Siderúrgica provocaram desmatamento, desemprego para os pescadores, violência, atropelamentos, fluxo maior de carros, tráfico de drogas e prostituição.

FONTE: *Cimi Nordeste - Equipe CE*

TERRA INDÍGENA: ANACÉ

POVO: ANACÉ

TIPO DE DANO: poluição, desmatamento

DESCRIÇÃO: Conforme informam os ex-moradores, a área foi desapropriada para construção de siderúrgica. Os moradores foram relocados para três reassentamentos, mas o valor das suas terras foi inferior ao valor real. As terras sofreram erosão e desmatamento.

FONTE: *Cimi Nordeste - Equipe CE*

Queimada em aldeia Guajajara. MA 2007. *Foto: Diego Jonatã/Coapima*

MG - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: XAKRIABA

POVO: XAKRIABÁ

TIPO DE DANO: Construção ilegal de barragem

DESCRIÇÃO: Devido à construção ilegal de uma barragem construída no leito do rio Itacarambi, os peixes não sobem mais o rio. O povo Xakriabá se beneficiava com os peixes, através de pesca artesanal. O proprietário de um latifúndio construiu a barragem para irrigação de suas pastagens. A barragem está em pé há pelo menos 15 anos e somente foi identificada neste ano, pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente.

FONTE: *Cedefes/MG - Departamento Municipal de Meio Ambiente- S.João das Missões-08/02/07*

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

POVO: MAXAKALI

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: A retirada de madeira é praticada nos limites da área demarcada, nos locais de acesso mais difícil e feito por proprietários vizinhos à mesma.

FONTE: *Lideranças de Águas Boa e Pradinho; Cimi Equipe Maxakali*

MT - 3 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: ENAWENÊ-NAWÊ

POVO: ENAWENÊ-NAWÊ

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Destruição de área localizada perto da sub-bacia do rio Preto, com garimpo, desmatamento e queimadas. O ritmo da devastação é tão acelerado que já chega às áreas de preservação permanente, beira de rios e nascentes. Fazendeiros, garimpeiros e madeireiros não respeitam a lei ambiental e prosseguem no processo de destruição sem limites. Os Enawenê Nawê se vêem impedidos de fazer seus rituais de pesca coletiva com medo dos agressores.

Em 2004, a Funai anunciou a contratação de técnicos para estudar a situação na bacia, mas até finais 2007 nada foi efetivado.

FONTE: *Diário de Cuiabá/MT, 12/06/2006; Agenda Popular-Cedefes, abril/2006*

TERRA INDÍGENA: AREÕES

POVO: XAVANTE

TIPO DE DANO: Poluição por agrotóxico

DESCRIÇÃO: Poluição do rio das Mortes que atravessa a terra indígena, trazendo doenças para a população. Riachos também estariam sendo poluídos. Em protesto, os índios bloquearam uma ponte na BR-158. Produtores rurais utilizam agrotóxicos por via aérea nas suas plantações.

FONTE: *A Gazeta/MT, 26/05/2006; Diário de Cuiabá/MT, 26/05/2006*

POVO: XAVANTE

TIPO DE DANO: Poluição por agrotóxico

DESCRIÇÃO: O agronegócio começou a invadir as terras indígenas da região. Em torno das áreas indígenas está tendo um avanço de soja de uma maneira descontrolada e sem fiscalização. Segundo a liderança Xavante Hiparidi Top Tiro, a lei brasileira ambiental que protege o entorno de territórios indígenas não é cumprida.

FONTE: *Jornal da Câmara/Brasília, 23/11/2006*

PA - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

POVO: MUNDURUKU

TIPO DE DANO: Poluição por garimpo

DESCRIÇÃO: Pesquisadores do Instituto Evandro Chagas detectaram uma média elevada de acumulação de mercúrio na população. 95% das crianças, na maioria indígenas, dos municípios da região, estão contaminadas. Moradores da aldeia Sai-Cinza consomem grande quantidade de peixe pescado nas águas contaminadas.

Outro problema é a substituição do mercúrio por cianeto de sódio, substância altamente tóxica, e que está começando a ser utilizada, ameaçando o rio Tapajós e as populações indígenas e ribeirinhas. A reserva garimpeira do Tapajós conta com mais de 2.000 pontos de garimpo, mobilizando 40 mil garimpeiros, o que dificulta o controle na utilização do cianeto.

FONTE: *O Liberal/PA, 15/08/2006*

TERRA INDÍGENA: TEMBÉ

POVO: TEMBÉ

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Os madeireiros causaram um desmatamento que atingiu 50 mil hectares da terra indígena. Indígenas das comunidades atingidas apreenderam um caminhão carregado de madeira retirada de suas terras e prenderam 6 invasores. Estes foram entregues às autoridades enquanto os Tembé aguardam uma solução para o impasse.

FONTE: *O Liberal, 16,19,20,22,23/04/2006-Cimi Regional Norte II*

PB - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: POTIGUARA - MONTE MOR

POVO: POTIGUARA

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Pilhas de madeira de lei (de alto valor mercadológico) foram encontradas e já trabalhadas prontas para a venda. No local foram encontrados vestígios de acampamento e uso de motosserra, ferramenta utilizada para o corte de madeiras de lei como ipê e pau darco. Existe a suspeita da atuação de madeireiras, com o apoio de pessoas da comunidade indígena. A mata do rio Vermelho é um dos últimos redutos da Mata Atlântica existentes na Paraíba. Encontra-se em terra indígena Potiguara e é objeto de um parque estadual.

FONTE: *Ministério Público Federal/PB*

PR - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA

POVO: KAINGANG

TIPO DE DANO: Poluição por agrotóxico

DESCRIÇÃO: Os indígenas ficam prejudicados na saúde com a utilização de agrotóxico pelos fazendeiros nas lavouras de soja. Na época do cultivo o veneno atinge a caça e a água consumida pelos indígenas.

FONTE: *Comunidade de Boa Vista e Cimi Sul-Equipe Chapecó*

TO - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: INÃWÉBOHONA

POVO: JAVAÉ

TIPO DE DANO: Poluição da água

DESCRIÇÃO: Ao pescar no Lago Eliseu, aproximadamente 5km da aldeia Boto Velho, os indígenas se depararam com uma grande quantidade de peixes mortos boiando ao longo do rio. A água tinha uma coloração esverdeada, o que não é comum. Normalmente a comunidade faz um sistema de rodízio nos lagos e o lago Eliseu (destinado à conservação) só é utilizado em momentos de muita carência ou em época de grandes festas. Com a diminuição de peixes há prejuízo para a alimentação da comunidade e risco de contaminação de outras fontes, pois com o início do período chuvoso o lago transborda e a água vai para o rio Javaé que abastece a aldeia.

FONTE: *Paulo Cesar Javaé; Jornal do Tocantins, 30/11/2006; Cimi GO/TO, 24/01/2007*

Danos ambientais e biológicos

Dados -2007

AC - 1 Caso(s)

POVO: KATUKINA

TIPO DE DANO: caça predatória e extração de madeira

DESCRIÇÃO: Casos de invasão para caça predatória e extração ilegal de madeira nobre. Placas que demarcam a terra indígena foram alvejadas.

FONTE: *notíciasdahora.com, 05/06/2007*

AM - 2 Caso(s)

POVO: PARINTINTIN

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Forasteiros tomam conta da região, levando ao desmatamento e ao surgimento de pastagens, conforme denúncia do líder indígena Walmir Parintintin. O avanço da fronteira agrícola no norte do Mato Grosso e em Rondônia já atinge o sul do amazonas. O avanço sobre a floresta e as áreas indígenas vem ocorrendo desde o início dos anos 2000, quando surgiram os primeiros problemas com o plantio da soja.

FONTE: *O Estado/RO, 19/04/2007*

POVO: PARINTINTIN

TIPO DE DANO: poluição por agrotóxico

DESCRIÇÃO: Os agrotóxicos utilizados nas plantações de soja chegam às aldeias por meio da água dos rios. O consumo desta água e dos peixes contaminados provoca doenças e leva à morte de crianças e idosos. O avanço da fronteira agrícola no norte do Mato Grosso e em Rondônia, já atinge o sul do Amazonas e vem assustando as comunidades indígenas da região. Este avanço sobre a floresta e as áreas indígenas, conforme o líder Parintintin, Walmir Parintintin, vem ocorrendo desde o início dos anos 2000.

FONTE: *O Estadão/RO, 19/04/2007*

CE - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PITAGUARY

POVO: PITAGUARY

TIPO DE DANO: Retirada de areia

DESCRIÇÃO: A retirada indiscriminada de areia e a morte de animais na área da aldeia indígena, na localidade de Santo Antônio dos Pitaguary, em Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza, foram as causas de uma manifestação realizada por representantes da etnia. O índios denunciaram o uso de caçambas para retirar areia logo à entrada da área que foi demarcada pelo governo federal.

FONTE: *O Povo Online, 9/1/2007*

MS - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TIPO DE DANO: Soja e agrotóxico

DESCRIÇÃO: As plantações de soja estão ocupando grandes áreas dentro de aldeias que formam a Reserva Indígena de Dourados. Os índios denunciam que os produtos químicos usados na soja estão prejudicando a saúde de quem mora próximo às plantações. A existência de plantações de soja em terras da União contraria legislação havendo um termo sobre isso assinado com o Ministério Público Federal. O líder indígena Ivo Porto afirma que a maioria das plantações de soja não pertence aos índios e sim aos brancos. Segundo ele, alguns índios até cuidam das áreas, mas a semente, os produtos químicos e os maquinários são dos brancos. A índia Marinete de Souza, que tem uma filha de três anos, disse que estão aparecendo ferimentos no rosto da menina, depois que ela brincou no meio da lavoura de soja. O médico da Funasa, Zelik Trajber, afirma que os produtos químicos podem causar problemas mais graves, comprometendo todo o organismo da pessoa.

O técnico agrícola da Funai, José Miranda, declarou que está fazendo um relatório sobre a situação para enviar à direção do órgão em Brasília e também ao Ministério Público Federal.

FONTE: *O Progresso/MS, 18/01/2007*

MT - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: UMUTINA

POVO: UMUTINA

TIPO DE DANO: Pesca predatória

DESCRIÇÃO: Tráfico de peixes. Apreensão, durante a piracema, de 596 quilos de pescado. A mercadoria era obtida dentro da aldeia e seria vendida na capital. Os acusados pagavam R$2,00 o quilo e vendiam na cidade por R$ 18,00. O grupo vinha sendo investigado desde 2005 e foi preso

em flagrante pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Foram multados em R$100 mil mais R$10 por quilo de peixe apreendido.

FONTE: *Diário de Cuiabá/MT, 30/01/2007*

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO XINGU

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Foram extraídas cerca de duas mil cargas de madeira do Parque Indígena e vendidas ilegalmente para vários estados. Foram presas 47 pessoas e foram decretados 57 mandados de busca e apreensão. Ao menos 15 madeireiras em cinco estados foram fechadas e lacradas. O delegado informou que os grileiros, proprietários rurais e arrendatários seriam responsáveis por providenciar os recursos financeiros e contratar pessoal para executar os trabalhos dos acusados.

FONTE: *A Gazeta/ES, 17/05/2007*

PA - 6 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: APYTEREWA

POVO: APYTEREWA

TIPO DE DANO: Extração ilegal de madeira

DESCRIÇÃO: Retirada ilegal de madeira da terra indígena. Os madeireiros invadem a terra indígena e retiram madeira ilegalmente. Os índios evitam caçar longe de suas aldeias por temer os invasores.

FONTE: *O Liberal e Diário do Pará, 11/07/2007; Cimi Regional Norte II*

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

POVO: TEMBÉ

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Operação flagrou madeireiros retirando ilegalmente madeira da reserva, na região entre os rios Coraci-Paraná e Gurupi. Há muito tempo a terra indígena Tembé sofre com o desmatamento e roubo de madeira. A operação na terra indígena foi planejada durante quatro meses no MPF, com a participação decisiva dos índios Tembé que forneram informações para a localização dos ladrões de madeira e de outros invasores da reserva.

Foram apreendidos 14 caminhões e 4 tratores, doze invasores presos.

FONTE: *O Liberal/PA, 13/12/2007; Assessoria comunicação do MPF; Cimi Regional Norte II*

TERRA INDÍGENA: MÃE MARIA

POVO: GAVIÃO PARKATEJE

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: 30 famílias de posseiros deixaram a terra indígena destruída. A área havia sido invadida pelos posseiros que lá permaneceram por 3 meses, reivindicando sua desapropriação. Após a Funai apresentar documentação comprovando o processo de anexação da área à terra indígena os posseiros se retiraram depois de desmatarem a área.

FONTE: *Funai; Cimi Regional Norte II-Equipe Marabá*

TERRA INDÍGENA: SORORÓ

POVO: SURUÍ

TIPO DE DANO: Queimadas

DESCRIÇÃO: Utilização de técnica de queimada para manutenção de pastos. O fogo destruiu cerca de seis mil hectares de floresta dentro da terra indígena, incluindo os castanhais da comunidade. O Corpo de Bombeiros de Marabá e os índios trabalharam mais de 20 dias para controlar o incêndio.

FONTE: *Funai e comunidade indígena - set/2007*

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

POVO: TEMBÉ

TIPO DE DANO: Desmatamento

DESCRIÇÃO: Invasões de serrarias destróem reservas florestais que ficam dentro da terra indígena. O cacique Ednaldo Tembé entrou com uma ação na Justiça Federal, no Pará, cobrando uma indenização de R$20 milhões por omissão e descaso da União na proteção das áreas florestais das terras indígenas do Alto Rio Guamá.

FONTE: *O Liberal/PA, 19/04/2007; Diário do Pará, 20/04/2007;Cimi Regional Norte II*

POVO: XIKRIM

TIPO DE DANO: Queimadas

DESCRIÇÃO: Fazendeiros localizados em torno da TI utilizam técnicas de queimadas para a manutenção de seus pastos. Neste ano o fogo adentrou a reserva destruindo cerca de quarenta mil hectares de floresta, incluindo os castanhais da comunidade. O Corpo de Bombeiro de Marabá trabalhou mais de 30 dias tentando conter o incêndio, que só terminou com as chuvas na região.

FONTE: *Funai e comunidade indígena-set/2007*

TO - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

POVO: KARAJÁ

TIPO DE DANO: Pesca predatória

DESCRIÇÃO: Cinco toneladas de pirarucu foram apreendidas no Parque Nacional do Araguaia. A carga foi apreendida por uma ação conjunta entre agentes da Funai, Ibama e Cipama, que agiram através de denúncias dos índios Karajá. O pescado seria entregue a comerciantes na Bahia. O peixe, considerado animal em extinção, tem sua pesca proibida. No entanto, é visado por pescadores devido à sua fácil comercialização e alto custo.

FONTE: *Jornal do Tocantins, 29/05/2007;Agência Estado, 29/0-5/2007*

Mulheres caminham em campo de soja. MS 2006. *Foto: Egon Heck*

Monoculturas de soja, cana e eucalipto e a criação de gado invadem as terras tradicionais indígenas. No Mato Grosso do Sul, 40 mil indígenas Guarani vivem com apenas 40 mil hectares de terras demarcadas

Omissão e morosidade na regularização de terras

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Em 2006 e 2007 foram registrados diversos casos de omissão e morosidade na regularização de terras indígenas. Alguns casos referem-se a descumprimento de prazos de demarcação de terra, outros a processos com tramitação lenta e há ainda registro de retrocessos nos procedimentos regulares.

Os atrasos colocam muitas comunidades em estado de apreensão, insegurança e inquietação. Sem direito a suas terras, estes povos ficam vulneráveis frente à violência de proprietários privados, empresas, invasores, políticos, enfim, todas as forças que se opõem à apropriação dos indígenas às terras que são historicamente suas. Ficam sem o direito de morar, plantar e caçar nos seus territórios, o que leva à pobreza, fome, desemprego, dependência e marginalização.

Este relatório não apresenta todos os casos de atrasos, mas o levantamento fornece um quadro significativo da morosidade das autoridades envolvidas e da forma como as demarcações tramitam.

Nota-se, como nos anos anteriores, atraso e paralisação em todas as etapas da demarcação. Desde a formação do Grupo Técnico para o levantamento antropológico das terras indígenas até a publicação dos relatórios de identificação, das portarias declaratórias e dos decretos de homologação.

O processo de demarcação se alonga ainda mais, quando há ações na Justiça contestando a demarcação. Estas ações tramitam por muito tempo na Justiça. Como exemplo mais triste, temos a situação dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, no sul de Bahia, que estão esperando há mais de 25 anos a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a posse de terra em questão.

Mesmo quando as pessoas afetadas por uma demarcação concordam com ela e com as indenizações, e estão dispostas a sair da área, isso não garante rapidez. Há vários casos de demora da Funai em pagar as indenizações, assim as pessoas ou as empresas em questão permanecem na área demarcada.

A morosidade dos processos leva muitos grupos indígenas a protestar, bloqueando estradas, pontes e ocupando prédios, como as sedes regionais da Funai. Como última conseqüência da morosidade, os indígenas tomam o direito em suas mãos e retomam áreas reivindicadas como territórios tradicionais.

Como resultado destas ações os indígenas conseguem regularmente encontros com as autoridades envolvidas. No entanto, é triste notar que geralmente as promessas feitas não são cumpridas. O que, por sua vez, provoca outras manifestações e ocupações por parte dos indígenas.

Neste contexto não é de surpreender que muitas vezes aqueles que se supõem donos de terras em questão reajam e assim surjam, em conseqüência, atritos, brigas, destruição de aldeias, queima de casas e até assassinatos.

Quem se opõe à demarcação das terras indígenas? São todos com interesses nas terras em questão. São pequenos proprietários de terra como posseiros ou grandes proprietários como fazendeiros e empresas. São também autoridades municipais, estaduais e federais que, muitas vezes, têm outros planos para as regiões, como a construção de estradas, barragens, bairros e outros projetos. Em várias regiões, os oponentes formam alianças poderosas, que influenciam a opinião pública e o poder público, com manifestações, acusações, campanhas na mídia, afirmações inverossímeis, criando um clima desfavorável, preconceituoso e até hostil aos indígenas.

Em 2006 há registro de 26 registros de omissão, morosidade ou descumprimentos de prazos na regularização de terras. Muitos processos se encontram ou se encontravam parados. Trata-se dos estados do Acre (1 caso), Bahia (3), Mato Grosso do Sul (1), Pará (1), Paraná (2), Rio de Janeiro (2), Rio Grande do Sul (4), Santa Catarina (8), Espírito Santo (1) e São Paulo (4).

No sul do país, a resistência parece o mais forte, considerando os números. No estado de São Paulo, há 2 casos nos quais a Funai não tomou nenhuma providência para dar início aos procedimentos para a identificação de terras, apesar das comunidades o reivindicarem desde 1999 e 2004.

Em Santa Catarina existe forte pressão contra a demarcação das terras Pirai. Pindo Ty, Tarumã, Corveta, Morro Alto e Morro dos Cavalos. Todas do povo Guarani. Também há forte pressão contra a demarcação das terras Toldo Pinhal e Toldo Imbu do povo Kaingang.

No Rio Grande do Sul há o caso de um grupo de 8 famílias Guarani acampadas nas margens de uma rodovia há mais de 40 anos, aguardando a formação do Grupo Técnico (GT). Naquele estado há outros grupos Guarani que vivem confinados em pequenas parcelas de terra, esperando a criação do grupo técnico da Funai. De algumas comunidades Guarani, a Funai já fez os estudos antropológicos, mas demora a publicar o relatório de identificação - etapa obrigatória no processo de demarcação.

Já no Paraná, a comunidade Guarani da terra indígena Yvyporã Laranjinha sofre com demora na regularização de sua terra, porque o desembargador da 4ª região do Tribunal Regional Federal suspendeu os efeitos da portaria que declara a terra indígena, que foi identificada e delimitada em abril 2006.

Na Bahia, o atraso na demarcação das terras Tupinambá e Pataxó Hã-hã-hãe levou estes povos a vários protestos, incluindo a ocupação da ponte central de Ilhéus e a retomadas de parte da terra reivindicada.

Em 2007 há registros de 20 casos, referentes aos estados do Paraná, Santa Catarina, Bahia, Paraíba, Acre, Pará e Rio Grande do Sul.

Na Bahia, por conta da morosidade nos processos de demarcação, os Tupinambá voltaram a retomar terras, assim como os Tumbalalá. Na Paraíba, o povo Potiguara esperou uma decisão judicial sobre uma ação que tramitava desde 1997.

No Pará, os Tembé estão aguardando desde o ano 2000 o início dos trabalhos de identificação da sua área.

Em Santa Catarina nota-se novamente a forte pressão de empresários e políticos contra a demarcação das terras indígenas no estado. Parece que estes estão conseguindo seus propósitos, visto que os processos continuam parados e que a Funai chegou a propor a redução da terra indígena Morro Alto, do povo Guarani.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	26	Não há vítimas individuais
2007	20	Não há vítimas individuais

Omissão e morosidade na regularização de terras

Dados -2006

AC - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: APOLIMA ARARA

POVO: APOLIMA ARARA

DESCRIÇÃO: O processo da criação da terra indígena Arara do Amônia está paralisado. Segundo o Ibama, a situação está complexa: a área sob pretensão dos indígenas abrange uma parte da Reserva Extrativista do Juruá, outra do Parque Nacional da Serra do Divisor, outra de um assentamento do Incra. Num ato normativo o Ibama, a Funai e o IMAC garantiam que não haveria atividade madeireira antes da regularização. Os moradores da Resex, porém, continuam com a atividade madeireira. Os indígenas exigem que não haja extração enquanto a área TI esteja em processo de regularização.

FONTE: *www.amazonia.org.br / 19/12/2006*

BA - 3 Caso(s)

TERRA INDÍGENA:

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

DESCRIÇÃO: Os indígenas denunciam a morosidade do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Cível Originára no. 312, em tramitação desde 1982. A terra do povo Pataxó Hã-hã-Hãe foi demarcada já na década de 1930. Porém, a partir de 1960 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) alugou terra desta área a fazendeiros da região. A ação que pede a nulidade deste títulos se arrasta desde 1982 no Supremo Tribunal Federal. O território dos Pataxó Hã-hã-Hãe engloba terras em Pau Brasil, Camancan e Itaju do Colônia.

FONTE: *A Tarde/BA, 26/01/06, 4/02/2006, 26/09/2006*

TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA

POVO: PATAXÓ

DESCRIÇÃO: O território indígena de Coroa Vermelha foi homologado com 1493 hectares. Entretanto 827 hectares estão destinados à preservação ambiental, 75 à conservação da praia e o restante à agricultura. A aldeia Coroa Vermelha está situada numa área de 77 hectares, abrigando 900 famílias, num total de 5000 indivíduos. Os Pataxó da aldeia de Coroa Vermelha pressionam a Funai para ampliar o seu território para poder abrigar todas as famílias da aldeia. Para isto ocuparam um terreno da empresa Brasil Colônia, dia 6/6/2006, que poucos dias depois desocuparam, e no dia 19/06/2006, um terreno vizinho da Faculdade do Descobrimento (Facdesco) no município Santa Cruz Cabrália. São áreas reivindicadas pelos Pataxó. Esta última estaria dentro do relatório do estudo de ampliação que a Funai está fazendo.

FONTE: *A Tarde - Bahia, 07 e 19/06/2006 e O Globo, 6/06/2006*

TERRA INDÍGENA:

POVO: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

DESCRIÇÃO: Os indígenas alegam descaso da Funai em relação à demarcação da terra. Os Tupinambá foram reconhecidos como etnia em 2003. Cobram a publicação do relatório do levantamento fundiário. Pedem que a Funai cumpra a promessa de indenizar os fazendeiros, proprietários de terras ocupadas pelos índios. Por falta desta indenização, os fazendeiros entraram com processo, que acabou parando na justiça. Em protesto os Tupinambás, junto com os Pataxó Hã-hã-hãe, fecharam a ponte central de Ilhéus, dia 25 de setembro 2006.

FONTE: *A Tarde - Bahía, 25 e 26/09/2006 e Correio da Bahía, 26/09/06*

ES - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: COMBOIOS

POVO: GUARANI / TUPINIKIM

DESCRIÇÃO: No dia 20 de agosto encerrou o prazo da Funai para encaminhar o processo das terras dos povos Tupinikim e Guarani para o então ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos. Porém, o processo ficou na Funai, ainda que o órgão já houvesse concluído o parecer sobre as contestações da Aracruz Velulose, que foram rejeitadas. Em setembro, com três semanas de atraso o processo de demarcação seguiu para o ministério da Justiça, cujo ministro tinha 30 dias para tomar uma decisão sobre o caso. Durante o ano de 2006 nenhuma decisão foi tomada.

FONTE: *Seculo Diario, 2/10/2006*

MS - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA:

POVO: TERENA

DESCRIÇÃO: Demora na demarcação de 17.200 ha, da terra indígena Gleba Iriri. Os indígenas alegam que se reuniram em julho 2006 com a desembargadora Suzana Camargo, do TRF da 3a.região, para cobrar agilidade no julgamento do processo de homologação e demarcação. Segundo o cacique Ageui Reginaldo, ela teria se comprometido a julgar o processo em 90 dias.

FONTE: *Campogrande.news.com.br, 06/11/2006; A Gazeta/MT, 30/12/2006 e 03/01/2007*

PA - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: GERALDA/TOCO PRETO

POVO: APIAKÁ / ARAPIUM / BORARI / CARA PRETA / CUMARUARA / MATIPU-NAHUKWA / TIMBIRA / TUPINAMBÁ

DESCRIÇÃO: Lideranças de 13 etnias recorreram ao Governo Estadual para tentar conter as invasões e ameaças que sofrem na região, por conta dos interesses de sojeiros e madeireiros em suas terras. Os procedimentos de demarcação das terras estão paralisados pelo governo federal e, em muitos casos, nem sequer iniciaram. A Terra Indígena em questão é a Gleba Nova Olinda de aproximadamente 200 mil hectares. Uma cooperativa (COOEPA) apresentou documento em que alegava ter o registro da terra. O documento é contestado pelo ITERPA e IBAMA.

FONTE: *Cimi Norte II, 5/07/2006 - 12,13,14/11/2006*

PR - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA

POVO: KAINGANG

DESCRIÇÃO: Assinatura da Portaria Declaratória está com o prazo expirado. A terra indígena foi identificada e delimitada em agosto de 2004. Em 2006 o processo foi enviado pela Funai ao Ministério da Justiça para assinatura da Portaria. As 35 famílias Kaingang, 120 pessoas, continuam vivendo precariamente, sob barracos de lona, ocupando 2 ha., cercadas em meio às fazendas instaladas em sua terra tradicional.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Chapecó, 2006*

RJ - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PARATI – MIRIM

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: Comunidade Guarani, da T.I. Parati Mirim no município de Parati (RJ), reivindica o início do procedimento de revisão de limites da sua terra desde 2003.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Registro - comunidade indígena, 2006*

TERRA INDÍGENA: ARAPONGA

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: Reivindica o procedimento de revisão de limites desde 2003. A área já demarcada é insuficiente para a reprodução física e cultural da comunidade indígena.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Registro - comunidade indígena - 2006*

RS - 4 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: RIO DOS ÍNDIOS

POVO: KAINGANG

DESCRIÇÃO: A portaria declaratória foi assinada pelo ministro da Justiça. Em 2005 foi realizada a demarcação física da área. O processo está paralisado.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Palhoça, 2006*

TERRA INDÍGENA: MATO PRETO

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: O GT foi criado em abril de 2004 e o relatório deveria ter sido publicado em abril de 2005. O processo continua paralisado. A antropóloga responsável identificou uma área de aproximadamente 4.000 ha.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Palhoça, 2006*

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: Cerca de 8 famílias estão acampadas a margem da rodovia há mais de 40 anos. Reivindica a terra, não como uma concessão, mas como direito a ser respeitado e que esta terra seja demarcada como território de ocupação tradicional. Aguarda criação de GT desde 2006, conforme promessa da Funai. Problemas enfrentados são a bebida alcoólica, a prostituição, doenças e desnutrição.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre - discurso de Maurício Guarani em 14-25/05/2007*

TERRA INDÍGENA: IRAPUÁ

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: A terra Irapuã está na margem da BR 290, no Km 299, no município de Caçapava do Sul. A comunidade, num total de 15 famílias, aguarda pela demarcação da terra desde os anos 80. Em 1997, Carlos Alexandre antropólogo da Funai fez uma levantamento prévio da área e desde então os Guarani aguardam pelo início dos trabalhos de um GT. A Funai prometeu a criação de um GT desde 2006. A terra tradicional está ocupada por fazendeiros. A comunidade enfrenta problemas de alcoolismo, prostituição, doenças e desnutrição.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre, discurso de Maurício Guarani - 14-25/05/2007*

SC - 8 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MORRO DOS CAVALOS

POVO: GUARANI MBYA / GUARANI NHANDEVA

DESCRIÇÃO: Após estar por mais de dois anos com todos os pareceres favoráveis para sua demarcação, a consultora jurídica do Ministério da Justiça, Cristiane Schineider Calderon, atendendo a um pedido do procurador do estado de SC, devolveu o processo à Funai, que o recebeu em 3 de fevereiro/2006, para elaboração de novo laudo antropológico que comprovasse a permanência ininterrupta dos Guarani no local, desde o início do século 20. A Funai, que já havia aprovado o relatório de identificação e delimitação em 2002, enviou uma funcionária da Coordenadoria Geral de Identificação e Delimitação para elaborar novo relatório atendendo as exigências do estado de Santa Catarina. Houve desrespeito de prazos em todos os trâmites. Em agosto de 2005 a comunidade Guarani iniciou uma campanha pela regularização da Terra Indígena. Foram

mais de 10 mil cartas e e-mails enviados ao Ministério da Justiça. Frente a essa pressão o Ministério devolveu o processo à Funai.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Palhoça, 2006*

TERRA INDÍGENA: TARUMÃ / CORVETA

POVO: GUARANI MBYA

DESCRIÇÃO: Em 2003, após reverter o processo de aquisição de terras para essas comunidades, a Funai criou um GT para identificação dessas terras como tradicional. Em 2003, houve o trabalho de campo e posteriormente a elaboração do relatório de identificação. Em 2004, foi iniciado o levantamento fundiário o que provocou pressão contrária à identificação. No final de 2005, a coordenadora do GT, Maria Janete, esteve nas aldeias informando que faria algumas alterações no relatório e voltaria em janeiro de 2006 para discutir essas alterações com as comunidades, o que não ocorreu. Em junho as comunidades intimaram a Funai de Curitiba para que enviasse o administrador e a coordenadora do GT para dar explicações sobre o processo das terras o que também não aconteceu. A pressão contrária à demarcação das terras é muito forte. A Funai propôs a redução de três Terras Indígenas.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Palhoça, 2006*

TERRA INDÍGENA: MORRO ALTO

POVO: GUARANI MBYA

DESCRIÇÃO: Em 2003, após reverter o processo de aquisição de terras para essas comunidades, a Funai criou um GT para identificação das terras como tradicional. Em 2003, houve o trabalho de campo e posteriormente a elaboração do relatório de identificação. Em 2004, foi iniciado o levantamento fundiário o que provocou forte pressão contrária à identificação das terras. No final de 2005, a coordenadora do GT, Maria Janete, esteve nas aldeias informando que faria algumas alterações no relatório e que voltaria em janeiro de 2006 para discutir essas alterações com as comunidades, o que não ocorreu. Em junho as comunidades intimaram a Funai em Curitiba, para a vinda do administrador e da coordenadora do GT para dar explicações sobre o processo das terras, o que também não aconteceu. A pressão contrária à demarcação das terras continua muito forte. A Funai propôs a redução de três terras indígenas.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Palhoça, 2006*

TERRA INDÍGENA: PIRAI

POVO: GUARANI MBYA

DESCRIÇÃO: Em 2003, após reverter o processo de aquisição de terras para as comunidades, a Funai criou um GT para identificação das terras como tradicional. Em 2003 houve o trabalho de campo e posteriormente a elaboração do relatório de identificação. Em 2004 foi iniciado o levantamento fundiário, o que causou pressão contrária à identificação das terras. No final de 2005 a coordenadora do GT, Maria Janete, esteve nas aldeias informando que faria algumas alterações no relatório e que voltaria em janeiro de 2006 para discutir essas alterações. Em junho as comunidades intimaram a Funai de Curitiba para a vinda do administrador e da coordenadora do GT para dar explicações sobre o processo, o que não ocorreu. A pressão contrária à demarcação das terras é muito forte, tendo a Funai proposto a redução de três Terras Indígenas.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Palhoça, 2006*

TERRA INDÍGENA: PINDO TY

POVO: GUARANI MBYA

DESCRIÇÃO: Em 2003, após reverter o processo de aquisição de terras para a comunidade, a Funai criou um GT para identificação da terra como tradicional. Nesse ano houve o trabalho de campo e elaboração do relatório de identificação. Em 2004 foi iniciado o levantamento fundiário o que propiciou pressão contrária à identificação. No final de 2005 a coordenadora do GT, Maria Janete, esteve nas aldeias informando que faria algumas alterações no relatório e voltaria em janeiro de 2006 para discutir as alterações com a comunidade. Até o momento isso não o ocorreu. Assim, após 3 anos da criação do GT os estudos de identificação e delimitação não foram concluídos. Há forte pressão contrária à demarcação da terra. A Funai propôs a redução de três Terras Indígenas.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Palhoça, 2006*

TERRA INDÍGENA: TOLDO PINHAL

POVO: KAINGANG

DESCRIÇÃO: O prazo para assinatura da Portaria Declaratória expirou em fevereiro de 2005. O processo permaneceu no Ministério da Justiça de janeiro de 2005 a agosto de 2006, quando o ministro, pressionado por uma liminar judicial expedida pela 1ª Vara da Justiça Federal de Concórdia/SC, mandou o processo de volta para a Funai para que fosse ouvida a Comissão Especial Interinstitucional para Assuntos Indígenas. O processo se encontra no órgão do governo. A comunidade está revoltada com a decisão do ministro, pois a Comissão não faz parte do processo administrativo de demarcação de terras indígenas, o que pode atrasar ainda mais a solução do problema.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Chapecó, 2006*

TERRA INDÍGENA: TOLDO IMBU

POVO: KAINGANG

DESCRIÇÃO: O processo foi enviado inicialmente ao Ministério da Justiça em dezembro de 2002. O prazo para assinatura da Portaria Declaratória expirou em janeiro/2003. O Ministério por três vezes decidiu por novas diligências mesmo não havendo questões técnicas a serem complementadas. Atualmente o processo se encontra novamente no Ministério da Justiça. A comunidade continua em situação precária, dependendo de cestas básicas para sua sobrevivência. Além disso por ordem judicial estão proibidos de se manifestar, tendo sido expedido um interdito proibitório sob pena de prisão para as lideranças indígenas.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Chapecó, 2006*

TERRA INDÍGENA: GUARANI DO ARAÇA´I

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: O processo está na Funai desde janeiro/2006. O prazo para análise das contestações expirou em 20/03/2006. A pressão política da Comissão Especial Interinstitucional para Assuntos Indígenas e a atuação de alguns agentes da Funai contrários à demarcação da terra, se baseiam em relatórios pouco confiáveis para atrasar os prazos e justificar que a terra em questão não é indígena. A comunidade está revoltada com os comentários que lhe são repassados quando questionam sobre o processo de sua terra. Ao agirem para pressionar os responsáveis por tal questão, são inibidos pela polícia e impedidos de se ma-

nifestarem, pois a ameaça maior é a prisão de membros da comunidade.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Chapecó, 2006*

SP - 4 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: PIAÇAGUERA

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: A terra foi identificada em dezembro de 2002. O processo de regularização fundiária encontra-se paralisado. Entretanto há especulação imobiliária e mineração dentro da terra indígena.

FONTE: *Equipe Registro, comunidade indígena, 2006*

TERRA INDÍGENA: ILHA DO CARDOSO

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: Comunidade Guarani reivindica o início do procedimento de regularização fundiária desde 1999. A Funai não tomou nenhuma providência para dar início ao procedimento de regularização. Impossibilidade de construção de escola e posto de saúde.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Registro e Comunidade Indígena, 2006*

TERRA INDÍGENA: RIBEIRÃO SILVEIRA

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: O procedimento de revisão de limites encontra-se paralisado, sendo o último ato a publicação do relatório de identificação e delimitação em dezembro de 2002. Cerceamento do direito de utilização da terra pela comunidade.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Registro - comunidade indígena, 2006*

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: Comunidade reivindica o início do procedimento de regularização fundiária desde 2004. A Funai não tomou nenhuma providência para dar início ao procedimento de regularização da terra indígena. Impossibilidade de construção de escola e posto de saúde.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Registro, comunidade indígena, 2006*

Povos do Nordeste contra a transposição do rio São Francisco. PE 2007. *Foto: Otto Mendes*

Omissão e morosidade na regularização de terras

Dados -2007

AC - 1 Caso(s)

POVO: APOLIMA ARARA

DESCRIÇÃO: O processo de demarcação da terra indígena dos Apolima-Arara está paralisado desde 2006. Lideranças indígenas apelaram ao Ministério Público Federal, no Acre, para que intercedesse a fim de que a Funai levasse a cabo a demarcação definitiva. A Funai já tem em sua posse dois laudos antropológicos que reconhecem a tradicionalidade dos Apolima. Já em 2006 os Apolima ocuparam a sede do Ibama para reivindicar a demarcação.

FONTE: *A Gazeta, Acre, 17/11/2007*

BA - 2 Caso(s)

POVO: TUMBALALÁ

DESCRIÇÃO: **OS** índios alegaram morosidade da Funai no processo de demarcação de sua terra, 57.000 hectares nos municípios de Abaré e Curaçá, que vem sendo discutida desde 2002. Para pressionar o processo, 500 indígenas ocuparam a Fazendo Palestina, em Curaçá. A ocupação foi liderada por Cicero Marinheiro, índio Tumbalalá e vereador em Abará. Ele alegou que o estudo da Funai já fora concluído em 2005. Na área sob pretensão serão abrigados mais de 4.000 Tumbalalá. A ocupação se deu sem conflitos, mas gerou um clima de insatisfação com

a comunidade do distrito Pedra Branca. Moradores montaram uma barreira na estrada, impedindo os índios de entrar na comunidade.

FONTE: *A Tarde/BA, 12 e 13/06/07*

POVO: TUPINAMBÁ

DESCRIÇÃO: Alegando morosidade no processo de demarcação, 300 índios liderados pelo cacique Valdelice Amaral, ocuparam a Fazenda Itapuã, que está sob tutela do Banco do Brasil. Além do processo demorado, os índios reclamam do relatório antropológico de 2004, que não menciona como terra indígena áreas da Aldeia de Serra do Padeiro e terras tradicionais na orla de Ilhéus. Eles denunciam a devastação das matas ciliares do Rio Acuipe e dos manguezais. No município de Ilhéus moram 6.500 Tupinambá, reunidos em quatro aldeias (Olivença, Tucum, Acuípe e Serra do Padeiro). Em 1996 um estudo antropológico os reconheceu como povo.

FONTE: *A Tarde - Bahía, 24 e25/08/07, 12/09/07 e 20/04/07*

ES - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: COMBOIOS

POVO: GUARANI / TUPINIKIM

DESCRIÇÃO: Em março, quatro meses depois de vencer o prazo de publicação da portaria declaratória da terra indígena o ministro Márcio Thomaz Bastos devolveu o processo para a Funai, solicitando que haja acordo entre as partes (os índios e a Aracruz Celulose). Em agosto, quase um ano após o prazo legal, o m inistro da Justiça, Tarso Genro, finalmente, assinou a portaria que declarou como terra indígena os 18.027 hectares reivindicados pelos dois povos.

FONTE: *Século Diário, março e agosto 2007*

PA - 1 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: TEMBÉ DE SANTA MARIA DO PARÁ

POVO: TEMBÉ DE STA.MARIA DO PARÁ

DESCRIÇÃO: Há seis anos os Tembé aguardam o início dos trabalhos de identificação da área para posterior demarcação. Neste período o trabalho antropológico se limitou a somente um dia em uma comunidade, e dois dias em outra, resultando em parecer negativo ao andamento do processo. Nestes seis anos de espera, os Tembé não foram incluídos no atendimento à saúde indígena do distrito Guamá -Tocantins. A Funasa informou que mesmo sem a demarcação da terra a comunidade poderia ser atendida desde que fosse feito o trabalho de localização e identificação das casas indígenas. Agora, com o parecer negativo, a comunidade não tem como encaminhar seus projetos de auto-sustentação e não é atendida na saúde e educação. Muitas famílias não têm condições mínimas para trabalhar e acabam migrando para a cidade.

FONTE: *Cimi Regional II; Comunidade indígena*

PB - 1 Caso(s)

POVO: POTIGUARA

DESCRIÇÃO: Reivindicação para a demarcação de 7.800 hectares ocupados por usineiros. Segundo o administrador regional da Funai, a terra pleiteada pelos Potiguara está sub judice desde 1997, quando o órgão deu entrada numa ação, mas em 1999 o processo teria sido parcialmente anulado. Só em 2004 é que o processo foi republicado e até os dias de hoje está sendo esperada uma decisão. A morosidade no caso é justificada pelas constantes argumentações dos ocupantes que se dizem donos das terras.

FONTE: *O Norte/PB, 07/06/2007; O Norte/PB, 10/10/2007;Jornal da Paraíba,07/06/2007*

PR - 4 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: XETÁ

POVO: XETÁ

DESCRIÇÃO: No ano 2000 foi constituído um GT para estudos de identificação e delimitação da TI Xetá. O relatório foi entregue somente em 2005. Até o momento não foi publicado nos diários oficiais da União e do estado do Paraná. A comunidade Xetá continua vivendo espalhada e distante de sua terra tradicional. Vivem em centros urbanos e em terras Guarani e Kaingang, nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Paraná*

TERRA INDÍGENA: AVA-GUARANI DE OCOI

POVO: AVÁ-GUARANI

DESCRIÇÃO: Há anos os Guarani reivindicam a identificação e delimitação de suas terras tradicionais. Atualmente, vivem nesta área mais de 600 pessoas, num espaço territorial reduzido dependentes de políticas assistenciais do governo. Grande parte da terra Guarani no oeste do estado do Paraná, foi submersa pela lago da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, no início da década de 1980. Além disso os Guarani foram expulsos de suas terras em função do estabelecimento de projetos de colonização, e para constituição do Parque Nacional do Iguaçu. Os índios se dispersaram e muitos foram alojados numa reserva de 230 hectares ao longo da faixa de segurança do lago.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Paraná, 2007*

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA

POVO: KAINGANG

DESCRIÇÃO: O processo administrativo da TI foi entregue ao MJ para assinatura da portaria declaratória em janeiro de 2006, permanecendo paralisado até dezembro do mesmo ano. Foi devolvido à Funai e somente em setembro de 2007 foi reencaminhado ao MJ. A portaria foi assinada em outubro de 2007. A comunidade vive em precárias condições, em barracos de lona, acampados em 1 ha da sua terra tradicional. Dependem de cestas básicas advindas do Governo Federal e da Provopar, órgão do governo do Estado que troca comida por artesanato.

FONTE: *Cimi Sul Equipe Paraná/PR*

TERRA INDÍGENA: YVYPORÃ LARANJINHA

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: A terra indígena foi identificada e delimitada em 12 de abril de 2006, com 1.238 hectares. A portaria declaratória que deveria ter sido assinada em novembro de 2006, somente foi assinada em abril de 2007. No entanto, o desembargador da 4ª região do TRF, Valdemar Capeletti, suspendeu os efeitos da portaria, em ação judicial impetrada pelos invasores das terras indígenas em questão. O atraso no processo de regularização da terra tradicional dos Guarani, agrava ainda mais as precárias condições em que vivem os índios.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Paraná, 2007*

RS - 3 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: ESTIVA

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: A área onde as 16 famílias Guarani vivem é de apenas 7 ha, e está em posse da prefeitura de Viamão. A comunidade aguarda a criação de um GT, conforme promessa Funai. Enfrentam problemas com alcoolismo, prostituição, doenças e desnutrição.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre e discurso de Maurício Guarani em 14-25/05/2007*

TERRA INDÍGENA: CAPIVARI

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: A área onde os Guarani estão acampados é uma espécie de pântano, próxima de uma rodovia. Atualmente residem no acampamento 7 famílias. Os índios aguardavam a criação do GT, anunciado pela Funai desde 2006, até o final de 2007. A comunidade está ciente de seus direitos pela terra, que é de ocupação tradicional, e denunciam falta de política fundiária que atenda as suas necessidades. Problemas com bebida alcoólica, prostituição, doenças e desnutrição.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre - Discurso de Maurício Guarani - 14-25/05/2007*

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: A área em que os Guarani, uma comunidade composta por 10 famílias, residem é de 23 hectares, cedida pelo estado do RS. Fica perto do Parque de Itapuã, terra de ocupação tradicional do povo Gurarani. Até o final de 2007 ficaram na expectativa da criação de um GT para o levantamento antropológico, prometido pela Funai. Vivem em condições precárias, em beira de estradas ou em áreas reduzidas fora de sua terra tradicional. Outros problemas enfrentados pela comunidade são a bebida alcoólica, a prostituição, doenças e desnutrição.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre - Discurso de Maurício Guarani 14-25/05/2007*

SC - 2 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: MORRO ALTO

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: Foi criado um GT para identificação das terras indígenas no ano 2003. Já se passaram mais de 4 anos e os estudos de identificação e delimitação ainda não foram concluídos. A omissão da Funai acontece pela morosidade e pela submissão aos interesses regionais. A Funai está cedendo às pressões do prefeito de São Francisco de Sul e grandes proprietários de terra no município, propondo a redução das terras indígenas. Empresários e políticos da região estão contratando profissionais para produzir os contra laudos.

FONTE: *Cimi Sul Equipe Florianópolis/SC, 2007*

TERRA INDÍGENA: MORRO DOS CAVALOS

POVO: GUARANI / GUARANI MBYA

DESCRIÇÃO: Solicitação de elaboração de novo laudo antropológico pela consultora jurídica do MJ Cristiane Shineider Calderon, inviabiliza o processo de demarcação da TI Itaty (Morro dos Cavalos). A Funai não cumpre os prazos necessários a tramitação do processo, atendendo as pressões do governo do estado de Santa Catarina. Há cerca de um ano e nove meses o processo está paralisado na Funai. Tempo para que a revista Veja iniciasse uma campanha contra a demarcação da TI.

FONTE: *Cimi Equipe Sul - Florianópolis/SC, 2007*

SP - 5 Caso(s)

TERRA INDÍGENA: GUA Y VIRI (LIMA CAMPO)

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: Comunidade Guarani - Guavira ty - Subaúmar, do município Iguape, reivindica o início do procedimento de regularização fundiária desde 2003. Até finais de 2007 a Funai não tomou nenhuma providência para dar início ao procedimento de regularização da terra indígena. A demora resulta na impossibilidade de construção de escola e posto de saúde.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe de Registro, comunidade indígena 2006/2007*

TERRA INDÍGENA: RIO BRANQUINHO DE CANANÉIA

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: Comunidade Guarani, da terra indígena Tapyí - Rio Branco de Cananéia, no município de Cananéia, reivindica o início do procedimento de regularização fundiária desde 2001. A Funai não tomou nenhuma providência para dar início ao procedimento de regularização da terra indígena. A demora resulta na impossibilidade de construção de escola e posto de saúde, além da impossibilidade de utilização da terra pela comunidade.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Registro e comunidade indígena - 2006/2007*

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: Comunidade Guarani do município Sete Barras reivindica o início do procedimento de regularização fundiária desde 2002. Até finais de 2007 a Funai não tomou nenhuma providência para dar início ao procedimento de regularização da terra indígena. A demora resulta na impossibilidade de construção de escola e posto de saúde. Corre uma ação de reintegração de posse contra a comunidade.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Registro e comunidade indígena, 2006/2007*

TERRA INDÍGENA: PINDO TY

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: Comunidade Guarani que mora no município de Pariquera Açu reivindica o início do procedimento de regularização fundiária desde 2001. Até finais de 2007. Funai não tomou nenhuma providência para dar início ao procedimento de revisão de regularização da terra indígena. A demora no processo resulta para a comunidade na impossibilidade de construção de escola e posto de saúde.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Registro e comunidade indígena, 2006/2007*

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA

POVO: GUARANI

DESCRIÇÃO: Comunidade reivindica o início do procedimento de revisão de limites desde 2003. A área já demarcada é insuficiente para reprodução física e cultural da comunidade indígena. Até finais de 2007 a Funai não tomou nenhuma providência para dar início ao procedimento de revisão de limites da terra indígena.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Registro, comunidade indígena - 2006/2007*

Capítulo II

Violência Contra Pessoa

Assassinatos 59

Tentativas de assassinato 79

Homicídios culposos 88

Ameaça de morte 92

Ameaças várias 96

Lesões corporais dolosas 100

Abuso de poder 102

Racismo e discriminações étnico-culturais 107

Violência sexual 112

Apropriações indébitas – retenções de cartões bancários 116

Enterro de Julite Lopes. MS 2007. *Foto: Egon Heck*

O crescente número de assassinatos revela a face mais cruel das violências contra os povos indígenas. Em 2006 foram 57 assassinatos e, em 2007, o número aumentou assustadoramente para 92

Assassinatos

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

No ano de 2006 foram registrados 57[1] assassinatos de indígenas, em 56 ocorrências. Além de ser o maior número de casos em relação aos 4 anos anteriores, o que torna este dado ainda mais preocupante é o fato de o número continuar crescente. Em 2003 foram 42 vítimas; houve redução em 2004, quando foram registrados 37 assassinatos, mas em 2005 foram registradas 43 mortes e, em 2006, o número chegou a 48.

O estado do Mato Grosso do Sul continua sendo o local onde se registrou o maior numero de assassinatos de indígenas no Brasil. Foram 27[2] casos em 2006, dois a menos do que havia sido registrado em 2005.

As ocorrências na Bahia também chamam atenção. Neste estado, houve registro de 5 assassinatos em 2006. Em 2004 e 2005 não houve registros e, em 2003, houve apenas 1 caso registrado no estado. Os assassinatos se concentram no sul da Bahia. A falta de entendimento e respeito entre as comunidades indígenas e não-indígenas gera desavenças. Também crescem as notícias que fazem referência ao tráfico de drogas.

Das 56 ocorrências de assassinatos registradas em 2006, 20 foram, ou há suspeita de que tenham sido, praticadas por indígenas, 11 por não indígenas, 1 caso por indígenas e não indígenas, e em 24 casos os assassinos ainda são desconhecidos.

Em 11 casos, o uso de bebida alcoólica esteve no contexto dos assassinatos e em dois casos houve relação com o uso de drogas; um outro caso teve relação com ambos, bebidas e drogas.

Quanto aos meios utilizados, 12 ocorreram por meio de arma de fogo, 28 por arma branca, como facas, canivetes, facões e em 7 casos foram usados outros instrumentos como pedaços de madeira e ferro. Aconteceram 3 espancamentos e em 6 casos não foi noticiado o meio empregado.

Os motivos que levaram aos assassinatos registrados podem ser agrupados da seguinte forma: 18 ocasionados por brigas, sendo que 8 estavam em contexto familiar. Duas destas brigas foram motivadas por vingança. Houve 1 caso atribuído a conflitos internos às comunidades e 2 casos relacionados a conflitos externos. Destes, um ocorreu por conta da invasão de madeireiros e um por disputa fundiária. Em 31 casos, os motivos são desconhecidos. Em um dos casos, a vítima foi assassinada por denunciar o tráfico de drogas na sua aldeia.

Entre as 57 vítimas dos assassinatos registrados em 2006, 34 eram maiores de 18 anos, 4 tinham menos de 18 anos e em 19 casos as idades das vítimas não foram identificadas.

Em 2007, o número de assassinatos registrados pelo Cimi aumentou assustadoramente e chegou a 92[3]. Este é o maior número de assassinatos já registrado pelo Cimi desde 1988, quando a entidade começou a fazer o levantamento anual. Em comparação com 2006, o número registrado em 2007 e 62% maior.

Mato Grosso do Sul, mais uma vez, foi o estado com o maior número de vítimas: 53[4] indígenas. Ou seja, houve 27 assassinatos a mais do que em 2006, o que significa um crescimento de 99%.

Preocupante também é a situação no Maranhão, onde foram registrados 10 assassinatos, e em Pernambuco, onde houve o registro de 7 assassinatos. Em Tocantins, foram registrados 4 assassinatos. Nos demais estados ocorreram um ou dois assassinatos. No Amazonas, na Bahia, em Minas Gerais, no Paraná, em Rondônia e em Roraima foram registrados 2 assassinatos. No Ceará, no Espírito Santo, em Mato Grosso, no Rio Grande do Sul e em São Paulo houve o registro de 1 caso por estado.

Em 31 casos de assassinato, o motivo do crime não foi identificado. Um grande número de mortes, 36, resultou de brigas, na maioria dos casos entre indígenas. Em 8 destes, as pessoas que brigaram eram da mesma família. Houve 10 assassinatos por vingança. Foram 3 os mortos como resultado de confrontos entre índios e madeireiros invasores, 4 em contextos de conflitos fundiários e 1 em confronto com não-indigenas durante um ato por melhorias no atendimento a saúde indígena.

Como nos anos anteriores, predomina o uso de armas brancas nos assassinatos. Foram 42, os casos cometidos com faca, facão ou foice. Foram 24 os assassinatos em que se usou arma de fogo. Espancamentos, inclusive com o uso de pedaços de madeira, pedras e um pedaço de cimento, mataram 12 pessoas. Quatro indígenas foram estranguladas.

1 Estes são os casos registrados neste relatório, pois o Cimi teve acesso a informações sobre o contexto da ocorrência. Em 2006, a Funasa registrou 9 casos que não constam nesse relatório, portanto, pelo menos 66 indígenas foram assassinados naquele ano.

2 Os assassinatos registrados pela Funasa que não constam neste relatório ocorreram no Mato Grosso do Sul. Portanto, chega a 36 o número de indígenas assassinados em 2006 naquele estado.

3 Em 2007, a Funasa registrou 8 casos que não constam nesse relatório, portanto, pelo menos 100 indígenas foram assassinados no ano passado.

4 Os assassinatos registrados pela Funasa que não constam neste relatório ocorreram no Mato Grosso do Sul. Portanto, chega a 61 o número de indígenas assassinados em 2007 naquele estado.

Em pelo menos 16 casos os acusados estiveram alcoolizados no ato. Ou seja, o uso de álcool, é um importante fator facilitador.

A situação do povo Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, continua sendo a mais preocupante. Mais da metade das vítimas de assassinato em 2007 (53 dos casos) pertencia a este povo. É explícito o alto grau de tensão e violência em que vive este povo. Entre eles, há todos os tipos de assassinato, resultantes de tensões externas e internas. Há casos como o de Julite Lopes (70 anos) que levou um tiro no peito durante a violenta retirada de famílias indígenas da fazenda Madama, no município Amambai, e casos de desconhecidos atacando indígenas enquanto estes estavam em casa ou passando de motocicleta. Há ainda os assassinatos dentro de famílias indígenas e assassinatos em brigas de bar, por pessoas alcoolizadas. Também foram registrados 4 casos de assassinatos que ocorreram em usinas ou em alojamentos de indígenas que trabalham no corte de cana.

Chama atenção também a situação do povo Guajajara, no Maranhão, que continua vivendo conflitos com grupos de madeireiras ilegais. Um destes grupos chegou a invadir a aldeia Lagoa Comprida, município de Araribóia, colocando todos os indígenas no campo de futebol, ameaçando-os e atirando para o alto. Acabaram matando Tomé Guajajara, de 60 anos. Em outras ocasiões foram assassinados o cacique Joaquim Guajajara e o cacique da aldeia Nova Providência, Alcebíades Guajaja (65), este último numa emboscada.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	56	57
2007	91	92

Assassinatos
Dados -2006

AC - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

11/08/2006

VÍTIMA: J.S.S.
POVO: ARARA DO ACRE
TERRA INDÍGENA: ARARA DO ALTO JURUÁ
MUNICÍPIO: MARECHAL THAUMATURGO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia do Buriti
DESCRIÇÃO: Vítima e acusado estavam numa rodada de Caiçuma, bebida extraída da mandioca e utilizada em rituais indígenas. Começaram uma briga. O acusado teria esmurrado a vítima que se armou de uma espingarda e atirou de raspão em Claudecir. Este se armou de uma espingarda calibre 20 e atirou no peito de Jacó matando-o instantaneamente.
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *A Gazeta/AC, 17/08/2006*

AL - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

28/11/2006

VÍTIMA: Edilson Santos
POVO: KARIRI-XOKÓ
TERRA INDÍGENA: KARIRI-XOKÓ
MUNICÍPIO: ARAPIRACA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kariri-Xokó
DESCRIÇÃO: O indígena Edilson Santos foi emboscado a menos de 200 metros da aldeia Kariri-Xokó e atingido com um tiro de revólver no abdômen quando retornava da cidade de Porto Real do Colégio, onde trabalhava como pedreiro. Familiares da vítima não sabem a quem atribuir o crime.
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *Gazetaweb.com, 29/11/2006; Gazeta de Alagoas, 29/11/2006*

28/11/2006

VÍTIMA: Antônio Manoel de Oliveira, conhecido como Louro
POVO: WASSU COCAL
TERRA INDÍGENA: WASSU COCAL
MUNICÍPIO: JOAQUIM GOMES
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Wassu Cocal
DESCRIÇÃO: O administrador regional da Funai, José Heleno, declarou que uma briga de família provocou o assassinato do índio Wassu Cocal.
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *Gazetaweb.com, 29/11/2006; Gazeta de Alagoas, 29/11/2006*

AM - 3 Caso(s) - 3 Vítima(s)

21/08/2006

VÍTIMA: Francisco Venâncio Farias
POVO: TIKUNA
MUNICÍPIO: AMATURA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Nova Itália
DESCRIÇÃO: A vítima e o acusado eram parentes. Desentenderam-se e durante a briga a vítima recebeu pancadas na cabeça o que ocasionou sua morte.
MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira
FONTE: *A Crítica/AM, 22/08/2006*

09/08/2006

VÍTIMA: Naldo Oliveira Apurinã
POVO: APURINÃ
MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Apurinã
DESCRIÇÃO: A vítima foi assassinada por terçadas. A motivação provável foi consumo excessivo de bebida alcoólica. O

crime foi cometido por duas pessoas, a esposa Apurinã e por um homem não-índio.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Funai; Cimi - Equipe Boca do Acre*

03/09/2006

VÍTIMA: Sebastião da Silva Oliveira

POVO: APURINÃ

TERRA INDÍGENA: CAMICUÃ

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Apurinã

DESCRIÇÃO: No dia 03 de setembro por volta das 20:00 h, a PM fora acionada para solucionar uma briga que envolvia um homem que trajava camisa branca e calção preto. Nesse momento o indígena Sebastião dirigia-se a um comício na cidade de Boca do Acre, trajando camisa branca e calção preto, quando foi abordado pelos policiais, sob o comando do Capitão Hildeberto de Barros Santos, sendo agredido com tapas e empurrões; sem qualquer identificação pela PM. Foi vítima de uma perseguição implacável até a morte, com a viatura da PM em seu encalço e dois policiais a pé atirando. O indígena desapareceu nas águas do rio Purus, sendo encontrado 5 dias depois. No Hospital de Boca do Acre não foi realizado nenhuma perícia para comprovar a causa da morte do indígena. Abordagem equivocada e arbitrária pela Polícia Militar.

FONTE: *Funai; Comunidade Indígena; Hospital; PM; Delegacia; Equipe do Cimi*

BA - 5 Caso(s) - 5 Vítima(s)

02/09/2006

VÍTIMA: Ademário Guimarães Dantas (Taiguá Pataxó)

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA VELHA

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Velha - Pataxó

DESCRIÇÃO: A vítima estava só, em casa. Conforme o cacique Ipê declarou à Polícia Civil, alguém bateu na porta e quando ele foi atender recebeu os tiros. A comunidade acredita que seu assassinato tenha ligação com denúncias referentes ao tráfico de drogas dentro das aldeias. Ele voltara do Rio de Janeiro, após formar-se como advogado, para morar na Aldeia Velha e vinha conscientizando a comunidade sobre a questão das drogas. Segundo Zeca Pataxó, chefe do Núcleo de Apoio Logisitico da Funai, em Porto Seguro, a vítima estava elaborando um relatório para encaminhar ao ministro da Justiça, fazendo as denúncias e pedindo providências.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *A Tarde/BA, 07/09/2006*

11/11/2006

VÍTIMA: Um homem indígena

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA:

MUNICÍPIO: PORTO SEGURO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Boca da Mata- Pataxó

DESCRIÇÃO: Os acusados mataram o pai e alegaram "motivações divinas". Estavam, segundo eles, " limpando" os parentes. Ouviram vozes e limpariam a aldeia, contou o indigenista Marilton Menezes, da Funai. Segundo o indigenista, ele chegou à aldeia com a polícia, na manhã de sábado, e encontrou Jackson amarrado e Jeberson, já solto, limpando a cena do crime. Jeberson recitava trechos bíblicos em voz alta. Conforme Menezes, "eles não estão bem: saem da lucidez para delírios". Informou, ainda, que os irmãos eram calmos e que há algum tempo estavam freqüentando uma igreja não identificada.

MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira

FONTE: *A Tarde/BA, 15/11/2006*

fevereiro 2006

VÍTIMA: Demi Tupinambá

POVO: TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: ILHÉUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tupinambá de Olivença

DESCRIÇÃO: A cacique dos Tupinambá de Olivença, Valdelice Amaral, alega que o indígena tenha morrido em decorrência de traumatismo craniano pelas coronhadas que teriam sido desferidas em sua cabeça por um policial militar. A vítima trabalhava na feira livre da Central de Abastecimento do Malhado, em Ilhéus, vendendo artesanato. Desconhece-se o motivo da violência.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *A Tarde - Bahía, 22/02/2006*

1/06/2006

VÍTIMA: José Raimundo Bispo da Silva

POVO: TUPINAMBÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tupinambá

DESCRIÇÃO: O indígena, também conhecido por Batista, foi morto com um golpe de facão no pescoço por um homem que queria vingar a morte do irmão.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *A Tarde On Line-2/6/2006*

1/06/2006

VÍTIMA: José da Cunha Conceição

POVO: TUPINAMBÁ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tupinambá

DESCRIÇÃO: O indígena recebeu cinco facadas pelo corpo por moradores de Sapucaeira, área rural de Ilhéus/BA. Moradores reagiram à tentativa dos Tupinambá em pleitear posse de terra da área de Sapucaeira.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *A Tarde On Line- 2/6/2006*

CE - 4 Caso(s) - 4 Vítima(s)

13/06/2006

VÍTIMA: Carlos Eduardo Rodrigues

POVO: PITAGUARY

TERRA INDÍGENA: PITAGUARY

MUNICÍPIO: MARACANAU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pitaguary

DESCRIÇÃO: Segundo relatos de policiais da 3ª Cia do 6º BPM, o corpo da vítima foi encontrado com uma perfuração de faca no abdômen, em um local afastado da festa do padroeiro da comunidade.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *JORNAL O POVO - CE*

14 de maio

VÍTIMA: Neguinho filho da Maria Café

POVO: ANACÉ

TERRA INDÍGENA: ANACÉ

MUNICÍPIO: CAUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Planalto Cauípe - "Suzana"

DESCRIÇÃO: Segundo moradores do local, vítima e acusado estavam embriagados e brigaram.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Cimi Nordeste - Equipe CE*

2/03/2006

VÍTIMA: Francisco Reginaldo dos Santos Simão

POVO: ANACÉ

TERRA INDÍGENA: ANACÉ

MUNICÍPIO: CAUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Anacé

DESCRIÇÃO: Segundo familiares da vítima, tinha havido brigas anteriores, motivada pelo consumo de bebida alcoólica.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi NE - Equipe Ceará*

14/05/2006

VÍTIMA: Ronaldo

POVO: ANACÉ

MUNICÍPIO: CAUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Área Verde

DESCRIÇÃO: Segundo familiares, a vítima sofreu lesões no pescoço e costas. Consumo de drogas e bebida alcóolica.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Cimi NE - Equipe CE*

ES - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

14/02/2006

VÍTIMA: Ricardo Silveira

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: ARACRUZ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Três Palmeiras - Tumpinikim / Guarani

DESCRIÇÃO: A acusada encontrou o marido num bar e o matou, a oito quilômetros da aldeia onde o casal morava. Ela confessou o crime e disse que a vítima a traía e espancava.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *A Gazeta/ES, 16/02/2006*

MA - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

03/11/2006

VÍTIMA: J. L. G.

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: ARAME

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tiririca

DESCRIÇÃO: Morto a tiros numa seresta.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Comunidade indígena local*

MG - 4 Caso(s) - 4 Vítima(s)

Agosto/2006

VÍTIMA: Guli Maxakali

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: BERTOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: Briga entre irmãos, agravada por alto consumo de álcool no dia do ocorrido.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Lideranças Maxakali do Pradinho; Cimi Equipe Maxakali*

09/06/2006

VÍTIMA: S/d

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: ÁGUA BOA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Água Boa

DESCRIÇÃO: O assassino e a vítima eram primos. Estavam embriagados e brigaram utilizando pedaços de pau.

MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira

FONTE: *Site Cedefes, 14/06/2006*

13/06/2006

VÍTIMA: Uma mulher

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: ÁGUA BOA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pradinho

DESCRIÇÃO: O assassino, embriagado, golpeou a esposa na nuca.

FONTE: *Site do Cedefes, 16/06/2006*

13/06/2006

VÍTIMA: Gilberto Maxakali

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: ÁGUA BOA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pradinho

DESCRIÇÃO: A vítima havia matado a própria mulher e fugiu. Foi encontrado pelos parentes da vítima e assassinado por eles.

MEIO EMPREGADO:

FONTE: *Site do Cedefes, 16/06/2006*

MS - 26 Caso(s) - 27 Vítima(s)

05/04/2006

VÍTIMA: Irineo Ortiz

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAPORÃ

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: A vítima foi assassinada na aldeia com golpes de foice.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Cimi/MS, Equipe Dourados*

07/05/2006

VÍTIMA: Sidnei Benites
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: PORTO LINDO
MUNICÍPIO: JAPORÃ
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo
DESCRIÇÃO: O indígena foi assassinado com golpes de faca. Chegou a ser transportado com vida mas não resistiu.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *Campo Grande News, 08/05/2006*

27/6/2006

VÍTIMA: Genésio Ramos
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: PIRAKUÁ
MUNICÍPIO: BELA VISTA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Pirakuá
DESCRIÇÃO: O indígena estava internado no hospital desde a noite do dia 26. Era morador da Aldeia Piraque, em Bela Vista e estava com diversos ferimentos provocados por esfaqueamento ocorrido no dia 14 de abril, na aldeia.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *Midiamaxnews, 28/6/2006*

20/04/2006

VÍTIMA: Vicente de Oliveira
POVO: GUARANI NHANDEVA
TERRA INDÍGENA: CERRITO
MUNICÍPIO: ELDORADO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá
DESCRIÇÃO: A vítima morreu após sofrer uma facada na altura do lado direito do peito.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *Campogrande.news/MS, 25/04/2006*

7/01/2006

VÍTIMA: Marilda Freitas, Paulino Rossate
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: LIMÃO VERDE
MUNICÍPIO: AMAMBAI
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá
DESCRIÇÃO: Casal encontrado morto a facadas dentro da própria casa. Entre eles, foi encontrado um garoto de apenas sete dias de vida, filho das vítimas. A criança permaneceu por um longo período no meio dos corpos até que eles fossem encontrados. Segundo a polícia, há duas hipóteses sobre o caso. A primeira é que após uma discussão entre o casal, houve um confronto em que ambos teriam se matado. Outra hipótese é do envolvimento de uma terceira pessoa. Uma semana antes de sua morte, Paulino Rossate teria discutido com outro índio de nome Elias, e por ele sido agredido com uma facada no peito. O suposto agressor estaria foragido.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *O Progresso/MS, 9/01/2006*

6/07/2006

VÍTIMA: IRINEU ROSSATE
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: LIMÃO VERDE
MUNICÍPIO: AMAMBAI
DESCRIÇÃO: A vítima chegou na residência de Aurélio Gimenez, com uma faca e o ameaçou de morte. Para se defender, Aurélio armou-se com um pedaço de madeira e desferiu vários golpes na cabeça do agressor, que acabou caindo sobre a própria faca, causando um corte no braço esquerdo. Foi socorrido com vida pela Funasa, mas veio a falecer na sala de emergência do Hospital Regional de Amambai.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *O PROGRESSO/MS*

03/05/2006

VÍTIMA: Geraldo Alvarenga Fruto
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: AMAMBAI
MUNICÍPIO: AMAMBAI
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amambai
DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi encontrado por moradores da reserva indígena. Segundo informações dos familiares ele havia saído para buscar remédio para o filho recém-nascido no Posto de Saúde e não retornou. Foi encontrada uma trouxinha de maconha perto da vítima, mas os familiares afirmaram que ele nunca fez uso da droga. Investigações posteriores apontaram que o crime estava relacionado ao consumo de bebida alcoólica e de drogas no interior da aldeia.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *Douradosagora/MS, 04/05/2006*

07/08/2006

VÍTIMA: Adolescente
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: AMAMBAI
MUNICÍPIO: AMAMBAI
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taquapery
DESCRIÇÃO: O adolescente foi encontrado às margens de uma nascente de água localizada na aldeia Amambai. Foi identificado por familiares. Uma das hipóteses é que o rapaz tenha sido executado após discussão ocorrida em bailes na região, os quais, apesar de proibidos, continuam acontecendo de forma clandestina.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *O Progresso/MS, 09/08/2006; Douradosagora, 09/08/2006*

outubro/2006

VÍTIMA: Marcílio Benites Escobar
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: AMAMBAI
MUNICÍPIO: AMAMBAI
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jarará
DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada em adiantado estado de decomposição às margens da rodovia que liga as cidades de Juti a Amambaí no dia 21/10/2006. Apresentava sinais de violência pelo corpo e golpes de faca na altura do pescoço.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *midiamaxnews/MS. 22/10/2006; O Progresso/MS, 23/10/2006*

12/12/2006

VÍTIMA: João Lopes
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: AMAMBAI
MUNICÍPIO: AMAMBAI
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: O indígena foi morto a facadas. Dois menores, um de 13 e outro de apenas 12 anos, foram detidos sob acusação de terem praticado o crime.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *A Gazeta News; DouradosInforma, 12/12/2006*

6/07/2006

VÍTIMA: Elias Cavanha

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: O indígena foi visto pela última vez em um barzinho próximo da aldeia. O corpo foi encontrado por populares, caído às margens de uma estrada no interior da reserva, com várias perfurações no corpo. O principal suspeito foi detido e confessou que cometeu o crime por vingança.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O PROGRESSO/MS*

01/11/2006

VÍTIMA: LEONILDO

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: A Polícia Civil de Dourados esclareceu o homicídio que vitimou o indígena Leonildo, morador na Vila Índio em Dourados. De acordo com informações policiais, o autor do crime, D. Q. S., 18 anos, conhecido como "Dezoito", morador na Chácara dos Caiuás foi identificado através de denúncias. No dia do crime, 01 de novembro do ano passado, o autor atraiu Leonildo para a beira do Córrego Laranja Doce. Ele teria atingido a vítima com uma paulada e golpes de faca na região da barriga. Posteriormente arremessou o corpo para dentro da água. Dione, que está preso no 1º Distrito Policial por tentativa de homicídio contra um adolescente de 16 anos, confessou ter matado o indígena. Em depoimento, o detento, disse a polícia que a vítima, estaria "dando em cima" da namorada dele.

MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira

FONTE: *DouradosAgora, 9/1/2007*

15/10/2006

VÍTIMA: Natália Benitez Mendes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: Foi atingida na cabeça por uma corrente de aço. O genro, que confessou o crime, disse que não viu nada porque estava muito bêbado.

FONTE: *0 Estado de São Paulo/SP, 17/10/2006; O Estado de Mato Grossodo Sul, 16/10/2006*

3/06/2006

VÍTIMA: V. E.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: O indígena foi morto com dois tiros. Participava de uma festa na casa de outro índio. A certa altura da festa, entraram três homens encapuzados e foram atirando aleatoriamente. Dois tiros atingiram a vítima, que morreu ao dar entrada no Hospital Evangélico.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *DouradosNews/MS, 4/06/2006*

03/06/2006

VÍTIMA: C.I.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Assassinado por arma de fogo. Não constam mais dados.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Correio do Estado/MS*

24/09/2006

VÍTIMA: Antoninho Ricardo

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: LIMA CAMPO

MUNICÍPIO: PONTA PORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani-Kaiowá

DESCRIÇÃO: Segundo informações da Polícia Federal, através da Operação Sucuri, o padrasto do adolescente estava agredindo a filha quando ele tentou separar a briga, e de posse de uma faca atingiu o peito de Antoninho. Segundo a Polícia Civil o menor estava embriagado.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *DouradosNews/MS, 25/09/2006; Campogrande.news/MS, 25/09/2006*

06/06/2006

VÍTIMA: Um homem indígena

POVO: GUARANI NHANDEVA

TERRA INDÍGENA: PORTO LINDO

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: Bloqueio da rodovia MS 386, durante confronto entre grupo rivais. O líder da polícia indígena e agente da Operação Sucuri, Moacir Andrade, comunicou a morte de um indígena após o confronto entre as duas facções que lutam pela liderança da Aldeia Porto Lindo, em Japorã. Há 2 grupos indígenas que disputam o poder da capitania da Aldeia Porto Lindo. Estão em conflito desde o começo de junho e aguardam uma posição da Polícia Federal para desarmar o grupo do indígena Honório Acosta que está armado e faz oposição à capitania exercida por Assunção Samanhego. Houve confronto entre os 2 grupos na área do bloqueio da rodovia MS-386. A disputa pela aldeia começou há mais de um ano.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Correio do Estado/MS, 07/06/2006*

08/08/2006

VÍTIMA: Um jovem identificado como Curuzinho

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amambai

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima estava às margens de um córrego nos fundos da aldeia onde ele morava. A arma, um facão, foi encontrada a poucos metros da vítima.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Cimi/MS-equipe Dourados*

14/10/2006

VÍTIMA: Orcindo Velasques

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: SANTA RITA DO PARDO

DESCRIÇÃO: Quando um PM foi ao alojamento indígena a vítima apresentava dois profundos cortes no pescoço. Os indígenas que estavam no local ao serem questionados alegaram que ao acordar para o trabalho o corpo já se encontrava sem vida. Informaram que no início da noite, a vítima e outros índios ingeriam muita pinga, pois iriam para suas cidades de origem no dia seguinte. Segundo ele, ainda, pelo fato de estarem alcoolizados ninguém se lembrava de nada. Como a vítima era muito parecida com outro que havia provocado lesão corporal num indígena, talvez tivesse sido assassinada por engano.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Diário MS/16/10/2006*

3/09/2006

VÍTIMA: Homem de ascendência indígena

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi encontrado com ferimentos por perfuração de arma de fogo, na região da saída para Três Lagoas/MS. Sem identificação.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Correio do Estado/MS, 4/09/2006*

junho/2006

VÍTIMA: Inocêncio Agabto

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde - Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: Indígena estava desaparecido há pelo menos um mês. O corpo foi encontrado e identificado por familiares. Dois irmãos são acusados do crime. A versão apresentada por um deles é que houve uma discussão com a vítima.

FONTE: *DouradosAgora/MS, 29/07/2006*

18/12/2006

VÍTIMA: Nilza Ramires

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada de joelhos com uma corda no pescoço e ferimento profundo na cabeça, parecendo assim uma simulação para suicídio.

FONTE: *Correio do Estado/MS*

08/10/2006

VÍTIMA: Julio Correa

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Encontrado morto com golpes de pedra na cabeça.

FONTE: *Douradosnews, 09/10/2006; Cimi/MS, Equipe Dourados*

22/11/2006

VÍTIMA: Pedro Rocha

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: PORTO LINDO

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: O indígena Pedro Rocha foi morto na aldeia Porto Lindo, em Japorã. De acordo com informações do Dourados News, o indígena A. R. foi preso como suspeito de ter cometido o crime. Os policiais chegaram à aldeia e foram levados por testemunhas e pelo capitão da aldeia, Assunção Samaniego, para o local do crime. O corpo de Pedro tinha um corte profundo no lado direito da cabeça.

FONTE: *Campo Grande News, 22/11/2006; O Estado do Mato Grosso do Sul, 23/11/2006*

14/12/2006

VÍTIMA: Olíbio Celes Irto Cavalheiro

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: O indígena foi morto com vários golpes na cabeça e em outras partes do corpo. Uma testemunha teria ouvido Olíbio gritar por socorro próximo de sua casa, ela teria ido buscar ajuda e, ao retornar, encontrou o corpo do índio. Ainda não há detalhes sobre a autoria do crime.

FONTE: *Campo Grande News; Dourados News, 15/12/2006*

23/01/2006

VÍTIMA: José da Silva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: Conforme declarou o filho da vítima, o corpo estava caído em meio à uma mata localizada próximo a um brejo.

MEIO EMPREGADO:

FONTE: *O Progresso/MS*

MT - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

08/04/2006

VÍTIMA: Daniel Karajá

POVO: KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: SÃO DOMINGOS

MUNICÍPIO: LUCIARA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Krehawa

DESCRIÇÃO: A vítima estava bebendo e jogando sinuca num bar, quando se envolveu numa briga com o acusado e foi assassinado. O alcoolismo, a prostituição e o consumo de drogas que envolvem os Karajá têm a ver tanto com a proximidade da aldeia com a cidade de Luciara, como a ociosidade e a falta de expectativa que abala o emocional do povo. Apesar da proibição os comerciantes vendem bebida alcoólica para os índios.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *A Gazeta/MT, 12/04/2006*

16/06/2006

VÍTIMA: Joel Kamani

POVO: BAKAIRI

MUNICÍPIO: PARANATINGA

DESCRIÇÃO: O acusado era casado com uma indígena da comunidade. Os líderes temem o acirramento do conflito com os invasores e possíveis divisões internas em decorrência do crime.

FONTE: *Site Coiab*

PA - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

30 de setembro

VÍTIMA: Ricardo Sousa Barbosa

POVO: MUNDURUKU

MUNICÍPIO: JACAREACANGA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Munduruku

DESCRIÇÃO: Há dúvidas sobre a causa do assassinato, se foi por vingança em que a vítima embriagada participara de uma briga numa boate, havendo, por outro lado, comentários de que a vítima teria antecedentes criminais em Itaituba, o que teria motivado a briga com antigos rivais.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Cimi Norte II*

05/11/2006

VÍTIMA: Penkre Kayapó

POVO: KAYAPÓ

TERRA INDÍGENA:

MUNICÍPIO: CUMARU DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kayapó

DESCRIÇÃO: A vítima era irmão do administrador da Funai em Cumaru do Norte. Foi esfaqueado várias vezes e tinha uma marca de tiro. Os índios dizem que o crime foi motivado por disputa de terra. Já a polícia acredita em motivo fútil. Os acusados estavam bebendo em companhia da vítima e provavelmente tentaram roubá-la. Os acusados fugiram sem levar nada. A Polícia procura um dos suspeitos, ex-presidiário, Clebson Rocha de Souza, que está foragido e é acusado de desferir os golpes que mataram o índio Kayapó.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Globo, 07/11/2006; Diário do Pará, 22/11/2006; O Liberal/PA,08/11/2006*

PE - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

20/11/2006

VÍTIMA: Givanildo Caetano da Silva

POVO: XUKURU

TERRA INDÍGENA: XUKURU

MUNICÍPIO: PESQUEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cajueiro

DESCRIÇÃO: A vítima morreu ao ir buscar a mulher, que bebia com um grupo. Houve uma discussão e ele foi baleado. Segundo o agente Ronaldo Vasconcelos, da Delegacia de Pesqueira, o suspeito pela morte é José Evandro Pereira da Silva que está foragido.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Diário de Pernambuco, 21/11/2006*

RO - 3 Caso(s) - 3 Vítima(s)

2006

VÍTIMA: José Ambrósio Kaxarari

POVO: KAXARARI

TERRA INDÍGENA: KAXARARI

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaxarari

DESCRIÇÃO: O acusado fez uma emboscada e matou a vítima no terreiro de sua casa.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *A Tribuna/RO - Home Page, 18/02/2006*

24/06/2006

VÍTIMA: Deusmar Ferreira Saquirabar

POVO: MEQUÉM

MUNICÍPIO: ALTA FLORESTA D'OESTE

DESCRIÇÃO: O cacique chegou em uma caminhonete à rodoviária de Pimenta Bueno, acompanhado de uma índia. Em seguida, chegou um homem e pediu cigarro. Eles conversaram por alguns instantes e, quando o índio saiu do local em direção ao carro, recebeu os três tiros no tórax, tendo morte instantânea. Contra o cacique pesava a acusação de ter mandado matar dois madeireiros em Alta Floresta. No início da semana em que foi assassinado, o cacique que também era conhecido pelo nome de Damião, avisou para todos os madeireiros que fossem embora das aldeias comandadas por ele ou seriam denunciados à Polícia Federal. Da reserva é retirado mogno e cerejeira.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *RepórterMS.COM.BR - 25/06/06*

14/10/2006

VÍTIMA: Adolescente

POVO: PARINTINTIN

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

DESCRIÇÃO: A vítima foi assassinada a golpes de faca e pauladas. Segundo o acusado, Guilherme Alves do Santos, a faca tipo peixeira, pertencia à vítima. O acusado alegou que era perseguido pela vítima que estava de posse da faca, quando a arma caiu no chão, momento em que ele pegou a faca e desferiu três golpes na altura do pescoço do indígena. O outro acusado, João Batista de Lima, teria se armado com um pedaço de madeira e desferido quatro golpes na costa da vítima que ainda agonizava.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Folha de Rondônia, 15/10/2006*

RR - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

29/03/2006

VÍTIMA: Regineude Cruz da Silva

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: MALACACHETA

MUNICÍPIO: CANTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Igarapé do Inácio-Maloca do Canauani

DESCRIÇÃO: O acusado alega que a vítima tentou feri-lo com um canivete e para se defender atingiu o indígena na cabeça.

FONTE: *Folha de Boa Vista/RR, 24/04/2006*

Deslocamento de comunidade Guajajara após conflito. MA 2007. *Fotos: Diego Janatã/Coapima*

Assassinatos

Dados - 2007

AM - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

7/01/2007

VÍTIMA: Marina Macedo

POVO: BANIWA

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO NEGRO

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: Marina Macedo foi estrangulada, estuprada e jogada seminua em frente ao consulado da Colômbia, onde ela trabalhava como doméstica e morava. As primeiras informações são que ela havia estado na noite anterior com o namorado.

MEIO EMPREGADO: Asfixia

FONTE: *Jornal do Comércio/PE, 23/01/2007 e Cimi equipe Norte I*

23/09/2007

VÍTIMA: Carlos Guaraci Alves da Mota

POVO: KULINA

TERRA INDÍGENA: IPIXUNA

MUNICÍPIO: IPIXUNA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Ipixuna

DESCRIÇÃO: Segundo testemunhas, a vítima foi ferida na cabeça após se desentender com um homem num bar, no centro da cidade. Ele teria deixado o bar e voltado momentos depois armado com uma lima. O acusado, PM, acionado para a ocorrência, chegou ao local e disparou à queima-roupa atingindo o indígena no peito. Na versão do acusado, a vítima portava uma arma tipo "peixeira" e teria investido contra ele que sacou a arma para se defender.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *A Crítica/AM, 01/10/2007*

BA - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

19/05/2007

VÍTIMA: Aurino Pereira dos Santos

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

TERRA INDÍGENA: PAU BRASIL

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Caramuru

DESCRIÇÃO: A vítima foi assassinada na região do Taquari, município de Pau Brasil. O corpo foi encontrado próximo à fazenda Letícia, de posse de Durval Santana, dentro da área indígena reivindicada pelos Pataxó Hã-Hã-Hãe. As tensões entre índios e fazendeiros, ligadas à disputa pela terra, são marcadas por retomadas de terras, feitas pelos indígenas para recuperar e defender seu território da degradação causada pela exploração dos fazendeiros e por ações judiciais e administrativas. A morosidade no julgamento das ações contribui para o aumento da violência.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Informe do Cimi n.767, 24/05/2007*

07/04/2007

VÍTIMA: Carlos Valentim Santos

POVO: TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: ILHÉUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tupinambá

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada na Zona Rural de Acuípe do Meio.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Correio Braziliense, 08/04/2007*

CE - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

10/02/2007

VÍTIMA: Francisco Antônio da Silva Vieira
POVO: TAPEBA
TERRA INDÍGENA: TAPEBA
MUNICÍPIO: CAUCAIA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jardim do Amor
DESCRIÇÃO: Em uma emboscada quatro irmãos Tapeba foram surpreendidos por dois homens em uma estrada. Três ficaram feridos e um morreu ao ser atingido com um tiro no abdômen. A vítima fatal já havia sofrido uma tentativa de homicídio há cerca de duas semanas, de onde saíra ileso. Segundo a Polícia Civil, os agressores queriam vingança porque os índios os teriam denunciado pelo furto de um motor de uma empresa. Já a Polícia Federal suspeita que o crime tenha relação com posse de terras.
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *Diário do Pará/PA, 13/02/2007 -Jornal do Comércio/13/2/07; O Est.S.P., 24/02/07;*

ES - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

06/10/2007

VÍTIMA: Claudemir Gonçalves Furtado
POVO: TUPINIKIM
TERRA INDÍGENA: COMBOIOS
MUNICÍPIO: LINHARES
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tupinikim
DESCRIÇÃO: A vítima e o pai discutiram. Para não entrar em confronto com o pai, Claudemir teria ido para a casa de uma tia. O pai e a mulher dele seguiram na mesma direção e dentro da casa o acusado teria usado uma faca de cozinha e atingido Claudemir no pescoço. A mãe da vítima também foi atingida mas foi socorrida a tempo. O pai de Claudemir vivia há bastante tempo na aldeia mas não era índio.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *zcustodio@redegazeta.com.br, 07/10/2007; Cimi Leste, 22/10/2007*

MA - 9 Caso(s) - 10 Vítima(s)

15/10/2007

VÍTIMA: Tomé Guajajara
POVO: GUAJAJARA
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: ARAME
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Lagoa Comprida
DESCRIÇÃO: Um grupo de madeireiros, alguns encapuzados, invadiram a aldeia. Colocaram os indígenas num campo de futebol e os ameaçavam atirando para o alto. Mataram a vítima e balearam outros dois indígenas. A ação foi uma represália dos madeireiros contra os indígenas que, no início do mês de setembro, prenderam um caminhão madeireiro que transitava dentro da terra indígena. Os madeireiros tentaram recuperar o veículo mas os índios se negaram a devolver. Comunicaram o fato à Funai que não tomou providências. Essa situação de conflito é antiga, desde o início da década de 1980 a terra sofre com a invasão e exploração madeireira.
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *Cimi-Regional Maranhão, 16/10/2007; jornalpequeno.com, 18/10/2007*

26/julho/2007

VÍTIMA: Alcebíades Guajajara
POVO: GUAJAJARA
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: ARAME
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Nova Providência
DESCRIÇÃO: Segundo o relatório do regional do CIMI o cacique foi assassinado numa emboscada. Os jornais não fornecem detalhes. O corpo foi encontrado às margens da rodovia estadual MA-006, com marcas de tiros. O administrador regional da Funai, José Piancó, suspeita que a morte esteja ligada à disputa com homens brancos por terra e recursos naturais da região (sobretudo extração ilegal de madeira). Segundo a Funa, 64 índios Guajajara morreram nos últimos 16 anos em confrontos com madeireiros ou em acidentes de trabalho em atividades de desmate. Na região existe também plantação de maconha.
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *Cimi Regional MA, Correio do Brasil, 30/11/2007*

2007

VÍTIMA: Rubens Guajajara
POVO: GUAJAJARA
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bom Jardim
DESCRIÇÃO: Foi morto com arma branca. Não se sabe o motivo do assassinato. Os indígenas da comunidade estão apurando.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *Cimi Regional MA*

11/09/2007

VÍTIMA: F.B.J.
POVO: GUAJAJARA
MUNICÍPIO: ARAME
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tiririca
DESCRIÇÃO: Briga numa seresta na cidade de Arame. Estavam alcoolizados e a vítima levou uma facada no peito.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *Cimi Regional MA*

03/02/2007

VÍTIMA: Timóteo Gomes Silva Guajajara
POVO: GUAJAJARA
MUNICÍPIO: ARAME
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Zutiwa
DESCRIÇÃO: A vítima foi assassinada à queima roupa, em sua casa.
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *Cimi Regional MA*

16/04/2007

VÍTIMA: Um homem
POVO: GUAJAJARA
MUNICÍPIO: ARAME
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cururu - Guajajara
DESCRIÇÃO: Comerciantes da região e moradores da área urbana invadiram e destruíram parte da aldeia, queimaram casas, e no conflito que se seguiu atiraram matando um dos indígenas. Os indios interditaram a rodovia MA-006, que liga Arame a Grajaú, como protesto pela falta de

atendimento à saúde por parte da Funasa. Profissionais que estão habilitados para fazer o atendimento médico não dispõem de equipamentos necessários. Segundo o líder Uirauchene Alves Soares, já ocorreram 8 mortes neste ano, em razão de problemas de saúde, como tuberculose e desnutrição. Ainda segundo ele, a Funasa não cumpre com suas obrigações e não respeita acordos firmados com o Ministério Público. Os comerciantes e moradores sentiram-se prejudicados com o fechamento da estrada e entraram em conflito com os índios.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Jornal Pequeno-online, 17/04/07; O Imparcial/MA, 17/04/07*

12/01/2007

VÍTIMA: Ornilo Serafim Guajajara, Jonas Serafim Guajajara

POVO: GUAJAJARA

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Jurema e Sapucaia

DESCRIÇÃO: Os indígenas foram mortos durante assalto a um ônibus. Eles faziam parte de um grupo que assaltou um ônibus perto da aldeia. Um dos passageiros, policial militar, trocou tiros com os assaltantes.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *O Estado do Maranhão, 13/01/2007*

30/11/2007

VÍTIMA: Joaquim Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajajara

DESCRIÇÃO: A polícia Federal ainda investiga o assassinato do cacique, que foi encontrado morto e com marcas de tiros. O presidente da Funai, Márcio Meira, disse que a morte do cacique não teve relação direta com os conflitos apurados pela Operação Araribóia, mas sim com questões internas da população indígena. A Operação Araribóia teve início em novembro com o objetivo de combater a exploração ilegal de recursos naturais na TI Araribóia. Na versão de Humberto Capucci, membro da coordenação regional do Cimi/MA, existem fortes indícios de que o assassinato do cacique esteja relacionado com a venda de madeira na região.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *O Globo online, 3/12/2007*

03/06/2007

VÍTIMA: Anísio de Sousa Guajajara

POVO: GUAJAJARA

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bairro Expoagra

DESCRIÇÃO: O cadáver foi encontrado após dois dias de seu desaparecimento. O corpo estava mutilado.

FONTE: *Cimi Regional/MA*

MG - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

16/09/2007

VÍTIMA: Avelino Nunes da Costa

POVO: XAKRIABÁ

TERRA INDÍGENA: XAKRIABA

MUNICÍPIO: MIRAVANIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pedrinhas

DESCRIÇÃO: A vítima foi abordada e agredida de forma violenta por 3 rapazes, 2 menores e um de 18 anos, o que causou sua morte. Tanto o indígena quanto os agressores voltavam de uma festa. Os agressores alegaram que não pretendiam matá-lo e queriam somente dar um susto, espancando, tirando sua roupa e depois iriam embora. No entanto o laudo mostra que o índio foi agredido com pauladas na cabeça o que pode ter motivado sua morte por traumatismo craniano. A vítima estava ligada ao processo de luta pela terra, na região do Dizimeiro. Conforme o cacique Domingos Nunes de Oliveira, devido à discriminação e à violência, os índios estão evitando o contato com o homem branco e não querem mais sair de dentro da área demarcada.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Cimi-Regional Leste, 17/09/2007;Estado de Minas, 19/09/2007*

11/11/2007

VÍTIMA: Uma adolescente

POVO: XAKRIABÁ

TERRA INDÍGENA: XAKRIABÁ RANCHARIA

MUNICÍPIO: ITACARAMBI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: São João das Missões -Xakriabá

DESCRIÇÃO: Há duas versões sobre o caso. A primeira versão é que a vítima estava em casa com o namorado, a irmã e o cunhado, ouvindo música, quando o dono do imóvel em que moravam invadiu o local. Irritado pelo som alto, o acusado atingiu a índia com uma faca no pescoço. Na segunda versão do crime, o dono do imóvel teve uma discussão com os jovens, pois estava inconformado com o atraso do pagamento do aluguel. A garota teria questionado o acusado, que reagiu golpeando-a. A vítima chegou a ser socorrida no Hospital Municipal de Itacarambi, mas não resistiu ao ferimento. O corpo da índia, que era mãe de um bebê de três meses, foi enterrado na reserva indígena Xacriabá de São João das Missões.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *CBN Minas - http://oglobo.globo.com/pais e globominas.globo.com/GMinas*

MS - 53 Caso(s) - 53 Vítima(s)

05/09/2007

VÍTIMA: Livrada Francisco Martins de Souza

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Guairarocá

DESCRIÇÃO: Segundo testemunhas, a vítima e o marido consumiram grande quantidade de bebida alcoólica na noite do crime. Teriam brigado e supõe-se que o acusado agrediu a vítima com um pedaço de pau. Há suspeitas de que a vítima foi violentada antes de ser morta. Um adolescente, que está desaparecido, pode ter participado do crime.

MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira

FONTE: *Midiamaxnews/MS, 06/09/2007; O Estado do Mato Grosso do Sul, 07/09/2007*

22/08/2007

VÍTIMA: Mário Vidal

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê

DESCRIÇÃO: O indígena foi encontrado em um córrego na aldeia. O corpo estava em adiantado estado de decomposição e se suspeita que a vítima tenha sido morta há 18 dias. Ele era deficiente (surdo-mudo) e estava desaparecido de casa há mais de 20 dias. A polícia já tem um suspeito.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Midiamaxnews/MS, 22/08/2007*

29/12/2007

VÍTIMA: Ademir Mendes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê

DESCRIÇÃO: Seis pessoas, dentre elas três adolescentes, são acusados de ter assassinado a facadas o indígena Ademir Mendes (22 anos), durante uma festividade na aldeia Tey Kuê, em Caarapó. Conforme informações do site Dourados News, a vítima foi acusada de ter furtado uma bicicleta de Paulino Barbosa (22), que teria chamado amigos para irem atrás do jovem.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campo Grande News, 30/12/2007*

18/11/2007

VÍTIMA: E.B.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAPORÃ

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: A vítima e um colega de 17 anos caminhavam por uma estrada vicinal na aldeia quando foram cercados por três jovens. Um deles, armado com um facão, atacou os dois, sendo que a vítima sofreu um golpe na cabeça. Foi levado do hospital de Japorã para Hospital Evangélico de Dourados em estado grave, onde não resistiu aos ferimentos.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Correio do Estado/MS, 5/12/2007 e O Progresso/MS, 5/12/2007*

21/06/2007

VÍTIMA: Francisco Ramires

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: SETE CERROS

MUNICÍPIO: PARANHOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sete Cerros

DESCRIÇÃO: Foi assassinado pelo irmão, após uma discussão em um bar. Ambos estavam alcoolizados.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Folha do Povo, 22/06/2007*

09/08/2007

VÍTIMA: C.C.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada dentro da reserva indígena. Estava com o rosto desfigurado e apresentava ferimentos pelo corpo.

MEIO EMPREGADO: Serrote

FONTE: *midiamaxnews/MS, 10/08/2007*

09/01/2007

VÍTIMA: Julite Lopes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taquapery

DESCRIÇÃO: A vítima foi morta com um tiro no peito, durante a violenta colocação das famílias indígenas em um caminhão e um ônibus, quando tentavam retomar sua terra tradicional. Os índios haviam retornado a sua terra tradicional, Curusu Ambá, na divisa dos municípios de Amambai e Coronel Sapucaia, fazenda Madama, quando foram atacados. Segundo informações da Polícia Rodoviária Estadual e da Funai, um grupo de pessoas armadas e não identificadas, a bordo de 12 caminhonetes teriam chegado na fazenda, com o objetivo de retirar os índios à força. Há suspeita de que os acusados, pistoleiros, façam parte de uma milícia particular, contratada por fazendeiros.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi MS, 09/01/2007; Campograndenews, 10/01/2007; Midiamaxnews, 23/01/07*

27/11/2007

VÍTIMA: P.G.

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: O adolescente foi assassinado a golpes de facão durante um assalto. Ele passava de bicicleta por uma estrada vicinal no interior da aldeia, quando foi atacado pelo indígena Nelson Souza. O acusado fugiu do local levando a bicicleta e a carteira da vítima.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *www.campogrande.news.com.br*

14/03/2007

VÍTIMA: Rosalina Araújo

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Limão Verde - Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: A índia foi assassinada com golpes de faca na cabeça, braço e peito. Morreu a caminho do hospital. O acusado, que é menor de idade, disse que a matou porque ela estaria fazendo feitiçarias na aldeia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *www.campogrande.news.com.br; O Progresso/MS, 14/03/2007*

6/12/2007

VÍTIMA: R.G.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Limão Verde - Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: A vítima e seu irmão, também adolescente, transitavam pelo interior da aldeia quando foram abordados pelos autores do crime. Os agressores acusavam a vítima de ter furtado uma quantia em dinheiro de um deles. Levado para um matagal o adolescente foi esfaqueado

até a morte. O irmão fugiu para pedir socorro e relatar o caso aos pais. Porém, ao chegar em casa, encontrou os pais embriagados.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *midiamaxnews/MS, 8/12/2007*

11/04/2007

VÍTIMA: Ademir Freitas

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBAI

DESCRIÇÃO: A esposa da vítima presenciou a morte do marido. Segundo ela, a vítima estava embaixo de uma árvore aos fundos de sua casa quando o acusado chegou ao local e começou uma discussão por causa de uma mochila de nylon que, segundo ele, havia emprestado para o irmão da vítima.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *midiamaxnews/MS, 11/04/2007; O Progresso/MS, 13/04/2007*

10/01/2007

VÍTIMA: M.T.Q.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ALDEIA LIMÃO VERDE

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: Brigaram por causa de uma mulher. O jovem correu para fora do baile, mas foi alcançado pelos agressores.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campogrande.news.com.br, 11/01/2007*

24/03/2007

VÍTIMA: D. X.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Foi encontrada enforcada pendurada por uma tira de pano amarrada em uma travessa da própria residência, situação que poderia retratar um suicídio. Mas a vítima apresentava grande perfuração provocada por um golpe de faca, nas costas, o que indica, segundo a polícia, que pode ter sido assassinada e os autores do crime simularam o suicídio.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Midiamax/MS, 25/03/2007*

25/10/2007

VÍTIMA: Leonardo Martins de Souza

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde

DESCRIÇÃO: Foi assassinado a facadas em sua casa. Consta no boletim de ocorrência da Polícia Civil que dois indígenas chamaram por Leonardo na casa dele. Ao atendê-los, o jovem foi esfaqueado. Leonardo foi levado para o Hospital Regional em uma ambulância da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), mas não resistiu aos ferimentos.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campo Grande News, 26/10/2007*

04/01/2007

VÍTIMA: Cesar Medina

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amambai

DESCRIÇÃO: Foi atendido pela Funasa e encaminhado para Dourados mas não resistiu aos ferimentos.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Estado de MS, 05/01/2007*

09/06/2007

VÍTIMA: I.M.S.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: Os jovens estavam reunidos numa casa, de madrugada, quando ocorreu a briga entre as duas adolescentes por causa de namorados. Segundo testemunhas elas não haviam consumido bebida alcoólica.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, 11/06/2007*

26/12/2007

VÍTIMA: J.de S.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amambai

DESCRIÇÃO: J.S., de 15 anos, morreu na manhã do dia 26/12 no Hospital Regional de Amambai onde estava internado desde sábado, quando foi esfaqueado por um adolescente, durante um baile no interior da Aldeia Amambai. A vítima estava ingerindo bebida alcoólica e se envolveu em uma briga.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campo Grande News, 26/12/2007; A Gazeta News, 27/12/2007*

03/06/2007

VÍTIMA: Osvaldo Vilharva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada caída em uma estrada no interior da aldeia Amabai, com ferimentos pelo corpo. Socorrido por uma equipe da Funasa, foi encaminhada para o hospital, mas não resistiu aos ferimentos.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Midiamaxnews/MS, 03/06/2007*

08/07/2007

VÍTIMA: Ortiz Lopes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: KURUSU AMBÁ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kurusu Ambá - Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: A vítima foi assassinada quando abria a porta de sua casa. Perguntaram seu nome e, segundo a esposa de Ortiz, enquanto o agressor disparava sua arma informou "os fazendeiros mandaram acertar contas com você".

Em janeiro/2007, Ortiz participou da retomada da terra indígena Kurussu Ambá, município de coronel Sapucaia, quando foi assassinada a indígena Julite Lopes. Foram expulsos e ficaram acampados às margens da rodovia MS 289. Com o cacique Francisco Ernandes preso, Ortiz assumiu a liderança do grupo. No dia 6 de maio os Kaiowá realizaram mais uma ocupação da terra indígena. Para que os índios deixassem a área foi feito um acordo verbal no qual o filho do dono da fazenda, na presença de policiais federais e um representante da Funai se comprometia em devolver as terras aos indígenas no prazo de um ano.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *campogrande.news, 10/07/2007;Agência Brasil, 09/07/2007; Informe Cimi, 09/07/07*

24/1/2007

VÍTIMA: Ramona da Silva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A índia foi encontrada morta na aldeia Jaguapiru, em Dourados. De acordo com a PM, o marido dela seria o autor do crime.

FONTE: *Dourados News, 25/1/2007*

19/09/2007

VÍTIMA: Timóteo Vilhalva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: O acusado é sogro da vítima. Teria matado o genro sob efeito de bebida alcoólica.

MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira

FONTE: *Folha do Povo/MS, 20/09/2007*

Agosto/2007

VÍTIMA: Loide Haras

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAPORÃ

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: A vítima foi assassinada com dois golpes de faca. Estava desaparecida há varios dias e o corpo foi encontrado pela Polícia Militar no dia 12 de agosto.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Correiodoestado.com/MS, 14/08/2007*

27/01/2007

VÍTIMA: Reinaldo Agenor

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: Foi atingido com golpes de faca, quando retornava da casa da tia, numa estrada vicinal. A vítima foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros que afirmou desconhecer a causa da agressão.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso e Diário do Pantanal/MS, 29/01/2007*

18/05/2007

VÍTIMA: Nivaldo Vargas

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima foi morta com 20 facadas.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Midiamaxnews, 19/05/2007*

24/05/2007

VÍTIMA: A.R.D

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Encontrado morto com um facão cravado na cabeça e com marcas de tiros. Teria ido até a casa de um amigo de escola pegar um livro e não voltou para casa. A mãe da vítima informou aos policiais que o jovem não tinha inimigos e era bem pacato.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *campogrande.news, 25/05/2007; Redação TV Morena, 25/05/2007*

01/01/2007

VÍTIMA: Louzinho Cláudio Porto

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: O indígena Florêncio, conhecido como Pindó, se apresentou no 1º Distrito Policial e confessou ter matado o indígena Louzinho Cláudio Porto. Louzinho que estava em companhia da amásia identificada como Raquel e dois amigos identificados como Samurai e Magno tentaram tomar em assalto uma bicicleta do sobrinho de Florêncio que saiu correndo em direção a casa do tio para pedir ajuda. Os quatro foram ao local e "Pindó" que estava armado com um facão desferiu dois golpes em Louzinho que morreu na hora. Ele foi atingido no pescoço e no ombro. O consumo de bebidas e drogas apavora os moradores das aldeias, conforme depoimento do pai da vítima.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *DouradosNews, DouradosAgora, 04/01/2006; O Progresso/MS, 03/01/2007*

02/09/2007

VÍTIMA: Adélia Garcia Garcete

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima estava em casa com seis filhos quando chegaram 3 pessoas e chamaram por ela. Ao atender, foi atingida com golpes de facão que a feriram gravemente. Levada ao hospital não resistiu. Um dos acusados alegou que atacou a vítima porque esta espalhara na reserva indígena que ele seria o pai do seu último filho, recém-nascido.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/M S, 03/09/2007*

26/09/2007

VÍTIMA: L.R.F.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada com golpes de facão na cabeça e nas costas. Familiares suspeitam que o assassinato possa ter ocorrido por retaliação, já que recentemente o adolescente teria testemunhado um crime. Ele estaria sofrendo ameaças o que motivou sua mudança da aldeia Bororo. O acusado, por sua vez, alega que estava sendo ameaçado pela vítima, e que o crime teve a participação de outro menor que está foragido.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *campogrande.news/MS, 26/09/2007; Midiamax.com,28/09/2007*

27/03/2007

VÍTIMA: L.C.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima consumia bebida alcoólica junto com outros indígenas quando foi atacado pelo acusado. O capitão da aldeia Bororo, Luciano Arevalo, declarou que o consumo de drogas e álcool e a falta de perspectiva para os jovens indígenas estão transformando a aldeia em um "verdadeiro inferno". Afirmou ainda que quando existia a polícia indígena esses fatos não aconteciam e havia mais respeito entre os índios. A polícia indígena foi extinta no final dos anos 90, depois que o Ministério Público Federal passou a considerá-la milícia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 28/03/2007*

21/05/2007

VÍTIMA: Eugênio da Silva Soares

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: O indígena foi morto a golpes de facão na madrugada, na aldeia Bororó, reserva indígena de Dourados. Conforme notícia do Dourados News, a esposa dele Jeisabel Veron, 25 anos, disse aos peritos que o marido saiu de casa por volta das 13 horas de ontem, para fazer compras e não mais retornou. O corpo foi encontrado em uma estrada vicinal dentro da reserva. A polícia acredita que ele possa ter sido vítima de latrocínio, já que o índio estava em bicicleta nova e com dinheiro no bolso para fazer as compras. O crime gerou revolta na aldeia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *campogrande.news, 21/05/2007*

07/06/2007

VÍTIMA: Vanilson Porto (Neco)

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima estava numa festa e houve uma briga. O indígena saiu da festa e os acusados pelo assassinato, um menor e três comparsas o agrediram com golpes de facão. Os índios estão revoltados com a falta de segurança e as repetidas agressões de que são vítimas na terra indígena. Reclamam que os brancos só vão à aldeia para buscar corpos e divulgar tragédia. O capitão da aldeia Bororo, Luciano Arévalo, culpou a interferência do MPF que acabou com a "polícia indígena", formada por índios e liderada pelos capitães, mas não consegue garantir o "policiamento branco" nas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, 07e 08/06/2007; campogrande.news/MS, 07/06/2007*

27/03/2007

VÍTIMA: Valdir da Silva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Foi morto a golpes de facão. Na confusão também ficou ferido outro índio conhecido como Lucas. O suspeito é o irmão da vítima. Estavam bebendo na casa de um parente quando resolveram ir embora e no meio do caminho iniciaram uma discussão. Moradores da aldeia estão preocupados com a violência e a falta de ações por parte dos órgãos de segurança. Segundo as lideranças, os policiais teriam ido à aldeia, retirado o corpo da vítima e não procuraram saber detalhes sobre a autoria e circunstâncias do crime.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campogrande.news, 27/03/2007; O Progresso/MS, 19/04/2007*

17/09/2007

VÍTIMA: Mário Guimarães Machado

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Foi morto na casa de um amigo. Segundo a Polícia, a vítima estava acompanhada de um adolescente de 16 anos e de Edilson Arce Gonçalves, que não foi encontrado. Conforme testemunhas, os três estavam ingerindo bebida alcoólica e começaram uma discussão seguida de luta corporal. Mário foi morto e os agressores fugiram. O menor, que participou do crime, foi localizado e em depoimento disse que a briga começou porque a vítima estaria "passando a perna" nos acusados na bebida que estavam tomando. Alegou, ainda, que a vítima os ameaçou com o facão e que ele e o amigo tomaram a arma de Mário e o agrediram.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Midiamaxnews/MS, 17/09/2007; O Progresso/MS, 18/09/2007*

15/06/2007

VÍTIMA: Marinho Soares

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima residia na aldeia Lima Campo em Ponta Porã e estava de visita aos tios na aldeia Bororo. Envolveu-se, por motivos fúteis, numa briga, numa festa, com os acusados.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Doruadosagora, 18/06/2007*

19/04/2007

VÍTIMA: Paulo Vargas

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima trabalhava numa usina de álcool e ao retornar à aldeia, embriagado, teria forçado relações sexuais com a acusada, o que já acontecera anteriormente. Discutiram e durante a briga a acusada teria desferido os golpes contra a vítima, usando uma faca.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, 20/04/2007; campogrande.news, 19/04/2007*

06/01/2007

VÍTIMA: Gilson Felipe Valério

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: O cacique e auxiliar de enfermagem no Estado do Pará, Gilson Felipe Valério, foi assassinado com um tiro nas costas. Ele estava na casa de parentes em Dourados e ao passar pela estrada que corta a Reserva Indígena foi alvejado por franco atiradores, bêbados. Os acusados são dois índios. Heowe dedicara sua vida ao aprendizado e o ensino da cultura indígena do povo Terena. Deixa esposa Sueli Bertolino e os filhos Geovana, Giele, Suenir Felipe e Manoel. Nascido em 1970, aos 2 anos iniciou seu aprendizado da cultura Terena, com os cacique Lara e Teti oriundos das aldeias Bananal e Ypegui e sucedeu o cacique Malaquias

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *DouradosAgora, 8/1/2007; O Progresso, 9/1/2007*

10/11/2007

VÍTIMA: Uma menina

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A garota sofreu violência sexual e foi estrangulada. O autor do crime é tio da vítima com quem mantinha relações sexuais. Ele disse ter prometido para a sobrinha um telefone celular em troca das relações, e contou que a estrangulou após o ato sexual. Os pais da menina informaram que ela tinha participado de uma festa na aldeia no sábado, e que desde esse dia não havia retornado para casa.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *www.ultimahoranews.com*

10/05/2007

VÍTIMA: J. F.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: GUASUTY

MUNICÍPIO: ARAL MOREIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: Foi assassinado, com duas facadas nas costas na terra indígena Guasuty. O corpo da vítima foi levado para Amambai para exame necroscópico. O assassino está foragido.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campogrande.news, 11/05/2007*

25/12/2007

VÍTIMA: Ezequiel Martins

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: PORTO LINDO

MUNICÍPIO: MUNDO NOVO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: O indígena foi assassinado a tiros. O suspeito de ser o autor do crime é outro indígena, que está foragido, identificado como Célio Benites. Testemunhas apontaram Célio como autor dos disparos e contaram que ele fugiu depois do crime. O corpo de Ezequiel foi encontrado com perfurações de bala, em número não informado, no abdome. Ao lado, foram encontradas munições deflagradas e no bolso da vítima uma munição de calibre 22.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Campo Grande News, 25/12/2007*

6/12/2007

VÍTIMA: Ozéias Dias Nascimento

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi encontrado às margens da MS 156, que dá acesso a TI Dourados. Ele era viciado em crack e vinha sofrendo ameaças de morte há cerca de oito meses. Trabalhava como ajudante de serviços gerais e morava em Itaporã/MS. No local a polícia identificou marcas de pneus de carro próximo ao corpo, possivelmente do veículo do assassino.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *O Progresso/MS, 7/12/2007*

20/03/2007

VÍTIMA: Edson Vilhalva Garcia

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: JAPORÃ

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: Morreu vítima de uma perfuração no tórax. Chegou a ser socorrido, mas não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *campogrande.news.com.br/MS, 20/03/2007*

26/12/2007

VÍTIMA: Juscelino Davila

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: Na madrugada do dia 26/12 a índia Adin Gazan Morales Machado, de 19 anos, matou Juscelino Davila com uma facada no pescoço, por ciúmes. O crime foi na aldeia Jaguapiru, na reserva indígena de Dourados, a 221 quilômetros de Campo Grande. Conforme boletim de ocorrência, eles participavam de uma festa e no fim da comemoração o casal começou a discutir. Foi quando a índia pegou uma faca e desferiu um golpe no rapaz, atingindo a jugular. A índia foi atuada em flagrante.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campo Grande News, 26/12/2007*

12/08/2007

VÍTIMA: Ouvaldo Aparecido Benites

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: A vítima estava no alojamento da usina onde trabalhava. Foi atingida com vários golpes por um desconhecido, que utilizou um bloco de concreto. Um segurança ouviu os gritos e só teve tempo de observar um suspeito sair do alojamento e subir em um mototáxi.

MEIO EMPREGADO: Bloco de concreto

FONTE: *Home Page Correio do Estado/MS, 13/08/2007; O Estado do MS, 13/08/2007*

07/12/2007

VÍTIMA: Eliseu Aguaijo Lescano

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: LAGUNA CARAPÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento em beira de estrada

DESCRIÇÃO: Foi assassinado a golpes de foice dentro do barraco de lona, onde morava, na rodovia que liga Laguna Carapã a Caarapó. O acusado é um adolescente indígena de 17 anos, que ficou com ciúmes porque a ex-mulher da vítima foi levar o filho de três anos para visitar o pai.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Midiamaxnews, 7/12/2007*

03/02/2007

VÍTIMA: Vilson Senturião

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: TACURU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sassoró

DESCRIÇÃO: Encontrado morto na aldeia. A vítima foi localizada por índios em meio a um matagal. Os policiais constataram lesões nos pés, cabeça e barriga.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *campogrande.news/MS, 04/02/2007*

14/09/2007

VÍTIMA: Reinaldo Reginaldo

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: A vítima recebeu vários golpes de facão, apresentando corte na cabeça. Foi encontrado sem roupas numa área de terra pronta para o plantio. O reconhecimento do corpo foi feito por uma amiga e pela mãe do rapaz que confirmou que se tratava do filho. A violência na região já faz parte da rotina da comunidade indígena de Dourados. Moradores garantem que já cansaram de implorar por ações que permitam a eles o direito de ter segurança dentro da reserva, mas não chegam as providências. As famílias acreditam que somente com uma intervenção da Polícia Federal essa onda de crimes, que pode estar diretamente ligada ao tráfico e uso de drogas, poderia ser amenizada. Famílias que residem na reserva indígena estão preocupadas com as crianças que quase diariamente convivem com atos de crueldade. De acordo com os professores, muitas crianças ficaram impressionadas com a cena e nem sequer conseguiram assistir as aulas.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Campo Grande News, 15/09/2007*

13/08/2007

VÍTIMA: s/d

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: SETE QUEDAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiré

DESCRIÇÃO: Ferido, chegou a ser levado a um hospital mas não resistiu. Suspeita-se que a briga foi movida a bebida alcoólica. Não foram apontados suspeitos.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Cimi*

5/11/2007

VÍTIMA: Valdeci Isnardi

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: O corpo de Valdeci foi encontrado em uma usina no Município de Nova Alvorada do Sul. A vítima estava desaparecida há cinco dias. De acordo com a polícia ele foi visto pela última vez na quarta-feira passada em companhia do primo Paulo Isnard e do amigo Valdenir da Silva. Uma testemunha que também trabalha na usina passou a informação para a polícia. O corpo da vítima apresentava uma pequena marca na cabeça.

FONTE: *O Progresso/MS, 7/11/2007*

06/05/2007

VÍTIMA: Mauro Luiz da Silva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: O presente caso de assassinato foi relatado pela Funasa, sem histórico.

MEIO EMPREGADO:

FONTE: *Funasa*

31/07/2007

VÍTIMA: C.F.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: TACURU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sassoró

DESCRIÇÃO: A acusada relatou que há dias vinha sendo perseguida pela vítima. Na noite do crime, quando ela e sua irmã retornavam de uma festa teriam sido atacadas pelo rapaz. Com medo de ser atacada novamente, ela andava com uma faca e atirou a mesma na vítima, com intenção apenas de assustá-la, mas o rapaz foi atingido mortalmente e não resistiu.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Midiamaxnews/MS, 12/08/2007*

22/09/2007

VÍTIMA: Juliana Balino

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

DESCRIÇÃO: Abandonada pelo marido e desaparecida desde 19 de setembro a vítima foi encontrada morta numa fazenda em Amambaí, MS, divisa com o Paraguai.

MEIO EMPREGADO:

FONTE: *Agência Estado, 23/09/2007*

8/11/2007

VÍTIMA: Alcindo Martins

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

DESCRIÇÃO: O líder comunitário e agente de saúde foi assassinado pelo indígena Louzinho Lescano. A polícia está apurando a denúncia do acusado que afirma que o vereador e capitão da aldeia, Daniel Lescano (PDT) seria o mandante do crime. De acordo com o delegado, as disputas internas entre grupos adversários são freqüentes na aldeia Taquapery. Para a polícia, não está descartada a possibilidade do acusado, influenciado por grupos rivais ao capitão da aldeia, terem tramado essa versão com o autor, para incriminar Daniel Lescano.

FONTE: *midiamaxnews/MS, 8/11/2007*

3/12/2007

VÍTIMA: Sílvio Irala Gonçalves

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: TAQUARUSSU

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi encontrado preso a um galho no interior do rio Taquarussu. O zelador do alojamento indígena da usina Debrasa encontrou os pertences da vítima às margens do rio. O corpo foi encaminhado ao IML.

FONTE: *www.campogrande.com, 4/12/2007*

MT - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

17/03/2007

VÍTIMA: Helenildo Bataru Egiri

POVO: BORORO

MUNICÍPIO: POXOREO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Santo Antônio da Aldeia (Jarudori)

DESCRIÇÃO: Homens desconhecidos desceram de um táxi e foram até a casa da vítima. Quando esta atendeu, pediram um copo de água e perguntaram seu nome, atirando em seguida à queima-roupa. A terra indígena Jarudóri é registrada há mais de 50 anos, mas continua invadida por não índios. Desde julho de 2006 está em andamento uma Ação Civil Pública de reintegração de posse de 4.706 ha da área Jarudori para os Bororo. Em junho foi aberta uma nova aldeia dentro da área requerida e desde então o grupo vem sofrendo ameaças.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi/MT, 19/03/2007; Informe n. 758*

PE - 7 Caso(s) - 7 Vítima(s)

13 /03/2007

VÍTIMA: Sebastião Francisco Agra

POVO: XUKURU

TERRA INDÍGENA: XUKURU

MUNICÍPIO: PESQUEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Caldeirão

DESCRIÇÃO: A vítima foi assassinada por dois homens que fugiram numa moto. Horas antes do crime foi assassinado o fazendeiro Jaílson Guedes de Santana. O delegado não descarta ligação dos 2 crimes.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Folha de Pernambuco, 14/03/2007; Jornal do Commércio/PE, 14/03/2007*

27/02/2007

VÍTIMA: Edilson Correia dos Santos

POVO: XUKURU

MUNICÍPIO: PESQUEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Canabrava II

DESCRIÇÃO: O índio foi morto perto da casa de seus parentes. Ele saía da residência da mãe, onde jantava todos os dias, com o filho pequeno e foi surpreendido por um desconhecido que efetuou disparos contra ele. A criança não sofreu ferimentos. A polícia acredita que o assassinato esteja ligado a conflitos internos, motivado por vingança.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Diário de Pernambuco, 28/02/2007; Jornal do Commércio, 1º/03/2007*

06/08/2007

VÍTIMA: Gilmar Barbosa de Moura

POVO: KAPINAWÁ

MUNICÍPIO: BUIQUE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kapinawá

DESCRIÇÃO: A vítima era filho do cacique. O acusado se encontra foragido. Segundo a Funai o homicídio não tem ligação com os outros três ocorridos com o mesmo povo.

MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira

FONTE: *JC ONLINE - PE, 14/08/2007; Jornal do Comércio/pE, 14/08/2007*

12/08/2007

VÍTIMA: José Lindomar Santana da Silva

POVO: XUKURU

TERRA INDÍGENA: XUKURU

MUNICÍPIO: PESQUEIRA

DESCRIÇÃO: A vítima e o irmão voltavam de uma festa e quando passavam pela PE-219 numa moto, dois homens armados dispararam contra eles. José Lindomar morreu e o irmão

ficou ferido. A vítima era filho de Chico Quelé, ex-cacique da aldeia Pedra D´Água e que foi morto em 2001 por problemas de terra.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Jornal do Commercio, Pe, 13/08/2007*

13/08/2007

VÍTIMA: Edilson Antônio da Silva

POVO: KAPINAWÁ

MUNICÍPIO: BUIQUE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Riachinho

DESCRIÇÃO: Dois irmãos e um primo estavam bebendo quando ocorreu uma discussão. Os irmãos mataram o primo. Embora a venda e consumo de bebida alcoólica sejam proibidos em áreas indígenas, a legislação não é seguida. Segundo o chefe do posto há um consumo excessivo entre os moradores da comunidade.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Jornal do Commercio/PE, 14/08/2007; Folha de Pernambuco,14/08/2007*

13/08/2007

VÍTIMA: José Gomes da Silva

POVO: KAPINAWÁ

MUNICÍPIO: BUIQUE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Riachinho

DESCRIÇÃO: A vítima havia participado do assassinato de Edilson Antonio da Silva. Avisado do ocorrido o irmão de Edilson, Severino Antonio da Silva e outro indígena de nome Paulo Siqueira Bezerra mataram José Gomes da Silva. Segundo o chefe do posto, embora proibido, há um consumo excessivo de bebida alcoólica na comunidade, o que colabora para os desentendimentos.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Jornal do Comércio/PE, 14/08/2007; Folha de Pernambuco, 14/08/2007*

13/08/2007

VÍTIMA: Amerício Gomes da Silva

POVO: KAPINAWÁ

MUNICÍPIO: BUIQUE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Riachinho

DESCRIÇÃO: A vítima havia assassinado o primo, Edilson Antonio da Silva. Avisado do crime, o irmão deste último e outro indígena de nome Paulo Siqueira Bezerra, mataram a vítima. Segundo o chefe do posto, embora proibido, há um consumo excessivo de bebida alcoólica na comunidade, o que ajuda a provocar desentendimentos.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Jornal do Comércio/PE, 14/08/2007*

PR - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

23/03/2007

VÍTIMA: Mário Var Fernandes

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Mbya

DESCRIÇÃO: O acusado confessou o crime, motivado por bebida alcoólica.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Correiodopovo.com, 29/03/2007*

27/11/2007

VÍTIMA: Sebastião Gerése Lucas

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: QUEIMADAS

MUNICÍPIO: ORTIGUEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang

DESCRIÇÃO: Sebastião Gerése foi morto por engano. O acusado, também índio residente na mesma aldeia, foi até a casa da vítima achando que fosse a residência do presidente do Conselho dos Índios da reserva de Queimadas, Sebastião Furgi Lucas, com quem teve um desentendimento. Ao abrir a porta junto com a filha, a vítima foi alvejada por três tiros. Ele teve morte instantânea. A criança também foi atingida no braço, mas não corre risco de morte. A vítima e o acusado teriam brigado. O acusado estava tendo problemas na reserva e, por causa disso, o Conselho decidiu transferi-lo para uma aldeia em Nova Laranjeira. Além de não aceitar a transferência, ele ameaçou o presidente do Conselho dos Índios de morte.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Gazeta do Povo/PR, 28/11/2007*

RO - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

Janeiro

VÍTIMA: Gilson Acácio Lobato

POVO: PURUBORA

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Purubora

DESCRIÇÃO: O indígena foi assassinado em janeiro por Hermes José da Silva na fazenda do Sr. Cabral com um tiro de espingarda. As únicas testemunhas encontradas para depor eram parentes, ou amigos do assassino que falaram de legítima defesa. A denúncia do promotor contra o assassino foi uma queixa-crime por "porte ilegal de arma" e por ser réu primário e com mais de 60 anos foi absolvido, apenas perdeu a chumbeira mortífera. A família não recorreu da sentença por temer represálias.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Informativo Panewa nº 07 novembro/dezembro - Cimi RO*

Final de março

VÍTIMA: Maria Helena (idosa)

POVO: KAMPÉ

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kampé

DESCRIÇÃO: A indígena foi asfixiada e depois estuprada.

MEIO EMPREGADO: Asfixia

FONTE: *Informativo Panewa nº 07 novembro/dezembro - Cimi RO*

RR - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

20/10/2007

VÍTIMA: Basílio Manoel Salvador

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: JABUTI

MUNICÍPIO: BONFIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Wapixana

DESCRIÇÃO: Os dois indígenas estavam bebendo no quintal da casa quando aconteceu o crime.

MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira

FONTE: *Folha da Boa Vista/RR, 23/10/2007*

18/11/2007

VÍTIMA: Dobercio Mendes

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: NORMANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Maloca do Macaco - Makuxi/Wapixana

DESCRIÇÃO: De acordo com informações repassadas pela polícia, os dois indígenas estavam brigando durante uma festa de aniversário.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Jornal Folha de Boa Vista/RR, 19/11/2007 e 04/12/2007*

RS - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

02/09/2007

VÍTIMA: Vera Lúcia da Silva

POVO: KAINGANG

MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang - Lomba do Pinheiro

DESCRIÇÃO: O casal teria passado a noite consumindo bebida alcoólica e teriam discutido. O suspeito é o companheiro da vítima, não índio, que a teria atingido com uma pedra na cabeça, causando sua morte.

MEIO EMPREGADO: Pedra

FONTE: *Home Page Zero Hora, 03/09/2007 e Cimi Sul - Equipe Porto Alegre*

SC - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

2/12/2007

VÍTIMA: Sidnei Kaaydui Priprá

POVO: XOKLENG

TERRA INDÍGENA: IBIRAMA - LA KLÃNO

MUNICÍPIO: JOSÉ BOITEUX

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bugio - Xokleng

DESCRIÇÃO: A vítima estava no pátio de uma igreja evangélica quando o acusado disparou tiros em sua direção. Foi conduzido para o Hospital Miguel, mas não resistiu aos ferimentos. A vítima tinha rixa com o acusado.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Jornal de Santa Catarina/SC, 4/12/2007*

SP - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

28/06/2007

VÍTIMA: Idjehederi Karajá

POVO: KARAJÁ

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tenonde Porã

DESCRIÇÃO: A vítima, que estudava educação física em São Paulo, foi até a aldeia Guarani M´bya visitar um amigo. Ao descer do ônibus viu um indígena, que estava alcoolizado, sendo espancado por dois homens. Ao tentar defendê-lo foi violentamente agredido. Depois de alguns dias foi para Goiânia e apesar de receber cuidados médicos faleceu como conseqüência de um traumatismo craniano. A informação é da prima da vítima, Waxiaki Karajá, que ouviu o seu relato.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *O Popular/GO, 1º/07/2007;Waxiaki Karajá; Jornal do Tocantins,29/06/2007*

TO - 4 Caso(s) - 4 Vítima(s)

novembro

VÍTIMA: Criança

POVO: KRAHÔ

TERRA INDÍGENA: KRAOLÂNDIA

MUNICÍPIO: GOIATINS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cachoeira

DESCRIÇÃO: O pai da criança, alcoolizado, a espancou até a morte. Não chegou a ser socorrida porque teve morte instantânea.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Liderança do povo Krahô (Cimi Regional GO/TO)*

19/10/2007

VÍTIMA: Elias Corredor Salvador Apinayé

POVO: APINAYÉ

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cocal Grande

DESCRIÇÃO: Alguem tentou matar a vítima. Sobreviveu, mas teve lesões cranianas e cortes no corpo. Houve omissão de socorro e negligência no atendimento hospitalar. Ele veio a falecer.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Raimundo Silva Mourão, motorista que socorreu a vítima*

setembro

VÍTIMA: Uma mulher Krahô

POVO: KRAHÔ

TERRA INDÍGENA: KRAOLÂNDIA

MUNICÍPIO: SANTA ROSA DO TOCANTINS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Mangabeira

DESCRIÇÃO: Uma pessoa incendio a mulher, que ficou muito queimada, mas sobreviveu. Porém, houve demora em encaminhá-la para o hospital de referência para queimados em Goiânia. Ela veio a falecer.

MEIO EMPREGADO: Fogo

FONTE: *CIMI Go/To, liderança indígena*

maio/2007

VÍTIMA: Uma indígena

POVO: KRAHÔ

TERRA INDÍGENA: KRAOLÂNDIA

MUNICÍPIO: ITACAJA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cachoeira

DESCRIÇÃO: A indígena foi estuprada e morta por vingança de feitiço.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *Depoimento do cacique e pajé para Cimi - equipe GO/TO*

Tentativas de assassinato

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

No ano de 2006 foram contabilizadas 25 tentativas de assassinato contra indígenas, com um total de 33 vitimas. Só no Mato Grosso do Sul foram 18 casos, que vitimaram 25 pessoas. Em Roraima houve 2 casos e no Acre, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Pará e Rondônia foram registrados um caso em cada estado.

Em 15 das ocorrências registradas foram utilizadas armas brancas e em 9 casos as tentativas foram com armas de fogo. Entre as ocorrências, foi registrado um caso de espancamento.

Em 2007 o número de tentativas de assassinato cresceu. Foram registradas 38 ocorrências, com 49 vítimas individuais.

De novo, foi no Mato Grosso do Sul onde a grande maioria dos casos ocorreram: 31, com 37 vítimas individuais e um grupo que trabalhava na roça. Foram registrados 3 casos no Maranhão e 1 na Bahia, no Ceará, no Mato Grosso, no Pará, no Espírito Santo e em Pernambuco.

Destacam-se as tentativas de assassinato ligadas à luta pela terra. Por exemplo, o atentado contra o cacique Odair José, do povo Borari, da aldeia Novo Lugar, no Pará por três homens encapuzados. Odair tem denunciado a invasão de terra indígena, grilagem e exploração ilegal de madeira e vinha recebendo ameaças. O líder Pataxó Hã-hã-hãe Alcides Francisco Filho, ficou ferido, quando pistoleiros atiraram contra ele, durante um arrastão contra o grupo indígena que tinha retomado uma fazenda na Serra das Alegrias, no sul de Bahía. Destaca-se também um grande número de tentativas de assassinato entre indígenas (23 casos).

Em 2007, foram registrados facadas, espancamentos e incêndios motivados por vingança ou outras razões. Em 9 destes casos, os acusados atuavam sob influência de bebidas alcoólicas. Em 8 casos foram registrados ataques de surpresa e tocaias com intuito de roubar e atacar as vitimas mortalmente.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	25	33
2007	38	49

Tentativas de assassinato

Dados -2006

AC - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

07/09/2006

VÍTIMA: Adão Barbosa Jaminawa

POVO: JAMINAWÁ

MUNICÍPIO: RIO BRANCO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Três Cachoeiras - Jaminawá

DESCRIÇÃO: A vítima foi ferida com um tiro de espingarda e golpes de terçado que deixaram sua cabeça e rosto deformados. Convalescendo na Casa do Índio, ele mal reconhece os parentes mais próximos. Tanto neste caso como em outros que têm ocorrido nos últimos anos, todos participavam de bebedeiras. Segundo o Santo Raimundo Batista Jaminawa, representante de seu povo e vice-pesidente da Ocaej - Organização das Comunidades Indígenas do Acre, as brigas internas, a falta de um cacique forte, o consumo de álcool têm desagregado a cultura do povo.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Juracy Xangai; 23/11/2006*

MS - 18 Caso(s) - 26 Vítima(s)

07/06/2006

VÍTIMA: Paulo Nunes, Adalto Scolarqui. Hilário Nunes, Ananias Nunes, A.A.

POVO: GUARANI NHANDEVA

TERRA INDÍGENA: JAPORÃ

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: Há um conflito entre 2 grupos ligados aos respectivos caciques. A BR-364 foi bloqueada por um dos grupos. A vítima sofreu um tiro de raspão e golpes de facão. O confinamento dos Guarani, 4.300 pessoas que vivem em 1.600 ha. da reserva, intensifica o clima de guerra. O impasse já dura há mais de um ano.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 08/06/2006*

12/12/2006

VÍTIMA: Silvério Recarte
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: SOMBRERITO
MUNICÍPIO: SETE QUEDAS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá
DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida com um tiro no tórax quando caminhava próximo à cerca da fazenda São Lucas. As lideranças da comunidade denunciam que durante toda a madrugada foram ouvidos mais tiros que teriam sido disparados em frente aos 500 ha. da área retomada. O clima continua tenso, pois os grileiros passaram a manhã disparando rojões próximo à aldeia.
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *Equipe Cimi Dourados*

09/11/2006

VÍTIMA: Wilson Ricardo
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: AMAMBAI
MUNICÍPIO: AMAMBAI
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá
DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida com uma faca no abdômen.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *DouradosAgora/MS, 09/11/2006*

18/03/2006

VÍTIMA: Leonildo Benitez
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida por golpes de faca na cabeça, nas costas e abdômen.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *www.campogrande.news.com.br,19/03/2006*

29/10/2006

VÍTIMA: Adolescente
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: Foi atingido por um golpe de facão no rosto. A vítima retornava de uma festa, quando foi abordado por quatro jovens encapuzados, sendo que um deles efetuou o golpe.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *DouradosAgora/MS, 29/10/2006*

25/12/2006

VÍTIMA: Anildo Mendes da Silva
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó
DESCRIÇÃO: Segundo a polícia, os dois indígenas discutiram e Severino apunhalou Anildo no braço esquerdo. A vítima foi socorrida por populares e encaminhada ao Pronto Socorro do Hospital Evangélico de Dourados.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *DouradosAgora, 26/12/2006*

11/06/2006

VÍTIMA: V.A.M.
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru
DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida por um golpe de faca na cabeça, enquanto participava de uma festa junina na escola da aldeia Bororó. O crime aconteceu durante a realização de uma festa junina na escola Guateka. Segundo o autor da tentativa de homicídio, que se entregou a polícia, ele foi apartar uma briga quando foi agredido com vários golpes de porrete. Daí, se armou de um facão e desferiu alguns golpes acertando a cabeça da vítima.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *DouradosNews/MS, 11/06/2006, e 12/06/2006*

14/02/2006

VÍTIMA: A. V. I., I. P., P. A., P. P., G. B.
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ
MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taquaperí
DESCRIÇÃO: Indígenas da aldeia Taquaperí entraram em conflito por conta da disputa pelo comando do grupo, além da substituição do atual cacique e vereador da cidade, Daniel Lescano. Conforme informações da PM, 3 indígenas foram esfaqueados e foram internados no hospital local. Um deles, em estado grave, foi transferido para o Hospital Evangélico, em Dourados. Os índios colocaram fogo em ocas e tendas. Tem-se notícia de 6 feridos durante o confronto. Segundo a PM, o cacique Lescano teve a minoria dos votos na eleição ocorrida, mas se recusa a entregar o cargo. O vencedor foi Eliseu dos Santos. Na aldeia residem em torno de 150 famílias, das quais boa parte já está mudando devido aos constantes conflitos pelo comando político da etnia em toda a região da fronteira.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 15/2/2006*

21/05/2006

VÍTIMA: Romildo Espindola
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: Levou um tiro nas nádegas. Disse que o tiro partiu de uma mata.
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *Douradosagora.com 22/05/2006*

14/06/2006

VÍTIMA: Genésio Ramos
POVO: GUARANI KAIOWÁ
MUNICÍPIO: BELA VISTA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Piraque
DESCRIÇÃO: O indígena estava internado no Hospital Regional Rosa Pedrossian, em Campo Grande. Estava com diversos ferimentos provocados por esfaqueamento ocorrido na aldeia.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *Midiamaxnews*

3/06/2006

VÍTIMA: C.I.M.
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: O adolescente participava de uma festa na casa de outro índio, quando foi atingido com dois disparos. Os disparos atingiram a perna direita e a coxa esquerda. Foi internado no Hospital Evangélico e não corre risco de morte.
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *DouradosNews/MS, 5/06/2006*

25/05/2006

VÍTIMA: Sebastião Irala
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: A vítima retornava de um velório quando foi abordada por um grupo de indígenas que pediu cigarros e pinga. A vítima disse que não tinha esses produtos e foi agredido com um corte no rosto, na lateral direita. Ele retornou ao velório e pediu ajuda. Uma equipe da Funasa encaminhou a vítima para o Hospital Evangélico.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *DouradosAgora/MS, 25/05/06*

14/10/2006

VÍTIMA: Elson Benites
POVO: GUARANI KAIOWÁ
MUNICÍPIO: SANTA RITA DO PARDO
DESCRIÇÃO: O acusado confirmou que havia esfaqueado a vítima, seu ex-cunhado, porque este havia casado com sua irmã e a teria abandonado com três filhos menores. No alojamento indígena onde estavam entre outros a vítima e o acusado, estavam todos consumindo bebida alcoólica, e iriam para a cidade de origem no dia seguinte.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *Diário-O jornal da Integração Regional/MS, 16/10/2006*

08/02/2006

VÍTIMA: Delfina Silva Xavier
POVO: TERENA
MUNICÍPIO: AQUIDAUANA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tomázio
DESCRIÇÃO: A vítima levou um tiro na barriga, após uma briga dentro da aldeia. Foi internada em estado grave na Sta. Casa de Campo Grande onde passou por uma cirurgia.
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *Midiamaxnews/MS, 08/02/2006*

2/02/2006

VÍTIMA: Josiel Figueiredo
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
DESCRIÇÃO: Foi atingido por golpe de facão na cabeça.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *Midiamaxnews/MS, 3/02/2006*

2/02/2006

VÍTIMA: Nilson da Silva
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
DESCRIÇÃO: O indígena foi atingido no lado esquerdo do tórax.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *midiamaxnews/MS, 3/02/2006*

3/09/2006

VÍTIMA: Gilmar de Souza Duarte
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru
DESCRIÇÃO: O indígena caminhava pela aldeia, quando foi abordado por dois homens desconhecidos, um deles armado com uma faca. A vítima foi agredida a socos e pontapés e levou uma facada no pescoço. A dupla fugiu levando a carteira com os documentos pessoais.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *Douradosagora, 4/09/2006*

9/07/2006

VÍTIMA: Aparecido da Silva
POVO: GUARANI KAIOWÁ
MUNICÍPIO: PONTA PORÃ
DESCRIÇÃO: Foi ferido no peito com golpes de faca.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *DouradosNews/MS, 10/07/2006*

MT - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

08/04/2006

VÍTIMA: Eliseu Hambuja
POVO: KARAJÁ
TERRA INDÍGENA: SÃO DOMINGOS
MUNICÍPIO: LUCIARA
DESCRIÇÃO: Vítima e acusado estavam bebendo e jogando sinuca num bar. Ao tentar defender seu irmão Daniel Karajá, que foi morto, a vítima também foi atingida. Após 3 dias internado, Eliseu recebeu alta e voltou para a aldeia. A comunidade já denunciou o problema do consumo de álcool, situação de prostituição e drogas na aldeia.
MEIO EMPREGADO: Arma branca
FONTE: *A Gazeta/MT*

PA - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

abril de 2006

VÍTIMA: Wilson Kaba Munduruku
POVO: MUNDURUKU
TERRA INDÍGENA:
MUNICÍPIO: JACAREACANGA
DESCRIÇÃO: Foi espancado na cidade de Jacareacanga, e levado gravemente ferido para Belém. Conflito entre indígenas embriagados, após participar em festas de boates locais.
MEIO EMPREGADO: Espancamento
FONTE: *Cimi Norte II*

RO - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

14/02/2006

VÍTIMA: Sebastião Kaxarari

POVO: KAXARARI

TERRA INDÍGENA: KAXARARI

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaxarari

DESCRIÇÃO: A vítima havia assassinado José Ambrósio Kaxarari. Foi perseguido pelos parentes do assassinado. Mesmo baleado ele fugiu e não foi mais visto.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *A Tribuna, Home Page/18/02/2006*

RR - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

23/04/2006

VÍTIMA: Moisés Martins

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAIMA

DESCRIÇÃO: A vítima é vaqueiro no retiro Tai-Tai, terra de rizicultura. O empregado do fazendeiro, Nelson Itikawa, parou o veículo numa ponte, desceu e disparou 4 tiros de revólver contra o indígena, quando este se encontrava trabalhando em sua roça. Posteriormente, em 30/04/2006, foram encontrados cartuchos de balas e garrafas de bebidas nas proximidades do retiro. A terra indígena Raposa/Serra do Sol foi demarcada em 2005, após uma luta de 30 anos. Os rizicultores estão ilegalmente na terra e não aceitam a demarcação. Segundo o indígena, a agressão que sofreu foi em decorrência de seu depoimento à Polícia Federal por ocasião da queima de casas nas comunidades Homologação, Jauari e Brilho do Sol, em 23/11/2004.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Assessoria Jurídica - CIR; Cimi Norte I*

janeiro/2006

VÍTIMA: Alípio Yanomami

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tihwuana

DESCRIÇÃO: A vítima foi alvejada por um tiro na altura do abdômen, desferido por outro indígena, em uma disputa entre comunidades. O fato ocorreu na comunidade Hakona. A vítima deu entrada no Pronto Socorro Estadual Francisco Elesbão. A situação reforça a questão das armas que entram naquelas comunidades através de garimpeiros que praticam a atividade ilegalmente naquela área.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Folha de Boa Vista/RR, 03/01/2006*

RS - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

2006/2007

VÍTIMA: Valdomiro Vergueiro

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA:

MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang - Morro do Osso

DESCRIÇÃO: Houve discussão por causa da venda de artesanato. O policial militar usava arma de fogo, revólver calibre 38.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre, 2006/2007*

Tentativas de assassinato

Dados -2007

BA - 1 Caso(s) - 2 Vítima(s)

27/1/2007

VÍTIMA: Alcides Francisco Filho e Jorge Adriano Ferreira Vieira

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE e TRUKÁ

MUNICÍPIO: ITAJU DO COLÔNIA

DESCRIÇÃO: Alcides foi ferido a bala na coxa direita, em conflito com pistoleiros. No dia 23/01/2007, um grupo de índios liderados por Alcides retomou a fazenda do invasor Marcos Ruim, na Serra das Alegrias. O conflito se acirrou no dia 27/01 quando pistoleiros do referido fazendeiro, fizeram um arrastão utilizando armas de fogo. Alcides foi encaminhado para o Hospital de Base de Itabuna e, após medicado, foi liberado. A fazenda em questão foi retomada em 2003 por um grupo de índios liderados por Luís Titiah, sendo retirado depois por força de liminar. Em janeiro de 2006 lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe fizeram várias retomadas na Serra das Alegrias. Essa é uma região de grandes conflitos, pois os fazendeiros são bastante organizados.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Equipe do Cimi - Itabuna - Regional Leste, 27/01/2007*

Marca de bala em índio Guajajara. MA 2007. *Foto: Arquivo Cimi*

CE - 1 Caso(s) - 3 Vítima(s)

10/02/2007

VÍTIMA: Daniel, José Adriano, Antônio José

POVO: TAPEBA

TERRA INDÍGENA: TAPEBA

MUNICÍPIO: CAUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jardim do Amor

DESCRIÇÃO: Em uma emboscada quatro irmãos Tapeba foram surpreendidos por dois homens em uma estrada. Três ficaram feridos e um morreu ao ser atingido com um tiro no abdômen. A vítima fatal já havia sofrido uma tentativa de homicídio há cerca de duas semanas, de onde saiu ileso. Segundo a Polícia Civil, os agressores queriam vingança porque os índios os teriam denunciado pelo furto de um motor de uma empresa. Já a Polícia Federal, suspeita que o crime tenha relação com posse de terras.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Diário do Pará/PA,13/02/07-O Povo/CE,12/02/07- Jornal do Comércio/RJ,13/02/07*

ES - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

06/10/2007

VÍTIMA: s/d

POVO: TUPINIKIM

TERRA INDÍGENA: COMBOIOS

MUNICÍPIO: LINHARES

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tupinikim

DESCRIÇÃO: O acusado feriu a mulher quando esta tentava proteger o filho, vítima fatal da agressão do pai.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *zcustodio@redegazeta.com.br, 07/10/2007; Cimi Leste, 22/10/2007*

MA - 3 Caso(s) - 5 Vítima(s)

15/10/2007

VÍTIMA: Madalena Paulino Guajajara e Antonio Paulino Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: ARAME

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Lagoa Comprida

DESCRIÇÃO: Um grupo de aproximadamente 15 homens armados, alguns deles encapuzados, invadiram a aldeia. Colocaram os indígenas num campo de futebol e os ameaçaram atirando para cima. Além de matar um indígena feriram outros dois. A ação foi uma represália dos madeireiros contra os indígenas que, no início do mês de setembro, prenderam um caminhão madeireiro que transitava dentro da terra indígena. Os madeireiros tentaram recuperar o veículo mas os indígenas se recusaram a negociar. Os indígenas comunicaram o fato à Funai que não tomou providências. Essa condição de conflito é antiga. Desde a década de 1980 a terra indígena sofre com a invasão e exploração madeireira. Em 2002, o indígena Kelé Apolinário, 55 anos, morador da aldeia Abraão, localizada na mesma terra indígena, foi encontrado morto na mata e tudo indica que foi em decorrência da ação de madeireiros, mas o caso nunca foi investigado.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi Regional Maranhão, 16/10/2007*

16/04/2007

VÍTIMA: Dois homens indígenas

POVO: GUAJAJARA

MUNICÍPIO: ARAME

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cururu

DESCRIÇÃO: Dois indígenas foram baleados num violento confronto entre moradores da área urbana do município de Arame. Parte da aldeia foi destruída, casas foram queimadas. Moradores da área urbana do município, revoltados com a interdição da rodovia MA-006, entraram em conflito com os indígenas. A rodovia foi interditada pelos índios como protesto contra a Funasa pelo mau atendimento que estão recebendo. Segundo o líder Uirauhene Soares, a fundação não cumpre com suas obrigações e não respeita acordos firmados com o Ministério Público.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Jornal Pequeno online, 16/04/2007;O Imparcial/MA,17/04/07*

16/04/2007

VÍTIMA: Um homem

POVO: GUAJAJARA

MUNICÍPIO: ARAME

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cururu

DESCRIÇÃO: Um indígena foi ferido a pauladas sofrendo traumatismo craniano e com risco de morte, por moradores do município de Arame que destruíram parte da aldeia e queimaram várias casas. Moradores da área urbana do município, revoltados com a interdição da rodovia MA-006, entraram em conflito com os indígenas. A rodovia foi interditada pelos índios como protesto contra a Funasa pelo mau atendimento que estão recebendo. Segundo o líder Uirauhene Soares, a fundação não cumpre com suas obrigações e não respeita acordos firmados com o Ministério Público.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Jornal Pequeno online*

MS - 31 Caso(s) - 37 Vítima(s)

27/05/2007

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amambai

DESCRIÇÃO: O adolescente teve uma das mãos decepadas e parte dos dedos da outra mão parcialmente cortados a golpes de facão. Segundo informações da Polícia Militar, o menor estaria em uma festa no interior da reserva quando houve uma discussão entre grupos indígenas rivais, que acabaram entrando em confronto.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, 29/05/2007*

09/01/2007

VÍTIMA: Valdecir Ximenez

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taquaperi

DESCRIÇÃO: A vítima recebeu três tiros na perna durante um confronto entre homes armados e os indígenas. Os ín-

dios foram atacados por um grupo de pistoleiros quando retornavam ao seu tekoha, terra tradicional, de Curusu Ambá, fazenda Madama. Segundo informações da Polícia Rodoviária Estadual e da Funai, um grupo de pessoas armadas e não identificadas, a bordo de 12 caminhonetes, teriam chegado na fazenda com o objetivo de retirar os índios à força. Há suspeita, pelo Ministério Público Federal, de que os fazendeiros estejam contratando milícias particulares.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Cimi/MS; campograndenews,09/01/2007; Estado de S.P., 10/01/2007*

04/01/2007

VÍTIMA: Cezar Medina

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: O indígena Cezar Medina foi vítima de tentativa de homicídio. De acordo com o boletim de ocorrência, ele deu entrada o hospital da cidade com ferimentos provocados por arma de fogo. Cezar foi atingido na cabeça, face, costas, ombro direito e nádegas. Ainda segundo o boletim, ele foi levado até o hospital por uma ambulância da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) e, posteriormente, seria encaminhado para Dourados

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Campo Grande News, 4/1/2006*

19/09/2007

VÍTIMA: Timóteo Vilhalva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A vítima foi agredida pelo sogro. Este chegou embriagado na casa do indígena que não o deixou entrar e trancou a porta. Ao acordar, encontrou o sogro dormindo no quintal e iniciaram uma discussão. O acusado então agrediu a vítima a pauladas. O estado dele é considerado grave.

MEIO EMPREGADO: Pedaço de madeira

FONTE: *CampoGrande News, 19/09/2007*

25/10/2007

VÍTIMA: Carlito Soares

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: A vítima foi agredida com um golpe de facão na cabeça por dois adolescentes, suspeitos de estarem sob efeito de bebida alcoólica e entorpecentes. Com os dois adolescentes foi encontrada certa quantidade de maconha. Em depoimento à polícia, a vítima disse que os adolescentes estariam mexendo com sua irmã e quando ele tentou intervir para repreendê-los, acabou sendo agredido. A vítima foi levada para o Hospital Regional de Amambai. De acordo com a direção do Hospital a grande maioria do atendimento de emergência é destinado à indígenas vítimas de violência nas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *www.progresso.com.br, 27/10/2007*

07/06/2007

VÍTIMA: s/d

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima voltava para casa quando foi abordado por uma mulher que pediu cigarro. Em seguida foi esfaqueado por um desconhecido. Levado ao hospital evangélico por uma equipe da Funasa. Há uma onda de violência na reserva indígena de Dourados com assaltos, tentativa de assassinato, agressões e outros delitos que são praticados nas aldeias Jaguapiru e Bororo. Os indígenas protestam dizendo que os brancos só vão à aldeia para buscar corpos e divulgar tragédia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *midiamaxnews/MS, 10/06/2007*

08/03/2007

VÍTIMA: Isaias Brites

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada pela irmã, Priscila de Souza, às margens da MS-156, pedindo socorro. Apresentava ferimentos provocados por golpes de facão na cabeça, pescoço e orelha. Foi encaminhado pelo 2º Grupamento Militar até o hospital. O crime está sendo investigado.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, 09/03/2007*

02/06/2007

VÍTIMA: s/d

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Segundo informações da polícia, a menina saiu de um baile com a prima, outra menor de 16 anos e foram para a casa de uma parente. Elas estariam embriagadas. Ambas teriam conversado com colegas em frente à casa. Segundo depoimento da adolescente, a menina teria se envolvido numa discussão no local e acabou sendo atingida com um golpe de faca na barriga. Foi encaminhada ao Hospital Evangélico e não corre risco de morte.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, 04/06/2007*

09/06/2007

VÍTIMA: s/d

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Conforme informações da polícia, a vítima chegava em casa, na tarde de sábado, quando em frente da residência foi abordada pelo suspeito. Este sem nada dizer, acertou a vítima. O adolescente foi socorrido por uma equipe da Funasa e encaminhado até o Hospital Evangélico, onde permaneceu internado.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, 11/06/2007*

06 de junho

VÍTIMA: Adilson da Silva de Araújo

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A vítima retornava do trabalho para casa quando surgiu o assaltante armado com uma faca. O homem exigiu que ele entregasse o salário que supunha que Adilson houvesse trazido da Usina. A vítima alegou que não tinha recebido o dinheiro mas mesmo assim foi agredida. Encaminhada ao hospital passou por uma cirurgia. Há uma onde de violência que toma conta da reserva indígena da cidade de Dourados. Os índios estão revoltados com a falta de segurança e protestam reclamando que os brancos só vão à aldeia para buscar corpos e divulgar tragédia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Rádio Grande FM; o pROGRESSO/ms, 08/06/2007*

11/04/2007

VÍTIMA: Jackson Dávila Machado

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida com um golpe de faca nas costas no corredor público que dá acesso à Aldeia Jaguapiru. Ele retornava para casa com a irmã Erilaine, quando foram assaltados por dois desconhecidos armados. Levaram a bicicleta após golpear a vítima.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Rádio Grande FM, 12/04/2007*

30/01/2007

VÍTIMA: Sandra Torales

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó

DESCRIÇÃO: A indígena Luciana Fernandes foi presa, acusada de ter agredido a também indígena Sandra Torales, com golpes de facão. Sandra foi socorrida por uma equipe da Funasa e levada para o Pronto Socorro com vários ferimentos pelo corpo e um corte em uma das mãos que poderá ser amputada. Na delegacia Luciana disse que ela e a vítima estavam bebendo quando começaram uma briga e como ela estava armada acabou ferindo Sandra.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Dourados News, 30/1/2007*

12/06/2007

VÍTIMA: criança

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A menina foi atacada depois de voltar de uma festa, onde se desentendeu com algumas garotas cujos nomes não foram informados pela polícia, e que teriam ido até a casa dela para atacá-la. Ela foi socorrida pelos pais e levada ao Hospital Evangélico onde permaneceu em observação. As suspeitas estão sendo procuradas pela polícia. Os pais da vítima disseram à polícia que cogitam a possibilidade de se mudar da aldeia, onde segundo eles não há mais segurança para as famílias indígenas. Eles denunciam que várias gangues, inclusive de garotas, estão aterrorizando as aldeias da reserva de Dourados.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 14/06/2007*

15/11/2007

VÍTIMA: Gilmar Batista, Angélica Barrios, Astúrio Benites, Neo Lopes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: Cerca de 50 indígenas ocuparam pela terceira vez a fazenda Madama, área denominada pelos índios de Kurussu Ambá, em Coronel Sapucaia/MS. Depois do acordo firmado com o fazendeiro para desocupação da área, os índios foram retirados e, juntamente com todos os seus pertences foram levados em um caminhão, até a aldeia de Taquaperi. O caminhão foi escoltado por uma caminhonete S-10, onde após chegar a aldeia, seus ocupantes passaram a atirar contra os índios. Diante do fato, os índios tomaram como refém o motorista do caminhão, libertado em seguida, pela Polícia Militar. No confronto quatro índios ficaram feridos, sendo que a indígena Angélica foi gravemente atingida no abdome. Ela está internada no hospital de Coronel Sapucaia, de onde será transferida para outra unidade de saúde, em Dourados. Angélica é mãe de um bebê de quatro meses.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *www.progresso.com.br; www.campogrande.news.com.br; www.douradosnews.com.br*

20/11/2007

VÍTIMA: Estela Januário

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima foi atacada a golpes de tesoura e com tijolos na cabeça. A acusada disse estar sendo traída pelo marido, que estaria saindo com a vítima. Após o ocorrido a vítima foi encaminhada para o Hospital do Trauma.

MEIO EMPREGADO: Tijolo

FONTE: *Douradosagora/MS, 21/11/2007*

02/08/2007

VÍTIMA: Roberto Carlos Duarte, Gilson Oliveira , Geralda Franco e uma criança

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Os indígenas foram atingidos pelos tiros dentro de casa, onde dormiam. A mãe da criança, uma adolescente de 17 anos, não estava em casa na hora do atentado. As janelas estavam abertas e o autor do crime aproveitou para atirar. A criança foi internada na UTI e sofreu uma cirurgia. Os outros pacientes estão fora de perigo. Segundo a polícia, as investigações sugerem uma possível ação de

vingança. No mesmo local, horas antes, o Guarani Dorival Vera, 16, enforcou-se. Ele morava na mesma casa onde ocorreu o atentado. Familiares do jovem suspeitam de homicídio, com envolvimento de algumas das pessoas que foram vítimas do atentado.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 04/08/07;*

1º/07/2007

VÍTIMA: Adolescente

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Segundo a polícia o acusado, pai da vítima, estava embriagado e após uma briga feriu o jovem que teve uma orelha arrancada. A vítima foi encaminhada ao hospital.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, julho/2007*

21/07/2007

VÍTIMA: Bernadino Isnard

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Segundo informações da polícia, a vítima estava na casa do pai, em companhia do irmão e do primo. Estavam consumindo bebida alcoólica. Iniciaram uma discussão sobre quem cortava mais cana-de-açúcar. O primo teria segurado a vítima enquanto o irmão o golpeava. A vítima foi levada ao Hospital Evangélico, medicado e liberado.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, 23/07/2007*

02/09/2007

VÍTIMA: Rita Batista da Silva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A acusada é filha da vítima que foi atingida após uma discussão entre elas. Foi medicada e depois liberada.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Correio do Estado/MS, 04/09/2007*

9/11/2007

VÍTIMA: Comunidade indígena Guarani Kaiowá

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU

MUNICÍPIO: ANTONIO JOÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Ñande Ru Marangatu

DESCRIÇÃO: Um dia depois de a Polícia Federal apreender armas em fazendas no Distrito de Campestre, em Antônio João/MS, os índios voltaram a denunciar abusos de seguranças das fazendas locais. De acordo com a líder indígena Léa Aquino, seguranças atiraram contra um grupo de agricultores que plantavam mandioca na área Ñhande Ru Marangatu. Léa conta que os seguranças usaram binóculos para precisar a posição dos indígenas. Ninguém ficou ferido. O atentado, na avaliação da líder indígena, demonstra que a presença da Polícia Federal um dia antes, não altera o clima de tensão e risco de morte vivido pelos Guarani Kaiowá.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *www.campogrande.news.com.br, 12/11/2007*

22/12/2007

VÍTIMA: Izaltino Peixoto

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A vítima foi atingida com um tiro na coxa. Na Delegacia o acusado disse que o crime teve relação com o fato de a vítima ter assediado sua esposa.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Campograndenews/MS, 25/12/2007*

15/04/2007

VÍTIMA: s/d

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: A vítima, uma adolescente de 17 anos, grávida, é cunhada do acusado. Ela estava junto com o acusado em torno de uma fogueira produzindo pinga artesanal. Sem explicação ele teria jogado álcool sobre a cabeça da cunhada e ateado fogo.

MEIO EMPREGADO: Fogo

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 17/04/2007*

25/8/2007

VÍTIMA: Isis Fernando Nunes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: Foi encontrada ferida, no chão. O acusado é o marido da indígena que se encontra foragido. A vítima foi encaminhada para o Hospital Evangélico e está em estado grave.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Ultimahoranews.com, 25/08/2007*

14/09/2007

VÍTIMA: Felícia Romero, Valdir Gervásio

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Cinco casas de uma mesma família foram incendiadas. O autor alegou que fez isso porque havia muita "bagunça" durante a noite, no local. As vítimas declararam não ter conhecimento dos motivos que levaram Élcio a atear fogo nas casas. Os moradores perderam praticamente todos os pertences. Embora o acusado não tenha alegado vingança, existem informações de seu irmão que foi preso também por ter provocado um incêncio. As

vítimas de Élcio Quevedo teriam sido as testemunhas que contribuíram para a identificação do irmão do acusado. Esse tipo de crime - incêndio - tem ocorrido com alguma freqüência e tem assustado os moradores.

MEIO EMPREGADO: Fogo

FONTE: *Campo Grande News, 15/09/2007*

08/03/2007

VÍTIMA: Maurício de Oliveira

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Foi atingido com golpes de facão na cabeça. Sofreu o atentado após agredir a companheira.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, 09/03/2007*

27/03/2007

VÍTIMA: Rodriguinho

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima estava bebendo com outros indígenas quando foi atacada pelo acusado que seria seu tio. O capitão da aldeia Bororo, Luciano Arfevalo, declarou que o consumo de drogas e álcool e a falta de perspectiva para os jovens indígenas está transformando a aldeia em um "verdadeiro inferno". Segundo ele, quando existia a polícia indígena esses fatos não acontgeciam e havia mais respeito entre os índios. A polícia indígena foi extinta no final dos anos 90, depois que o MInistério Público Federal passou a considerá-la milícia.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 28/03/2007*

3/12/2007

VÍTIMA: Adelso Brites Amarilha

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DESCRIÇÃO: O indígena foi ferido com três golpes de facão. O acusado foi o irmão, que está foragido.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, 5/12/2007*

3/12/2007

VÍTIMA: Um bebê, dois meses

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: SASSORÓ

MUNICÍPIO: TACURU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sassoró

DESCRIÇÃO: A criança sofreu traumatismo craniano após maus tratos dos pais. Testemunhas disseram que a situação do bebê piorou quando, depois de ser espancado, teria sido arremessado contra a parede pelos pais.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *O Progresso/MS, 5/12/2007*

20/10/2007

VÍTIMA: Bonifácio Batista

POVO: TERENA

TERRA INDÍGENA: LALIMA

MUNICÍPIO: MIRANDA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cachoeirinha

DESCRIÇÃO: A vítima foi ferida com tiros na coxa e nos testículos. Estava bebendo com o acusado quando de repente este sacou o revólver e o atingiu.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Midiamaxnews/MS, 21/10/2007*

15/09/2007

VÍTIMA: Nestor Vera

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: A vítima retornava de uma igreja evangélica quando foi abordada por 2 jovens que pediram dinheiro. Como o indígena não tinha, foi agredido. Um dos autores foi localizado e o segundo fugiu.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *campograndenews.com, 17/09/2007*

06/09/2007

VÍTIMA: Ivan Ávila da Silva

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapirú

DESCRIÇÃO: A vítima, padrasto do acusado, foi atingida com golpes de facão na mão direita que quase foi arrancada. O acusado alega que agrediu o padrasto para defender a mãe que recebia ameaças da vítima.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *O Progresso/MS, 10/09/2007*

PA - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

19/02/2007

VÍTIMA: Odair José Borari (Dadá)

POVO: BORARI

TERRA INDÍGENA:

MUNICÍPIO: SANTARÉM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Novo Lugar (Gleba Nova Olinda)

DESCRIÇÃO: O cacique foi abordado e agredido por três homens encapuzados, que se aproximaram em motocicletas e que traziam um revólver e facas. A vítima vinha recebendo ameaças de morte e havia denunciado o fato à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal. A comunidade liderada por Odair tem denunciado invasão de suas terras, grilagem e exploração ilegal de madeira na região. Para o cacique a tentativa de assassinato está ligada às disputas pela terra. A situação indígena na região é agravada porque a Funai não tem atendido aos pedidos de demarcação da terra em Nova Olinda.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Informe n.754-Cimi; Frei Florêncio Vaz, de Santarém*

Homicídios culposos

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Repetindo o que foi identificado entre os anos de 2003 e 2005, em 2006 grande parte dos homicídios culposos foram casos de atropelamento.

10 indígenas morreram vítimas de atropelamento em estradas. Foram 4 casos no Mato Grosso do Sul e 2 no Maranhão. No Ceará, em Roraima, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina houve um caso por estado.

Obras na estrada, falta de segurança nos acessos às vias férreas, falta de local apropriado para passagem de pedestres foram os principais motivos para estes acontecimentos.

Os dois casos de homicídios culposos no Maranhão estavam ligados à estrada de ferro da Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce). Uma pessoa morreu eletrocutada por um fio de alta tensão que foi derrubado por uma locomotiva. A queda já havia sido comunicada à empresa, que não havia ainda tomado providências. O outro caso foi o atropelamento de um indígena por trem de carga da Vale.

No ano de 2007, o Cimi registrou 7 homicídios culposos ocorridos em Mato Grosso do Sul. Todos os casos foram de atropelamentos por carros, ônibus e moto, de indígenas andando na beira da estrada ou atravessando uma rodovia. Foram homens e mulheres, jovens e adultos. Chama atenção o fato que 5 dos motoristas fugiram do local, sem prestar socorro. Em 2007, o Cimi também registrou um caso de atropelamento no Rio Grande do Sul.

Como foi assinalado no relatório anterior, a causa dos atropelamentos é a falta de segurança dos pedestres e dos ciclistas, que se vêem obrigados a compartilhar as estradas com carros, motos, caminhões e ônibus, pela ausência de calçados, ciclovias e passarelas. Esta omissão do poder público aumenta a vulnerabilidade das comunidades indígenas, que tem suas terras cortadas pelas estradas ou que vivem em acampamentos improvisados nas beiras das estradas por falta de terra própria.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	12	18
2007	8	8

Homicídios culposos

Dados -2006

CE - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

junho

VÍTIMA: s/d

POVO: ANACÉ

MUNICÍPIO: CAUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Baixa das Carnaúbas

DESCRIÇÃO: Segundo os familiares da vítima, o motorista da caçamba que levava areia colidiu e morreu. Realização de obras em área dos Anacé.

FONTE: *Cimi Nordeste - Equipe CE*

18 de julho

VÍTIMA: José Ivo

MUNICÍPIO: CAUCAIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Vila das Castanholas

DESCRIÇÃO: O caminhão da Skin Cariol ao desviar de uma caçamba que levara areia para termelétrica atropelou e matou o indígena que estava de bicicleta.

FONTE: *Cimi Nordeste - Equipe CE*

MA - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

28/08/2006

NOME: Raimundo Nonato Filho

IDADE: 40 anos

POVO GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: MARANDUBA

MUNICÍPIO: Alto Alegre do Maranhão

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Estrada de Ferro Carajás

DESCRIÇÃO DA AGRESSÃO: Atropelado por um trem de carga da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). O fato ocorreu no km-265 da Estrada de Ferro Carajás (EFC), próximo à estação ferroviária de Alto Alegre do Pindaré. O corpo de Raimundo deu entrada no hospital municipal da cidade, para que fosse feita a recomposição dos membros decepados e em seguida liberado para a família. Segundo a assessoria de comunicação da CVRD, o homem andava de braços abertos na linha férrea, de onde não saiu, mesmo com a buzina e os gritos do maquinista. A empresa informou que o condutor tentou, sem êxito, parar o trem,

pois, quando avistou o homem, a distância era inferior aos dois quilômetros necessários para a composição parar. Ainda segundo a empresa, os policiais que atenderam a ocorrência perceberam cheiro forte de álcool, um indício de que o índio poderia estar embriagado.

FONTE: *O Estado do Maranhão, 30/08/2006*

28/08/2006

VÍTIMA: Maria Rosa da Silva

POVO: GUAJAJARA

MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajajara

DESCRIÇÃO: A vítima morreu eletrocutada por um fio de alta tensão que fora derrubado por uma locomotiva. A queda dos cabos de alta tensão foi comunicada à Cemar e à Cia. Vale do Rio Doce que não tomaram providências. Quando a vítima e o marido se dirigiam ao trabalho, num carro de boi, o animal pisou no fio e recebeu o choque. A descarga elétrica matou Maria Rosa e feriu o marido.

FONTE: *O Estado do Maranhão/MA, 30/08/2006*

MS - 4 Caso(s) - 4 Vítima(s)

15/04/2006

VÍTIMA: Elido Arévalo Savala

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: LIMA CAMPO

MUNICÍPIO: PONTA PORÃ

DESCRIÇÃO: Segundo a Polícia Rodoviária Federal/MS, a vítima conduzia uma bicicleta pela rodovia, quando foi atropelada por um veículo não identificado que seguia no sentido Dourados à Ponta Porã, que o atirou contra a pista. Outro carro, que vinha logo em seguida atropelou-o novamente. A vítima morreu na hora. Segundo o motorista, João Francisco do Nascimento, condutor do Santana cinza placa AHA 9912, de São Sebastião/SP, não foi possível frear a tempo.

MEIO EMPREGADO: Automóvel

FONTE: *Home Page DouradosAgora/MS,15/04/2006*

28/04/2006

VÍTIMA: Emílio Benitez

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: SETE QUEDAS

DESCRIÇÃO: Foi atingido por um veículo na rodovia de acesso entre Sete Quedas e Tacuru. Sofreu traumatismos múltiplos e foi encaminhado para o Hospital Municipal de Sete Quedas. Devido a gravidade dos ferimentos, foi transferido para o UTI do Hospital Evangélico de Dourados, onde morreu.

MEIO EMPREGADO: Automóvel

FONTE: *HomePageDouradosAgora/MS, 4/05/2006*

21/11/2006

VÍTIMA: Leopoldo Romero

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: PONTA PORÃ

DESCRIÇÃO: O indígena Leopoldo Romero, 49 anos, morreu ao ser atropelado na MS-386, rodovia que liga as cidades de Ponta Porã a Amambai. Ele não resistiu aos ferimentos e morreu no local.

FONTE: *Campo Grande News, 21/11/2006*

07/10/2006

VÍTIMA: Um indígena

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: O indígena de 16 anos morreu na UTI do Hospital Evangélico depois de ter sido encontrado caído às margens da rodovia MS 156. Segundo testemunhas o adolescente foi atropelado por um ônibus cujo motorista não prestou socorro à vítima.

MEIO EMPREGADO: Automóvel

FONTE: *DouradosNews, 08/10/2006*

RO - 1 Caso(s) - 6 Vítima(s)

25/01/2006

VÍTIMA: Seis indígenas

POVO: PAKAA NOVA

TERRA INDÍGENA: PAKAA NOVA

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Ribeirão

DESCRIÇÃO: Seis índios morreram, entre eles 2 bebês. As vítimas viajavam na carroceira de um caminhão carregado com castanhas que tombou na estrada, a cerca de 3km. da entrada da cidade. Viajar na carroceria é prática comum na região, mas proibida pelo Código Nacional de Trânsito. O motorista teria dormido ao volante ou tentado desviar de um animal que atravessava a pista. Ele fugiu sem prestar socorro às vítimas. O veículo prestava serviço terceirizado para o núcleo de apoio da Funai no município. O caminhão de propriedade dos indígenas, que costuma fazer o transporte da castanha, estava quebrado, e eles requisitaram apoio da Funai de Guajará-Mirim para alugar outro veículo. Além da produção de castanha o caminhão transportava 25 indígenas.

MEIO EMPREGADO: Automóvel

FONTE: *O Liberal/PA, 26/01/2006; O Estadão/RO, 26/01/2006*

RR - 1 Caso(s) - 2 Vítima(s)

14/01/2006

VÍTIMA: 2 adolescentes de 19 anos

MUNICÍPIO: PACARAIMA

DESCRIÇÃO: Os jovens foram atropelados na BR-174 trecho que liga Boa Vista a Pacaraima/RR. As vítimas estavam em uma bicicleta e tiveram morte instantânea. Segundo a Polícia Rodoviária Federal o acidente foi provocado possivelmente por um Pálio vermelho.

MEIO EMPREGADO: Automóvel

FONTE: *Home Page Folha de Roraima/RR, 19/01/2006*

RS - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

20/07/2006

VÍTIMA: Valdorico Deodoro

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: LIGEIRO

MUNICÍPIO: CHARRUA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang

DESCRIÇÃO: Vítima de atropelamento. Foi encontrado morto em uma estrada de chão batido.

MEIO EMPREGADO: Automóvel

FONTE: *Jornal Zero Hora/RS, 21/07/2006*

SC - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

13/09/2006

VÍTIMA: Eduvige Mendes
POVO: KAINGANG
TERRA INDÍGENA: XAPECÓ
MUNICÍPIO: IPUAÇU
DESCRIÇÃO: Segundo relato de testemunhas, a vítima se deslocava da cidade para a aldeia, na rodovia SCT 480 Km 64, quando foi atingida por um veículo. A vítima morreu no local. O acusado estava bêbado e dirigia em alta velocidade. O Corpo de Bombeiros foi chamado, mas nada pôde ser feito.
MEIO EMPREGADO: Automóvel
FONTE: *Pastoral Indigenista da Diocese de Chapecó e Jornal Diário do Iguaçu*

Atropelamento em estrada do MS. 2007. *Foto: Egon Heck*

Em 2006, 10 indígenas morreram por atropelamento, e em 2007 foram 8 casos. Falta de segurança dos pedestres e ciclista e de local apropriado para passagem de pedestres foram os principais motivos das ocorrências

Homicídios culposos
Dados -2007

MS - 7 Caso(s) - 7 Vítima(s)

9/8/2007

VÍTIMA: Grecencio Lopes
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ
MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá
DESCRIÇÃO: O indígena foi atropelado na MS-289, km 10, trecho que liga as cidades de Coronel Sapucaia a Amambai. O condutor do veículo fugiu sem prestar socorro. Foi encaminhado ao Hospital de Coronel Sapucaia, mas veio a falecer dias depois.
MEIO EMPREGADO: Automóvel
FONTE: *midiamaxnews/MS, 13/08/2007*

24/02/2007

VÍTIMA: Alcindo Benitez
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó
DESCRIÇÃO: Foi atropelado e morto na MS-156, rodovia que liga Dourados a Itaporã. Ao lado do corpo foi encontrado um corote de pinga. O autor do atropelamento fugiu do local sem prestar socorro. Segundo informações do pai de Benitez, o filho disse que iria até a aldeia Jaguapiru receber um dinheiro.
MEIO EMPREGADO: Automóvel
FONTE: *O Progresso/MS, 26/02/2007*

2/05/2007

VÍTIMA: Uma indígena
POVO: GUARANI
TERRA INDÍGENA: AMAMBAI
MUNICÍPIO: AMAMBAI
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá
DESCRIÇÃO: A indígena foi atropelada por um ônibus na MS-289, entre as cidade de Amambai e Coronel Sapucaia. Morreu no local.
MEIO EMPREGADO: Automóvel
FONTE: *Redação TV Morena, 3/05/2007*

5/05/2007

VÍTIMA: Mauro Luiz da Silva
POVO: GUARANI KAIOWÁ
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguaperi
DESCRIÇÃO: Foi atingido pela motocicleta Titan KS, ao tentar atravessar a rodovia MS 156 entre Dourados e Itaporã. Encaminhado para o Hospital Evangélico, não resistiu aos ferimentos. O motociclista também foi levado para o Hospital Evengélico com escoriações pelo corpo.
MEIO EMPREGADO: Automóvel
FONTE: *www.campogrande.news.com.br, 6/05/2007*

14/09/2007

VÍTIMA: Um indígena
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: LIMÃO VERDE
MUNICÍPIO: AMAMBAI
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Limão Verde
DESCRIÇÃO: A vítima foi atropelada quando se deslocava de bicicleta pela MS-156, trecho que liga Amambai a Tacuru. O motorista da carreta envolvida no atropelamento teria percebido o acidente, mas não parou no local temendo a reação dos indígenas, já que segundo ele, teria mais índios às margens da pista.
MEIO EMPREGADO: Automóvel
FONTE: *www.campogrande.news.com.br, 14/09/2007*

25/07/2007

VÍTIMA: Hilário Fernandes
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU
MUNICÍPIO: ANTONIO JOÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Campestre
DESCRIÇÃO: A vítima foi atropelada na rodovia MS 384.
MEIO EMPREGADO: Automóvel
FONTE: *Informe Cimi n.776, 26/07/2007*

17/12/2007

VÍTIMA: Tomás Nunes
POVO: GUARANI KAIOWÁ
MUNICÍPIO: ANTONIO JOÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Campestre
DESCRIÇÃO: O indígena foi atropelado na MS-384, distrito de Campestre, em Antônio João/MS. Ele morava na aldeia Campestre. O motorista do veículo fugiu sem prestar socorro à vítima, que morreu no local.
MEIO EMPREGADO: Automóvel
FONTE: *www.campogrande.com - 18.12.2007*

RS - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

13/08/2007

VÍTIMA: Arlindo Cristão Sales
POVO: KAINGANG
MUNICÍPIO: FARROUPILHA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang - Assentamento Farroupilha
DESCRIÇÃO: A vítima morava no acampamento à beira da RS 122 - Km 59. Estava atravessando a pista quando foi atropelado pelo ônibus da empresa UNESUL. Veio a óbito.
MEIO EMPREGADO: Automóvel
FONTE: *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre, 2007*

Ameaça de morte

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Em 2006, no Mato Grosso do Sul, os Guarani Kaiowá da terra Ñande Ru Marangatu foram ameaçados de morte por fazendeiros que, através de seus seguranças, os perseguiram, ameaçaram verbalmente e atiraram contra eles. Os seguranças tentaram impedir o grupo de caçar, coletar e pescar nas fazendas que estão sobre a terra Ñande Ru Marangatu. Os indígenas foram ameaçados de morte caso voltassem a andar pelas fazendas. A terra Ñande Ru Marangatu fica no município de Antônio João, e foi homologada em 2005.

Em Rondônia, há registro de 1 caso de ameaça de morte. Segundo a notícia de jornal, um policial estaria ameaçando um indígena Pakaa Nova pelo telefone celular.

Em Roraima, foram 4 ocorrências entre o povo Makuxi. Em um dos casos, as vítimas foram mulheres que se recusaram a entrar no carro de um rizicultor que as tinha abordado. Em outro, um tuxaua da Raposa Serra do Sol sofreu ameaça de morte por ter denunciado a venda de bebida alcoólica na terra indígena

No Amazonas, um cacique foi ameaçado de morte, por que sua comunidade encaminhou uma denúncia de exploração ilegal de madeira.

Em 2007 houve 8 registros de ameaças de morte. Destas, 3 ocorreram em Roraima. No Amazonas, no Maranhão, no Pará e no Paraná registrou-se um caso em cada estado.

Em Roraima, as ameaças são ligadas à disputa pela terra. Num dos casos, homens armados e encapuzados entraram com três veículos na aldeia Surumu, na Terra Indígena Raposa Terra do Sol, cercaram e ameaçaram os indígenas, disparando tiros. Mandaram-nos subir num caminhão, destruíram uma barraca e os levaram para uma estrada.

Em outro caso, o líder Yanomami, Davi Kopenawa Yanomami, que estava acompanhado do Padre Laurindo e de

Aldeia antiga Nhanderu Marangatu do povo Guarani Kaiowá. MS 2006. *Foto: Egon Heck*

Gonçalo Teixeira, foi ameaçado por um fazendeiro, que se recusa a deixar a Terra Indígena Yanomami. O terceiro caso registrado ocorreu contra a comunidade Jawari, também na Terra Indígena Raposa Terra do Sol, quando homens armados dispararam contra os indígenas. O motivo destes ataques é o conflito fundiário que perdura nesta região. Segundo o Conselho Indígena de Roraima, este tipo de ataque deve continuar, porque permanece o clima de impunidade na região, pela omissão do Estado.

Em Rondônia, o cacique Almir Suruí e seus familiares, do povo Suruí, foram ameaçados, pois eles tem denunciado às autoridades as invasões e a extração ilegal de madeira e outros recursos naturais.

No Maranhão, destaca-se a agressão ao povo Guajajara, na aldeia Kururu. Num ataque à aldeia indígena, apoiado inclusive pelo prefeito de Arame, houve tiros no ar e até no prédio da escola, provocando a fuga dos moradores e dos alunos para o mato. Duas pessoas foram feridas. O ataque foi uma retaliação pelo bloqueio dos indígenas da estrada MA-006.

No Pará, a mãe do cacique Odair José, do povo Borari, foi abordada por um desconhecido, que perguntou se ela seria a mãe do cacique. A pessoa a ameaçou, dizendo: É melhor você tomar cuidado de sua vida´. Isto ocorreu no dia em que Odair recebeu o prêmio José Carlos Castro de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Para - OAB/PA.

No Paraná, um jovem Kaingang trancou a sua matrícula na universidade depois de ser assaltado e de receber na sua porta uma ameaça escrita, dizendo: “Sabemos que você é indígena. Da próxima você não escapa”.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	8	9
2007	8	10

Ameaça de morte

Dados -2006

AM - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

Julho/2006

VÍTIMA: Valdomiro Jamamadi

POVO: JAMAMADI

TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ LOURDES

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Jamamadi

DESCRIÇÃO: Os Jamamadi foram até Rio Branco/AC, para denunciar que o cacique está sendo ameaçado de morte por fazendeiros de Boca do Acre. Até um índio da aldeia teria sido cooptado para efetivar o assassinato. Os índios são contrários aos desmatamentos ilegais e exploração irracional de madeira na região. As terras reivindicadas pelos índios, por vários anos, pertenceram a seringalistas e estão sendo devastadas pela exploração ilegal de madeiras e desmatamento para a produção de pastagens. O acirramento do conflito começou pelo projeto de reforma agrária Monte, mas já se estendeu à comunidade Valparaíso. Segundo os indígenas, o alvo dos fazendeiros é alcançar as terras Camicerá, Monte II, Lurdes e Valparaíso, todas localizadas na BR-317, no sul do Amazonas.

FONTE: *www.kaxi.com.br, 19/07/2006*

BA - 1 Caso(s) - 2 Vítima(s)

Fev/2006

VÍTIMA: Dois indígenas da comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe, sendo um adulto e uma criança

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

MUNICÍPIO: ITAJU DO COLÔNIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pataxó Hã-Hã-Hãe

DESCRIÇÃO: A caminhonete da Funai que levava um índio junto com uma criança doente ao pronto-socorro em Itaju, foi emparalhada por um outro veículo. Os ocupantes dispararam tiros contra os Pataxó, sem atingi-los. No início de 2006, os Pataxó Hã-Hã-Hãe invadiram fazendas na região de Itaju do Colônia em protesto contra a morosidade da Justiça Federal para decidir sobre a nulidade de posse de terra de fazendeiros, em território indígena demarcado.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *A Tarde/BA, fevereiro 2006*

MS - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

2/11/2006

VÍTIMA: Agenor Rocha

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU

MUNICÍPIO: ANTONIO JOÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá - Ñande Ru Marangatu

DESCRIÇÃO: Os fazendeiros estão fazendo várias ameaças e atirando nos indígenas que saem para caçar. Agenor Rocha estava se dirigindo para uma fazenda onde trabalha e foi barrado por seis homens armados. O grupo que atua como segurança de fazendeiros, revistou sua mochila, jogou tudo no chão e o fez voltar para a aldeia, com o recado de que se algum índio fosse pego andando por ali não voltaria mais. Além das ameaças os índios se sentem encurralados e têm dificuldade para encontrar alimentos, caça e pesca.

FONTE: *Correio do Estado/MS, 27/11/2006*

RO - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

29/07/2006

VÍTIMA: Wem Prawam Oro Mon
POVO: PAKAA NOVA (ORO WARI)
TERRA INDÍGENA: SAGARANA
MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Sagarana
DESCRIÇÃO: Recebeu ligação anônima ao celular. Pelo número que ficou registrado descobriu-se o usuário da linha telefônica, que pertencia a um policial militar. Ele foi chamado a depor e negou a ameaça. Após manifestação, descontentes com a administração da Funai, lideranças passaram a receber várias ameaças.
MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte
FONTE: *Cimi Equipe Rondônia*

RR - 4 Caso(s) - 4 Vítima(s)

15/10/2006

VÍTIMA: Mulheres indígenas
POVO: MAKUXI
TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL
MUNICÍPIO: PACARAIMA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Makuxi
DESCRIÇÃO: O rizicultor abordou as moças na estrada conhecida como "transarroz", convidando-as a entrar em seu carro. Como elas se negaram, o acusado passou a ameaçá-las e quase as atropelou. Ele teria dito que "se estivesse com meu revólver planejaria a morte de vocês".
MEIO EMPREGADO: Automóvel
FONTE: *Assessoria Jurídica do CIR*

Setembro de 2006

VÍTIMA: Jonildo
POVO: MAKUXI
TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL
MUNICÍPIO: NORMANDIA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Santa Cruz
DESCRIÇÃO: A vítima foi ameaçada de morte.
MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte
FONTE: *Assessoria Jurídica do CIR*

Agosto de 2006

POVO: MAKUXI
TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL
MUNICÍPIO: UIRAMUTA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Makuxi
DESCRIÇÃO: O tuxaua e a comunidade estão sofrendo ameaça de morte porque denunciaram a venda ilegal de bebida alcoólica na terra indígena.
MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte
FONTE: *Assessoria Jurídica do CIR*

Julho de 2006

POVO: MAKUXI
TERRA INDÍGENA: PIUM
MUNICÍPIO: ALTO ALEGRE
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Makuxi
DESCRIÇÃO: Lideranças foram ameaçadas.
MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte
FONTE: *Assessoria Jurídica do CIR*

Ameaça de morte
Dados -2007

AM - 1 Caso(s) - 5 Vítima(s)

2007

VÍTIMA: Jair Reis, Elias Reis, Juarez Reis, Raimundo Glória, Ozias Glória
POVO: MARAGUÁ
MUNICÍPIO: NOVA OLINDA DO NORTE
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Terra Preta, Kawera e Pilão
DESCRIÇÃO: A organização indígena relata que em uma das ocasiões em que o agressor entrou na terra indígena teria feito ameaça de morte aos líderes indígenas.
MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte
FONTE: *Organização Indígena ASPIM; Cimi Regional Norte I*

MA - 1 Caso(s)

16/04/2007

VÍTIMA: Comunidade
POVO: GUAJAJARA
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: ARAME
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Kururu
DESCRIÇÃO: A agressão à comunidade foi premeditada. Prefeito e comerciantes se articularam para o ataque à aldeia. Houve tiroteio para o alto e no prédio da escola. As crianças e a comunidade correram para o mato e duas pessoas foram feridas. As lideranças indígenas haviam bloqueado a estrada MA-006. A cidade se sentiu prejudicada o que motivou a invasão da aldeia.
FONTE: *Cimi Regional MA*

PA - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

10/12/2007

VÍTIMA: Uma mulher
POVO: BORARI
MUNICÍPIO: SANTARÉM
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Borari
DESCRIÇÃO: No dia em que o cacique Borari Odair José, recebia o prêmio "José Carlos Castro" de Direitos Humanos da OAB/PA, sua mãe foi abordada por um desconhecido que quis saber se ela era mãe do cacique. Em tom de ameaça lhe disse: "Te cuida velha! É melhor você tomar cuidado com sua vida".
MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte
FONTE: *O Liberal/PA, 14/12/2007*

Abril Indígena. MS 2007. *Foto: Hegon Heck*

PR - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

Abr/2007

VÍTIMA: Um jovem

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: FAXINAL

MUNICÍPIO: CÂNDIDO DE ABREU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang

DESCRIÇÃO: Estudante universitário, morava em uma pensão próxima a universidade. Por volta das oito horas da noite, voltando da casa de um amigo onde fora estudar, foi abordado por rapazes que diziam ser assaltantes e queriam roubar seu tênis. O indígena reagiu ao assalto correndo. Na manhã seguinte, encontrou debaixo da porta um bilhete: "sabemos que você é índio. Da próxima você não escapa". No final do bilhete tinha algo parecido com a suástica nazista. O jovem trancou a matrícula na universidade e voltou para a terra indígena.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: *Déa Maria Ferreira Silveira, 2007*

RO - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

2007

VÍTIMA: Almir Suruí e familiares

POVO: SURUÍ DE RONDÔNIA

TERRA INDÍGENA: SETE DE SETEMBRO

MUNICÍPIO: CACOAL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Suruí de Rondônia

DESCRIÇÃO: O líder indígena denunciou à OEA a invasão e exploração ilegal de madeira e outras riquezas naturais em terras indígenas de Rondônia. As ameaças de morte seriam uma resposta às suas denúncias.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: *Diário da Amazônia.com, 10/10/2007*

RR - 3 Caso(s) - 2 Vítima(s)

outubro/2007

VÍTIMA: Davi Kopenawa Yanomami

POVO: YANOMAMI

TERRA INDÍGENA: YANOMAMI

MUNICÍPIO: CARACARAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Ajarani

DESCRIÇÃO: Davi Yanomami enviou carta ao Procurador Geral da República de Roraima, Antônio Morimoto, pedindo proteção e garantias de vida. Ele está sendo ameaçado pelo fazendeiro da região de Ajarani, onde se localiza a Terra Indígena Yanomami. Em um trecho da carta Davi afirma que os Yanomami estão com medo dos fazendeiros, fazendo inclusive alianças com eles. Os índios são cooptados em troca de comida. O fazendeiro afirma que se a Funai o retirar da área indígena, ele irá matar Davi Yanomami, o Padre Laurindo e Gonçalo Teixeira.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: *Ofício nº 072/2007*

28/07/2007

VÍTIMA: Comunidade indígena

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAIMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jawari

DESCRIÇÃO: Homens armados efetuaram 5 disparos contra a comunidade indígena, deixando a todos assustados e intranqüilos.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *CIR-Conselho Indígena de Roraima*

17/06/2007

VÍTIMA: Lideranças indígenas

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: UIRAMUTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Parawani

DESCRIÇÃO: Os agressores entraram com uma caminhonete e dois caminhões na área indígena. Homens armados e encapuzados saíram dos veículos, dispararam tiros, cercaram e ameaçaram os indígenas. Em seguida mandaram que estes subissem no caminhão e baixassem a cabeça, sob ameaça de levarem um tiro. Depois destruíram o barraco que estava sendo construído pelos indígenas. Estes foram deixados na BR e continuaram sendo ameaçados. Segundo O CIR este tipo de ataque acontece porque, em Raposa Serra do Sol, permanece o clima de impunidade, causado pela omissão do Estado.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *CIR-Conselho Indígena de Roraima; Informe Cimi 771, 21/06/2007*

Ameaças várias

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Em 2006, um website norte-americano vendia amostras de sangue dos povos Karitiana, Surui e Yanomami. Esta denúncia existia desde 2005 e levou o então presidente da Funai, Mércio Gomes, a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Biopirataria. Na ocasião, ele afirmou que todas as medidas já haviam sido adotadas no sentido de coibir este tipo de ação. Porém, o sangue continuava sendo oferecido, mesmo que virtualmente naquele ano.

Em Roraima, na terra Raposa Serra do Sol, os Makuxi continuam sendo impedidos por fazendeiros rizicultores de caçar e pescar dentro de sua terra, homologada desde 2005.

Em Santa Catarina, durante uma retomada de terras, os Guarani foram agredidos por agricultores que foram armados até o local e fizeram buracos com escavadeiras, tentando isolar índios e atirando fogo em parte do mato. No Paraná, um Kaingang foi ameaçado de espancamento por que coletava taquara (bambu) para fabricação de artesanato. E no Ceará, uma comunidade Tremembé sofreu ameaças dos seguranças contratados pela empresa espanhola Nova Atlantida que disputa a ocupação da área indígena.

No Espírito Santo, os Tupinikim e os Guarani foram acusados pela empresa Aracruz Celulose de terem provocado um incêndio na região de Coqueiral de Aracruz.

Foto: Arquivo Cimi

Enquanto em 2006, um website norte-americano vendia amostras de sangue dos Karitiana, Surui e Yanomami, em 2007, um indígena Wassu Cocal de Alagoas foi seqüestrado por homens armados e encapuzados

Em Minas, na área Maxakali, a luta pela retomada de terras tem sido criminalizada pelos fazendeiros e há omissão na assistência jurídica por parte do órgão indigenista. O fazendeiro moveu ação contra três lideranças sob acusação de crime.

No ano de 2007, houve registro de 9 casos de variadas ameaças em 7 estados. Constam agressões verbais, ameaça de espancamento, tentativa de aliciamento de indígenas menores de 18 anos por um traficante de drogas, oferta de bebida alcoólica, agressões a uma comunidade Borari, no Pará.

Dentre os casos registrados, destaca-se o seqüestro e o conseguinte desaparecimento de Carlos Eduardo Santos, do povo Wassu Cocal em Alagoas. Ele foi levado da sua casa por vários homens armados e encapuzados.

Também chama atenção a situação na Bahia. A comunidade Pataxó Hã-Hã-Hãe da aldeia Aroeira sofreu uma invasão de um grupo de homens armados que construíram uma cerca na área habitada pelos indígenas desde 2003. As aulas na escola foram suspensas. Por medo, as famílias saíram do local. Uma comunidade Tupinambá, que estava morando desde 2005 na área da fazenda Córrego do Vereme, conseguiu se defender de uma tentativa de expulsão por um grupo de homens armados. Segundo depoimentos, os homens tinham sido contratados pelo proprietário da fazenda.

Em Roraima um deputado entrou na comunidade Wapixana filmando e fotografando sem autorização dos índios. Quando o cacique foi averiguar o propósito do deputado, este respondeu que filmava onde queria e ameaçou o cacique de mandar prendê-lo por impedir o seu trabalho.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	7	4
2007	9	5

Ameaças várias

Dados -2006

CE - 1 Caso(s)

2006

VÍTIMA: A comunidade

POVO: TREMEMBÉ

MUNICÍPIO: ITAPIPOCA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tremembé

DESCRIÇÃO: A comunidade formada por 100 famílias está sofrendo com ameaças. Segundo a indígena Adriana Carneiro de Castro, policiais contratados pela empresa, armados, vêm circulando e rondando as terras dia e noite e criando conflitos com os índios. Houve discussão a respeito do entupimento, por três vezes, pelos empregados da empresa, de uma cacimba de onde os indígenas retiram água. Segundo os índios, parte dos sítios de seus ancestrais está cercada como área da empresa Nova Atlântida, onde há, inclusive, barracas montadas por empregados. A intenção dos invasores é provar que aquela não é uma área indígena, o que tornaria mais fácil a sua posse.

MEIO EMPREGADO: policiais armados

FONTE: *Diário do Nordeste/CE, 09/11/2006; O Povo/CE, 15/11/2006; Folha de S.Paulo,20/11*

ES - 1 Caso(s)

setembro de 2006

POVO: TUPINIKIM

MUNICÍPIO: ARACRUZ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tupinikim e Guarani

DESCRIÇÃO: A empresa Aracruz Celulose responsabiliza os índios Tupinikim e Guarani pelo incêndio registrado na região de Coqueiral de Aracruz. Os indígenas negam qualquer envolvimento no episódio. Segundo os líderes indígenas a comunidade se mostrou indignada com a acusação. Os caciques explicam que todas as ações dos índios são estudadas e planejadas pelas lideranças e pela comunidade. "Querem incriminar os índios, mas respondemos por tudo o que fazemos", disse o cacique Jaguareté.

MEIO EMPREGADO: Imprensa

FONTE: *A Gazeta/ES, 26/09/2006*

MG - 1 Caso(s) - 3 Vítima(s)

10/4/2006

VÍTIMA: Gilberto Maxakali, Rafael Maxakali, Noêmia Maxakali

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: CAMPANARIO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: acampamento Duas Lagoas

DESCRIÇÃO: Criminalização da luta - as três pessoas Maxakali foram indiciadas pelo fazendeiro Valdomiro Alves de Almeida, acusadas por ele de crime contra o patrimônio. Noêmia Maxakali e Rafael Maxakali foram as principais lideranças na ação de retomada. E Gilberto Maxakali tem despontado como liderança Maxakali. Há omissão na assistência jurídica por parte do órgão indigenista.

FONTE: *Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Cimi Equipe Maxakali*

PR - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

2006

VÍTIMA: Cláudio Rufino

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA

MUNICÍPIO: LARANJEIRAS DO SUL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang

DESCRIÇÃO: A vítima foi ameaçada de espancamento quando retirava taquara para confecção de artesanato.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: *Comunidade indígena, 2006*

RO - 1 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Povos Karitiana, Suruí e Yanomami

POVO: KARITIANAm YANOMAMI, SURUÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Karitiana, Suruí e Yanomami

DESCRIÇÃO: Amostras de sangue de índios das etnias Karitiana, Suruí e Yanomami continuavam à venda no site da empresa norte-americana, segundo denúncia da Agência de notícias da Amazônia. A empresa vendia por U$ 85 (cerca de R$ 181,90), amostras das linhagens de células e de DNA. A mesma denúncia veio à tona há algum tempo quando a CPI da Biopirataria pediu explicações à Funai. O Órgão informou ter acionado a Polícia Federal e o Itamaraty para solicitar ao governo americano a suspensão da oferta do sangue pela empresa. O presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, anunciou em abril/2005, ao depor na CPI que todas as medidas haviam sido adotadas no sentido de coibir o comércio de sangue. No entanto, o sangue dos índios continuava sendo oferecido. O comprador podia realizar a transação autorizando o débito da compra no cartão. A empresa garantia que só vendia pelo preço estipulado "às pessoas profissionais qualificadas que são associadas com as organizações de pesquisas médicas, educacionais ou industriais".

MEIO EMPREGADO: Internet

FONTE: *O Estadão/RO, 20/10/2006*

RR - 1 Caso(s)

Agosto/2006

VÍTIMA: Comunidade

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: NORMANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Inkîrî Simato - Makuxi

DESCRIÇÃO: Empregado do fazendeiro rizicultor, seguindo ordens, está impedindo os índios de caçar e pescar na região.

FONTE: *Assessoria Jurídica do CIR*

SC - 1 Caso(s)

10/10/2006

VÍTIMA: Comunidade Guarani

POVO: Guarani

TERRA INDÍGENA: GUARANI DO ARAÇA´I

MUNICÍPIO: CHAPECO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani

DESCRIÇÃO: Por ocasião da retomada que os Guarani fizeram de sua terra nos municípios de Cunha Porá e Saudades, foram agredidos pelos agricultores que foram armados até o local do acampamento. Usando retroescavadeiras abriram buracos cercando os índios e ateando fogo numa parte do mato. Além de ameaçar os indígenas com tiros, os agricultores utilizaram palavras ofensivas.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Comunidade indígena Guarani e Cimi/Sul/Equipe Chapecó*

Ameaças várias

Dados -2007

AC - 1 Caso(s) - 2 Vítima(s)

junho/2007

VÍTIMA: 2 indígenas menores de idade

MUNICÍPIO: RIO BRANCO

DESCRIÇÃO: O acusado, traficante, estava aliciando dois indígenas menores de idade para o tráfico de drogas.

MEIO EMPREGADO: Aliciamento

FONTE: *A Gazeta, AC, 27/06/2007*

AL - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

08/04/2007

VÍTIMA: Carlos Eduardo Santos

POVO: WASSU COCAL

MUNICÍPIO: JOAQUIM GOMES

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Wassu-Cocal

DESCRIÇÃO: O indígena foi sequestrado. De acordo com a esposa, Lourilene Pereira da Silva, o marido foi levado de dentro de casa por vários homens armados e encapuzados que o abordaram fingindo ser policiais civis.

MEIO EMPREGADO: Sequestro

FONTE: *www.alagoas24horas.com.br, 14/04/2007*

BA - 2 Caso(s)

maio 2007

VÍTIMA: Comunidade Pataxó da aldeia de Aroeira

POVO: PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pataxó

DESCRIÇÃO: Um grupo de homens armados instalou uma cerca na área ocupada por 39 famílias desde 2003. Com medo, algumas famílias deixaram o local e as aulas da escola foram suspensas. A área está em estudo para demarcação. A Funai disse que está tentando um acordo de paz entre os fazendeiros e os índios.

FONTE: *Correio Braziliense*

29/03/2007

POVO: TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: ITAPEBI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tupinambá

DESCRIÇÃO: Um grupo de agricultores armados, supostamente contratado pelo fazendeiro José Amaral, tentou expulsar os índios Tupinambá da fazenda Córrego do Vereme, ocupado por eles em fins de 2005, no município de Itapebi, no sul de Bahia. Os indígenas impediram a retomada, libe-

raram os agricultores ainda no mesmo dia e entregaram as armas encontradas à delegacia de Itapebi. Os Tupinambás exigem a demarcação da sua terra e, antecipando essa demarcação, ocuparam a Fazenda Córrego do Vereme.

MEIO EMPREGADO: Retirada de índios da aldeia sem autorização

FONTE: *A Tarde/BA, 31/03/2007*

PA - 2 Caso(s)

6/03/2007

VÍTIMA: Comunidade Kayapó

POVO: KAYAPÓ

TERRA INDÍGENA: KAYAPÓ

MUNICÍPIO: BANNACH

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kayapó

DESCRIÇÃO: Embriagado, o acusado efetuou disparos dentro da terra indígena. Em seguida ofereceu bebida alcoólica a um índio, que recusou. Os Kayapó interpretaram a atitude do homem como hostil.

MEIO EMPREGADO: Arma de fogo

FONTE: *Diário do Pará/PA, 6/03/07 e Equipe do Cimi (Norte II)*

24/01/2007

VÍTIMA: Comunidade Borari

POVO: BORARI

MUNICÍPIO: SANTARÉM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Borari de Novo Lugar (Gleba Nova Olinda)

DESCRIÇÃO: Ameaça direta à comunidade e agressão aos animais domésticos para intimidar as famílias. Suspensão de plano de manejo concedido pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, a pedido do IBAMA. Os planos concedidos estavam dentro da área indígena. Os envolvidos são pessoas ligadas a Cooperativa do Oeste do Pará (COOEPA).

FONTE: *Jornal Diário do Pará/PA, 20/06, 15/09, 11/12/2007*

PR - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

Jun/2007

VÍTIMA: João Padilha

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA

MUNICÍPIO: LARANJEIRAS DO SUL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang

DESCRIÇÃO: A vítima foi ameaçada de espancamento quando retirava taquara para confecção de artesanato.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: *Cláudio Rufino e comunidade indígena*

RO - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

2007

VÍTIMA: José Carlos Zoró

POVO: ZORÓ

TERRA INDÍGENA: ZORÓ

MUNICÍPIO: PIMENTA BUENO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Pandirawa

DESCRIÇÃO: O funcionário de uma madeireira, embriagado, agrediu verbalmente o indígena.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: *A própria vítima em relato ao Cimi equipe RO, 2007*

RR - 1 Caso(s)

Maio/2007

VÍTIMA: Comunidade Wapixana

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: ANARO

MUNICÍPIO: PACARAIMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Wapixana

DESCRIÇÃO: O deputado entrou na comunidade filmando e fotografando sem autorização dos índios. O tuxaua perguntou o porque daquela ação e o deputado respondeu que ele filmava onde queria e que ninguém o impediria. Disse ainda que mandaria prender o tuxaua por impedí-lo de trabalhar.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: *CIR- Assessoria de Comunicação, 2007*

Lesões corporais dolosas

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Em 2006, no Maranhão, por motivo torpe, um indígena Guajajara teve parte de sua orelha arrancada com uma mordida, quando descia para a aldeia e foi impedido de passar por um bêbado. Em Rondônia, um acidente com um caminhão provocou ferimentos em 17 pessoas do povo Pakaa Nova, incluindo uma criança. Elas viajavam sobre a castanha que era transportada na carroceria do veiculo, cujo motorista não era habilitado e tinha consumido bebida alcoólica.

Registrou-se também o atropelamento de um ciclista Guarani-Kaiowá, em Dourados, Mato Grosso do Sul.

Na Bahia, 15 Tupinambá foram agredidos e presos quando participavam de uma festa. Os acusados foram uma mulher - que teria iniciado uma briga arrancando um colar do indígena - e 10 policiais militares.

No ano de 2007, foram registrados 4 casos de lesão corporal sofrido por indígenas. A maioria destes ocorreu, aparentemente, por nenhum motivo especial, a não ser a vontade de agredir alguém. Por exemplo, Raimundo Guajajara, da aldeia Faveira no Maranhão, foi espancado por um grupo de jovens do município de Grajaú, o que fez o indígena perder a audição do ouvido esquerdo. O idoso Valdivino dos Santos (85 anos), do povo Guarani-Kaiowá, da aldeia Jaguapiru, no Mato Grosso do Sul, foi assaltado por um grupo de jovens que roubaram sua carteira e espancaram-no de tal forma que ele foi hospitalizado.

Já o caso de Odair José Borari, no Pará, esteve ligado ao conflito fundiário da sua região. Os seus agressores levaram-no para uma estrada, espancaram-no e o amararam, dizendo que ele "iria pagar por tudo que estava fazendo". As comunidades nesta região, ao longo dos rios Tapajós e Arapiuns, sofrem com as investidas de madeireiros e sojeiros, com animosidade crescente diante do reconhecimento de várias áreas como terras indígenas.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	4	34
2007	4	4

Lesões corporais dolosas

Dados -2006

BA - 1 Caso(s) - 15 Vítima(s)

16/09/2006

VÍTIMA: 15 indígenas

POVO: TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: ITAPEBI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tupinambá do Vale do Jequitinhonha

DESCRIÇÃO: 15 índios Tupinambá do Vale do Jequitinhonha/BA, entre eles duas adolescentes, foram presos e agredidos por Policiais Militares. Os índios estavam participando de uma festa, quando um deles foi agredido por uma mulher que lhe arrancou o colar. Em seguida foram espancados por dez policiais militares que faziam ameaças e xingamentos. Um dos policiais apontou uma arma para a cabeça de uma índia adolescente, que viu seu pai sendo torturado e levado preso. Outra adolescente de nome " Estrela", foi agredida fisicamente na face.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: *Cimi Leste/Equipe Extremo Sul-BA, 19/09/2006*

MA - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

06/09/2006

VÍTIMA: Elmar Carlos Marizê de Sousa Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: MORRO BRANCO

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

DESCRIÇÃO: A vítima descia da aldeia para a cidade. O acusado que estava bêbado, não queria deixar a vítima passar. Elmar foi empurrado e caíram, sendo que a vítima perdeu metade de uma orelha com a mordida do acusado.

FONTE: *Comunidade Guajajara*

MS - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

03/06/2006

VÍTIMA: Derli Figueiredo

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: A vítima foi atropelada na rodovia MS-156, entre Dourados e Japorã. Estava em uma bicicleta que colidiu com o veículo Corcel placa HRI-5749, de Dourados (MS).

MEIO EMPREGADO: Automóvel

FONTE: *CIMI*

RO - 1 Caso(s) - 17 Vítima(s)

25/01/06

VÍTIMA: Paulo Oro Mon, Adriana Oro Ramxijein, Ana Maria Oro Ramxijein, Lúcio Oro Mon, Miracilda Oro Ramxijein, Joel Oro Ramxijein, Joab Oro Mon, Derlildo Oro Mon, Derli Oro Mon, Geovane Oro Mon, Geraldo Oro Mon, Maria Lúcia Oro Mon, Lucas Oro Nao, To´o Daia Oro Mon, Piauí Oro Mon, Deuza Pacao Oro Mon, Martins Oro Mon

POVO: PAKAA NOVA

TERRA INDÍGENA: PAKAA NOVA

MUNICÍPIO: NOVA MAMORE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Ribeirão

DESCRIÇÃO: No acidente 18 indígenas ficaram feridos, dois em estado grave. As vítimas viajavam na carroceria de um caminhão carregado com castanhas que tombou na estrada, a cerca de 3 km da entrada da cidade. A Funai contratou um caminhão do dono da oficina que lhe presta serviço e este, mesmo sabendo que seu filho Jeferson Alves Cabral não era habilitado, mandou-o para aldeia. Segundo informação das vítimas, o motorista tanto na ida quanto na volta a aldeia, consumia bebida alcoólica. Fugiu do local sem prestar socorro aos acidentados. A falta de transportes adequados nas áreas indígenas foi o principal motivo para acontecer esse acidente.

MEIO EMPREGADO: Automóvel

FONTE: *O Liberal/PA,26/01/2006; O Estadão/RO,26/01/2006; Cimi equipe Guajará Mirim*

Lesões corporais dolosas
Dados -2007

MA - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

04/09/2007

VÍTIMA: Raimundo Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: MORRO BRANCO

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Faveira

DESCRIÇÃO: Na noite do dia 4 de setembro os jovens espancaram o indígena no Bairro Rodoviária no município de Grajaú. A vítima sofreu lesão grave perdendo a audição do ouvido esquerdo.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Cimi Regional/MA*

MS - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

03/10/2007

VÍTIMA: Valdivino dos Santos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A vítima voltava para a aldeia quando foi abordado por um grupo de jovens. O indígena teve a carteira roubada, foi agredido. Encaminhado ao Hospital Evangélico foi medicado e liberado.

MEIO EMPREGADO: Espancamento

FONTE: *Campograndе.com, 04/10/2007*

PA - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

06/06/2007

VÍTIMA: Odair José Borari

POVO: BORARI

MUNICÍPIO: SANTARÉM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Borari

DESCRIÇÃO: O indígena foi assaltado e levado à estrada que liga a sede do município de Santarem à vila balneária de Alter-do Chão. Ele foi espancado e amarrado. Os agressores teriam dito a Borari que ele iria pagar por tudo o que estava fazendo. Conforme observa o procurador da República, Daniel César Azeredo Avelino, as comunidades existentes ao longo dos rios Tapajós e Arapiuns sofrem com as investidas de madeireiros e sojeiros, com animosidade crescente diante de reconhecimento de áreas, na região, como pertencentes aos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: *Procuradoria da República do Pará, 20/06/2007*

TO - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

out./2007

VÍTIMA: Sibakadi Xerente

POVO: XERENTE

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Xerente

DESCRIÇÃO: A vítima é casada com um não-índio. Numa festa, alcoolizado e com ciúmes, espancou a mulher, cortando com um facão sua mão e seu braço. Foi levada para um hospital na cidade de Pedro Afonso e medicada.

MEIO EMPREGADO: Arma branca

FONTE: *Família da vítima- Cimi GO/TO*

Abuso de poder

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

No ano de 2006, foram registrados 12 casos de abuso de poder praticado por autoridades policiais e casos com conivência de outras autoridades oficiais, bem como empresas que estiveram em confronto com povos indígenas em diversas regiões do país.

No Espírito Santo, foram registrados 2 casos relacionados aos Tupinikim e aos Guarani que vivem na região que era disputada com a empresa Aracruz Celulose. Em ação da Polícia Federal, Polícia Militar e da milícia armada da Aracruz Celulose, 13 indígenas foram feridos com balas de borracha, e muitos outros, inclusive uma mulher grávida de sete meses, foram agredidos, chamados de vagabundos, algemados, ameaçados com armas de fogo e mantidos presos. No outro caso, 15 indígenas foram presos dentro da própria área homologada. Tratou-se de uma armação. Os indígenas foram atraídos para o viveiro da empresa, depois de terem sido chamados por funcionários da Visel (seguranças da Aracruz) para assistirem a uma palestra na empresa. Lá chegando, foram recebidos com armas em punho, humilhados e levados à Delegacia de Aracruz. As disputas entre Aracruz e os indígenas se arrastaram por quatro décadas.

No Mato Grosso do Sul, dois jovens Guarani que estavam em uma motocicleta foram confundidos com um motoqueiro que estava sendo procurado por homicídio. Os policiais atiraram sem antes identificar os jovens, que foram feridos.

Os abusos de poder contra indígenas são praticados por autoridades policiais ou com conivência de outras autoridades oficiais. Muitas empresas que estiveram em confronto com povos também foram autoras dos crimes

Também no município de Dourados, indígenas foram agredidos e presos, acusados da morte de dois policiais. Estes policiais teriam entrado na aldeia Passo Piraju, sem autorização da Funai, e sem se identificar. Os indígenas os teriam confundido com jagunços de fazendeiros vizinhos, que costumavam fazer ameaças ao grupo.

Em Rondônia, foi registrado um episódio em que policiais, acompanhados por um funcionário da Funai, invadiram a aldeia Lage Velho, do povo Oro Wari, apontando armas para mulheres e crianças e agredindo verbalmente a comunidade. Em outro caso, um rapaz foi espancado por um policial e levado algemado para a delegacia, sob a acusação que teria estuprado a sobrinha. Em seu depoimento, o jovem disse que foi obrigado pelo delegado e pelo policial a dizer que tinha cometido o estupro.

Também em Rondônia, o povo Pakaa Nova sofre com o aliciamento de funcionários da Funai que tentam dividir o movimento indígena, usando calúnias e mentiras contra os indígenas.

Foram registrados 3 casos de abuso de poder em Roraima, nas terras indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos. Um Makuxi foi espancado e preso por um sargento e um soldado, que invadiram, sem mandado, a casa onde ele estava. Os militares disseram que "casa de ladrão e bandido tem que ser revirada a troco de bala". Em outro episódio, um indígena foi preso pelos mesmos policiais, sob a acusação de ter roubado um litro de álcool. Em um terceiro caso registrado, estes policiais invadiram a comunidade dos Makuxi, acusando um indígena de ter roubado um aparelho de medir pressão.

Em Santa Catarina, na terra Guarani do Araça´i, em um conflito entre colonos e indígenas durante uma retomada de terra, a Polícia Federal interveio com uma ação violenta, retirando os indígenas do local com uso de sprays de pimenta e de cacetetes. Colocaram os cerca de 90 indígenas num ônibus e não os deixaram sair, nem as crianças, apesar do calor e das condições precárias. Ficaram no Batalhão da PM até a madrugada do próximo dia sem receber alimentação.

Em 2007 consta um caso de abuso de poder, que aconteceu no Pará. Dois indígenas Kayapó foram detidos por porte de cartuchos de munição e encaminhados à delegacia, os policiais os humilharam verbalmente.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	12	126
2007	2	7

Abuso de poder
Dados -2006

ES - 2 Caso(s) - 28 Vítima(s)

20/janeiro/2006

VÍTIMA: 13 indígenas da comunidade

POVO: TUPINIKIM

TERRA INDÍGENA: CAIEIRA VELHAS

MUNICÍPIO: ARACRUZ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Olho D'Água

DESCRIÇÃO: Confronto entre índios e policiais federais deixou 13 índios feridos, com balas de borracha. Muitos índios foram agredidos, algemados e mantidos presos. A esposa do cacique Jaguareté, grávida de sete meses, teve uma arma de fogo apontada para sua cabeça. Uma funcionária da Funai, Fátima, foi detida, por ter se negado a acompanhar os policiais na repressão aos índios, sendo liberada mais tarde. As disputas entre Aracruz e indígenas se arrastam há quatro décadas. A terra dos tupinikim e Guarani foi identificada com 18.000 ha., mas foi demarcada com apenas 7.061 ha. Em 1998, eles realizaram a auto-demarcação de suas terras. Mas após oito dias, a Polícia Federal impediu a mobilização. De acordo com os indígenas, em carta enviada ao ministro da Justiça, naquele momento a polícia fechou o acesso às aldeias e trouxe lideranças para Brasília, "onde, sem o direito a assessoria e isolados das nossas comunidades, fomos obrigados a assinar um acordo com a empresa Aracruz Celulose, sob a ameaça de perder todas as terras, se não aceitássemos esta proposta". Numa ação de reintegração de posse de 11 mil hectares em favor da Aracruz Celulose, expedida pelo juiz federal Rogério Moreira Alves, de Linhares, foram deslocados 120 policiais federais. Com escudos e fuzis carregados de balas de borracha para iniciar a operação, tiveram o apoio de policiais armados em um helicóptero.

MEIO EMPREGADO: Balas de Borracha

FONTE: *A Gazeta/ES, 21/06/2006;Séculodiario/EX, 26/01/2006*

Agosto/setembro/2006

VÍTIMA: 15 indígenas

POVO: TUPINIKIM

TERRA INDÍGENA: CAIEIRA VELHAS

MUNICÍPIO: ARACRUZ

DESCRIÇÃO: A Polícia Militar e a milícia armada da Aracruz Celulose, Visel, prenderam 15 indígenas Tupínikim e Guarani, no dia 9 de agosto. Eles foram atraídos para o viveiro da empresa depois que foram chamados por funcionários da Visel para assistirem a uma palestra no local. Lá chegando foram recebidos com armas em punho, humilhados e levados à Delegacia de Aracruz. Consideram que foram vítimas de uma armadilha. Dos que foram presos, oito estavam dentro da área já homologada. Segundo o cacique da aldeia Caieras Velha, Jaguareté, além da arma apontada os índios foram xingados de vagabundos, enquanto outros policiais gritavam que índio tinha mesmo era que levar tiro. O cacique defendeu que os índios respondessem ao inquérito em liberdade. O processo de autodemarcacação começou em maio e contou com a presença de 400 indígenas. Para o cacique Jaguareté,

essa é mais uma tentativa da empresa de difamar a imagem dos índios, como resultado da reivindicação da comunidade Tupinikim e Guarani. A delegada que fez a atuação declarou que os índios seriam autuados e depois liberados, mas que como a pressão era grande eles eram mantidos presos. Policiais Militares, que não quiseram se identificar, confirmaram a prisão de 15 indígenas e declararam ao coordenador estadual do Conselho de Direitos Humanos, Isaias Santana, que a prisão dos indígenas foi uma armação. A intenção era produzir um flagrante dos índios na área e entregar o boletim de ocorrência à Aracruz Celulose.

MEIO EMPREGADO: Prisão ilegal

FONTE: *Século Diário/ES, 14/8; 16/8; 28/8; 30/8; 1º/9; 5/9/2006;*

MS - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

29/01/2006

VÍTIMA: Cleber Meireles Quirino

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: O indígena estava em uma motocicleta, juntamente com um amigo, quando foi atingido com tiros na perna e nádegas. Durante uma vistoria da polícia no centro da cidade, os indígenas foram confundidos com um motoqueiro que havia cometido um assassinato na Vila Arapongas. Os policiais disparam tiros sem que os jovens pudessem ser identificados.

MEIO EMPREGADO: Ameaça de morte

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 30/01/2006*

Abril/2006

VÍTIMA: s/d

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Passo Piraju

DESCRIÇÃO: O Centro de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania Marçal de Souza, recebeu denúncias de espancamento e agressões aos indígenas que foram presos acusados da morte de 2 policiais. Os presos, além de submetidos a precárias condições estão sem poder receber visitas dos familiares; Segundo ainda o Centro de Direitos Humanos, há um forte preconceito da população do estado contra os indígenas.Os policiais que morreram entraram no acampamento indígena sem autorização da Funai, o que implica em violação à ordem jurídica. Não se identificaram e foram confundidos pelos indígenas com um carro de jagunços das fazendas vizinhas do acampamento. Segundo declaração de um índio "eles sempre aparecem ameaçando os índios".

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 19, 20, e 26/04/2006; O Estado de S.Paulo, 04/06*

RO - 4 Caso(s) - 3 Vítima(s)

25/05/2006

VÍTIMA: Silas Oro Nao e Valdito Oro Eo

POVO: PAKAA NOVA (ORO WARI)

TERRA INDÍGENA: PAKAA NOVA

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Laje Velho e Capoeirinha

DESCRIÇÃO: Intimidação da Polícia Federal baseada em falsas acusações do funcionário da Funai e dois índios.

MEIO EMPREGADO: Aliciamento

FONTE: *Cimi Equipe Rondônia*

3/02/2006

VÍTIMA: Mais de 20 etnias - Municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim

POVO: ARUÁ

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Povos de Rondônia (mais de 20 etnias)

DESCRIÇÃO: Indignação de várias lideranças indígenas pelo não cumprimento do acordo assinado pela Funai de Brasília, Ministério Público Federal e comunidades indígenas para exoneração do administrador da Funai, Dídimo Graciliano de Oliveira.

FONTE: *Cimi Equipe Rondônia*

25/05/2006

VÍTIMA: Indígenas da comunidade

POVO: PAKAA NOVA

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Lago Velho

DESCRIÇÃO: Policiais federais em três viaturas e fortemente armados, acompanhados por um funcionário da Funai, invadiram a aldeia com objetivo de resgatar o carro da Funai. Na operação os policiais apontavam armas para mulheres e crianças, agredindo verbalmente a comunidade afirmando que índio é bandido, não tem lei, é burro e ladrão. Quando os índios pediram ao delegado a ordem de apreensão e busca, o mesmo respondeu: " não precisa de ordem judicial, quem dá a ordem sou eu!" Os índios apreenderam o veículo da Funai por causa da volta do administrador Dídimo Graciliano de Oliveira.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: *Cimi Equipe Rondônia*

20/03/2006

VÍTIMA: Adalberto Makurap

POVO: MAKURAP

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guaporé

DESCRIÇÃO: A vítima foi espancada em frente de sua casa pelo policial que estava armado e à paisana. Segundo o policial, o rapaz teria estuprado sua sobrinha menor de idade. Além de ser espancado, o rapaz foi levado algemado para a delegacia. O rapaz disse que na hora do depoimento ele foi obrigado tanto pelo delegado, como pelo próprio policial, a dizer que tinha estuprado a garota.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: *A vítima e sua mãe*

RR - 3 Caso(s) - 3 Vítima(s)

05/03/2006

VÍTIMA: Inácio

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAIMA

DESCRIÇÃO: O sargento e o soldado espancaram e prenderam o indígena sem dar nenhuma jusitificativa. Invadiram a casa sem mandado e o prenderam, argumentando que "casa de ladrão e bandido tem que ser revirada a troco de bala".

MEIO EMPREGADO: Prisão ilegal

FONTE: *CIR-Conselho Indígena de Roraima*

05/03/2006

VÍTIMA: Ananias

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAIMA

DESCRIÇÃO: Prenderam o indígena sob a acusação de que roubara um litro de álcool.

MEIO EMPREGADO: Prisão ilegal

FONTE: *CIR - Conselho Indígena de Roraima*

05/03/2006

VÍTIMA: Leidson

POVO: MAKUXI

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: PACARAIMA

DESCRIÇÃO: Os policiais invadiram a comunidade e acusaram o indígena de ter roubado um aparelho de medir pressão de uma enfermeira da Vila de Surumu, dentro da Terra Indígena.

MEIO EMPREGADO: Prisão ilegal

FONTE: *CIR-Conselho Indígena de Roraima*

SC - 1 Caso(s) - 90 Vítima(s)

10/10/2006

VÍTIMA: 90 ndígenas da comunidade

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: ARAÇÁ

MUNICÍPIO: CHAPECO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani do Araça'í

DESCRIÇÃO: A comunidade estava fazendo uma retomada. Houve conflito entre colonos e índios, e sob a intervenção da Polícia Federal, os índios foram retirados do local. Cerca de 90 pessoas (inclusive crianças) foram escoltados pela Polícia Militar que apoiava a PF, até a ADR da Funai, em Chapecó. Os policiais não permitiram que pessoas saíssem do ônibus. A comunidade se revoltou, pois o calor era intenso e as condições precárias. A polícia numa ação violenta, usou sprays de pimenta, cacetetes e pedido de reforço. Quando a situação estava controlada os policiais começaram a revistar as pessoas. Ao revistar Sirinérgio Daniel, que estava de posse da sacola de sua filha, os policiais encontraram algumas munições. Ele foi preso e encaminhado a delegacia da Polícia Federal. As demais pessoas foram levadas para o Batalhão da Polícia Militar onde permaneceram até o dia seguinte sem se alimentar. A comunidade foi levada de volta a terra emprestada pelos Kaingang cerca de 2:30h da manhã.

MEIO EMPREGADO: Prisão ilegal

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Chapecó*

Abuso de poder
Dados -2007

MS - 1 Caso(s) - 5 Vítima(s)

8/01/2007

VÍTIMA: Valter Antunes

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taquaperi

DESCRIÇÃO: O líder indígena Francisco Fernandes e outros três Guarani foram presos acusados de roubo de um trator. Segundo Ortiz Lopes, foi uma "armadilha". Quando da retomada da fazenda Madama, o fazendeiro conversou com as lideranças, cedeu o trator e disse que eles poderiam usar. Francisco estava indo de trator buscar comida para a comunidade quando a polícia apareceu. Em nenhum momento foi ouvida a versão dos índios e somente foi publicado o que os fazendeiros declararam. A retomada foi tentada, conforme o indígena Ortiz Lopes, quando conseguiram juntar os parentes antigos, que viviam naquela área, pois todos estavam vivendo com muita dificuldade. Segundo informações da Polícia Rodoviária Estadual e da Funai, um grupo de pessoas armadas e não identificadas, a bordo de 12 caminhonetes, teriam chegado na fazenda com o objetivo de retirar os índios à força.

MEIO EMPREGADO: Prisão

FONTE: *Cimi/MS, 19/01/2007; liderança indígena Ortiz Lopes; O Progresso/MS, 10/01/2007*

PA - 1 Caso(s) - 2 Vítima(s)

2007

VÍTIMA: Hopayré Honoré e Jopikti Payaré

POVO: KAYAPÓ

TERRA INDÍGENA: MÃE MARIA

MUNICÍPIO: MARABA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Akrãtikatejê - Gavião

DESCRIÇÃO: Os índios se dirigiam à localidade de Morada Nova para comprar alimentos, quando foram surpreendidos por uma barreira policial. Após vistoriarem o veículo, os policiais encontraram cartuchos de munição. Dois indígenas foram detidos e encaminhados à delegacia. Ambos sofreram humilhações por parte dos policiais.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: *Cimi - equipe Marabá/PA, nov/2007*

Foto: Arquivo Cimi

No Espírito Santo houve 2 casos de abuso de poder contra os Tupinikim e Guarani. Num deles, uma ação da PF, PM e milícia armada da Aracruz, feriu 13 indígenas com balas de borracha

Foto: Lígia Sancio

Racismo e discriminações étnico-culturais

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Em 2006, o Cimi registrou 12 casos de racismo e discriminação étnica entre os povos indígenas no Brasil, assim distribuídos: 2 casos no Espírito Santo, em Minas Gerais e Rondônia e 1 caso em cada um dos seguintes estados: no Mato Grosso do Sul, Amazonas, Maranhão, Paraná, São Paulo e Tocantins.

No Espírito Santo, devido à disputa da terra entre os Tupinikim e Guarani e a empresa Aracruz Celulose, foram freqüentes os atos de racismo contra os indígenas, praticados pela empresa e por setores contrários à demarcação das terras, por meio de textos na imprensa, de cartilhas distribuídas em escolas e do site da Aracruz na internet, nos quais os povos foram chamados, inclusive, de "falsos índios". Na esfera política, um deputado estadual referiu-se aos indígenas como bagunceiros e baderneiros em discurso na Assembléia Legislativa do estado.

No Amazonas, 3 indígenas foram insultados pelo dono de uma padaria, que ainda ameaçou de espancá-los com uma barra de ferro.

No Maranhão, os indígenas não conseguiram obter informações a respeito das liberações de recursos para merenda, material e transporte escolar e foram destratados na Secretaria de Estado da Educação.

Em Rondônia há o registro de um caso de discriminação de um Migueleno pela supervisora e pela coordenadora de uma escola, em Guajará-Mirim. Um homem Wari, de Rondônia, foi agredido por funcionários da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que alegaram que ele não estava doente e tentaram impedir sua entrada no carro da Fundação para ir até a cidade.

Os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul têm sido tratados na imprensa como os responsáveis pelo resultado das eleições para o Governo Lula, através de comentários de que os índios não sabem votar.

No Tocantins, um vereador Karajá que ganhou a eleição para a presidência da Câmara Municipal de Lagoa da Confusão foi agredido verbalmente por outro candidato. O outro vereador chamou os indígenas de "insetos" e disse que "índio nem é humano". O presidente da Câmara disse à imprensa que a Comissão de Ética avaliaria o caso.

Em São Paulo, uma loja montou um ambiente de coqueiro e outras decorações e contratou alguns indígenas para confeccionar artesanatos na frente dos turistas, focando no exotismo.

Em Minas Gerais, ocorreram 2 sepultamentos do povo Maxakali no cemitério do município de Governador Valadares, o que impossibilitou os indígenas de praticarem seus costumes rituais.

No ano de 2007, houve registro de 9 casos de racismo e discriminação étnico-cultural. Destes, 7 casos ocorreram no estado de Santa Catarina, um no Amazonas e um no Mato Grosso. Dentre os casos de racismo, 6 foram contra uma comunidade inteira, um contra uma família, um contra uma pessoa e outro contra uma organização indígena. Chama atenção que na maioria dos casos houve participação de autoridades públicas.

A Associação do Povo Indígena Maraguá (Aspim), Amazonas, relata situações de descaso por parte da Funai de Nova Olinda da Norte. Desde 2003, os indígenas do povo Maraguá que se dirigem ao órgão são recebidos com deboches e outros tratamentos desrespeitosos.

Indígenas do povo Enwenê Nawê, Mato Grosso, quando vão à cidade de Juína, são confrontados com comentários de fazendeiros, de vereadores e até do próprio prefeito, dizendo que a "cidade não é de índios, a cidade é dos brancos". Essa situação está relacionada ao estudo para identificação de uma área de pesca cerimonial, que seria reintegrada à terra indígena. Os indígenas recebem ameaças por telefone, alertando sobre o risco de continuar a pedir o estudo da área. O chefe da Funai, em Juína, Antonio Carlos de Aquino, declarou que fazendeiros foram até a Funai para fazer questionamentos, dizendo que não se deve demarcar a área. Segundo Aquino, não há condições de os índios andarem na cidade em paz.

Em Santa Catarina, alunos de 7 a 14 anos, do povo Guarani, da aldeia Yokã Porã, foram proibidos de falar sua própria língua pela diretora da escola. A Terra Indígena Yokã Porã não possui escola, por isso as crianças estão estudando numa sala cedida pela Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) da região. O fato foi denunciado ao responsável pela Secretaria de Educação, mas nenhuma providência foi adotada.

Em Santa Catarina, também houve vários casos de racismo em função do reassentamento de famílias indígenas, necessários para facilitar a ampliação da estrada BR-101. Como medida compensatória para as comunidades indígenas, cujas terras serão atingidas, foi autorizada a compra de alguns pedaços de terras para reassentar as famílias Guarani. No município de Tijucas, a comunidade Guarani foi vítima de pronunciamentos preconceituosos por parte da imprensa local e por vereadores na câmara municipal. Eles questionaram sobre quem iria bancar a infra-estrutura para a aldeia (saúde, educação, etc.), bem como a legalidade do assentamento.

A comunidade Guarani, da aldeia Cury de Massiambu, foi transferida para o município de Biguaçu. Lá houve uma

campanha preconceituosa contra a transferência dos índios por parte da imprensa local. A comunidade indígena solicitou ao Ministério Público Federal uma ação por danos morais e racismo contra o colunista em questão.

No município de Canelinha, a família de André Benites Vilalba, do povo Guarani, escolheu uma terra na localidade do rio da Dona para morar. A comunidade local organizou um abaixo-assinado contra a transferência dos índios, alegando preocupação ambiental.

Os Guarani da Terra indígena Morro dos Cavalos, também foram atingidos pela ampliação da BR-101 e a Funai pretendia transferi-los à localidade de Macucos, no município de Gaspar. No entanto, ao saber a intenção da Funai, o prefeito Gilberto Schmitt criou um decreto municipal destinando aquela terra para a criação de um horto florestal. Houve campanha preconceituosa contra a transferência dos índios por parte da imprensa local e da diretora do sindicato dos trabalhadores rurais.

A Funai não conseguiu transferir os indígenas. A imprensa local publicou "... a Funai errou ao querer empurrar goela abaixo uma aldeia de índios para o nosso município ..." O Cimi encaminhou documento ao MPF de Blumenau, que abriu inquérito para investigar o caso. A comunidade Guarani elaborou nota pública denunciando as agressões e preconceitos. Foi enviada uma carta à Comissão de Direitos Humanos.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	12	10
2007	9	1

Racismo e discriminação étnico culturais

Dados -2006

AM - 1 Caso(s) - 3 Vítima(s)

19/4/2006

VÍTIMA: Luiz de Jesus Fidelis, Sebastião Manchinery, Iza Maria Castro dos Santos

POVO: BANIWA, MANCHINERI, MANCHINERI

MUNICÍPIO: MANAUS

DESCRIÇÃO: Os indígenas estavam na padaria Munhois, no centro de Manaus, onde faziam um lanche. De repente o proprietário da padaria surgiu gritando, usando palavras ofensivas contra os indígenas. Houve ameaça de espancamento com barra de ferro.

MEIO EMPREGADO: Racismo

FONTE: *Cimi Norte I*

ES - 2 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Comunidades Tupinikim e Guarani

POVO: GUARANI e TUPINIKIM

TERRA INDÍGENA: CAIEIRA VELHAS

MUNICÍPIO: ARACRUZ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tupinikim e Guarani

DESCRIÇÃO: Desmoralização da comunidade indígena por meio de textos na imprensa, chamando-os de supostos índios. Cartilhas distribuídas nas escolas com frases preconceituosas contra a comunidade indígena. Há manipulação das informações com o intuito de desqualificar o povo indígena. As disputas entre Aracruz e indígenas se arrastam há quatro décadas. A terra dos Tupinikim e Guarani foi identificada com 18.000 ha., mas foi demarcada com apenas 7.061 ha. Em 1998, eles realizaram a autodemarcação de suas terras. No entanto, após oito dias,a Polícia Federal impediu a mobilização. De acordo com os indígenas, em carta enviada ao MInistro da Justiça, naquele momento a polícia fechou o acesso às aldeias e levou lideranças para Brasília "onde, sem o direito a assessoria e isolados das nossas comunidades, fomos obrigados a assinar um acordo com a empresa Aracruz Celulose, sob a ameaça de perder todas as terras, se não aceitássemos esta proposta".

MEIO EMPREGADO: Imprensa

FONTE: *Século Diário/ES, 14/09,25/09,27/09, 11/10/06; Folha, 24/10/06;Cons.Jur.22/12/06*

1/08/2006

VÍTIMA: Comunidades Tupinikim e Guarani

POVO: GUARANI e TUPINIKIM

TERRA INDÍGENA: CAIEIRA VELHAS

MUNICÍPIO: ARACRUZ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tupinikim e Guarani

DESCRIÇÃO: O deputado, de forma descriminatória afirmou na sessão ordinária da Assembléia Legislativa de Vitória/ES, que os índios eram "bagunceiros e baderneiros". Esta não é a primeira vez que o deputado se manifesta contra as comunidades indígenas. Em fevereiro de 2006, ele elogiou a ação da Polícia Federal nas aldeias indígenas. Nesta ocasião chamou os índios de oportunistas. Segundo o TSE, em 2002 o acusado recebeu da Aracruz Celulose R$ 30.000,00 para sua campanha eleitoral.

MEIO EMPREGADO: Discurso na Assembléia Legislativa

FONTE: *www.seculodiario.com.br*

MA - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

23/05/2006

VÍTIMA: Maruzan Kamoraí Guajajara

POVO: GUAJAJARA

TERRA INDÍGENA: BACURIZINHO

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guajajara

DESCRIÇÃO: Os índios acusam os representantes da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) de tê-los destratado, inclusive acionando a segurança do prédio para, se fosse necessário, retirá-los à força da sede do órgão. Eles foram obter informações sobre o andamento de processos de liberação de recursos para a merenda escolar e transporte para tribos da região de Grajaú. Segundo o cacique Maruzan Kamoraí Guajajara, e também o vereador José Arão Marizê Lopes, há dias que os índios vem tentando obter informações sobre a merenda, material e transporte escolar, pois inúmeras crianças e estudantes indígenas frequentam aulas de ensino fundamental. Segundo o vereador, não existe boa vontade por parte da Seduc para resolver os problemas relacionados aos índios.

MEIO EMPREGADO: Secretaria da Educação

FONTE: *Jornal - O Estado do Maranhão/MA, 24/05/2006*

MG - 2 Caso(s)

Agosto/2006

VÍTIMA: Familiares de Vitalina Maxakali

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: CAMPANARIO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento Duas Lagoas

DESCRIÇÃO: O sepultamento do corpo de Vitalina Maxakali foi realizado no cemitério de Governador Valadares, impossibilitando o povo de praticar os seus costumes rituais.

FONTE: *Lideranças do grupo; Cimi Equipe Maxakali*

28/9/2006

VÍTIMA: Familiares de Dona Izabel Maxakali

POVO: MAXAKALI

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: CAMPANARIO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acampamento Duas Lagoas

DESCRIÇÃO: O sepultamento do corpo de Dona Izabel Maxakali foi realizado no cemitério de Governador Valadares, impossibilitando seu grupo familiar de praticar seus costumes rituais.

FONTE: *Lideranças do grupo; Cimi Equipe Maxakali*

MS - 1 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Comunidade Guarani Kaiowá

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê

DESCRIÇÃO: Comunidade indígena está sendo discriminada por parte da sociedade por conta do resultado das eleições presidenciais do segundo turno. O vereador do PT Agripino Benites, que é indígena, denuncia que a comunidade da aldeia Tey Kuê tem sido vítima de discriminação por ter votado, em sua grande maioria, no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, foram feitos comentários maldosos, inclusive em emissoras de rádio, que os índios não sabem votar.

MEIO EMPREGADO: Imprensa

FONTE: *O Progresso/MS, 7/11/2006*

PR - 1 Caso(s) - 3 Vítima(s)

2006/2007

VÍTIMA: Anderson Kaingang, Ilda Kaingang, Sílvio

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: RIO DAS COBRAS

MUNICÍPIO: NOVA LARANJEIRAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang

DESCRIÇÃO: A família fazia compras no supermercado Baratão, no município de Guarapuava. Na fila do caixa, Sílvio pega um doce na mão para olhar. O segurança do mercado viu e foi chamar outro segurança. Neste intervalo, Sílvio devolve o doce para a gôndola, pagam as compras e vão se dirigindo para a saída, quando são abordados pelos seguranças e funcionários do mercado. Disseram para os índios que eles tinham ganhado um prêmio e era para acompanhá-los. Foram levados para um local reservado, mas as vistas do público onde tiveram que tirar os casacos para serem revistados. Os seguranças diziam: "sabemos que vocês são índios". Ao pedirem o cupom fiscal, Sílvio lembrou que tinha amassado e jogado fora. Um cliente que acompanhava a situação, pegou o cupom no lixo, desamassou e entregou aos seguranças, comprovando o pagamento das compras.

FONTE: *Déa Maria Ferreira Silveira*

RO - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

10/04/2006

VÍTIMA: Jeremias Wayuru

POVO: WAYURÚ

TERRA INDÍGENA: PAKAAS NOVAS

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Oro-Wari

DESCRIÇÃO: Jeremias tinha chegado de sua aldeia junto com alguns pacientes. Aguardava o carro da Funasa pois iria pedir uma carona. O motorista do veículo da Funasa, juntamente com o auxiliar de enfermagem, alegando que Jeremias não estava doente, negou sua entrada no veículo. Na tentativa de subir no carro, foi machucado e durante todo o percurso foi agredido pelo auxiliar de enfermagem com palavras ofensivas. Discriminação devido à postura crítica do conselheiro e pelo fato de ele ter parentes que moram na cidade.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: *Cimi - Equipe Rondônia*

13/05/2006

VÍTIMA: Claudinéia Vargas Guacoma

POVO: MIQUELENO

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Migueleno

DESCRIÇÃO: De acordo com os pais da vítima, ela foi discriminada pela diretora e supervisora de uma escola no distrito de Surpresa, município de Guajará Mirim. O motivo seria ciúmes e racismo.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: *Cimi Equipe Rondônia*

SP - 1 Caso(s)

21/01/2006

VÍTIMA: Comunidade Guarani/ Aldeias Krukutu, Jaraguá e Barragem

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: KRUKUTU

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Krukutu, Jaraguá e Barragem

DESCRIÇÃO: Visando obtenção de lucro nas vendas, a loja Clube do Chocolate, em São Paulo, exibe índios confeccionando artesanato. Índios ficam expostos num ambiente com coqueiros e outras decorações. Ficam a mercê de clientes para surpresa de turistas estrangeiros que perguntam se os índios são de verdade.

MEIO EMPREGADO: Exotismo

FONTE: *Folha de São Paulo/SP, 21/01/2006*

TO - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

15/12/2006

VÍTIMA: José Hani Karajá, vereador - Câmara Municipal de Lagoa da Confusão

POVO: KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: PARQUE DO ARAGUAIA

MUNICÍPIO: LAGOA DA CONFUSAO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Fontoura

DESCRIÇÃO: Na disputa pela eleição da presidência da Câmara, para a qual concorriam duas chapas, saiu vitoriosa a chapa que tinha o indígena como vice-presidente. Seu opositor, inconformado, bradou, dentro da Câmara: "Como esta chapa pode ter ganho se índio não é nem ser humano?... esses insetos...". Parte da agressão está registrada em VHS.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: *Cimi GO/TO, Equipe Gurupi, 16/02/2007*

Racismo e discriminação étnico culturais

Dados -2007

AM - 1 Caso(s)

2007

VÍTIMA: Aspim - Associação do Povo Indígena Maraguá

POVO: Maraguá

MUNICÍPIO: HUMAITA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Terra Preta, Kawera e Pilão

DESCRIÇÃO: A organização indígena relata situações de descaso por parte da Funai de Nova Olinda da Norte. Desde 2003 os indígenas do povo Maraguá têm se dirigido ao órgão e são recebidos com deboches e outros tratamentos desrespeitosos.

MEIO EMPREGADO: Tratamento desrespeitoso

FONTE: *Organização Indígena ASPIM; Cimi Regional Norte I*

MT - 1 Caso(s)

2007

VÍTIMA: Indígenas Enwenê Nawê

POVO: ENAWENÊ-NAWÊ

TERRA INDÍGENA: ENAWENÊ-NAWÊ

MUNICÍPIO: JUINA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Juína

DESCRIÇÃO: Ameaças e preconceito sofridos pelos índios quando vão à cidade. Indígenas ouvem os fazendeiros, vereadores e o próprio prefeito dizendo que a "cidade não é de índios, a cidade é dos brancos" . A questão reside no estudo para identificação de uma área de pesca cerimonial que seria reintegrada à terra indígena. Recebem ameaças por telefone, alertando sobre o risco de continuar a pedir o estudo da área. O chefe da Funai, em Juína, Antonio Carlos de Aquino, declarou que fazendeiros foram até a Funai para fazer questionamentos dizendo que a Funai não deve demarcar a área em questão, senão todos teriam problemas com eles. Segundo ele, não há condições de os índios andarem na cidade em paz.

MEIO EMPREGADO: Agressão verbal

FONTE: *Diário de Cuiabá, 06/09/2007*

SC - 7 Caso(s) - 1 Vítima(s)

2007

VÍTIMA: Adriano Morinico

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: MORRO ALTO

MUNICÍPIO: SÃO FRANCISCO DO SUL

DESCRIÇÃO: A Secretaria de Educação do Estado instalou uma escola dentro da TI, contratando duas professoras não-indígenas. Devido ao constante atraso das professoras o cacique reclamou e teve sua autoridade questionada. A Gerência Regional de Ensino afirmou que os professores indígenas não estavam preparados.

MEIO EMPREGADO: Agressão física e verbal

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Florianópolis/SC, 2007*

2007

VÍTIMA: Comunidade Guarani

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: Morro dos Cavalos

MUNICÍPIO: GASPAR

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani - TI Morro dos Cavalos

DESCRIÇÃO: As TIs que foram atingidas pela duplicação da BR-101, tiveram como medidas compensatórias, a compra de alguns pedaços de terras para reassentar as famílias Guarani. O cacique da TI Morro dos Cavalos conseguiu adquirir uma terra na localidade de Macucos, no município de Gaspar/SC. No entanto, ao saber a intenção da Funai na transferência dos índios, o prefeito criou um decreto municipal destinando aquela terra para a criação de um horto florestal. Houve campanha preconceituosa contra a transferência dos índios por parte da imprensa local e da diretora do sindicato dos trabalhadores rurais. A Funai não conseguiu transferir os indígenas. A imprensa local publicou "... a Funai errou ao querer empurrar goela abaixo uma aldeia de índios para o nosso município ..."

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Florianópolis/SC e comunidade indígena, 2007*

13/03/2007

VÍTIMA: Comunidade Guarani de Morro dos Cavalos

POVO: GUARANI MBYA

TERRA INDÍGENA: MORRO DOS CAVALOS

MUNICÍPIO: PALHOCA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Mbyá

DESCRIÇÃO: No texto publicado na imprensa, no artigo "Beira-Mar para os Índios!", o jornalista desqualifica a comunidade indígena Guarani de Morro dos Cavalos como sendo formada por estrangeiros e aproveitadores que "vencem" na vida à custa dos outros. Segundo ele, os índios se utilizam de prerrogativas que causam a derrota do Estado nacional. Não é a primeira vez que o acusado é denunciado pelo MPF por discriminação racial.

MEIO EMPREGADO: Imprensa

FONTE: *Procuradoria da República de Sta.Catarina, 16/08/2007*

2007

VÍTIMA: Família do sr. Artur Benites

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: CANELINHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Canelinha

DESCRIÇÃO: As TIs que foram atingidas pela duplicação da rodovia BR-101, tiveram como medidas compensatórias, a compra de alguns pedaços de terras para assentar as famílias Guarani. A família de André Benites Vilalba, escolheu uma terra na localidade de rio da Dona, no município de Canelinha. A comunidade local fez um abaixo-assinado contra a transferência dos índios, alegando preocupação ambiental.

MEIO EMPREGADO: Abaixo-assinado

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Florianópolis/SC, 2007*

2007

VÍTIMA: Alunos de 7 a 14 anos

POVO: GUARANI

TERRA INDÍGENA: Guarani Yokã Porã

MUNICÍPIO: GARUVA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Escola

DESCRIÇÃO: Diretora de escola proíbe que crianças Guarani falem a própria língua. A TI Yakã Porã não possui escola. As crianças estão estudando numa sala cedida pela APAE da região.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Florianópolis/SC e cacique Claudemir Tibes, 2007*

2007

VÍTIMA: Comunidade Indígena Cury

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: BIGUACU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani de Massiambú

DESCRIÇÃO: As TIs que foram atingidas pela duplicação da BR-101, tiveram como medidas compensatórias a compra de alguns pedaços de terras para reassentar as famílias Guarani. A Funai criou um GT para intermediar as negociações e adquirir as terra. A comunidade Guarani de Massiambu foi transferida para o município de Biguaçu. Houve campanha preconceituosa contra a transferência dos índios por parte da imprensa local.

MEIO EMPREGADO: Imprensa

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Florianópolis/SC, 2007*

2007

VÍTIMA: Comunidade indígena Guarani

POVO: GUARANI

MUNICÍPIO: TIJUCAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani - Itanhaém

DESCRIÇÃO: Transferência da comunidade Guarani, gera pronunciamento preconceitoso por parte da imprensa local e de vereadores na Câmara Municipal de Tijucas. Eles questionaram quem iria bancar a infra-estrutura para aldeia (saúde, educação, etc.). Questionaram também a legalidade do assentamento. Por ocasião da duplicação da BR-101, as TIs atingidas pela obra tiveram como medidas compensatórias, a compra de alguns pedaços de terras para reassentar as famílias Guarani.

MEIO EMPREGADO: Pronunciamento na Câmara Municipal

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Florianópolis/SC, 2007*

Violência sexual

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Em 2006, foram registrados pelo Cimi 12 ocorrências de violência sexual. Há registros de aliciamento, estupro e tentativa de estupro.

Na Bahia, região turística, uma indígena de 12 anos que estava na praia foi abordada por um turista, que lhe prometeu presentes convidando-a para ir à casa dele para buscá-los. A menina foi e o homem tentou estuprá-la. Indígenas responsáveis pela segurança da aldeia conseguiram impedir o estupro. Na região dos municípios de Porto Seguro e Cabrália há exploração sexual, pois os turistas e moradores das cidades maiores aproveitam-se da carência financeira e do fácil acesso às aldeias, próximas aos bares e barracas na praia.

No Mato Grosso do Sul foram registrados 9 casos de violência sexual, dentre eles sete casos de estupro, uma tentativa de estupro e um caso de aliciamento para prostituicao. Na terra indígena Dourados ocorreram sete destes casos.

Na tentativa de estupro e em dois estupros, os acusados são familiares da vítima. Dentre as vitimas dos estupros e da tentativa, 6 eram menores de 14 anos.

No município de Dourados, crianças e adolescentes de idades entre 9 e 15 anos estariam freqüentando uma casa de prostituição e sendo aliciadas por ex-presidiárias que residem na proximidade da terra indígena em Dourados. Neste caso também está associado o uso de álcool e drogas.

Em Roraima, o caso registrado foi cometido por um indígena tio da vítima. O caso foi denunciado à polícia.

No Tocantins, segundo lideranças indígenas, a exploração sexual de crianças e de adolescentes tem crescido em razão da construção de estradas que cortam as terras indígenas, aumentando a circulação de pessoas não indígenas nas aldeias.

No ano de 2007, o Cimi recebeu registros de 7 casos de violência sexual, com 9 vítimas, 4 delas menores de 18 anos (meninas de 14, 8 e 7 anos e um menino de 6 anos). Foram 8 casos de estupro e uma tentativa de estupro. Em 3 casos os acusados também eram indígenas. Houve um caso de estupro de um jovem (22) Guarani Kaiowá, na aldeia Bororo, Mato Grosso do Sul, que foi espancado e violentado por 5 outros jovens, inclusive 4 menores de idade.

O caso de duas mulheres Guarani Kaiowá se destaca pela ligação com a luta pela terra. Foram estupradas por seguranças da fazenda que invade a Terra Indígena Ñande Ru Marangatu. Elas estavam coletando lenha na área, quando foram atacadas. Desde 2005, quando o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da homologação da terra e os Guarani foram despejados, a tensão entre indígenas e seguranças é constante. Após seis meses vivendo à beira da estrada as famílias Guarani voltaram a viver em cerca de 100 hectares. O fazendeiro concordou com o retorno, mas mantém um grande número de seguranças vigiando o restante da terra.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	12	10
2007	7	9

Violência sexual

Dados -2006

BA - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

2006

VÍTIMA: Menina

POVO: PATAXÓ

TERRA INDÍGENA: ACIMÃ

MUNICÍPIO: PORTO SEGURO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pataxó

DESCRIÇÃO: A adolescente estava na praia quando um homem se aproximou prometendo presentes e pedindo que a vítima fosse à casa dele para receber. A menina foi e o acusando tentou estuprá-la. Os seguranças da aldeia chegaram até o local e impediram. Segundo o cacique Aruã, a Aldeia de Coroa Vermelha não tem limites visíveis, está localizada em um polo turístico com acesso irrestrito e grande movimentação nos bares e barracas. Aproveitando-se da carência financeira das famílias indígenas, turistas e habitantes de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália exploram sexualmente crianças e adolescentes Pataxó de Coroa Vermelha. Zeca Pataxó, chefe do núcleo da Funai em Porto Seguro tem enviado relatórios e ofícios ao governo sobre o problema que enfrentam e a necessidade da implementação de projetos para gerar renda.

MEIO EMPREGADO: Aliciamento

FONTE: *A Tarde/BA, 18/09/06*

MS - 9 Caso(s) - 8 Vítima(s)

11/01/2006

VÍTIMA: Menor indígena
IDADE: 8 anos
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: Menor indígena foi estuprada pelo padrasto. O acusado disse que abusou da garota quatro vezes. O acusado disse que a garota duvidou de sua sexualidade e que por esse motivo decidiu provar para a enteada sua sexualidade. A ação foi descoberta quando a criança passou a reclamar de dores abdominais para a avó. Depois que a criança relatou o que o padrasto fez, as duas foram dar queixa na delegacia da mulher. O exame pericial comprovou o estupro.
MEIO EMPREGADO: Estupro
FONTE: *O Progresso/MS, 13/01/2006*

10/02/2006

VÍTIMA: Uma mulher
IDADE: 21 anos
POVO: GUARANI NHANDEVA
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: A vítima era moradora da aldeia Porto Lindo, de Japorã, e estava passando férias na aldeia Bororo. Com a agressão, ficou com vários hematomas pelo rosto e pescoço.
FONTE: *www.campogrande.news.com.br, 10/02/2006*

4/02/2006

VÍTIMA: Uma mulher
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: A vítima é portadora de deficiência mental. O pai flagrou o agressor no ato, mas este fugiu do local.
MEIO EMPREGADO: Estupro
FONTE: *www.campogrande.news.com.br, 10/02/2006*

2006

VÍTIMA: Meninas
IDADE: Entre 9 e 15 anos
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru
DESCRIÇÃO: Menores com idades entre nove e quinze anos estão sendo aliciados para a prática da prostituição. As menores estariam freqüentando a casa de duas ex-presidiárias que residem próximo à reserva indígena de Dourados, onde fazem uso de álcool, drogas e participam de programas sexuais.
MEIO EMPREGADO: Aliciamento
FONTE: *Midiamaxnews/MS, 19/12/2006*

24/08/2006

VÍTIMA: Criança
IDADE: 8 anos
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: O acusado tentou estuprar a sobrinha na residência de seu irmão. Ele já havia admoestado a garota outras vezes. O agressor confessou estar sob efeito de drogas e embriagado. Tibúrcio Fernandes de Oliveira, presidente do Conselho da aldeia Bororó e outras lideranças demonstram preocupação quanto a venda excessiva de bebidas alcoólicas e entorpecentes na reserva.
FONTE: *Midiamaxnews, 1/09/2006*

07/12/2006

VÍTIMA: Menor indígena
IDADE: 12 anos
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ
MUNICÍPIO: CAARAPÓ
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kue
DESCRIÇÃO: A menor indígena, de 12 anos, foi violentada sexualmente quando saía da escola. O acusado, um professor indígena, a teria abordado com um canivete, arrastado e a estuprou.
FONTE: *Ultima Hora News, 10/12/2006*

2006

VÍTIMA: Criança
IDADE: 3 anos
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: Uma criança de apenas três anos de idade vinha sofrendo violência sexual, praticada pelo próprio pai, há pelo menos três meses. Denúncia foi feita pela madrasta da vítima.
FONTE: *DouradosNews/MS, 16/08/2006*

11/03/2006

VÍTIMA: Criança
IDADE: 4 anos
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: A mãe deixou as duas crianças sozinhas em casa e quando voltou encontrou a filha sangrando, vítima de violência sexual.
FONTE: *O Progresso/MS, 13/03/2006*

16/04/2006

VÍTIMA: Adolescente
IDADE: 13 anos
POVO: GUARANI KAIOWÁ
TERRA INDÍGENA: PANAMBIZINHO
MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Panambizinho

DESCRIÇÃO: Ao retornar de uma festa na aldeia, a vítima acompanhada do namorado e uma amiga de 12 anos, foi violentada por três jovens. Um dos agressores segurou a vítima pelo cabelo, o outro pegou a menina e o terceiro entrou em luta corporal com o namorado da vítima. Enquanto isso, o adolescente consumou a violência sexual e o comparsa que havia deixado a outra garota escapar, aproveitou-se da situação e também a violentou.

FONTE: *O Progresso/MS, 20/02/2006*

RR - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

9/05/2006

VÍTIMA: Criança

IDADE: 9 anos

POVO: WAPIXANA

TERRA INDÍGENA: MALACACHETA

MUNICÍPIO: CANTA

DESCRIÇÃO: Tio estuprou a sobrinha e a mãe da vítima presenciou o ato. O acusado recebeu voz de prisão da tuxaua Maria Inês Mota Rodrigues, que em seguida o imobilizou levando-o a delegacia.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *Folha de Boa Vista/RR, 10/05/2006*

TO - 1 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Crianças e adolescentes

POVO: XERENTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Xerente

DESCRIÇÃO: Segundo o índio Gilberto Xerente a exploração sexual infantil de crianças e adolescentes tem crescido por causa da construção de estradas que cruzam as reservas indígenas ou que passam à sua margem. Conforme relato do indígena, as pessoas não-indígenas que circulam no trabalho das estradas, acabam tendo contato com as mulheres o que causa grande impacto nas comunidades, descaracterizando a cultura do povo.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *Agência Brasil, 24/11/2006*

Violência sexual
Dados -2007

MS - 3 Caso(s) - 4 Vítima(s)

04/09/2007

VÍTIMA: Jovem indígena

IDADE: 22 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: O jovem indígena foi espancado e violentado por 5 rapazes, entre eles 4 adolescentes. Estavam bebendo cachaça e se desentenderam. A vítima foi socorrida e levada para o Hospital Evangélico com ferimentos no braço e na cabeça.

FONTE: *Últimahoranews.com, 05/09/2007*

21/09/2007

VÍTIMA: Uma indígena

IDADE: 14 anos

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Estava na aldeia Bororo visitando parentes. Ele afirmou que a vítima, sua prima, ficava fazendo insinuações sobre sua sexualidade. Antes do estupro ingeriu bebida alcoólica. A adolescente foi submetida a exames médicos de corpo e delito que confirmaram a violência sexual.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *O Progresso/MS, 22/09/2007*

outubro/2007

VÍTIMA: Duas mulheres

POVO: GUARANI KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU

MUNICÍPIO: ANTONIO JOÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: Duas senhoras indígenas foram violentadas por pessoas identificadas como seguranças de uma fazenda que invade a terra Ñande Ru Marangatu. As vítimas estavam colhendo lenha na área onde as famílias estão vivendo, quando foram atacadas. Desde 2005, quando o STF suspendeu os efeitos da homologação da terra e os Guarani foram despejados, a tensão entre indígenas e seguranças é constante. Após seis meses vivendo à beira da estrada as famílias Guarani voltaram a viver em cerca de 100 hectares. O fazendeiro concordou com o retorno, mas mantém um grande número de seguranças vigiando o restante da terra.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *Informe Cimi n.790, 1º/11/2007*

MT - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

02/05/2007

VÍTIMA: H.K.

IDADE: 28 anos

POVO: KARAJÁ

TERRA INDÍGENA: SÃO DOMINGOS

MUNICÍPIO: LUCIARA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Krehawã

As crianças indígenas são as principais vítimas da violência sexual. *Foto: Arquivo Cimi*

DESCRIÇÃO: A vítima retornava para casa de bicicleta quando foi perseguida pelo menor que tentou violentá-la. Segundo a vítima, é a segunda vez que ela é perseguida pela mesma pessoa. Ao tentar escapar ela caiu da bicicleta ficando levemente ferida. Foi socorrida pelo sr. Gilberto Koxuway Karajá, o que facilitou a fuga do menor.

FONTE: *Equipe indigenista de Luciara, 30/05/2007*

PA - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

29/08/2007

VÍTIMA: Uma menina

IDADE: 7 anos

POVO: KAYAPÓ

TERRA INDÍGENA: KAYAPÓ

MUNICÍPIO: REDENÇÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kayapó

DESCRIÇÃO: Dois irmãos Kayapó atraíram uma menina que voltava do banho de rio e a violentaram. O crime dividiu a comunidade. Uma parte dos índios queria que os acusados recebessem punição da própria comunidade (que no caso pode chegar a morte), outros desejavam que eles fossem julgados pela justiça comum.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *Diário do Pará/PA, 1/09/2007*

RR - 1 Caso(s) - 2 Vítima(s)

julho/2007

VÍTIMA: Duas crianças

IDADE: 6 anos (menino) e 8 anos menina

MUNICÍPIO: NORMANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Indígenas de Roraima

DESCRIÇÃO: Um adolescente confessou a Polícia Civil que abusava sexualmente de um casal de crianças. As crianças eram sobrinhos do acusado. O pai das vítimas disse que a família já havia descoberto os crimes há três meses, época em que pediu ajuda ao tuxaua. O fato foi comunicado ao pai do adolescente, também tuxaua na aldeia do Araçá. Ele disse que o filho, após negar o ocorrido, acabou assumindo os abusos. Comunidade ficou revoltada com o crime. Os familiares das crianças denunciaram os crimes ao Conselho Tutelar de Normandia, mas, segundo os pais delas, os conselheiros informaram que não tinham veículo para ir até a comunidade.

MEIO EMPREGADO: Estupro

FONTE: *Folha de Boa Vista/RR, 17/11/2007*

RS - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

13/04/2007

VÍTIMA: S.P.

POVO: GUARANI KAIOWÁ

MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Guarani Kaiowá - de passagem por Porto Alegre

DESCRIÇÃO: A vítima é Guarani Kaiowá e participava da II Assembléia Continental Guarani, em Porto Alegre. Acompanhada de outras pessoas, ela entregava panfletos sobre a Campanha Guarani nos arredores do Parque da Harmonia, quando foi abordada por dois homens e estuprada.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Porto Alegre, 2007*

Apropriações indébitas – retenções de cartões bancários

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

É prática comum no Brasil, a entrega de um cartão bancário para um comerciante, para facilitar o pagamento das compras. Obviamente, é uma situação propícia para abusos e não surpreende que, de fato, há muitos casos de má fé. Em teoria, esta pessoa seria alguém de confiança, porém, para pessoas que muitas vezes não dominam a matemática fica difícil verificar os montantes de débito e crédito. Por conseqüência, em muitos casos os consumidores acabam endividados e financeiramente amarrados ao dono da loja.

Em 2006 houve registro de 2 casos: um no Rio Grande do Sul e um no Paraná, todos envolvendo indígenas do povo Kaingang. No Paraná, na região de Boa Vista, os Kaingang tinham seus cartões bancários e as respectivas senhas retidos pelos comerciantes. Estes alegam que esta atitude garante o recebimento do pagamento das contas dos indígenas. Com esta prática, os índios ficam sem saber o quanto recebem do governo e qual o preço dos produtos, que são superfaturados na hora do pagamento. Os comerciantes ameaçam que, se não deixarem os cartões com eles, os indígenas não podem comprar mais nas suas lojas.

No Rio Grande do Sul, para garantir o arrendamento ilegal de terras da terra indígena Ligeiro, um comerciante retinha documentos como título de eleitor, cartões de aposentadoria e carteiras de trabalho pertencentes aos índios.

Há 3 casos registrados em 2007, 2 envolvendo indígenas do povo Xavante, em Mato Grosso e outro envolvendo os Kaingang.

No primeiro caso no Mato Grosso, o proprietário de um restaurante reteve cartões da bolsa família de alguns Xavante para quitar dívidas. Também foram apreendidos cartões da Previdência Social. A Polícia Federal está investigando o caso e o suspeito deve responder processo por estelionato. No outro caso um comerciante reteve 55 cartões magnéticos bancários pertencentes aos Xavante. Junto com os cartões, havia uma relação com as respectivas senhas para saques bancários e compras no comércio local. Segundo o comerciante, os cartões ficavam retidos para pagamento de dívidas na compra de alimentos. O uso dos cartões vinha sendo feito pelo acusado sem nenhum controle interno ou externo da Funai.

No Rio Grande do Sul, um vereador e um comerciante foram presos acusados de extorsão por fazer movimentação das contas bancárias e por obtenção de benefícios previdenciários dos indígenas. Os acusados foram presos.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	1	Não há vítimas individuais
2007	3	56

Para garantir o recebimento de contas, comerciantes retêm os cartões e a senha bancária de indígenas. Em 2006 houve dois casos e, em 2007, foram registrados 3 ocorrências

Foto: Arquivo Cimi

Apropriações indébitas – retenções de cartões bancários

Dados -2006

PR - 1 Caso(s)

2006

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA

MUNICÍPIO: LARANJEIRAS DO SUL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang

DESCRIÇÃO: Para garantir o recebimento das contas dos índios, comerciantes retêm os cartões e a senha bancária. Quando a dívida vai ser paga, as mercadorias são supervalorizadas. Os indígenas ficam sem saber o preço dos produtos, o quanto ganham com o benefício do governo e quanto devem para o comerciante. Se não deixarem o cartão com os comerciantes são ameçados de não poder comprar no local.

MEIO EMPREGADO: Retenção de cartão e senha bancária

FONTE: *Comunidade Indígena de Boa Vista e Cimi Sul-Equipe Chapecó*

RS - 1 Caso(s)

2006

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: LIGEIRO

MUNICÍPIO: CHARRUA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang

DESCRIÇÃO: Comerciante retém dezenas de títulos de eleitor, cartões de aposentadoria e carteiras de trabalho pertencentes aos índios. Para garantir o arrendamento ilegal de terras da reserva, que tem uma área de 4,5 mil hectares, o comerciante retinha documentos dos índios.

MEIO EMPREGADO: Retenção de documentos

FONTE: *Zero Hora/RS, 09/06/2006*

Apropriações indébitas – retenções de cartões bancários

Dados -2007

MT - 2 Caso(s) - 55 Vítima(s)

Out/2007

POVO: XAVANTE

MUNICÍPIO: BARRA DO GARCAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Xavante

DESCRIÇÃO: O proprietário de um restaurante reteve cartões da bolsa família de índios Xavante para quitar dívidas. Também foram apreendidos cartões da Previdência Social. Segundo o comerciante, os cartões ficavam retidos para pagamento de dívidas na compra de alimentos. O uso dos cartões vinha sendo feito pelo acusado sem nenhum controle interno ou externo da Funai. O suspeito deve responder processo por estelionato.

MEIO EMPREGADO: Retenção de cartão e senha bancária

FONTE: *www.24horasnews.com.br*

2007

VÍTIMA: Indígenas Xavante

POVO: XAVANTE

MUNICÍPIO: BARRA DO GARCAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Xavante

DESCRIÇÃO: Utilização de 55 cartões magnéticos bancários pertencentes aos Xavante. Junto com os cartões, havia uma relação com as respectivas senhas para saques bancários e compras no comércio local. Segundo o comerciante, os cartões ficavam retidos para pagamento de dívidas na compra de alimentos. O uso dos cartões vinha sendo feito pelo acusado sem nenhum controle interno ou externo da Funai.

MEIO EMPREGADO: Retenção de cartão e senha bancária

FONTE: *Diário de Cuiabá, 07/03/2007*

RS - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

9/01/2007

VÍTIMA: 29 indígenas

POVO: KAINGANG

TERRA INDÍGENA: GUARITA

MUNICÍPIO: TENENTE PORTELA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kaingang

DESCRIÇÃO: Um vereador e seu comparsa foram presos pelo crime de extorsão contra a comunidade indígena de Guarita. Os dois acusados cooptavam os indígenas e encaminhava os mesmos para um mercado, de propriedade do vereador, onde estimulava os índios a comprar. Com o passar do tempo e o endividamento dos índios, o suspeito exigia procurações conferindo amplos poderes, inclusive movimentação em contas bancárias e de benefícios previdenciários, como condição para que continuassem a comprar no mercado. De acordo com o Procurador da República, há dois processos criminais contra o suspeito. No primeiro deles, referente ao período de 1996 a 1999, já houve condenação do réu por retenção de cartões previdenciários dos índios Kaingang.

MEIO EMPREGADO: Extorsão

FONTE: *Assessoria de Comunicação Social da Procuradoria da República no RS, 12/01/2007*

Capítulo III

Violência por Omissão do Poder Público

Suicídio e tentativa de suicídio 121

Desassistência na área de saúde 131

Morte por desassistência à saúde 145

Mortalidade infantil 151

Desnutrição 160

Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas 164

Desassistência na área de educação escolar indígena 169

Desassistência geral 175

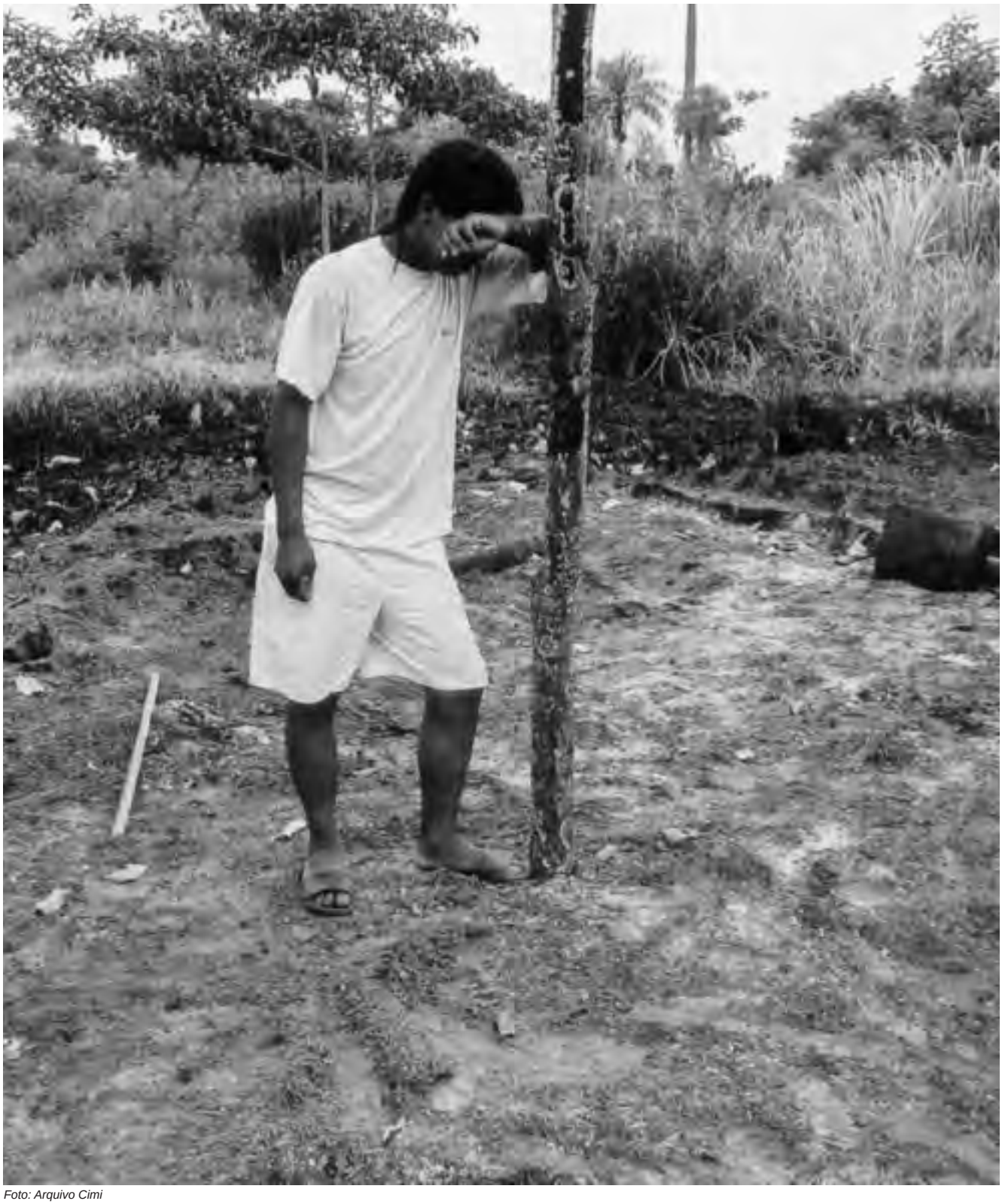


Foto: Arquivo Cimi

Em muitos casos, fatores que levam ao suicídio são o desemprego, a falta de recursos, a impossibilidade de sustentar a família e a ausência de perspectivas de melhora destas situações

Suicídio e tentativa de suicídio

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Novamente um número alarmante de suicídios é contabilizado entre os indígenas brasileiros, tendo sido registrados 33 casos em 2006. Estes dados referem-se apenas aos estados do Mato Grosso do Sul, com 19 casos; Amazonas com 11 casos; Ceará, com 2 casos e Paraná com 1 caso.

A idade das vítimas é dado importante, pois aponta um quadro de suicídios cometidos, em sua grande maioria, por jovens. Dos 19 suicídios ocorridos no Mato Grosso do Sul, 13 vítimas tinham entre 11 e 18 anos. Outras 4 tinham entre 20 e 23 anos e duas acima de 40 anos. No Amazonas, os 11 casos são de jovens entre 14 e 25 anos, sendo que 8 deles tinham menos de 18 anos.

Somam-se a estes números 20 tentativas de suicídio por jovens Tukano em São Gabriel de Cachoeira (Amazonas) e uma de um jovem Guarani Kaiowá, na aldeia Jaguapiru, em Mato Grosso do Sul.

Em matéria publicada no jornal *A Critica*, de Manaus, em 17 de outubro de 2006, a jornalista Mariane Cruz aponta quatro teses difundidas na cidade que poderiam explicar o numero exagerado de suicídios e tentativas de suicídios. A primeira, difundida por um grupo religioso, apregoa que os jovens estariam envolvidos em uma seita conduzida por um livro de São Cipriano, no qual são relatados rituais de magia negra. Os indígenas, por sua vez, afirmavam que os jovens estavam amaldiçoados. As instituições consultadas afirmavam que os jovens suicidas estariam consumindo bebidas alcoólicas e outros tipos de drogas. Uma quarta tese aponta para o fato dos jovens viverem um processo de perda de suas identidades por estarem afastados de suas comunidades de origem, sem perspectivas na cidade.

Em 2007, há registro de 28 suicídios, em apenas dois estados, Mato Grosso do Sul e Amazonas.

De novo, é o Mato Grosso do Sul que se destaca com 23 suicídios contados (sendo que num caso há fortes suspeitas de que se trata de um assassinato dissimulado). É o único estado onde o número de suicídios registrados cresceu, se comparado com os anos anteriores. Segundo dados da Fundação Nacional de Saude (Funasa), o numero de suicídios no estado chegou a 35. As vítimas são todas do povo Guarani Kaiowá, e chama atenção a situação na aldeia Bororo, em Dourados, com 9 vítimas e da Aldeia Tey Kuê com 5 vítimas.

No Amazonas houve 5 suicídios, todos jovens do povo Tikuna. Três se mataram em dois dias seguidos.

Houve em 2007, ainda, um registro de tentativa de suicídio, outra vez um jovem Tikuna, do estado de Amazonas.

Foram 4 mulheres e 19 homens que se suicidaram. Houve 25 casos de enforcamento, uma pessoa se jogou na frente de um carro, uma pessoa se deu uma facada no peito, e uma pessoa usou uma arma de fogo. Muitos se suicidam na própria casa, ou perto da casa, onde geralmente foram encontrados pelos familiares.

Também no ano de 2007, nota-se o grande número de jovens que se suicidam. Foram 12 jovens de 13 a 17 anos, 6 pessoas de 18 a 24 anos. De fato, só 4 pessoas tinham mais de 30 anos.

Embora no caso de várias pessoas o motivo seja desconhecido, na descrição de outros casos aparece, como contexto de vida das vitimas, um quadro de desemprego, falta de recursos, impossibilidade de sustentar a família e ausência de perspectivas de melhora, o que resulta em tensões internas, depressão, angústia e abuso de álcool. Até os próprios meios utilizados para se enforcar mostram o desespero: além de corda, as pessoas chegaram a usar fio de pesca, gravata, camiseta, cadarços de tênis, tira de pano, e até uma alça de bolsa. Neste contexto, é significativo que em apenas 3 casos haja influência de bebidas alcoólicas.

Suicídio

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	33	33
2007	28	28

Tentativa de suicídio

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	2	21
2007	1	1

Suicídio

Dados -2006

AM - 11 Caso(s) - 11 Vítima(s)

11/11/2006
VÍTIMA: G. P. S.
IDADE: 25 anos
POVO: Tukano
MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas
DESCRIÇÃO: O jovem se enforcou na embarcação Almirante Moreira, no Porto de Camanaus.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *A Crítica/AM, 16/11/2006*

02/11/2006
VÍTIMA: J.J.
IDADE: 18 anos
POVO: Tukano
MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: São Gabriel da Cachoeira
DESCRIÇÃO: O jovem bebeu durante toda a manhã e parte da tarde com os familiares. Subiu em um pequeno banco atando uma corda nos caibros de uma casa em construção. É a segunda vez que J.J. atentou contra a própria vida.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *A Crítica/AM, 04/11/2006; Folha de S.Paulo, 07/11/2006*

19/10/2006
VÍTIMA: F.C.M
IDADE: 14 anos
POVO: Tukano
MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *A Crítica/AM, 12/12/2006, O Estado de SP, 12/12/2006*

15/10/2006
VÍTIMA: J.S
IDADE: 16 anos
POVO: Tukano
MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
DESCRIÇÃO: O adolescente se suicidou com uma corda.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *A Crítica/AM, 12/12/2006 - O Estado de SP/ 12/12/2006*

8/01/2006
VÍTIMA: R.S
IDADE: 21 anos
POVO: Tukano
MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: São Gabriel da Cachoeira
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *A Crítica/AM, 12/12/2006*

Agosto/2006
VÍTIMA: A.S.
IDADE: 17 anos
POVO: TIKUNA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Cimi Norte I*

8/10/2006
VÍTIMA: S.A.
IDADE: 14 anos
POVO: Tikuna
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Cimi Norte I*

16/10/2006
VÍTIMA: Um adolescente
IDADE: 16 anos
MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: São Gabriel da Cachoeira
DESCRIÇÃO: O jovem deixou um bilhete de despedida para os familiares e amigos.
FONTE: *A Crítica/AM, 17/10/2006*

2006
VÍTIMA: J.B.S
IDADE: 21 anos
POVO: Baré
MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: São Gabriel da Cachoeira
FONTE: *Cimi Norte I*

2006
VÍTIMA: A.P.S
IDADE: 14 anos
MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: São Gabriel da Cachoeira
FONTE: *Cimi Norte I*

2006
VÍTIMA: J.A.S
IDADE: 16 anos
MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: São Gabriel da Cachoeira
FONTE: *Cimi Norte I*

CE - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

2006
VÍTIMA: D. S. M.
POVO: Anacé
MUNICÍPIO: CAUCAIA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área Verde
FONTE: *Cimi NE - Equipe Ceará*

21/04/2006
VÍTIMA: F. F. M.
POVO: Anacé
MUNICÍPIO: CAUCAIA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Baixa das Carnaúbas
FONTE: *Cimi NE - Equipe Ceará*

MS - 19 Caso(s) - 19 Vítima(s)

07/01/2006

VÍTIMA: S. M.

IDADE: 23 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Reserva Tey Kuê

DESCRIÇÃO: Segundo a irmã da vítima, Ramona Velasques, 39 anos, havia três dias que o indígena teria atentado contra a vida. Usando uma faca, Sandro teria cortado a própria barriga. No noite de sexta-feira ele bebeu além da conta e expulsou os familiares da residência. Quando eles retornaram para casa, o encontraram enforcado numa árvore.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *O Progresso/MS, 09/01/2006*

10/12/2006

VÍTIMA: Um adolescente

IDADE: 16 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ

MUNICÍPIO: CAARAPÓ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kue

DESCRIÇÃO: O indígena, de 16 anos, se enforcou com um cordão do short, se pendurando em um galho de árvore a 300 metros da casa dele.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Dourados News, 11/12/2006*

6/07/2006

VÍTIMA: M.B

IDADE: 46 anos

POVO: Guarani Nhandeva

TERRA INDÍGENA: PORTO LINDO

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: Segundo policiais militares o filho da vítima encontrou-o com um cinto amarrado no pescoço e no galho de uma árvore.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *www.campogrande.news.com.br/MS, 5/07/2006*

26/03/2006

VÍTIMA: D.F.

IDADE: 17 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: SASSORÓ

MUNICÍPIO: TACURU

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sassoró

DESCRIÇÃO: A mãe se dirigiu ao barraco onde o filho morava para chamá-lo a trabalhar. Encontrou-o pendurado por uma meia de futebol, amarrada ao travessão central de sustentação do barraco. A família desconhece os motivos que levaram o jovem a se matar, uma vez que ele era alegre, não bebia e não fumava.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *DiárioMS, 26/03/2006*

11/04/206

VÍTIMA: E.B.

IDADE: 18 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai

DESCRIÇÃO: O corpo da vítima foi encontrado no interior da reserva. Usou o próprio cinto amarrando-o em um galho de árvore. Segundo familiares, o jovem não tinha vícios e não consumia bebida alcoólica. A aldeia Amambai é considerada a mais populosa na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Nela existem aproximadamente sete mil indígenas da etnia Guarani Kaiowá.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *O Progresso/MS, 12/04/2006*

17/05/2006

VÍTIMA: Uma adolescente

IDADE: 14 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: O corpo da garota estava suspenso a um galho de árvore, com pescoço amarrado pela alça de uma sacola de nylon. A adolescente indígena estava desaparecida, depois de sair de casa para ir a um velório na Aldeia Bororo.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Correio do Estado, 24/4/2006.*

12/07/2006

VÍTIMA: Um adolescente

IDADE: 15 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A vítima amarrou parte de uma tira de pano em um galho de árvore e a outra parte no pescoço. Um amigo da vítima encontrou o corpo do garoto pendurado na árvore e avisou a tia do suicida. Ela chegou a cortar a tira de pano mas o menino já estava sem vida. Familiares do garoto disseram que ele não estava se relacionando bem com o padrasto e que reclamava muito da vida que estava levando. Reclamava que não tinha roupas, calçados, que não tinha nada para ir para a escola. Reclamava que queria mais dignidade para estudar.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Home page Dourados Agora/MS, 12/07/2006*

10/08/2006

VÍTIMA: Uma adolescente

IDADE: 11 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Foi encontrada morta por enforcamento. Familiares afirmaram que a menina estava muito triste pelos boatos que corriam na aldeia, que ela estaria namorando um

indígena casado. Mesmo com a orientação da mãe, que disse para não dar importância para a difamação, a menina estava preocupada porque não conseguiria arrumar namorado.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *O Progresso/MS, 11/08/2006*

19/04/2006

VÍTIMA: E.V.
IDADE: 23 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: O pai da vítima disse que por volta das 3h da manhã, o filho chegou em casa com um aparelho de som pedindo para que os irmãos o guardassem. Dirigiu-se a casa ao lado para dormir. O pai acordou com um barulho no quintal e encontrou o filho suspenso em uma árvore. O meio utilizado foi um pedaço de pano. Familiares não sabem o motivo que levou o jovem ao suicídio.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *O Progresso/MS, 20/04/2006*

21/05/2006

VÍTIMA: D.S.V
IDADE: 20 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: Enforcou-se com uma corda amarrada em uma árvore, em uma mata próxima a sua casa. Segundo informações de agentes da Operação Sucuri, este é o terceiro suicídio na mesma família e o terceiro com as mesmas características e no mesmo lugar.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *DouradosNews/MS, 21/05/2006*

22/04/2006

VÍTIMA: Uma adolescente
IDADE: 14 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: A vítima estava desaparecida e foi encontrada enforcada no interior da mata da reserva indígena. A menor utilizou uma alça de uma sacola de nylon no pescoço e amarrada em um galho de uma árvore. Os familiares não souberam informar o motivo que teria levado a indígena a cometer o suicídio.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *DouradosAgora/MS, 23/04/2006*

09/01/2006

VÍTIMA: R.L.V.
IDADE: 17 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: A vítima havia desaparecido no domingo e foi encontrado pendurado numa árvore. Familiares disseram que ele era alcoólatra. Saiu para ouvir música com amigos e tinha brigado antes com a namorada. Estudiosos do problema do suicídio dos Guarani concordam que uma das causas principais tem a ver com a disputa pela terra. A falta de perspectiva de vida, problemas como o alcoolismo, depressão e briga entre famílias, estão ligados principalmente à questão fundiária, visto que os indígenas têm uma relação estreita com a terra. São 11 mil índios vivendo numa área de 3.500 ha.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Campo Grande News/MS, 10/01/2006; O Estado do Mato Grosso do Sul, 11/01/2006*

Povo Guarani Kaiowá reverencia seus mortos. MS 2008. *Foto: Egon Heck*

15/10/2006

VÍTIMA: L.R.D.
IDADE: 16 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: Encontrado pendurado pela alça de uma bolsa em uma viga de sua casa.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *O Estado de São Paulo/SP, 17/10/2006; O Estado do Mato Grosso do Sul,17/10/2006*

10/08/2006

VÍTIMA: Uma adolescente
IDADE: 13 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: Encontrada morta com uma corda na altura do pescoço em um galho de uma árvore na mata. A mãe da vítima contou que a menina deixou de ir à escola para se deslocar para uma igreja. Ela ainda fez um almoço e desapareceu. Quando a mãe foi procurá-la ouviu um grito e tentou salvar a menina que agonizava mas não conseguiu. A menina não apresentou, conforme a mãe, nenhuma atitude anormal durante a manhã.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Douradosagora/MS, 10/08/2006*

25/12/2006

VÍTIMA: A. de O.
IDADE: 23 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: O corpo da vítima estava embaixo de uma árvore e de acordo com o laudo do médico legista, a vítima teve morte por enforcamento. Segundo a polícia, no local várias pessoas consumiam bebidas alcoólicas. A polícia trabalhava anteriormente com a hipótese de homicídio, já que no corpo da indígena foram encontrados vários hematomas devido a uma briga que ela teve com o marido. Foi descartado o homicídio pela investigação do médico legista que, após investigação verificou que a vítima morreu por asfixia mecânica - suicídio.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *O Progresso/MS, 27/12; Douradosagora, 28/12; douradosnews, 26/12*

18/12/2006

VÍTIMA: N.R.
IDADE: 40 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: Encontrada enforcada. Há dúvida quanto à morte da vítima, que pode ter sido assassinada pelo companheiro Ranulfo Gonçalves, de 54 anos. Havia um ferimento na cabeça da vítima que pode ter sido causado por uma paulada. De acordo com informações de vizinhos, o casal teria tido uma briga por volta das 3 horas da madrugada, quando houve agressão mútua.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Douradosnews.com, 18/12/2006*

14/11/2006

VÍTIMA: C. R.
IDADE: 14 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: AMAMBAI
MUNICÍPIO: AMAMBAI
DESCRIÇÃO: A estudante indígena, de 14 anos, foi encontrada por um garoto que catava guavira em uma restinga perto da residência da adolescente. Segundo a Polícia Civil de Amambai, que esteve no local realizando os levantamentos de praxe, as evidências encontradas no local apontam para suicídio por enforcamento. A indígena estava desaparecida há quatro dias.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Midiamaxnews, DouradosAgora, 17/11/2006*

9/10/2006

VÍTIMA: Um adolescente
IDADE: 17 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
DESCRIÇÃO: não consta
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *O Estado de São Paulo/SP, 17/10/2006*

25/05/2006

VÍTIMA: Um adolescente
IDADE: 13 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó
DESCRIÇÃO: O garoto de 13 anos é o terceiro membro da mesma família que procura a morte do mesmo jeito, enforcamento. A avó dele disse que o menino foi pela última vez ontem à tarde, quando chegou da escola. Ele estudava no colégio Araporã, uma extensão da escola Tengatuí Marangatu.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *DouradosNews, 25/5/2006*

PR - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

Setembro/2006

VÍTIMA: A. F.
IDADE: 27 anos
POVO: Kaingang
TERRA INDÍGENA: BOA VISTA
MUNICÍPIO: LARANJEIRAS DO SUL
DESCRIÇÃO: Segundo relato de algumas pessoas da comunidade, a vítima estava descontente com a situação em que estava vivendo. Começou a beber e numa das bebedeiras, esfaqueou a mãe e se enforcou. A comunidade indígena vive acampada em 2 hectares de terra, cercado por fazendas. A sobrevivência é cada vez mais difícil.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Comunidade Kaingang da TI Boa Vista/Equipe Cimi Sul Chapecó*

Suicídio

Dados -2007

AM - 5 Caso(s) - 5 Vítima(s)

23/05/2007

VÍTIMA: Uma adolescente
IDADE: 14 anos
POVO: Tikuna
MUNICÍPIO: SÃO PAULO DE OLIVENÇA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas
MEIO EMPREGADO: Arma de fogo
FONTE: *Home Page Diário de Amazonas, 27/09/2007*

14 e 15/08/2007

VÍTIMA: Um adolescente
IDADE: 16 anos
POVO: Tikuna
MUNICÍPIO: SÃO PAULO DE OLIVENÇA
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Home Page Diário de Amazonas, 27/09/2007*

14 e 15/08/2007

VÍTIMA: Um adolescente
IDADE: 18 ANOS
POVO: Tikuna
MUNICÍPIO: SÃO PAULO DE OLIVENÇA
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Home Page Diário de Amazonas, 27/09/2007*

14 e 15/08/2007

VÍTIMA: Um adulto
IDADE: 21 anos
POVO: Tikuna
MUNICÍPIO: SÃO PAULO DE OLIVENÇA
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Home Page Diário de Amazonas, 27/09/2007*

09/09/2007

VÍTIMA: Um adolescente
POVO: Tikuna
MUNICÍPIO: SÃO PAULO DE OLIVENÇA
DESCRIÇÃO: Segundo os pais do jovem, ele entrou em casa, embriagado, e disse que iria se matar. Pegou um fio de pesca, de nylon, e se enforcou.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Home Page Diário de Amazonas, 27/09/2007*

MS - 23 Caso(s) - 23 Vítima(s)

26/03/2007

VÍTIMA: W.S.
IDADE: 32 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: AMAMBAI
MUNICÍPIO: AMAMBAI
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Amambai
DESCRIÇÃO: Enforcou-se com a manga da camisa amarrada a um galho de árvore. O indígena teria ingerido uma grande quantidade de bebida alcoólica antes de se matar.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *campogrande.news.com, 27/03/2007*

18/05/2007

VÍTIMA: W.F.
IDADE: 26 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê
DESCRIÇÃO: Conforme informação de familiares, a vítima chegou em casa embriagada e foi deitar. A esposa e a filha saíram e na volta encontraram Wilson enforcado.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Dourados News, 19/05/2007*

16/04/2007

VÍTIMA: M.Q.
IDADE: 45 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê
DESCRIÇÃO: O indígena foi encontrado morto amarrado em uma corda atada numa árvore. Familiares disseram que ele foi visto pela ultima vez pela manhã ao sair da residência e que não tinha motivos aparentes para se matar.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *campogrande.news, 17/04/2007*

25/06/2007

VÍTIMA: W.M.
IDADE: 24 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: Enforcou-se com uma gravata. Passava por uma crise depressiva como conseqüência de um processo de separação conjugal.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Rádio Grande FM, 26/06/2007; campogrande.news, 26/06/2007*

25/06/2007

VÍTIMA: G.M.
IDADE: 18 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: O corpo do rapaz foi encontrado numa mata, próximo à casa onde morava com a mulher. Segundo informações,

G. teria tido uma discussão com a mulher, por ciúmes. À noite eles foram ao velório de W. M. que havia cometido suicídio pela manhã, na mesma aldeia. G. retornou para casa sozinho. Minutos depois, discutiu com a mulher, deixou a casa e não retornou.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: Rádio Grande FM, 26/06/2007;campogrande.news, 26/06/2007

14/07/2007

VÍTIMA: A.V.S.

IDADE: 37 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Foi encontrado morto na aldeia. Seu corpo estava pendurado a uma corda atada em uma árvore, perto da residência da família. Segundo sua esposa, o marido saiu de casa rumo à residência da filha que mora na aldeia Bororo. Conforme informações da mulher, ele andava deprimido porque estava desempregado e preocupado em sustentar a família.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *agorams.com, 14/07/2007*

08/08/2007

VÍTIMA: Um adolescente

IDADE: 17 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: O menor foi encontrado pela irmã, no interior de uma mata. A vítima utilizou os cadarços do tênis para se enforcar. Segundo informações da família, o jovem saiu de casa na dia anterior, embriagado. Reclamava da falta de água na Reserva. Segundo o capitão da aldeia, Renato de Souza, o consumo de bebida alcoólica vem causando muitas tragédias dentro da reserva indígena de Dourados. Mesmo cobrando maior segurança, acrescentou, as bebidas continuam sendo comercializadas nas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *Progresso.com.br, 09/08/2007*

22/07/2007

VÍTIMA: C.G.R.

IDADE: 28 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Foi encontrado morto enforcado com uma camiseta amarrada numa oca nos fundos da própria casa. No dia anterior estivera num velório onde alguns indígenas ingeriam bebida alcoólica. Teria pedido à ex-esposa que parasse de beber e ficou aborrecido porque ela não o atendeu.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *O Progresso/MS, 23/07/2007*

02/08/2007

VÍTIMA: Um adolescente

IDADE: 16 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Dourados

DESCRIÇÃO: O corpo foi encontrado numa residência nos fundos de uma igreja. Segundo informações da esposa da vítima, o adolescente já havia tentado suicídio por enforcamento há cerca de 30 dias, mas na ocasião ela conseguiu evitar a tragédia. Estavam casados há três meses e o marido era muito ciumento.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *O Progresso/MS, 03/08/2007*

24/08/2007

VÍTIMA: N. C.

IDADE: 48 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Foi encontrado enforcado com uma corda no pescoço, numa viga da casa. Não se sabe os motivos.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *douradosnews/MS, 24/08/2007*

09/09/2007

VÍTIMA: V.R.

IDADE: 21 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Foi encontrado enforcado numa árvore, a 30 metros de sua residência. A mulher contou à polícia que a vítima saiu por volta das 22h. para ir à casa do irmão e não retornou.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *O Estado do Maranhão, 10/09/2007*

01/11/2007

VÍTIMA: V.V.G

IDADE: 14 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: O índio foi encontrado morto pela manhã do dia 1º de novembro de 2007.

MEIO EMPREGADO: Enforcamento

FONTE: *wwwcampograndenews.com.br*

28/10/2007

VÍTIMA: N.S.B

IDADE: 22 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: O jovem utilizou uma camiseta para se enforcar. Familiares não souberam apontar possíveis motivos para que ele tirasse a própria vida e que ele era um jovem tranqüilo.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *www.campogrande.news.com.br*

04/03/2007

VÍTIMA: Um adolescente
IDADE: 17 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: JARARÁ
MUNICÍPIO: JUTI
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taquara
DESCRIÇÃO: Enforcou-se com uma corda amarrada ao pescoço e pendurado numa árvore próxima à sua residência.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Globo.com/Notícias*

Janeiro 2007

VÍTIMA: Uma adolescente
IDADE: 17 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê
DESCRIÇÃO: A indígena, de 17 anos, se suicidou com uma facada no peito por ciúmes do namorado. Segundo a Polícia, a adolescente teria apanhado uma faca, se dirigido até o quintal da própria residência e dado um golpe no peito. Ainda teria tentado atacar o namorado, mas acabou caindo e morrendo.
MEIO EMPREGADO: Facada
FONTE: *Midiamax News, 11/01/2007*

11/06/2007

VÍTIMA: R.B.
IDADE: 17 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: AMAMBAI
MUNICÍPIO: AMAMBAI
DESCRIÇÃO: A vítima saiu de casa após o jantar, sem dizer para onde ia. Foi encontrado pendurado numa árvore às margens de uma estrada vicinal, paralela à rodovia MS-289, trecho que liga Amambai a Juti
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Midiamaxnews/MS, 12/06/2007*

30/01/2007

VÍTIMA: Um adolescente
IDADE: 13 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
DESCRIÇÃO: O menor estava desaparecido. Seu corpo foi encontrado pendurado num galho de árvore com uma corda no pescoço. Na tentativa para resgatar o corpo, a corda se rompeu e o corpo caiu no rio. O corpo de bombeiros conseguiu resgatar o corpo somente três dias depois. O menor estava na casa de um amigo, no acampamento localizado em Porto Cambira. Os dois saíram para buscar lenha por caminhos diferentes. O amigo da vítima o encontrou depois, enforcado em uma árvore. O pai do garoto disse que o filho não tinha nenhum motivo para tirar a própria vida.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *O Progresso/MS, 2/02/2007*

03/03/2007

VÍTIMA: A.B.
IDADE: 27 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
DESCRIÇÃO: A vítima jogou-se na frente de um ônibus na MS-156, que atravessa a Reserva Indígena de Dourados. O motorista conseguiu desviar do suicida. Mas, poucas horas depois, o índio morreu atropelado na rodovia.
MEIO EMPREGADO: Atropelamento
FONTE: *Globo.com/Notícias, 06/03/2007*

04/10/2007

VÍTIMA: E.V.
IDADE: 24 anos
POVO: Guarani Kaiowá
MUNICÍPIO: CAARAPÓ
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê
DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada enforcada numa árvore no fundo da casa. Segundo sua mulher, ele saíra na véspera à noite. Trancou a família em casa, onde um filho pequeno chorava muito e não mais retornou.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Home Page Dourados Agora, 04/10/2007*

21/03/2007

VÍTIMA: O.M.
IDADE: 27 anos
POVO: Guarani Kaiowá
MUNICÍPIO: PARANHOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Pirajuí
DESCRIÇÃO: Foi encontrada enforcada em sua residência com um lençol amarrado a uma viga da casa.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *campogrande.news, 23/03/2007*

05/11/2007

VÍTIMA: V.P.
IDADE: 15 anos
POVO: Guarani Kaiowá
MUNICÍPIO: NAVIRAI
DESCRIÇÃO: Foi encontrada morta na residência onde morava. Ela morreu enforcada com a alça de uma bolsa feminina que estava suspensa pelo chuveiro da casa. O indígena G. L., 27, que era marido de V. foi quem encontrou o corpo. O corpo foi velado na aldeia Porto Lindo, em Japorã.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *www.campogrande.news.com.br*

Fevereiro de 2007

VÍTIMA: V.
POVO: Guarani Kaiowá
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Passo Piraju

DESCRIÇÃO: A vítima foi encontrada em sua casa, com "características de suicídio", conforme a equipe do Cimi. Há também suspeita de assassinato porque havia hematomas no corpo e sangue na boca. Ele havia recebido a notícia do nascimento de seu filho e preparava-se para conhece-lo no hospital de Dourados. V. estava recebendo ameaças de morte. Ele chegara a falar de seu temor em andar nas estradas que levavam à aldeia. Uma semana antes de sua morte, ele e alguns companheiros queriam saber sobre o andamento do processo dos nove presos há quase um ano. Os índios estão presos, apesar de se terem esgotado os prazos legais dessa situação.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Cimi/MS, 22/02/2007*

10/09/2007
VÍTIMA: Uma adolescente
IDADE: 14 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: CAARAPÓ
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Tey Kuê
DESCRIÇÃO: Foi encontrada morta no quarto com uma tira de pano amarrada no pescoço e na cabeceira da cama.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Ultimahoranews.com, 11/09/2007)*

Acampamento Guarani Kaiowá. MS 2007. *Foto: Egon Heck*

Tentativa de suicídio

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	2	21
2007	1	1

2006

AM - 1 Caso(s) - 20 Vítima(s)

Novembro 2006
VÍTIMA: 20 jovens
POVO: Tukano
MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: São Gabriel da Cachoeira
DESCRIÇÃO: No período de onze meses durante o ano de 2006, 20 jovens com idade entre 13 a 19 anos, tentaram suicídio. Relatório da Polícia Civil aponta como fator dos suicídios, a falta de perspectivas para os jovens na cidade, desemprego, miséria.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Folha de São Paulo/SP, 7/11/2006*

MS - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

13/03/2006
VÍTIMA: E.M.
IDADE: 18 anos
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru
DESCRIÇÃO: Após uma discussão com sua irmã, tentou o suicídio se jogando dentro de um poço de água. Foi salva pelo irmão e resgatado pelo corpo de bombeiros. Esta é a terceira vez que a jovem tenta o suicídio.
MEIO EMPREGADO: Afogamento
FONTE: *O Progresso/MS, 14/03/2006*

2007

AM - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

Agosto/2007
VÍTIMA: Uma adolescente
IDADE: 14 anos
POVO: Tikuna
MUNICÍPIO: SÃO PAULO DE OLIVENÇA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tikuna
DESCRIÇÃO: A adolescente tentou se enforcar utilizando um fio de nylon, mas a corda se rompeu, segundo informou o enfermeiro do hospital de São Paulo de Olivença, S. M.
MEIO EMPREGADO: Enforcamento
FONTE: *Home Page Diário de Amazonas, 27/09/2007*

Menino Yanomami na Casai de Boa Vista. 2000. *Foto: Serge Guiraud*

A desassistência à saúde levou indígenas a serem acometidos por diarréia, moléstias de pele, desnutrição, febre, pneumonia, desidratação, AIDS, malária, hepatite e problemas de coluna pelo trabalho no corte de cana

Desassistência na área de saúde

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

No ano de 2006 foram registrados 48 casos de desassistência à saúde nos estados do Tocantins, Amazonas, Pernambuco, Maranhão, Pará, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina e Mato Grosso. Os casos referem-se a doenças como diarréia, moléstias de pele, desnutrição, febre, pneumonia, desidratação, Aids (Paraíba), malária (epidemia em Roraima), hepatite (no Amazonas) e problemas de coluna causado por trabalho no corte de cana (Mato Grosso do Sul).

Mas eles tratam também de questões de estrutura de atendimento nas aldeias, como falta de repasse de verba da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para os postos de saúde, falta de transporte para os doentes, falta de alimentação adequada, falta de assistência pré-natal, água contaminada e postos de saúde fechados, entre outras.

Foram registradas 8 ocupações de postos da Funasa ou órgãos administrativos, feitas pelos indígenas com o intuito de agilizar o repasse de verbas destinadas à saúde e reivindicar melhorias no atendimento aos doentes.

Em Alagoas, na área do povo Kariri-Xocó, os postos de saúde foram fechados pela vigilância sanitária. A Funasa devolvera ao Governo Federal recursos que deveriam ser utilizados para recuperar os postos de saúde e instalar módulos sanitários.

Nas comunidades Apurinã, Jamamadi, Deni e Jarawara faltaram medicamentos e os profissionais de saúde ficaram sem receber seus salários, comprometendo o atendimento ao público, por conta do atraso no pagamento do convênio.

No Vale do Javari, Amazonas, a hepatite tem se tornado a principal causa de mortes. Faltaram ações preventivas, como campanha de vacinação e conscientização dos indígenas sobre a importância da prevenção. Um levantamento epidemiológico com 309 indígenas da região constatou que 25 % deles estiveram contaminados com o vírus da Hepatite Delta, 85% tiveram contato com o vírus da Hepatite A e 14% estiveram contaminados com Hepatite B.

Há falta de estrutura para atender a região do Vale do Javari. Segundo as comunidades, a Funasa não dispõe das mínimas condições para resolver a situação, com uma equipe desfalcada, ineficiente e despreparada. Não há equipamentos nem embarcações para execução das atividades em área.

No Maranhão, cerca de 40% das pessoas que procuram a Casa do Índio sofriam de algum problema respiratório. Desse total, 20% tinham tuberculose. Este quadro é reflexo das más condições em que vivem nos municípios como Zé Doca, Barra do Corda e Arame, entre outras regiões maranhenses.

Ainda no Maranhão, a população indígena sofre com o resultado do atraso no pagamento dos convênios para o atendimento à saúde. Não há condição de trabalho para as equipes que vão até as aldeias e faltam remédios que, quando vêm, não chegam em quantidade suficiente para atender à população. Na comunidade dos Guajajara faltam medicamentos, assistência médica, alimentação e transporte para os doentes.

Em Minas Gerais, no local em que os Maxakali estão acampados, não existem rios. A água usada vem da represa e não tem condições para o consumo humano. Por conta desta situação, cerca de 80 crianças de zero a dez anos sofreram com diarréia e doenças de pele.

Em Tocantins, as mulheres grávidas não têm acesso a consultas pré-natal. Houve dois casos pontuais em que os bebês faleceram ainda no ventre das mães por conta da falta de assistência.

Em 2007 o quadro não melhora, mesmo se o número de casos concretos de desassistência à saúde seja menor, chegando a 24. No estado do Pará consta o maior número de denuncias, 8. Houve 4 casos em Mato Grosso do Sul, 3 em Roraima, 4 no Amazonas e 2 na Bahia.

As denuncias indicam os mesmos problemas estruturais, como em 2006: falta de repasse de verba, falta de transporte, de alimentação, de assistência pré-natal, além de água contaminada e postos de saúde fechados e imperícia do pessoal.

Houve um grande levantamento da situação da saúde indígena pelos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DSEI) que apresenta dados desconcertantes. Foram diagnosticados 48 casos de contaminação pelo virus HIV em 10 regiões do Brasil onde há população indígena. Desses 48 casos, 17 foram registrados no Mato Grosso do Sul. Tambem foram diagnosticados 7 casos de AIDS em 4 regiões do Brasil (Espirito Santo, Amapa-norte do Para, Alagoas e Paraiba).

Há casos de sífilis disseminados em praticamente todas as regiões onde há indígenas no Brasil. Dos 166 casos diagnosticados, 64 estão registrados no Mato Grosso do Sul. Em 9 casos de sífilis, as doentes estavam grávidas, 4 delas são do Paraná.

A hepatite, como em 2006, continua sendo um grande problema. Foram diagnosticados 64 casos de hepatite, dos quais 30 apenas no Vale do Javari. Do total, 16 foram gestantes. As crianças que nascem contagiadas correm grande risco de morrer.

São doenças que seriam evitáveis se as comunidades tivessem acesso a informação e meios de prevenção. Con-

tinua faltando um trabalho de sensibilização, de informação, de vacinação, enquanto muitas das comunidades atingidas continuam vivendo em condições precárias, propícias para o aumento de doenças contagiosas.

A grave situação no Vale do Javari continua. Há um número significativo da população contaminada por malária, tuberculose e hepatite. Indígenas que chegaram a Manaus em busca de tratamento reclamaram que não tinham a quem recorrer, pois faltou atendimento médico. Segundo o presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab), Jecinaldo Saterê, há projetos iniciados para controlar o surto de hepatite, mas estes trabalhos ainda não foram concluídos.

Um problema sério e recorrente é o sistema de convênios para o fornecimento de atendimento médico. Em várias regiões, o repasse das verbas é interrompido regularmente e em muitos casos o sistema não é transparente. Acontece, por exemplo, que não se sabe o valor repassado pelo ministério para as Organizações Não-Governamentais envolvidas. Os Tupinambás da aldeia Serra do Padeiro, na Bahia, acusaram a prefeitura de Buerarema de reter 150 mil reais. Faltando este valor, que deveria ser repassado no segundo semestre de 2006, cerca de 600 indígenas ficaram sem atendimento médico e falta de remédios. Várias mulheres morreram no parto e uma criança que sofreu cirurgia do coração ficou um ano sem revisão.

Pelo mesmo motivo, no estado de Amapá (PA), os indígenas das etnias Galibi, Karipuna, Palikur e Waiãpi ocuparam a sede da Funasa em Macapá, exigindo repasse da segunda parcela de um convênio firmado entre a Funasa e Apitu no valor de 1,5 milhão de reais para ações de saúde. No Pará, 50 indígenas do povo Tembé da terra indígena Alto Rio Guamá, ocuparam o prédio da Funasa em Belém em protesto contra o atraso de sete meses no repasse dos recursos para saúde. A Funasa se comprometeu a regularizar a situação.

No Amazonas, a Casa de Saúde do Índio (CASAI) em Manaus sofreu inspeção, realizada pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde, após várias reclamações de povos indígenas da região. Foram constatados problemas de ordem estrutural como rachaduras, água imprópria para o consumo, alojamentos muito quentes e irregularidade na distribuição de medicamentos. As causas são igualmente irregularidades no repasse das verbas.

No Pará, a comunidade Munduruku da terra indígena Sai-Cinza reclamou da má qualidade do atendimento médico, depois de 2005, quando o município Jacareacanga passou o atendimento a uma ONG. Os Munduruku apresentaram também um extenso relato sobre as deficiências da Casa de Saúde do Índio em Belém, onde a estrutura não esteve adequada à quantidade de indígenas precisando de atendimento. Uma parte dos funcionários não estava preparada para o trabalho e chegou até a ter uma atitude desrespeitosa em relação aos índios.

O povo Kayapó, no Pará, continua sofrendo de um alto índice de desnutrição infantil e faltam ações da Funasa e da Funai para combater esta situação.

Na Paraiba, os Potiguara da aldeia Jaraguá sofriam com a falta de saneamento adequado. Por causa da falta de fossas sépticas, a água na área está contaminada e imprópria para o uso humano. Porém, os indígenas costumam tomar banhos, pescar e buscar crustáceos. A contaminação dos indígenas por cistosoma tem sido uma constante na aldeia Jaraguá. A água proveniente do abastecimento mantido pela Funasa apresentava um nível de salinização elevado. Há ainda registro de pessoas com problemas renais e de crianças com hipertensão arterial decorrentes dessa situação.

Em 2007, a Funai, de novo, foi alvo de denúncias. Os Guarani Kaiowá, das aldeias Bororo e Jaguapirú, no município de Dourados, por exemplo, reclamaram do atraso na liberação das cestas básicas. As comunidades ficaram mais de quatro meses sem receber alimentação. Muitas famílias passaram fome, alimentando as crianças com farinha, água e mamão verde. Em Amambai, a fome forçou indígenas a pedir esmola e até a revirar latas de lixo em busca de alimentos. A Funasa recusou responsabilidade, alegando que a entrega de cestas básicas era responsabilidade da Funai. Esta reconheceu o problema, mas alegou falta de recursos financeiros e falta de pessoal. Em fevereiro 2007 o governador do estado do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, suspendeu a entrega de 11.000 cestas básicas de vez, alegando problemas financeiros. Isto atingiu 8000 famílias Guarani Kaiowá, agravando a situação de fome, de desnutrição e da altíssima mortalidade infantil, que estas comunidades já estavam vivendo.

A falta de assistência à saúde é uma questão essencial que deve ser vista pelos órgãos competentes como prioridade para os povos indígenas. A saúde pública no Brasil de forma geral é muito deficiente, mas pode se sentir um grande descaso quando o assunto é saúde indígena. A falta de atenção às comunidades e os atrasos nos repasses de verbas é uma situação que está presente em grande parte das comunidades indígenas.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	48	166
2007	24	3

Desassistência na área da saúde

Dados -2006

AC - 1 Caso(s) - 18 Vítima(s)

Janeiro-Agosto/2006

VÍTIMA: Comunidade Arara

POVO: Arara do Acre

TERRA INDÍGENA: JURUÁ

MUNICÍPIO: MARECHAL THAUMATURGO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acre

DESCRIÇÃO: Estão confirmados 18 casos de hepatite de janeiro a agosto de 2006

FONTE: *A Gazeta/AC - 04/08/2006*

AL - 2 Caso(s)

Outubro/2006

VÍTIMA: Indígenas de Alagoas e Sergipe

MUNICÍPIO: MACEIO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias de Alagoas e Sergipe

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas acampadas na sede da Funai negociaram com a administração da Companhia Nacional de Abastecimento em Alagoas-Coonab, a liberação de 2.600 cestas básicas armazenadas há um mês no prédio da entidade em Maceió. Tentaram a liberação de pelo menos 300 cestas para distribuí-las entre as famílias acampadas. A Conab negou alegando que não poderia liberar o alimento sem autorização oficial. O impasse foi provocado por uma questão burocrática. A retirada das cestas destinadas aos índios só poderia ocorrer mediante autorização do administrador da Funai, em Alagoas, José Heleno, que se encontrava em Brasília, desde a ocupação dos índios na sede do órgão. Segundo o líder da comunidade Xokó-Kuará, parte das cestas amenizaria a fome das famílias mobilizadas na sede da Funai.

MEIO EMPREGADO: Suspensão de cestas básicas

FONTE: *Gazeta de Alagoas, 18/10/2006*

Janeiro/2006

VÍTIMA: Comunidade Kariri-Xokó

POVO: Kariri-Xokó

TERRA INDÍGENA: KARIRI-XOKÓ

MUNICÍPIO: PORTO REAL DO COLEGIO

DESCRIÇÃO: Postos de saúde fechados pela vigilância sanitária. Recursos da Funasa que foram devolvidos ao governo federal deveriam ser utilizados para recuperar postos de saúde e instalar módulos sanitários, mas nada disso foi feito. Problemas com o processo de municipalização no atendimento à saúde (favorecimento a políticos, baixos salários, profissionais sem carteira assinada).

FONTE: *Gazeta de Alagoas, 27/01/2006*

AM - 5 Caso(s)

Março/2006

VÍTIMA: Povos indígenas do Amazonas

MUNICÍPIO: TABATINGA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas

DESCRIÇÃO: Mais de 230 indígenas do Alto Solimões ocuparam o Distrito Sanitário Especial (DSEI), em Tabatinga/AM, para protestar contra o atendimento à saúde e os atrasos de mais de cinco meses no pagamento dos funcionários. Embora os responsáveis tenham alegado que os atendimentos de urgência não foram interrompidos, a liderança Tikuna Jonas Bastos Gabino nformou que não conseguiram combustível para buscar pacientes nas aldeias. Os constantes atrasos no repasse de verbas para o atendimento à saúde têm prejudicado os vários povos indígenas com a falta de profissionais, medicamentos, combustível para o transporte dos doentes.

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a convênio de saúde

FONTE: *Anaind, 08/03/2006*

Janeiro/2006

VÍTIMA: Apurinã, Jamamadi, Beni, Jarawara

POVO: Apurinã, Jamamadi, Beni, Jarawara

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas

DESCRIÇÃO: Faltam medicamentos e assistência básica. Os profissionais de saúde não estão recebendo seus salários, o que prejudica o atendimento à saúde. A Funasa alega atraso na prestação de contas por parte da entidade conveniada.

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a convênio de saúde

FONTE: *A Crítica/AM, 12/01/2006 e 16/01/2006*

20 a 27/12/2006

VÍTIMA: Povos do Vale Javari

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas

DESCRIÇÃO: No primeiro levantamento epidemiológico realizado com 309 indígenas do Vale do Javari, foi constatado que 25% estão contaminados pelo vírus da hepatite Delta, considerada a mais perigosa variação da doença que ataca o fígado. O levantamento também diagnosticou que 85,11% dos índios examinados tiveram contato com o vírus da hepatite A e se tornaram imunes e 14,2% estão contaminados com o tipo B da doença. Os primeiros relatos da hepatite Delta ocorreram no final de 1960 no município de Lábrea/AM, onde a doença é chamada de " febre negra de Lábrea". A hepatite Delta só acomete pessoas que têm o vírus da hepatite B e, segundo técnicos da Funasa, as formas avançadas da doença no fígado (cirrose e câncer) podem levar ao óbito.

FONTE: *www.diarionews.com.br, 3/2/2007*

Outubro/2006

VÍTIMA: Indígenas do Vale do Javari

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

DESCRIÇÃO: De acordo com o Civaja, o número de infectados pode chegar a 25% da população indígena na área. Não há ações preventivas. Faltam medicamentos e condições para as equipes se deslocarem para as aldeias. Não há médicos e os únicos profissionais de saúde que atuavam na área eram quatro técnicos de enfermagem. Os agentes indígenas de saúde teriam pelo menos quatro meses de

salários atrasados. Uma medida importante seria a periodicidade na aplicação das vacinas para hepatite, o que não tem acontecido, conforme relata Beatriz de Almeida Mattos, membro da equipe do CTI (Centro de Trabalho Indigenista).

FONTE: *Agencia Amazônia, 05/10/2006*

Março/2006

VÍTIMA: Povos indígenas do Amazonas

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas

DESCRIÇÃO: Indígenas representando 15 etnias do Amazonas ocuparam a Funasa para denunciar o atraso dos recursos destinados à saúde. O presidente da Coiab, Jecinaldo Sateré Mawé, explica que a maioria das aldeias está sem profissional de saúde, uma vez que os salários estão atrasados, além de estar faltando medicamentos simples, como o que combate a malária e vacinas.

FONTE: *A Crítica/AM, 14/03/2006; 15/03/2006 e 21/03/2006*

AP - 1 Caso(s)

4/07/2006

VÍTIMA: Povos Karipuna, Palikur, Galibi e Galibi-Marworno

POVO: Karipuna do Amapá e outros

TERRA INDÍGENA: UAÇA

MUNICÍPIO: OIAPOQUE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Manga

DESCRIÇÃO: Não repasse de verbas destinado à Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque (APITU). A Terra Indígena Uaçá é habitada pelos índios Karipuna, Palikur, Galibi e Galibi-Marworno.

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a convênio de saúde

FONTE: *Cimi Norte II, 5/07/2006*

BA - 4 Caso(s)

Setembro/2006

VÍTIMA: Povo Pataxó Hã Hã Hãe

POVO: Pataxó Hã Hã Hãe

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Caramuru

DESCRIÇÃO: Os índios reclamam da falta de assistência médica às comunidades indígenas da sua região. Para chamar a atenção sobre o problema da saúde, eles ocuparam a Ponte Lomanto Júnior em Ilhéus dia 25/09/2006.

FONTE: *A Tarde - Bahía, 25 e 26/09/2006*

9/02/2006

VÍTIMA: Povo Tupinambá

POVO: Tupinambá

MUNICÍPIO: UNA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Serra do Padeiro

DESCRIÇÃO: Cerca de 100 índios invadiram a Prefeitura de Una/BA, em protesto pela falta de atendimento médico frente a ocorrência de um surto de catapora em uma das aldeias. Os indígenas alegam que a Funasa teria repassado ao município cerca de R$ 120 mil, desde outubro do ano passado, para a criação de uma equipe do Programa de Saúde da Família Indígena (PSFI), o que então não aconteceu. Apesar de receberem verbas destinadas à saúde dos índios, tanto a Prefeitura de Una, como a de Buarema, se negam a prestar assistência aos índios.

FONTE: *A tarde/BA, 10/02/2006*

Setembro/2006

VÍTIMA: Povo Tupinambá

POVO: Tupinambá

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Tupinambá de Olivença - Serra do Padeiro

DESCRIÇÃO: Os índios reclamam da falta de assistência às comunidades indígenas da sua região. Segundo o presidente da Associação Cultural e Ambientalista dos Índios Tupinambá de Olivença, Claudio Magalhães, são 3000 índios atendidos por uma equipe do Programa de Saúde de Família, sem contar 1500 índios morando fora da aldéia, em bairros periféricos de Ilhéus. O atendimento é feito em lugares improvisados e faltam medicamentos. Já o cacique Rosilvaldo Ferreira da Silva alega que a sua aldeia está sem assistência médica há um ano (desde finais de 2004), apesar das prefeituras responsáveis receberem repasses do Ministério da Saúde. Para chamar a atenção sobre o problema da saúde, eles ocuparam a Ponte Lomanto Júnior em Ilhéus, dia 25/09/2006.

FONTE: *A Tarde, 25 e 26/09/2006*

Junho/2006

VÍTIMA: Povo Pataxó

POVO: Pataxó

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia de Coroa Vermelha

DESCRIÇÃO: A Funasa cancelou as obras de melhoria de 215 sanitários na aldeia e da construção da rede de água, porque a empresa MPS Saneamento e Construções descumpriu os prazos para a conclusão das obras. Os Pataxó protestaram contra o cancelamento mantendo como reféns quatro servidores da Funasa por 12 horas e interditaram a BR-367 por mais de 22 horas.

FONTE: *A Tarde - Bahía, 05/06/2006*

As Casas do Índio não oferecem condições de atendimento. RO 2008. *Foto: Gilles de Catheau*

ES - 1 Caso(s)

Janeiro/2006

VÍTIMA: Povos Tupinikim e Guarani

POVO: Tupinikim e Guarani

TERRA INDÍGENA: CAIEIRA VELHAS

MUNICÍPIO: ARACRUZ

DESCRIÇÃO: Os índios ocuparam a sede da Funasa na Praia do Canto, em Vitória. Eles denunciam falta de transporte e medicamentos e falhas no atendimento médico. Segundo os índios a Funasa tem uma equipe médica para acompanhar a comunidade mas nunca foi à aldeia. A Funasa repassa para a Prefeitura de Aracruz a verba para o atendimento básico aos índios, mas para atendimentos de média e alta complexidade, eles precisam ser levados para os hospitais da Grande Vitória. Os veículos que a Funasa coloca à disposição das aldeias só ficam no local de segunda a sexta-feira até as 16 h. A ambulância que atende emergências está quebrada há um mês, segundo a própria Fundação. Os próprios índios, mesmo sem condições estão comprando a medicação.

FONTE: *A Gazeta/EX, 10/01/2006*

MA - 3 Caso(s)

Nov-Dez/2006

VÍTIMA: Povo Guajajara

POVO: Guajajara

MUNICÍPIO: SÃO LUIS

DESCRIÇÃO: Falta de assistência médica, medicamentos, alimentação, transporte de doentes. Os Guajajara invadiram o prédio da Funasa e ameaçam bloquear rodovias federais, derrubar torre da Eletrobrás e interromper a Ferrovia Carajás se o órgão não liberar R$ 6,1 milhões para o tratamento de saúde do povo indígena. Segundo os Guajajara a saúde da população indígena do estado do Maranhão encontra-se com incidência altíssima de agravos, com necessidade urgente de intervenção e de ações permanentes.

FONTE: *O Estado de S.Paulo, 02/02/2006, O Estado do Maranhão, 01/12/2006*

Setembro/2006

VÍTIMA: Povos indígenas do Maranhão

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Povos indígenas do Maranhão

DESCRIÇÃO: Cerca de 40% dos indígenas que procuram a Casa do Índio em Teresina, sofrem de algum problema respiratório. Desses, 20% sofrem de tuberculose. A enfermeira que encaminha os indígenas para tratamento em Teresina confirmou que os índios vivem em condições subumana em municípios como Zé Doca, Barra do Corda, Arame e outras regiões do Maranhão. Chegam para tratamento com várias doenças, principalmente tuberculose.

FONTE: *O Dia-PI/19/09/2006*

Janeiro/2006

VÍTIMA: Povos indígenas do Maranhão

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Povos do Maranhão

DESCRIÇÃO: Desde o segundo semestre de 2005 e até o início de 2006, mais de 90% das quase 240 aldeias do Maranhão não recebem a visita de um profissional de saúde. Segundo o presidente da Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Grajaú "eles mandam uns 100 comprimidos para lugares onde têm mais de 3 mil índios. Às vezes o índio vai à cidade, consegue atendimento médico, sai com a receita mas não consegue o remédio". O convênio para assistência aos indígenas foi firmado mas os índios não receberam nenhuma visita. Segundo um enfermeiro do Pólo Base de Grajaú, "As ações básicas de saúde executadas nas aldeias indígenas por duas equipes multidisciplinares encontram-se estagnadas devido às condições precárias de trabalho."

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a convênio de saúde

FONTE: *Correio Braziliense, 17/01/2006*

MG - 1 Caso(s) - 80 Vítima(s)

2006

VÍTIMA: Crianças

IDADE: 0 a 10 anos

POVO: Maxakali

TERRA INDÍGENA: MAXAKALI

MUNICÍPIO: CAMPANARIO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Grupo de Noêmia - 43 núcleos familiares

DESCRIÇÃO: Ocorrência de diarréia e doenças de pele em aproximadamente 80 crianças entre 0 e 10 anos. O local onde estão acampados não oferece água de qualidade, não existem rios e a água consumida é de represas.

FONTE: *Lideranças Maxakali; Cimi Equipe Maxakali*

MS - 3 Caso(s)

Janeiro/2006

VÍTIMA: Jovens Guarani

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Os indígenas que trabalham no corte de cana sofrem da coluna e, ainda muito jovens, ficam inutilizados para o trabalho. Confinados num espaço de 3,8mil ha. para 11 mil pessoas, os índios têm que procurar cada vez mais trabalho fora da terra indígena. Os indígenas são muito requisitados para o trabalho do corte da cana porque, segundo o médico Franklin Amorim Sayão, "eles se contentam com pouca comida e salário baixo e trabalham do nascer do dia ao pôr-do-sol sem descanso nem proteção adequada". Usados como mão-de-obra barata, trabalham em condições semelhantes ao trabalho escravo.

MEIO EMPREGADO: Corte de cana

FONTE: *DouradosAgora/MS, 23/01/2006*

Janeiro/2006

VÍTIMA: Comunidade indígena

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Conforme laudo antropológico encomendado pela Funai, a reserva deveria ter no mínimo 27.000 ha. Agravaram-se os problemas de saúde, causados por desnutrição e também pelo trabalho que os índios são forçados a aceitar para sobreviver. Tanto o corte de cana como a agricultura da soja estão provocando problemas graves de coluna e câncer de pele. A população indígena, nos últimos 18 anos passou de 4.500 para 11 mil pessoas, confinadas num espaço de 3.800 ha., numa área de periferia urbana quase sem mata, caça ou reservas naturais para a sobrevivência material e cultural do grupo.

FONTE: *O Povo/CE, 23/01/2006*

Fevereiro/2006

VÍTIMA: Povos indígenas do Mato Grosso do Sul

DESCRIÇÃO: Atraso no convênio com a Missão Evangélica Caiuá. Salários atrasados dos 120 profissionais que atuam na saúde indígena em Mato Grosso do Sul. Segundo a auditoria realizada houve gastos excessivos, superfaturamento de contratos, o que teria contribuído para o alto índice de mortalidade infantil indígena em 2005.

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 09/02/2006*

MT - 2 Caso(s) - 60 Vítima(s)

2006 e janeiro/2007

VÍTIMA: 60 crianças

POVO: Xavante

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Campinópolis e Alto da Boa Vista

DESCRIÇÃO: Conforme o coordenador da Funai, Edson Beiriz, há 60 crianças desnutridas nas aldeias, sendo 17 em estado grave. Além dos problemas de saúde, os índios têm que dividir um espaço de 30 ha. com 3 mil posseiros que desmataram a área prejudicando atividades como caça e pesca na região, comprometendo a aquisição de alimentos pelos índios.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *A Gazeta/MT,09/02/2007; Folhauol, 08/02/2007*

janeiro/2006

VÍTIMA: Povo Kayapó

POVO: Kayapó

TERRA INDÍGENA: KAYAPÓ

MUNICÍPIO: PEIXOTO DE AZEVEDO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Kemoro

DESCRIÇÃO: A aldeia está consumindo água de um córrego contaminado. A aldeia também não conta com posto de saúde nem escola local. A mortalidade infantil na aldeia chega a 50% dos nascidos vivos. A situação é crítica, segundo o presidente da Associação APRE-RE, que agrega 17 aldeias da mesma etnia, Metuktire, durante reunião com o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Silval Barbosa (PMDB). O deputado admitiu que a falta de água potável está provocando doenças como diarréia, aumentando assim, o índice de mortalidade infantil da aldeia. "Precisamos socorrer a aldeia", disse Silval.

FONTE: *www.24news.com.br, 10/01/2006*

PA - 7 Caso(s)

27/06/2006

VÍTIMA: Povo Tembé

POVO: Tembé

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

MUNICÍPIO: SANTA LUZIA DO PARA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São Pedro

DESCRIÇÃO: O cacique Kelé Tembé informou que os funcionários da Funasa tentaram retirar da aldeia equipamentos que deveriam ser instalados para o funcionamento de um poço artesiano. A alegação da Funasa, referente ao repasse de quarta parcela, é de que a Associação do Grupo Indígena Tembé do Alto Guamá, não prestou contas das parcelas anteriores.

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a convênio de saúde

FONTE: *O Liberal/PA, 4 e 5/07/2006*

Dezembro/2006

VÍTIMA: Povo Tembé

POVO: Tembé

MUNICÍPIO: CAPITÃO POÇO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Polo indígena Capitão Poço

DESCRIÇÃO: Segundo denúncia dos indígenas Tembé, a Funasa não paga há seis meses os servidores lotados no Pólo Indígena. Os servidores, sem dinheiro sequer para alimentação e transporte, abandonaram as aldeias. O dinheiro, segundo explicou o cacique, é proveniente do Ministério da Saúde que o repassa à Funasa para pagamento dos servidores lotados no pólo. A Funasa alega que o problema está em Brasília. O repasse da verba para medicamentos está em dia, mas, conforme o cacique, não adianta ter medicação se os médicos não atendem aos indígenas.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *O Liberal/PA, 19/12/2006*

19/01/2006

VÍTIMA: Criança

IDADE: 5 anos

POVO: Munduruku

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

MUNICÍPIO: JACAREACANGA

DESCRIÇÃO: Segundo o vice-prefeito da cidade, José Krixe Munduruku, os índios de aldeias no limite do Pará com o Mato Grosso estão adoecendo de gripe, pneumonia, diarréia e malária e muitos acabam morrendo nas aldeias mais isoladas sem medicação e atendimento médico.

FONTE: *Correio Braziliense e Estado de S.Paulo/27/01/2006*

janeiro/2006

VÍTIMA: Crianças

POVO: Munduruku

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

MUNICÍPIO: JACAREACANGA

DESCRIÇÃO: As crianças estão internadas num hospital, com desidratação por conta de uma diarréia severa que ataca seis aldeias indígenas no Pará. Segundo os índios, a situação piorou nas aldeias a partir de maio/2005, quando a Funasa deixou de renovar o convênio com a prefeitura, por conta de irregularidades. Os índios rejeitam os médicos, por uma questão cultural, mas, mesmo quando aceitam a visita médica, só se faz a consulta porque não há remédios.

FONTE: *Correio Braziliense e Estado de S.Paulo/27/01/2006*

Verão de 2006

VÍTIMA: Povo Zo´é

POVO: Zo´é

TERRA INDÍGENA: ZO'É

MUNICÍPIO: ORIXIMINA

DESCRIÇÃO: No verão de 2006, 80% dos moradores da reserva Zoé foram contaminados por malária. A devastação e a presença de invasores são apontadas como causas da contaminação dos índios. Os Zoé são considerados um grupo isolado. Aceitaram a convivência pacífica com os brancos em 1987 e imediatamente começaram a ser atingidos por doenças como malária e gripe. Houve grande mortandade e eles chegaram a ser apenas 133 indivíduos. Hoje, são 238 índios.

FONTE: *O Liberal – PA*

janeiro/2006

VÍTIMA: Mais de 20 índios Munduruku

POVO: Munduruku

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

MUNICÍPIO: JACAREACANGA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Santa Maria

DESCRIÇÃO: Mais de 20 índios estão doentes e não podem ser levados ao hospital porque a lancha voadeira usada pela Funasa está parada por falta de combustível. De barco convencional, a viagem pode durar um dia e não há acesso por estradas. Segundo o vice-prefeito José Krixe Munduruku, os índios estão rejeitando os médicos enviados para a aldeia por uma questão cultural. "Quando os índios aceitam a visita médica, ele só faz consulta porque não há remédios", ressaltou. Segundo os índios, a situação piorou nas aldeias a partir de maio/2005, quando a Funasa deixou de renovar o convênio com a prefeitura, por conta de irregularidades.

FONTE: *Correio Braziliense, 27/01/2006*

3/02/2006

VÍTIMA: Povos indígenas do Pará

MUNICÍPIO: BELÉM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pará

DESCRIÇÃO: Em protesto contra o mau atendimento à saúde na Casa do Índio em Belém, o coordenador regional da Funasa foi tomado como refém por indígenas de várias etnias do estado do Pará. A Casa do Índio no distrito de Icoaraci, Belém/PA, conforme denúncia dos indígenas, está em precária situação de higiene, com ratos, moscas, baratas. Há sujeira acumulada e problemas com a fossa e esgoto. Os índios reclamam também da falta de remédios e da má alimentação. A casa está superlotada, conforme alegação da Funasa - 183 índios, quando o espaço é para 80 pessoas. Com os quartos superlotados, crianças, adultos e idosos, alguns com doenças contagiosas, dormem nos corredores sem nenhuma atenção.

FONTE: *O Liberal/PA, 3/02/2006*

PB - 2 Caso(s)

Março/2006

VÍTIMA: Povo Potiguara

POVO: Potiguara

TERRA Indígena: POTIGUARA (SÂO MIGUEL)

MUNICÍPIO: BAÍA DA TRAIÇÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São Miguel

DESCRIÇÃO: Moradores da aldeia têm dificuldade para se deslocar até João Pessoa, em busca de tratamento de saúde, porque não há transporte. Correm risco de sofrer acidentes ao utilizar a carroceria de uma Toyota. Muitos pacientes acabam perdendo exames que estavam marcados.

MEIO EMPREGADO: Transporte

FONTE: *O Norte/PB, 31/03/2006*

2006

VÍTIMA: Povos indígenas da Paraíba

MUNICÍPIO: RIO TINTO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Paraíba

DESCRIÇÃO: Cresce o número de casos de aids entre os povos indígenas na Paraíba. Não existem dados específicos sobre o problema, visto que a notificação não é feita de acordo com a raça, mas a observação dos médicos confirma que a incidência da doença obedece ao mesmo ritmo dos números entre os brancos.

FONTE: *Jornal da Paraíba/PB*

PR - 1 Caso(s)

Novembro/2006

VÍTIMA: Comunidade da reserva Apucaraninha

MUNICÍPIO: LONDRINA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Reserva Apucaraninha

DESCRIÇÃO: Os 1.400 índios são atendidos por uma Unidade Básica de Saúde instalada na aldeia. Pela falta de transporte, consultas e tratamentos feitos em hospitais de Londrina estão sendo perdidos. Mães perdem consultas do pré-natal. O único carro à disposição da aldeia é responsável por outros serviços e não consegue atender à demanda.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *Folha de Londrina, Home Page, 21/11/2006*

RJ - 1 Caso(s)

Agosto/2006

VÍTIMA: Indígenas deficientes do Brasil

DESCRIÇÃO: A Casa do Índio não recebe verbas regularmente e encontra-se em situação de penúria para atender os 32 indígenas portadores de deficiência física e mental, vindos de aldeias de todo o país. Desde 2000 a Casa do Índio convive com sérios problemas financeiros. Conseqüência de uma indefinição política que se arrasta desde 1999 quando as atividades de saúde da Funai foram passadas para a Funasa. A ONG que faz trabalho voluntário no local sugeriu que se transformasse o local em Centro Especial de Atendimento ao Índio, uma unidade gestora da Funai que poderia administrar verbas públicas. Em nota, a Funai alega que há restrições legais para essa providência.

FONTE: *O Globo - 11/08/2006*

RO - 4 Caso(s)

Janeiro/2006

VÍTIMA: Povos indígenas de Rondônia

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rondônia

DESCRIÇÃO: Segundo denúncia da ONG Kanindé, os indígenas de Rondônia não têm veículos adequados para transportar doentes e muito menos estudantes. Não há recursos para a Funai sanar o problema da falta de transporte. Os doentes são levados em "Toyotas" em péssimas condições. As crianças caminham vários quilômetros para chegar à escola, quando não vão de bicicleta. Não há atenção voltada para a questão de transporte.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte

FONTE: *Diário da Amazônia/RO, 27/01/2006*

14/09/2006

VÍTIMA: Povos indígenas de Rondônia

POVO: Tenharin e outros

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rondônia

DESCRIÇÃO: Sede da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), em Porto Velho foi fechada. Uma dívida contraída com diversas empresas e estimada em R$ 2 milhões foi o motivo do fechamento da sede da Funasa. As empresas fornece-

doras de produtos e prestação de serviços suspenderam atendimento à saúde indígena, o que revoltou diversas lideranças. As dívidas são referentes aos serviços, como fornecimento de combustível, alimentação, medicamentos, manutenção de veículos e motores de popa, prestação de serviços hospitalares na rede privada.

FONTE: *Diário do Amazonas/RO, 14/09/2006*

Janeiro a abril/2006

VÍTIMA: Povos indígenas de Rondônia

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rondônia

DESCRIÇÃO: Doença causada por má-alimentação. Segundo o médico Gil de Catheu, do Cimi/RO, os índios se alimentam mal e ficam desnutridos. Eles têm hoje menos peixe e menos caça porque suas áreas estão cercadas por fazendas. Aumentou a população indígena e diminuiu tanto a caça quanto a pesca. A agricultura indígena também passou por modificações. Os índios estão plantando menos milho, planta mais nutritiva, para plantar macaxeira e fazer farinha para conseguir dinheiro. Das 30 aldeias de Guajará-Mirim, 10 possuem luz elétrica, que é paga com o dinheiro da venda de farinha.

FONTE: *Diário da Amazônia/RO, 24/09/2006*

Março/2006

VÍTIMA: Povos Indígenas de Rondônia

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rondônia

DESCRIÇÃO: Os índios se sentem prejudicados com a precária assistência à saúde. A verba destinada à saúde indígena passou para a prefeitura. Os vereadores aprovaram o convênio e a prefeitura marcou concurso que acabou anulado e não se tomaram mais providências a respeito do problema. Os índios bloquearam BR364, no distrito de Riozinho e alegam que antes disso endereçaram cartas a vários deputados federais e senadores sem receber qualquer resposta.

FONTE: *Folha de Rondônia, 09/03/2006; Folha de Pernambuco, 12/03/2006*

RR - 1 Caso(s)

Novembro/2006

VÍTIMA: Povo Yanomami

POVO: Yanomami

DESCRIÇÃO: No primeiro semestre de 2006 houve avanço nos casos de malária com um aumento de 470% em relação ao mesmo período no ano anterior. Relatório da Funasa confirma grave epidemia de malária e crise na assistência do distrito sanitário Yanomami. Esta epidemia pode superar, até o final do ano, os níveis epidêmicos registrados na década de 1990. Há problemas no gerenciamento do DSY como instabilidade dos convênios, falta de repasse dos recursos e paralisação dos trabalhos de campo pelos funcionários.

FONTE: *Instituto Socioambiental, 6/11/2006; CCPY, 7/11/2006*

SC - 1 Caso(s)

Março/2006

VÍTIMA: Povo Xokleng

POVO: Xokleng

TERRA INDÍGENA: IBIRAMA - LA KLÃNO

MUNICÍPIO: JOSÉ BOITEUX

DESCRIÇÃO: Falta de recursos à saúde. 36 índios Xokleng ocuparam a sede da Funasa, em Florianópolis. Os índios acusam a Funasa de não garantir os convênios que foram estabelecidos com o Projeto Rondon. Não há medicação, o carro não fica na aldeia à noite, etc. Segundo

Audiência Pública realizada com povos do Vale do Javari. AM 2007. *Foto: J. Roscha*

a coordenadora do Projeto, os índios têm razão pois foi repassado apenas 50% do valor assinado, o que compromete o trabalho de contratação de médicos, dentistas e enfermeiros.

FONTE: *Diário Catarinense/SC, 07/03/2006*

TO - 8 Caso(s) - 8 Vítima(s)

9/11/2006

VÍTIMA: José Luiz Apinayé – Cacique

IDADE: 45 anos

POVO: Apinayé

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

DESCRIÇÃO: O paciente não foi atendido no pólo base de Tocantínia. A técnica de enfermagem J. se recusou a prestar atendimento.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi GO/TO, 24/01/2007*

Jan-Fev/2006

VÍTIMA: Povos indígenas do Tocantins

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Povos indígenas do Tocantins

DESCRIÇÃO: Há um atraso no pagamento de uma parceria de 70 mil reais. Segundo a Procuradora Ana Paula Carneiro, a Apito está sem verba para manter a infra-estrutura mínima para atendimento dos índios, por conseguinte o direito fundamental da saúde está sendo constantemente violado. Sem os recursos financeiros, não se adquirem medicamentos, vacinas, material de laboratório, tampouco não se mantém os veículos necessários para o transporte dos doentes, assim como o pagamento das contas de luz, telefone. A soma dessas circunstâncias deixa os indígenas desassistidos, possibilitando a aquisição de toda sorte de doenças.

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a convênio de saúde

FONTE: *Procuradora da República no Pará*

9/02/2006

VÍTIMA: Comunidade Apinayé

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

POVO: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: Mau uso de recursos destinados à assistência à saúde. O Conselho Indigenista Missionário denuncia o mau uso de recursos destinados a construção de banheiros na aldeia e a falta de veículos para dar assistência aos índios. Outra denúncia apontada seria a vinda de recursos para pagamento de um médico que prestaria assistência nas aldeias, mas durante dez meses o profissional não apareceu no local.

FONTE: *Jornal de Tocantins/TO, 9/02/2006*

Fevereiro/2006

VÍTIMA: Crianças

POVO: Apinayé

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: A situação na aldeia São José, dos índios Apinayé, ainda é preocupante. A maioria das crianças continua apresentando sintomas infecção respiratória. Diante desta realidade os índios reclamam a presença do médico enviado pela Funasa, que não ficaria muito tempo dentro da aldeia. Outra reclamação dos índios é quanto aos remédios que foram retirados do posto da aldeia e colocados no posto base da Funasa, em Tocantinópolis.

FONTE: *Jornal de Tocantins/TO, 11/02/2006*

15/02/2006

VÍTIMA: Crianças

POVO: Apinayé

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

DESCRIÇÃO: São 19 o número de crianças Apinayé internadas nos hospitais de Tocantinópolis e Araguaína. Os sintomas são de infecção respiratória e diarréia.

FONTE: *Jornal de Tocantins/TO, 15/02/2006*

Junho/2006

VÍTIMA: Lucimar Xerente

IDADE: 30 anos

POVO: Xerente

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

DESCRIÇÃO: A vítima foi encaminhada para o Hospital de Miracema para fazer uma ligação de trompas. Ela estava grávida e após 6 meses de gestação, abortou.

FONTE: *Lucimar Xerente; Cimi GO/TO, 24/01/2007*

Janeiro/2006

VÍTIMA: Povo Apinajé

POVO: Apinayé

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: Água contaminada por coliformes fecais, o que provocou problemas de saúde, como diarréia, principalmente nas crianças.

FONTE: *Home Page Funasa, 24/01/2006*

Outubro/2006

VÍTIMA: Nadir Xiukuti Xerente

IDADE: 36 anos

POVO: Xerente

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

DESCRIÇÃO: Houve demora no atendimento e encaminhamento para outra unidade de saúde fora do município de Miracema. A indígena, grávida, foi várias vezes ao pólo base de Tocantínia, e não foi encaminhada com a urgência que o caso requeria. Estava há quatro dias com a criança morta dentro do útero.

FONTE: *Família da vítima; Cimi GO/TO, 24/01/2007*

Desassistência na área da saúde

Dados -2007

AM - 4 Caso(s)

22/11/2007

VÍTIMA: Criança recém-nascida

POVO: Matis

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas

DESCRIÇÃO: Nascimento de uma criança com hepatite e que pode morrer a qualquer momento. De acordo com dados da Funasa 56,5% dos índios examinados na área estão infectados pelo vírus da hepatite B. Segundo o presidente da Coiab, Jecinaldo Sateré, há projetos iniciados para tentar salvar os índios porém, não são concluídos. Sem muitas informações, os índios sofrem com a doença. Em Manaus, para onde se dirigem em busca de tratamento, muitos apresentam os sintomas da hepatite, e disseram não ter a quem recorrer.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *A Crítica/AM*

Jan a julho/2007

VÍTIMA: Gestantes indígenas de 8 regiões do Brasil

DESCRIÇÃO: Segundo informações dos DSEI, das 16 gestantes diagnosticadas com hepatite, 6 são do Alto Purus/AM

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *DSEI-Distrito Sanitário Especial de Saúde |Indígena, 07/2007*

Posto de Saúde, aldeia Kumarumã. AP 2007. *Foto: Clarissa Tavares*

Dezembro/2007

VÍTIMA: Povos do Amazonas

MUNICÍPIO: MANAUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas

DESCRIÇÃO: A Casa de Saúde do Índio, em Manaus, CASAI, apresenta problemas de ordem estrutural como rachaduras, água imprópria para o consumo, alojamentos muito quentes e irregularidade na distribuição de medicamentos, conforme inspeção realizada pelos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde, após várias reclamações dos indígenas. Para o representante das populações indígenas, Waldenir França Baré, o ponto crítico é o fato de não se saber o valor repassado pelo Ministério da Saúde para as quatro ONGs.

FONTE: *A Crítica/AM, 21/12/2007*

Abril/2007

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

DESCRIÇÃO: Conforme pesquisa realizada pela Funasa com mais de 300 indígenas, 56,5% - 169 pessoas - tiveram contato com o vírus HBV, da hepatite B, quando o índice aceitável pela Organização Mundial da Saúde é de apenas 2%. O dado apresentado é alarmante para os especialistas, uma vez que a hepatite B contagia até 100 vezes mais do que a Aids.

FONTE: *segs.com.br/index, 03/04/2007*

AP - 1 Caso(s)

24/10/2007

VÍTIMA: Comunidade indígena

POVO: Galibi

TERRA INDÍGENA: GALIBI

MUNICÍPIO: MACAPA

DESCRIÇÃO: Os indígenas das etnias Galibi, Karipuna, Palikur e Waiãpi ocuparam a sede da Funasa em Macapá para exigir repasse da 2a. parcela de um convênio firmado entre a Funasa e Apitu no valor de 1,5 milhão de reais para ações de saúde.

FONTE: *Diário do Pará, 25/10/2007; Cimi Regional Norte II*

BA - 2 Caso(s)

12/02/2007

VÍTIMA: Povo Tupinambá

POVO: Tupinambá

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ

MUNICÍPIO: BUERAREMA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Serra do Padeiro

DESCRIÇÃO: Em protesto pela falta de atendimento médico, os índios acusam a prefeitura de Buerarema de reter R$ 150 mil, que deveriam ser repassados no segundo semestre de 2006. Cerca de 600 índios estão impossibilitados de fazer consultas, falta de medicamentos básicos e de uso contínuo. Mulheres morreram de parto. Uma criança foi operada do coração e precisava de revisão a cada três meses e um ano depois, ainda não voltou ao médico.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Jorna A Tarde/BA, 13/02/2007*

Abril/2007

VÍTIMA: Comunidade Tupinambá

POVO: Tupinambá

MUNICÍPIO: ILHÉUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bahia

DESCRIÇÃO: O cacique Rosevaldo de Jesus Carvalho reclama da deficiente assistência de saúde oferecida pela Funasa. Uma equipe passa a cada 15 dias na aldeia dele (Tucum), para atender os índios, mas não tem remédios. A má qualidade da água na aldeia está provocando diarréia nas crianças. Os Tupinambá reivindicam 72.000 hectares de terra.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *A Tarde/BA, 20/04/2007*

MS - 4 Caso(s)

Agosto/2007

VÍTIMA: Crianças

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Bororo e Jaguapirú

DESCRIÇÃO: Os índios acusam a Funai de atrasar a liberação das cestas básicas. As comunidades já estavam sem receber os alimentos há mais de quatro meses. As famílias estão passando forme e a desnutrição castiga novamente as crianças. Estas se alimentam de farinha, água e mamão verde. Segundo as lideranças indígenas, o problema começou quando a entrega das cestas básicas passou a ser de responsabilidade da Funai e não mais da Funasa como ocorria até então.

MEIO EMPREGADO: Suspensão de cestas básicas

FONTE: *O Progresso/MS, 02/08/2007*

Fevereiro/2007

VÍTIMA: 8 mil famílias Guarani Kaiowá

POVO: Guarani Kaiowá

DESCRIÇÃO: O corte de cestas básicas atingiu 8 mil famílias Guarani Kaiowá. Conforme nota do Coordenador do Cimi/MS, a situação vem "provocando desespero e revolta em dezenas de comunidades do estado, já que nos últimos tempos este povo vem enfrentando gravíssimo quadro de mortandade infantil por desnutrição". O governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, suspendeu a distribuição de 11 mil cestas básicas a indígenas, alegando problemas financeiros. Conforme o coordenador do Cimi, o que faz falta é um programa integrado que ataque as causas da desagregação social dos indígenas, centrado na demarcação dos territórios e na oferta de instrumentos para a produção própria de alimentos. A raiz da miséria está na falta de terra.

MEIO EMPREGADO: Suspensão de cestas básicas

FONTE: *Cimi, 09/02/2007*

Setembro/2007

VÍTIMA: Comunidade Guarani Kaiowá

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: A população da aldeia utiliza água suja de córrego, para beber, banhar as crianças, lavar roupas e cozinhar. Foi doado um filtro para uma das residências mas foi roubado. Após dois anos desde a visita do representante das Nações Unidas para Infância e Juventude, no Centro-Oeste, nada foi feito para que fosse resolvido o problema da falta de água tratada nas aldeias. Segundo a Funasa 10% das famílias da aldeia Bororo não possui água tratada.

FONTE: *ultimahoranews, 06/09/2007*

Fevereiro/2007

VÍTIMA: comunidade Guarani Kaiowá

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amambai

DESCRIÇÃO: Indígenas de várias idades perambulam pelas ruas pedindo esmola e revirando latas de lixo a procura de restos de comida. A situação se repete na cidade com indígenas embriagados e muitas vezes com crianças pequenas nos braços. Moradores da região da vila Cristina em Amambai, depois de manterem contato com vários órgãos do município, inclusive com a Funasa, e não verem o problema resolvido, entraram em contato com a reportagem para denunciar a situação. A Funasa se isenta da responsabilidade atribuindo essa função à Funai. A Funai reconhece a existência do problema mas afirma que não tem uma equipe de plantão para atender esses tipos de casos. Não há pessoal nem recursos financeiros.

FONTE: *Cimi*

PA - 8 Caso(s)

2007

VÍTIMA: Comunidade indígena

POVO: Kaxuyana

TERRA INDÍGENA: TEMBÉ DE SANTA MARIA DO PARÁ

MUNICÍPIO: SANTA MARIA DO PARA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Jeju e Areal

DESCRIÇÃO: A comunidade está sem atendimento médico ficando à mercê do atendimento municipal em Santa Maria que é precário ou então precisa se deslocar para cidades próximas sem apoio dos órgãos oficiais. Há seis anos que os Tembé de Santa Maria aguardam o início dos trabalhos de identificação da área para ser demarcada. Nesse período não foram incluídos no atendimento à saúde indígena do distrito Guamá -Tocantins. A Funasa informou que mesmo sem a demarcação da terra a comunidade poderia ser atendida desde que fosse feito o trabalho de localização e identificação das casas indígenas, o que não foi providenciado pela Funai.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Regional Norte II e comunidade indígena*

Julho/2007

VÍTIMA: Comunidades indígenas

POVO: Kaxuyana

TERRA INDÍGENA: PARQUE INDÍGENA DO TUMUCUMAQUE

MUNICÍPIO: ÓBIDOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amapá

DESCRIÇÃO: O posto médico da região está fechado e os medicamentos não chegam há vários meses. A gestora do DSEI do Amapá, Marcela Bentes, explica que os serviços

de saúde, transporte, manutenção e educação do Parque eram realizados por uma ONG que recebia recursos da Funasa. Segundo ela, o problema é que esses recursos eram liberados em etapas, após uma prestação de contas, mas a última não foi aprovada e os recursos foram suspensos.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico
FONTE: *Diário do Pará, 05/07/2007*

23/03/2007

VÍTIMA: Comunidade indígena
POVO: Munduruku
TERRA INDÍGENA: SAI – CINZA
MUNICÍPIO: JACAREACANGA
DESCRIÇÃO: A comunidade denuncia desde falta de medicamentos até ausência de atendimento médico. Em 2005 o atendimento à saúde dos Munduruku passou da prefeitura da Jacareacanga para uma ONG. Um grupo de indígenas insatisfeitos com a mudança, denunciou o mau atendimento.
MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico
FONTE: *Cimi Regional Norte II; O Liberal, 23 e 24/03/2007*

2007

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ
POVO: TEMBÉ
MUNICÍPIO: PARAGOMINAS
DESCRIÇÃO: Sete meses de atraso no repasse dos recursos para saúde, motivaram 50 índios Tembé a ocupar o prédio da FUNASA, em Belém.
MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a convênio de saúde
FONTE: *O Liberal/PA, 30-31/2007; Diário do Pará/PA, 01-02/02/2007*

Abril/2007

VÍTIMA: Comunidade Munduruku
POVO: Munduruku
TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU
DESCRIÇÃO: Pacientes indígenas da comunidade Munduruku apresentam uma lista de reclamações sobre a experiência vivida por eles e acompanhantes, quando precisam de atendimento médico e se hospedam na CASAI - Casa do Índio em Belém/PA. Os problemas começam desde a marcação das consultas, muito demorada, de dois a seis meses para serem atendidos. Os hospitais demoram para apresentar vagas e os pacientes quando ficam hospitalizados enfrentam a dificuldade de comunicação pois muitos não falam português. Se o tratamento é demorado ficam muito tempo na CASAI que está sempre superlotada. Os pacientes ficam aglomerados em quartos pequenos sem nenhuma estrutura. Passam fome com a demora entre um atendimento e outro. O tratamento atrasa, muitas vezes, porque os profissionais de saúde esquecem de pegar os resultados dos exames e os índios precisam repetir. São muitos os problemas que eles enfrentam na CASAI: troca de medicamentos, atendimento displicente por parte de alguns funcionários, tratamento muitas vezes desrespeitoso que muitas vezes se traduz em insultos. Falta de acesso aos meios de comunicação com as respectivas aldeias. Não há equipamentos de primeiros socorros o que prejudica ainda mais o doente, pois há demora em se transportar para o hospital.
MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico
FONTE: *Comunidade Munduruku, 23/04/2007*

2007

VÍTIMA: Comunidade indígena
POVO: Zo´É
TERRA INDÍGENA: ZO'É
MUNICÍPIO: ÓBIDOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pará
DESCRIÇÃO: 80% da população Zo´é já foram vitimados pela malária. Presença de madeireiros que exploram a Floresta Estadual do Trombetas que faz limite com a terra indígena.
FONTE: *O Liberal/PA, 17/01/2007; 24/04/2007; Cimi Regional Norte II*

Abril/2007

TERRA INDÍGENA: KAYAPÓ
POVO: Kayopó
MUNICÍPIO: REDENÇÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pará
DESCRIÇÃO: Falta de transporte - ambulâncias, para conduzir os doentes até Belém, além da ausência de ações contra a o alto índice de desnutrição infantil.
FONTE: *O Liberal/PA, 03/04/2007*

13/11/2007

VÍTIMA: 300 índios do Pará e Amazonas
POVO: Tembé
TERRA INDÍGENA: TEMBÉ
DESCRIÇÃO: Municipalização do atendimento à saúde indígena. 300 índios Tembé e Asurini ocuparam o prédio da Funasa em Belém e Manaus, em protesto contra a portaria 2.656, de 17/10/2007, do Governo Federal, que possibilita a municipalização do atendimento à saúde indígena.
FONTE: *O Liberal e Diário do Para: 14,15,16,17/11/2007; Informe Cimi 792, 14/11/2007*

PB - 1 Caso(s)

Jan a agosto/2007

VÍTIMA: Povo Potiguara
POVO: Potiguara
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaraguá
DESCRIÇÃO: A contaminação dos indígenas por cistosoma tem sido uma constante na aldeia Jaraguá, segundo informações do cacique Aníbal Cordeiro. Falta de fossas sépticas. O escoamento de dejetos fecais vai para as encostas do rios que assim ficam contaminados. Os moradores embora possuam abastecimento de água, costumam usar os rios para banho e atividades domésticas e o mangue para pesca de crustáceos e de peixes. A água proveniente do abastecimento mantido pela Funasa apresenta um nível de salinização elevado. Há ainda registro de pessoas com problemas renais e de crianças com hipertensão arterial decorrentes dessa situação.
MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico
FONTE: *ANAIND, 28/08/2007*

RO - 3 Caso(s) - 2 Vítima(s)

Abril/2007

VÍTIMA: Beto Arara
IDADE: 18 anos
POVO: Arara
TERRA INDÍGENA: ARARA (URUKAGMO)

MUNICÍPIO: JI-PARANA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Iterap

DESCRIÇÃO: Ao sair para uma caçada, um indígena acertou acidentalmente o indígena com uma bala de espingarda. A vítima foi levada para a comunidade e atendida pela Agente de Saúde indígena que pediu socorro à CASAI. O enfermeiro disse que a bala havia pegado de raspão e que não havia motivo para preocupação. O quadro se agravou pois a bala havia perfurado o intestino e a bexiga. Risco de morte por imperícia de enfermeiro.

MEIO EMPREGADO: Imperícia no atendimento à saúde

FONTE: *Cimi/RO, 30//07/2007*

19/10/2007

VÍTIMA: Teresa Arara

IDADE: 27 anos

POVO: Arara

TERRA INDÍGENA: IGARAPÉ LOURDES

MUNICÍPIO: JI-PARANA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Paygap

DESCRIÇÃO: A indígena estava no oitavo mês de uma gravidez de alto risco. Começou a sentir fortes dores e dilatação, sendo levada da aldeia para o hospital de Ji-Paraná. Constatada infecção urinária foi levada à Casai. Entrou novamente em trabalho de parto, com pressão arterial alta, foi novamente encaminhada para o hospital. Lá ficou sem atendimento médico durante toda noite. Expeliu o feto sem vida. A equipe do Cimi esteve em visita à parturiente e relatou as péssimas condições higiênicas do local. Uma enfermeira informou que a gestação, por ser de alto risco, deveria ter sido acompanhada com mais cuidado pela Funasa.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Povo Arara e Cimi Equipe Ji-Paraná, 2007*

Dezembro/2007

VÍTIMA: Povo Cinta Larga

POVO: Cinta Larga

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Cinta Larga

DESCRIÇÃO: Resultados preliminares de um levantamento sobre a saúde dos Cinta Larga, de Rondônia, revelam que é cada vez maior entre eles a incidência de problemas típicos de populações urbanas. O número de indígenas acometidos pela doença corresponde a 4% da população. Embora não seja uma taxa alta comparando com a nacional, de 10%, surpreende quando se considera que a diabete tipo 2 era incomum entre esses indígenas.

FONTE: *O Estado de São Paulo, 20/12/2007*

TO - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

Outubro/2007

VÍTIMA: Helena Simikidi Xerente

IDADE: 25 anos

POVO: Xerente

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Vão Grande

DESCRIÇÃO: A indígena deu à luz durante a noite, ajudada por outras indígenas. Após o parto houve complicação e foi comunicado ao Pólo Base de Tocantínia pelo rádio, solicitando que a vítima fosse removida para um hospital. As mulheres não cortaram o umbigo da criança porque a mãe não expelia a placenta. Quando a técnica de enfermagem chegou, se recusou a fazê-lo alegando que não sabia e que iria levar a doente para o hospital da cidade. As indígenas resolveram fazer o corte do umbigo e com remédio caseiro resolveram o problema.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Família da vítima - Cimi GO/TO*

Casai de Atalaia do Norte abriga mais de 150 pessoas, onde deveriam ficar apenas 35. AM 2007. *Foto: Prof. Cristiano*

Morte por desassistência à saúde

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

A conseqüência final da desassistência à saúde é a morte de pessoas. Morte, muitas vezes evitável, caso existissem políticas eficazes de atendimento à saúde e infra-estrutura nas comunidades.

No ano de 2006 foram registrados 20 casos de mortes por desassistência à saúde, totalizando 51 vítimas. Estes dados são dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondonia, Santa Catarina e Tocantins e referem-se aos povos do Vale do Javari, Guarani Kaiowá, Munduruku, Kaingang, Kujubim, Guarani, Apinayé, Xukuru Kariri, Bakairi, Pataxó Hã Hã Hãe, Iamamadi, Guajajara, Terena, Tembé, Cinta Larga, Pakaa Nova, Xokleng, Xerente e Krahô.

Falta de medicamento, de atendimento médico, de transporte, atraso no repasse dos recursos para os postos de saúde e as condições precárias em que vivem muitas das

A falta de medicamento, atendimento médico e transporte, o atraso no repasse dos recursos e as precárias condições de vida das comunidades são alguns dos motivos para o alarmante número de mortes

comunidades indígenas do país, sem saneamento básico e água potável, fazem crescer o número de mortes que poderiam ser evitadas.

Outro problema é a demora no atendimento, no diagnóstico e no encaminhamento dos postos para os hospitais. No Amazonas, o estado com maior número de vítimas, ocorreram 23 mortes por malária e 4 por hepatite, no Vale do Javari. No Tocantins, a falta de transporte é um dos maiores problemas enfrentados pelos doentes. Por conta da demora de atendimentos de urgência, muitas vezes ocorrem mortes durante o transporte dos pacientes.

Em 2007, o quadro não foi muito diferente. Foram registrados 14 casos com 32 vítimas, mais um número impreciso de pessoas do povo Kaxinawá, no Acre. Houve casos no Acre, no Amazonas, na Bahia, em Roraima, em Sergipe, no Espirito Santo, em Mato Grosso do Sul - todos com 1 vítima. No Tocantins, foram registradas 3 vitimas.

Continua alarmante a situação no Vale do Javari. Entre janeiro e agosto de 2007, morreram pelo menos 19 indígenas por doenças como hepatite, malária e ainda há um caso suspeito de febre amarela.

No Acre, os Kaxinawá das comunidades Alto Jordão, Baixo Jordão, Seringal e Independência também estão numa situação extremamente precária. Morreram vários indígenas por doenças como malária, febre amarela, tifóide, viroses, por desnutrição infantil e por complicação no parto. Segundo as lideranças, os recursos para a saúde aumentaram, porém, o atendimento piorou. Não há planejamento e as verbas são gastas de maneira inadequada sem benefícios para os índios. As lideranças indígenas querem cancelar o convênio com a Funasa para o pólo base do Jordão.

São vários os relatos de pessoas que talvez poderiam ter sido salvas se não houvesse demora para encaminhá-las ao hospital indicado, ou se os aparelhos médicos tivessem funcionado adequadamente. Como foi o caso de Lucineide Martins (24 anos) do povo Xokó, que teve parada cardíaca logo depois de uma cesariana. O oxímetro e o desfibrilador falharam porque estavam danificados. Não foi a primeira fatalidade nesta unidade, segundo funcionários. Em Santa Catarina, a Funasa recusou pagar um exame médico de R$ 350 ao cacique Valdemar Salvador, do povo Kaingang. Ele vinha sofrendo de uma doença e tinha sido internado várias vezes. Ele faleceu sem um diagnóstico completo do que o afetava.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	20	51
2007	14	32

Morte por desassistência à saúde

Dados -2006

AL - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

11 de outubro

VÍTIMA: Maninha Xukuru

IDADE: 40 anos

POVO: Xukuru-Kariri

TERRA INDÍGENA: MATA DA CAFURNA

MUNICÍPIO: PALMEIRA DOS INDIOS

DESCRIÇÃO: A liderança Maninha Xukuru-Kariri estava com problemas respiratórios, teve uma parada cardíaca e as informações são de que não foi atendida a tempo no hospital de Palmeira dos Índios. Por outro lado, a diretoria do hospital Santa Rita se recusa a fornecer a certidão de óbito, alegando desconhecer o fato da morte de Maninha ter ocorrido na referida unidade de saúde. Há descaso no atendimento à saúde aos povos indígenas.

FONTE: *Cimi Nordeste/AL; Gazeta de Alagoas, 14/10/2006*

A representante indígena no Conselho Nacional de Saúde, Maninha Xukuru, morreu por falta de assistência à saúde

Foto: Arquivo Cimi

AM - 3 Caso(s) - 29 Vítima(s)

2006

VÍTIMA: Leônidas Egufe

IDADE: 54 anos

POVO: Bakairi

MUNICÍPIO: LABREA

DESCRIÇÃO: O indígena estava com malária e anemia. Era do povo Bakairi/MT. Falta de assistência adequada na unidade de saúde de Lábrea/AM, para onde foi inicialmente encaminhado.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Norte I*

2006

VÍTIMA: 27 indígenas do Vale do Javari

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

DESCRIÇÃO: A malária e a hepatite já mataram 27 indígenas do Vale do Javari, até outubro de 2006. 23 por malária e 4 por hepatite.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi*

2006

VÍTIMA: Ambrozina Gonçalves

IDADE: 80 anos

POVO: Jamamadi

TERRA INDÍGENA: INAUINI / TEUNI

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

DESCRIÇÃO: Foi trazida três vezes pela comunidade indígena para ser atendida pelo Pólo Base/FUNASA em Boca do Acre. Encaminhada ao Hospital, nada constara em seus exames. Nas três vezes a FUNASA mandou-a de volta para a aldeia, mesmo apresentando agravamento do seu estado de saúde. Quando a comunidade chamou às pressas pelo Rádio, a FUNASA buscou-a na aldeia de helicóptero e encaminhou-a para Rio Branco, porém já era tarde demais. A indígena veio a falecer em Rio Branco e foi enterrada naquela cidade, longe da sua aldeia, de sua cultura e de seu povo.

FONTE: *Cimi - Equipe Boca do Acre*

BA - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

15/11/2006

VÍTIMA: Criança

IDADE: 2 anos

POVO: Pataxó Hã-hã-hãe

TERRA INDÍGENA: PAU BRASIL

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Caramuru

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas denunciam precário atendimento à saúde . Apreenderam, como protesto, no dia 14, um veículo da Funasa. O clima é bastante tenso e os índios acusam o órgão de retaliar a comunidade, suspendendo o atendimento no posto-base, em Pau Brasil e por conta disso morreu uma criança de 2 anos sem assistência.

FONTE: *A Tarde/BA, 17/11/2006*

MA - 1 Caso(s) - 5 Vítima(s)

Janeiro/2006

VÍTIMA: 5 crianças

POVO: Guajajara

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

DESCRIÇÃO: Morte de 5 crianças no mês de janeiro. O presidente da Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Grajaú alega que há 6 meses mais de 90% das quase 240 aldeias do Maranhão não recebem a visita de um profissional de saúde. Segundo ele, a quantidade de medicamentos enviada é insuficiente. Um enfermeiro do pólo base de Grajaú declarou que as ações básicas de saúde executadas nas aldeias indígenas sob jurisdição do pólo base, por duas equipes multidisciplinares, encontram-se estagnadas devido às condições precárias de trabalho.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Correio Braziliense, 17/01/2006; O Estado do Maranhão, 12/02/2006*

MS - 1 Caso(s) - 2 Vítima(s)

Março/2006

VÍTIMA: 2 Crianças

IDADE: uma de 1 ano e uma de 15 dias

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU

MUNICÍPIO: ANTONIO JOÂO

DESCRIÇÃO: Os indígenas foram despejados da área Nhande Ru Marangatu em dezembro/2005, após o Supremo Tribunal Federal cancelar a homologação da área, e vivem acampados, em péssimas condições, às margens da BR-384.

FONTE: *Correio Braziliense, 31/03/2006*

PA - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

Agosto/2006

VÍTIMA: Maria de Lourdes Tembé

POVO: Tembé

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pará

DESCRIÇÃO: A vítima estava assistindo os jogos indígenas quando passou mal. Ficou internada no hospital de Araguaína, em Tocantins, numa enfermaria. De acordo com a Funai os médicos aconselharam sua remoção em uma UTI móvel para um hospital melhor equipado. Até o dia 22 a Funasa, Funai e governo do estado discutiram o aluguel de uma UTI que custaria R$48 mil, para Paragominas, deslocando secretários de Saúde para atestar o quadro clínico da paciente para a liberação. Não chegaram a um consenso e a paciente morreu.

FONTE: *Diário do Pará/PA, 13/09/2006*

20/01/2006

VÍTIMA: Criança Munduruku

POVO: Munduruku

TERRA INDÍGENA: MUNDURUKU

MUNICÍPIO: JACAREACANGA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sai Cinza

DESCRIÇÃO: A criança morreu com desidratação provocada por diarréia severa. O estado de saúde das crianças e adultos das aldeias Munduruku é precário. Os índios estão adoecendo de gripe, pneumonia, diarréia e malária e muitos acabam morrendo nas aldeias isoladas, sem medicação e atendimento médicos. O índio José Krixe Munduruku, vice-prefeito de Jacareapanga, conta que os doentes não podem ser retirados da aldeia para o hospital porque a lancha voadeira usada pela Funasa está parada por falta de combustível. A viagem de barco tradicional pode durar até 1 dia. Os índios não querem mais ser atendidos pelos médicos que vão as aldeias, passam receita, não levam remédio e depois vão embora. A situação piorou depois que a Funasa deixou de renovar o convênio com a prefeitura para firmar um outro com a ONG Fundação Esperança, com sede em Santarém/PA.

FONTE: *O Liberal/PA, 22/01/2006*

RO - 2 Caso(s) - 2 Vítima(s)

30/11/2006

VÍTIMA: Madalena Oro Mon

IDADE: 20 Anos

POVO: Pakaa Nova (Oro Wari)

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Laje Velha

DESCRIÇÃO: A vítima foi para Porto Velho transferida do Hospital de Guajará-Mirim. Tivera parto normal, mas oito dias depois passou a sentir dores e falta de ar. Seu estado era grave e apesar de transferida para o Hospital de Base não resistiu. Os índios de Rondônia e parte do Mato Grosso protestaram pela liberação de recursos para saúde e ocuparam o prédio da Funasa em Porto Velho. O atendimento médico está suspenso em todas as aldeias sob a jurisdição da Funasa do Estado, por falta de dinheiro. Os indígenas têm sido socorridos pelo serviço oferecido no pólo base, que fica na cidade mais próxima. Com a crise o deslocamento tem sido dificultado por falta de combustível.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Diário da Amazônia/RO, 01 e 07/12/2006*

Setembro/2006

VÍTIMA: Criança

IDADE: 1

POVO: Kujubim

TERRA INDÍGENA: KUJUBIM

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Ricardo Franco

DESCRIÇÃO: Houve solicitação de uma viatura de emergência ao pólo base para pegar a criança que passava mal. Quando a voadeira chegou, à noite, a criança faleceu. A comunidade já reivindicou várias vezes a compra de uma voadeira para socorrer as emergências, bem como aparelho radiofônico, material e aparelho de pressão, além da contratação de mais um agente indígena de saúde. Embora os pedidos tenham sido aprovados pelo Conselho Local e DSEI, a Funasa não atende alegando falta de recursos.

FONTE: *O Estadão/RO, 13/09/2006*

SC - 3 Caso(s) - 3 Vítima(s)

2006

VÍTIMA: Fernando Siqueira, 1 ano e 5 meses

POVO: Guarani

TERRA INDÍGENA: GUARANI DO ARAÇA´I

MUNICÍPIO: CHAPECO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Santa Catarina

DESCRIÇÃO: Cada vez que era solicitado transporte para levar a criança ao hospital, a demora da Funasa era angustiante, e, muitas vezes, a criança chegava desacordada ao hospital. Vivem em terra emprestada pelos Kaingang do Toldo Chimbangue e esse é um dos motivos pelo qual estes ficam desassistidos, principalmente pela Funasa que utiliza este argumento cada vez que é cobrada.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *Cimi Sul - Equipe de Chapecó*

06/06/2006

VÍTIMA: Cotta Camlém

IDADE: 40 anos

POVO: Xokleng

MUNICÍPIO: JOSÉ BOITEUX

DESCRIÇÃO: A vítima tinha problemas de saúde e precisava de cuidados especiais. Passou mal todo o fim-de-semana e somente na 2a.-feira foi encaminhada ao hospital de Vitor Meirelles. Devido ao seu problema o médico encaminhou a paciente até o hospital no município do Rio do Sul, mas durante a viagem a vítima veio a falecer. A família acusa a Funasa pela falta de atendimento e transporte nos finais de semana. Alega também que houve negligência por parte do hospital e discriminação contra os Xokleng. Revoltados com mais esta morte ocuparam o prédio da Funasa para obrigar o governo a liberar recursos do convênio de atendimento à saúde referente ainda a 2005.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *Indígenas Lauro Juvei e Brasilio Priprá-Cimi Sul-Equipe Palhoça*

Fevereiro/2006

VÍTIMA: Waikan Patté Filho

IDADE: 47 anos

POVO: Xokleng

MUNICÍPIO: JOSÉ BOITEUX

DESCRIÇÃO: A vítima estava com problemas de saúde e não foi atendida no fim-de-semana. Na 2a.feira levaram-no para o hospital de José Boiteux mas o médico que o atendeu mandou que ele voltasse para casa onde veio a falecer. A falta de transporte nos fins-de-semana causa problemas graves de saúde, pois os indígenas mesmo passando mal precisam esperar até a segunda-feira para serem atendidos.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *Indígena Lauro Juvei e Brasílio Priprá-Cimi Sul-Equipe Palhoça*

TO - 6 Caso(s) - 6 Vítima(s)

Outubro/2006

VÍTIMA: Julimar Simawe Xerente

IDADE: 19 anos

POVO: Xerente

TERRA INDÍGENA: XERENTE
MUNICÍPIO: TOCANTINIA
DESCRIÇÃO: O paciente foi encaminhado várias vezes para o Hospital de Miracema e voltava sem melhorar. Encaminhado para Goiânia, ficou por dois meses na Casa do Índio, sem atendimento médico e faleceu.
MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico
FONTE: *Família da vítima; Cimi GO/TO, 27/01/2007*

Janeiro/2006

VÍTIMA: Osmar Waine Xerente
IDADE: 12 anos
POVO: Xerente
TERRA INDÍGENA: XERENTE
MUNICÍPIO: TOCANTINIA
DESCRIÇÃO: A criança deu entrada no Hospital de Miracema, ficando dois dias sem realizar nenhum tipo de exame. Devido à morosidade no atendimento médico, a criança veio a falecer.
MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico
FONTE: *Família da vítima; Cimi GO/TO, 27/01/2007*

Março/2006

VÍTIMA: Nilsa Ukitadi Xerente
IDADE: 2 anos
POVO: Xerente
TERRA INDÍGENA: XERENTE
MUNICÍPIO: PALMAS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Serrinha
DESCRIÇÃO: A criança foi encaminhada em estado grave ao hospital, conforme informação da médica Maria Regina Pinto Komka. Segundo ela, a criança chegou ao hospital pesando cerca de 7,5 quilos, quando o peso para essa faixa etária seria de 12 a 13 quilos. De acordo com o agente de saúde indígena Elias Srewe Xavante, nenhuma das aldeias possui condições satisfatórias de saneamento.
FONTE: *Cimi GO/TO, 24/01/2007 - Jornal do Tocantins/TO, 18/02/2007*

17/01/2006

VÍTIMA: Marina Fernandes Apinayé
IDADE: 1 ano e 4 meses
POVO: Apinayé
TERRA INDÍGENA: APINAYÉ
MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José
DESCRIÇÃO: A criança estava com diarréia, desidratação e desnutrição. Foi internada no Hospital e Maternidade Dom Orione, em Araguaina, mas morreu uma hora depois. Cerca de 60 crianças estão com os mesmos sintomas: diarréia, vômito, febre e gripe, sendo que oito estão internadas.
FONTE: *Jornal de Tocantins/TO, 19/01/2006*

28/01/2006

VÍTIMA: Uma indígena
POVO: Krahô
TERRA INDÍGENA: KRAHÔ/KANELA
MUNICÍPIO: ITACAJA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cachoeira
DESCRIÇÃO: Morreu por hemorragia. O missionário do Cimi GO/TO, José Barcelos dos Santos, disse que falta transporte para levar os índios até uma unidade hospitalar. Disse ainda que no caso do falecimento da índia, por hemorragia, foi solicitado um carro da Funasa para levá-la até o hospital, no dia 27 de janeiro, mas o veículo não foi até a aldeia. A mulher veio a falecer no dia 28, pela manhã.
FONTE: *Jornal de Tocantins/TO, 9/02/2006*

Março/2006

VÍTIMA: N.U.
IDADE: 2 anos
POVO: Xerente
TERRA INDÍGENA: XERENTE
MUNICÍPIO: TOCANTINIA
DESCRIÇÃO: Demora no atendimento e locomoção para outro local
FONTE: *Hospital de referencia de Palmas e Jornal do Tocantins*

Morte por desassistência à saúde
Dados -2007

AC - 1 Caso(s)

2006 a 2007

VÍTIMA: Indígenas do povo Kaxinawá
POVO: Kaxinawá
MUNICÍPIO: JORDAO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Alto Jordão, Baixo Jordão, Seringal Independência
DESCRIÇÃO: Denúncias em relação ao atendimento prestado pela Funasa. Os indígenas estão morrendo de várias doenças, como malária, febre amarela, tifóide, viroses, desnutrição infantil, picada de cobra, complicação de partos. Embora, segundo as lideranças, os recursos para a saúde tenham aumentado, o atendimento piorou. Não há planejamento para o cuidado com a saúde e as verbas são gastas de maneira inadequada sem benefícios para os índios. Querem cancelar o convênio com a Funasa para o pólo base do Jordão.
MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico
FONTE: *Lideranças do povo Kaxinawá, 24/05/2007*

AM - 2 Caso(s) - 21 Vítima(s)

Janeiro-Agosto/2007

VÍTIMA: Kutxu Kulina; Osvaldo Mean Mayoruna e mais 17 indígenas
POVO: Kulina
TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI
MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE
DESCRIÇÃO: 19 indígenas morreram até esta data, neste ano, por doenças como hepatite, malária e um caso suspeito de febre amarela. Segundo as lideranças eles ainda convivem

com um número significativo da população contaminada com malária, tuberculose, desnutrição e hepatite viral. Há falta de estrutura para atender a região do Vale do Javari. Segundo as comunidades, a Funasa não dispõe das mínimas condições para resolver a situação, com uma equipe desfalcada, ineficiente e despreparada. Não há equipamentos nem embarcações para execução das atividades em área.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Norte/I, 15/08/2007; Conselho Indígena de Roraima, 1º/8/07*

2007

VÍTIMA: Maga Pirahá; Kawauwuau

POVO: Pirahã

MUNICÍPIO: HUMAITA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Cacaia e Sta. Cruz

DESCRIÇÃO: As indígenas não tiveram a assistência da equipe de saúde que deveria estar na área.

FONTE: *Organização Indígena OPPITTAMP; Cimi Norte/I*

BA - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

28/11/2007

VÍTIMA: Jessé Pereira dos Santos

IDADE: 54 anos

POVO: Pataxó Hã-hã-hãe

TERRA INDÍGENA: PAU BRASIL

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Caramuru

DESCRIÇÃO: Segundo a cacique Pataxó Ilza Rodrigues, a vítima reclamava de fortes dores no abdômen com o diagnóstico de gastrite. As lideranças disseram que durante o atendimento na Fundação Hospital de Camacan, o médico teria dito que o paciente deveria ser transferido, com urgência, para um hospital de Itabuna, o que não aconteceu. O indígena morreu um dia após receber alta no hospital. Os líderes indígenas acusam a FUNASA de negligência, pois sua equipe teria alegado não ter condições para transportar o índio até Itabuna. Segundo a cacique Ilza Rodrigues, os postos médicos não funcionam e não há remédios nas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *A Tarde/BA, 30/11/2007*

MS - 4 Caso(s) - 4 Vítima(s)

10/02/2007

VÍTIMA: Nandinho Fernandes

IDADE: 2 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: A criança estava internada no Hospital Regional desde 29 de janeiro, com forte diarréia, causada pela desnutrição aliada à desidratação. Seu estado se agravou pois foi acometido de insuficiência renal. A Funasa alega que a causa da morte teria sido gastrenterite e infecção generalizada, embora no atestado de óbito conste desnutrição.

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul/MS, 12/02/2007 e CB/DF, 13/02/2007*

1º/07/2007

VÍTIMA: Cléber Valdez Cardoso

IDADE: 8 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Morreu por insuficiência respiratória em conseqüência de uma paralisia cerebral agravada por uma tuberculose pulmonar e desnutrição.

FONTE: *midiamax.com/MS, 02/07/2007*

1º/08/2007

VÍTIMA: Franciele de Souza

IDADE: 2 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A criança morreu vítima de desnutrição. Estava internada há duas semanas mas não resistiu. Embora tenha diminuído, segundo a Funasa, o número de mortes por desnutrição, o problema continua nas aldeias de Mato Grosso do Sul. O coordenador da Funasa no MS, Dr. Zelik Trabjer, declarou que a desnutrição não é a única causa das mortes das crianças, porém o quadro de subnutrição ainda subsiste. O cacique Lucas Paiva explicou que o povo está passando fome porque acreditou no programa que fornece cestas básicas para os moradores da reserva, que foi cortado. Afirmou que nas aldeias Bororo e Jaguapuiru, as crianças estão “chupando cana para enganar a fome”.

FONTE: *O Estado de São Paulo, 02/08/2007*

2/11/2007

VÍTIMA: um menino

IDADE: 2 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: A criança que completaria três anos no dia 21 deste mês, morreu após oito dias internado no Hospital Evangélico. No laudo, a causa da morte é hemorragia, desidratação, infecção e desnutrição.

FONTE: *www.campogrande.news.com.br*

RO - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

12/09/2007

VÍTIMA: Brasilino Tupari

IDADE: 50 anos

POVO: Tupari

TERRA INDÍGENA: RIO BRANCO

MUNICÍPIO: ALTA FLORESTA D’OESTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rondônia

DESCRIÇÃO: Segundo a comunidade indígena não foram feitos os exames necessários para diagnosticar a doença. A vítima estava recebendo medicamentos para a malária e pelos sintomas apresentados acreditava-se que fosse hepatite. O laudo apresentado pela Funasa foi morte causada por parada cardíaca.

FONTE: *Equipe Cimi/RO,08-11- Rio Branco; Comunidade indígena; Informe do CDS,25/09/2007*

SC - 1 caso - 1 Vítima(s)

15/07/2007

VÍTIMA: Valdemar Salvador, cacique da comunidade

IDADE: 38 anos

POVO: Kaingang

MUNICÍPIO: CHAPECO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Santa Catarina

DESCRIÇÃO: A vítima já vinha há algum tempo lutando contra a doença. Foi internado em fevereiro, mas a Funasa se recusou, na ocasião, a pagar um exame que custava R$350,00, alegando falta de verba. Ele foi internado em outras oportunidades, sempre retornando para casa, sem uma solução e sem um diagnóstico completo da doença.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Sul, Equipe Chapecó, 15/07/2007*

SE - 1 Caso(s) - 1 Vítima(s)

22/05/2007

VÍTIMA: Lucineide Martins

IDADE: 24 anos

POVO: Xokó

TERRA INDÍGENA: CAIÇARA/ILHA DE SÃO PEDRO

MUNICÍPIO: PORTO DA FOLHA

DESCRIÇÃO: A indígena deu entrada no Hospital para dar à luz e segundo familiares estava tudo normal. A paciente fizera exames pré-natal e nada comprometia seu estado de saúde. Os médicos realizaram uma cesariana e a criança sobreviveu mas a mãe sofreu uma parada cardíaca. Os médicos tentaram reanimá-la mas os aparelhos - oxímetro e desfibrilador - estavam danificados. Segundo funcionários da unidade hospitalar este não é o primeiro caso por negligência. Atualmente está tramitando um processo contra a unidade de saúde pela morte de um servidor público.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *www.alagoas24horas.com, 24/05/2007*

TO - 3 Caso(s) - 3 Vítima(s)

Maio/2007

VÍTIMA: Jairo Xerente

IDADE: 12 anos

POVO: Xerente

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Boa Esperança

DESCRIÇÃO: Criança com comprometimento pulmonar e várias internações, sem que se fizesse o diagnóstico para tratar as causas da doença. Houve retardamento para a remoção para hospital especializado. Quando chegou já era tarde, pois a vítima faleceu tão logo chegou a local com mais recurso.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Família da vítima - Cimi /GO/TO*

19/10/2007

VÍTIMA: Elias Corredor Salvador Apinayé

IDADE: 38 anos

POVO: Apinayé

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Cocal Grande

DESCRIÇÃO: A vítima sofreu uma tentativa de homicídio. Teve lesões cranianas e cortes no corpo. Houve omissão de socorro e negligência no atendimento hospitalar, onde ele veio a falecer.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Raimundo da Silva Mourão (motorista que socorreu a vítima)*

Setembro/2007

VÍTIMA: Mulher Krahô

POVO: Krahô

TERRA INDÍGENA: KRAOLÂNDIA

MUNICÍPIO: ITACAJA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Mangabeira

DESCRIÇÃO: Tentativa de homicídio. A mulher estava muito queimada e houve negligência no atendimento, demora em encaminhar a paciente para o hospital de referência para queimados em Goiânia. Ela veio a falecer.

FONTE: *Liderança do povo Krahô (Cimi GO/TO) - 2007*

Mortalidade Infantil

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Em 2006, foram registradas 29 ocorrências de mortalidade infantil. Duas denuncias referem-se à morte de diversas crianças de até cinco anos de idade no Amazonas, pertencentes aos povos Kanamari e Kulina. Essas mortes foram causadas por desnutrição, pneumonia, hepatite, gastrenterite e tuberculose. Segundo o coordenador da Funasa, Carlos Chaves, o problema mais grave na região e a má distribuição de profissionais nos hospitais e postos de atendimento. A indígena Francisca das Chagas aponta também a falta de assistência médica e de equipamentos como os maiores problemas.

Também no Maranhão várias crianças morreram de desinteria e desnutrição.

No Mato Grosso do Sul, a situação repete o padrão de mortes por desnutrição, problemas respiratórios e, principalmente, falta de assistência. Chama atenção o caso da aldeia Antônio João na terra indígena Nande Ru Marangatu que, em 2006, apresentou índice de mortalidade infantil

Foto: Egon Heck

As crianças são as principais vítimas da falta de assistência, de políticas públicas eficazes e das precárias condições em que vivem muitas comunidades indígenas no Brasil

muito acima da media. Segundo a Funasa, isso está relacionado às péssimas condições de vida, dado que esta comunidade estava vivendo na beira da estrada. No geral, no estado, embora o problema da mortalidade infantil tenha diminuído em outras áreas com medidas emergenciais, depois das graves denuncias feitas em 2004 e 2005, o índice da mortalidade infantil indígena no Mato Grosso do Sul continua alarmante.

No Mato Grosso, 17 crianças morreram em conseqüência de desnutrição. Em Rondônia foram registrados 7 casos e em Tocantins 11 casos de óbito infantil causados por desnutrição, desidratação, pneumonia, gripe e, especialmente, por falta de atendimento adequado.

No ano de 2007, foram registradas 25 ocorrências, envolvendo um numero incerto de crianças que faleceram por desnutrição e desidratação, agravado por doenças como malária, hepatite, pneumonia, gastrenterite, tuberculoses e meningite. Houve ainda um registro de uma criança que morreu por complicações durante seu nascimento, que, num hospital equipado talvez poderiam ter sido tratadas.

No Amazonas houve vítimas entre os povos Kanamari, Kulina, Matis, Piraha e Tikuna, em número desconhecido.

Chama atenção a situação do povo Guajajara, no Maranhão. Em várias aldeias nas terras indígenas de Araribóia e Morro Branco morreram 12 bebês por desnutrição e desidratação.

Em Mato Grosso do Sul morreram 4 bebês Guarani Kaiowá por desnutrição e desidratação. Foram 3 da aldeia Bororo, em Dourados e um na Aldeia Porto Lindo, em Japorã.

Houve ainda 3 mortes por desnutrição e desidratação em Rondônia, da aldeia Lage Velho, em Guajará-Mirim, do povo Wari. Em Tocantins 3 bebês do povo Apinayé e um bebê do povo Xerente morreram por desnutrição e desidratação.

A mortalidade infantil é conseqüência e testemunho da saúde extremamente precária das mães que, amamentando, não conseguem alimentar os seus filhos, e, além disto, da ausência de assistência neo-natal e pos-natal adequada. A mortalidade infantil, portanto, é o indicador no qual muitas, se não todas, das circunstâncias desfavoráveis vividas pelos povos indígenas convergem: falta de alimentação, por falta de terra e falta de segurança alimentar, falta de água potável e falta de saneamento adequado, falta de prevenção e vacinação e falta de assistência médica, inclusive a falta de transporte para os postos médicos.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	29	39
2007	25	25

Mortalidade Infantil

Dados -2006

AM - 2 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Crianças

POVO: Kanamari

TERRA INDÍGENA: KANAMARI DO RIO JURUÁ

MUNICÍPIO: EIRUNEPE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acre

DESCRIÇÃO: Há um número grande de morte de crianças por desnutrição, pneumonia, hepatite, gastrenterite. Conforme denúncia da indígena Francisca das Chagas Corrêa, os povos Kanamari e Kulina, do Médio Juruá, estão sofrendo sem assistência médica e sem qualquer equipamento que possa ajudar no socorro à população. O Hospital Estadual Vinícios Conrado, em Eirunepé, recebe mensalmente R$ 4.500,00 mas não presta qualquer atendimento. Segundo o coordenador substituto da Funasa, Carlos Chaves, os problemas foram causados por um erro na distribuição de profissionais pela empresa que administra os recursos humanos. Ele relatou que apesar de a empresa ter recebido, em outubro/2006, mais de R$ 2,5 milhões para contratar profissionais na região do Médio Solimões e afluentes, os profissionais foram mal distribuídos.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *A Crítica/AM, 29/06/2007; Indígena Francisca das Chagas- Cons. Saúde Indígena*

2006

VÍTIMA: Crianças

IDADE: Até 5 anos

POVO: Kulina

TERRA INDÍGENA: KULINA DO MÉDIO JURUÁ

MUNICÍPIO: EIRUNEPE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Médio Juruá

DESCRIÇÃO: As crianças morreram vítimas de várias doenças além da desidratação, como pneumonia, tuberculose, gastrenterite. A região não é atendida pelos profissionais de saúde e nem possui equipamentos para socorrer os doentes. Segundo o coordenador substituto da Funasa, Carlos Chaves, os problemas no atendimento de saúde aos indígenas foram causados por um erro na distribuição de profissionais pela empresa que administra os recursos. Apesar de a empresa ter recebido, em outubro de 2006, mais de R$ 2,5 milhões para contratar profissionais para saúde indígena na região do Médio Solimões e afluentes, os profissionais foram mal distribuídos. Francisca das Chagas também denunciou que o Hospital Estadual Vinícios Conrado, em Eirunepé, recebe mensalmente R$ 4,5 mil para atendimento indígena, mas não cumpre essa função.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *A Crítica/AM, 29/06/2007; indígena Francisca das Chagas, pres .Cons. Distr. Saúde*

MA - 1 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Crianças
POVO: GUAJAJARA
TERRA INDÍGENA: BACURIZINHO
MUNICÍPIO: BARRA DO CORDA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Maranhão
DESCRIÇÃO: As crianças morreram de desinteria e desnutrição. Há falta de assistência adequada. Por falta de um veículo que atendesse uma indígena em trabalho de parto, ela perdeu a criança. Segundo denúncia do indígena José Arão Lopes, há falta de medicação, de assistência médica adequada e que o trabalho da Funasa não está dando certo. A maioria das 240 aldeias do estado não recebe assistência.
FONTE: *Jornal Pequeno.com.br, 11/11/2006*

MS - 5 Caso(s) - 3 Vítima(s)

2006

VÍTIMA: Crianças
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: SASSORÓ
MUNICÍPIO: TACURU
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mato Grosso do Sul
DESCRIÇÃO: Mortalidade infantil por desnutrição. Houve um aumento de 9%, o que corresponde a 40 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas.
FONTE: *O Progresso/MS, 13/09/2006*

Jan a set/2006

VÍTIMA: Crianças
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: ÑANDE RU MARANGATU
MUNICÍPIO: TACURU
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mato Grosso do Sul
DESCRIÇÃO: Aumento nos índices de mortalidade infantil. Em Tacuru o aumento corresponde a 40 óbitos para cada mil crianças nascidas. Em Antônio João o crescimento chegou a 238%, passando de 16,9 óbitos para 57,1 para cada mil nascidos vivos. Segundo a Funasa, o aumento na mortalidade infantil nessas regiões é atribuído às péssimas condições de vida, pois os índios expulsos de três fazendas da região, em dezembro/2005, vivem à beira da estrada. Embora o problema tenha diminuído em outras áreas com medidas emergenciais, a mortalidade infantil indígena no Mato Grosso do Sul é alarmante.
FONTE: *DouradosAgora/MS, 13/10/2006*

31/07/2006

VÍTIMA: M. A
IDADE: 4 meses
POVO: Terena
MUNICÍPIO: SIDROLANDIA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Buriti
DESCRIÇÃO: O bebê sofria de problemas respiratórios e entrou em crise na tarde em que morreu. Normalmente, um carro do pólo-base da Funasa iria até a aldeia para socorrer a criança e levá-la ao Hospital Regional Rosa Pedrossian. A família telefonou na sede da Fundação em Sidrolândia, mas a viatura não apareceu. Cerca de 30 índios Terena ocuparam a sede do pólo-base da Funai em Sidrolândia/MS. Eles alegam que não há diálogo com a Funasa. Os índios reivindicavam a troca de chefia no pólo-base, o que foi efetuado. Segundo o chefe do Dsei, os funcionários ficaram com medo de retornar às aldeias, por isso o atendimento foi suspenso. Eles cumprem expediente no prédio da Secretaria de Saúde de Sidrolândia.
FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 05/08/2006*

26/03/2006

VÍTIMA: S. V.
IDADE: 1 ano
POVO: Guarani Kaiowá
MUNICÍPIO: ANTONIO JOÃO
DESCRIÇÃO: A criança estava com pneumonia. Foi internada no dia 6 de março e voltou a receber cuidados no dia 24 mas não resistiu. Os Guarani Kaiowá estão acampados há 100 dias à beira da estrada desde que foram expulsos da terra Nhanderu Marangatu. Os fazendeiros estão preparando a terra para plantar e jogam agrotóxico, o que pode ter piorado a questão da saúde das crianças principalmente.
FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 29/03/2006*

26/03/2006

VÍTIMA: N.B.S
IDADE: 10 dias
POVO: Guarani Kaiowá
MUNICÍPIO: ANTONIO JOÃO
DESCRIÇÃO: A criança não tinha registro civil, os pais viviam em uma vila de Bela Vista e estavam indo para Antonio João à procura de socorro.
FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 29/03/2006*

MT - 1 Caso(s) - 17 Vítima(s)

2006/janeiro/2007

VÍTIMA: 17 crianças
POVO: Xavante
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Campinópolis e Alto de Boa Vista
DESCRIÇÃO: Durante o ano de 2006 e início de 2007 morreram 17 crianças de desnutrição. Conforme o coordenador da Funai, Edson Beiriz, o atendimento à saúde é precário. Não existem médicos para atender os doentes e nem nutricionistas para orientar sobre a alimentação adequada das pessoas. Além dos problemas de saúde os índios têm que dividir o espaço de 30 ha. com 3 mil posseiros que desmatam a área prejudicando atividades como caça e pesca na região, comprometendo a aquisição de alimentos pelos índios. Segundo a Funasa o número de mortes foi quatro e não 17, como foi noticiado pela Funai.
MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico
FONTE: *A Gazeta/MT, 09/02/2007*

PR - 2 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Uma criança
IDADE: 5 meses
POVO: Kaingang
TERRA INDÍGENA: BOA VISTA
MUNICÍPIO: LARANJEIRAS DO SUL

DESCRIÇÃO: Quando a criança ficou doente, sua mãe ainda tentou resolver o problema. Mas os sintomas não regrediram. O agente de saúde foi avisado e a criança chegou a ser levada para o hospital. Como seu estado de saúde era grave, veio a falecer. Nesta área indígena não há posto de saúde e nem viatura para transporte de doentes. A única opção é uma bicicleta que o agente de saúde utiliza para ir até um bar que fica a mais ou menos 3 km dali, para utilizar o telefone público e avisar a Funasa.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Sul - Equipe de Chapecó e comunidade Kaingang da TI Boa Vista*

2006

VÍTIMA: E. F

IDADE: 9 meses

POVO: Kaingang

TERRA INDÍGENA: BOA VISTA

MUNICÍPIO: LARANJEIRAS DO SUL

DESCRIÇÃO: Condição de vida precária em relação a moradia e alimentação. A água consumida pela comunidade vem de fontes contaminadas por defensivos agrícolas das lavouras de fazendeiros e posseiros de terras indígenas. A comunidade vive acampada em 2 hectares de terra, sem saneamento básico e esgoto.

FONTE: *Cimi Sul - Equipe Chapecó e comunidade Kaingang da TI Boa Vista*

RO - 7 Caso(s) - 7 Vítima(s)

10/11/2006

VÍTIMA: Uma criança

IDADE: 3 meses

POVO:PAKAA Nova (Oro Wari)

TERRA INDÍGENA: RIO NEGRO OCAIA

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Rio Negro Ocaia

DESCRIÇÃO: A criança apresentou um quadro de desidratação, com diarréia e vômitos durante 5 dias. Foi solicitada a voadeira do Pólo-Base através da radiofonia. O socorro não veio e o AIS viajou com a criança num motor-rabeta particular. A criança não resistiu e faleceu no meio da viagem. A Funasa não abastecia a farmácia com medicamentos. A aldeia tem mais de 600 pessoas e o acesso é unicamente fluvial.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *Cimi - Equipe Guajará Mirim/RO, 2006*

6/09/2006

VÍTIMA: B. C. J.

IDADE: 9 meses

POVO: Jabuti

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Ricardo Franco

DESCRIÇÃO: A criança teve diarréia e vômito. Veio a óbito por desidratação. A voadeira chegou um dia após solicitação de socorro. Há 7 anos que a comunidade e os conselhos de saúde solicitam uma voadeira para emergência.

MEIO EMPREGADO: Falta de transporte para doentes

FONTE: *Cimi - Equipe Guajará Mirim/RO, 2006*

Agosto/2006

VÍTIMA: C. C

IDADE: 2 meses

POVO: Kujubim

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Ricardo Franco

DESCRIÇÃO: Criança foi acometida por diarréia e vômito. Parentes da vítima disseram que faltam meios de comunicação e transporte adequado para atendimento à saúde na comunidade.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Equipe Rondônia*

Setembro/2006

VÍTIMA: Uma criança

IDADE: 2 meses

POVO: Kujubim

TERRA INDÍGENA: RIO GUAPORÉ

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Ricardo Franco

DESCRIÇÃO: A criança morreu devido a uma epidemia que grassa na região. A vítima foi removida em uma voadeira da equipe de enfermagem, que estava a trabalho na aldeia, porém com atraso. Faleceu durante a viagem. A partir de setembro/99, quando a Funasa assumiu a responsabilidade da saúde indígena, a cada ano as comunidades e seus conselheiros, através de documentos, solicitam a compra de uma voadeira para socorrer as emergências, além de outras reivindicações, como uma radiofonia. As reivindicações são aprovadas pelos Conselhos local e distrital de Saúde Indígena porém não são atendidas pela Funasa que alega sempre falta de recursos.

FONTE: *Diário da Amazonia/RO, 13/09/2006*

Setembro/2006

VÍTIMA: Uma criança

IDADE: 1 ano

POVO: Kujubim

TERRA INDÍGENA: KUJUBIM

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Ricardo Franco

DESCRIÇÃO: A criança foi atendida por uma equipe de enfermagem que estava no momento de voadeira na aldeia. Mas a caminho do pólo base, que fica em Guajará, a criança não resistiu. A comunidade reivindica compra de uma voadeira para socorrer as emergências, bem como aparelho radiofônico, material e aparelho de pressão, além da contratação de mais um agente de saúde indígena. Seus conselheiros através de documentos fazem solicitação do que é necessário para o melhor desenvolvimento dos serviços e os pedidos foram aprovados pelo Conselho local e DSEI, mas a Funasa não atende os pedidos alegando falta de recursos.

FONTE: *Cimi*

06/09/2006

VÍTIMA: Uma criança

IDADE: 9 meses

POVO: Kujubim

MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Ricardo Franco

DESCRIÇÃO: O agente indígena de saúde solicitou ao Pólo-Base uma viatura de emergência. No dia 5 a voadeira do Pólo-Base se deslocou de Guajará-Mirim e chegou à noite na aldeia, distante 250 km. A auxiliar de enfermagem não conseguiu injetar o soro e a criança faleceu. A partir de setembro/1999, quando a Funasa assumiu a responsabilidade da saúde indígena, a cada ano as comunidades indígenas da T.I. Guaporé e os seus conselheiros, através de documentos, solicitam a compra de uma voadeira para socorrer as emergências, além de outras reivindicações como uma radiofonia. Estes pedidos são aprovados todo ano pelos Conselhos Local e Distrital de Saúde Indígenas porém não são atendidos pela Funasa que alega sempre falta de recursos.

FONTE: *Diário da Amazônia/RO, 13/09/06; Cimi/Guajará-Mirim, 13/09/06*

04/03/2006

VÍTIMA: Uma criança

IDADE: 8 meses

POVO: Cinta Larga

TERRA INDÍGENA: CINTA LARGA (R.PRETO)

DESCRIÇÃO: A criança morreu porque não tinha transporte para levá-la ao hospital. Índios bloquearam a BR-364 e pediram a demissão do coordenador da Funasa em Rondônia, Josafá Marreiro, revoltados com as declarações de que "os índios gozavam de melhor atendimento de saúde do que os homens brancos". Conforme os indígenas, a situação da saúde nas aldeias é uma vergonha.

FONTE: *Folha de Rondônia/RO, 11/03/2006*

TO - 11 Caso(s) - 10 Vítima(s)

Julho/2006

VÍTIMA: T. X. L. A.

IDADE: 1 ano

POVO: Apinayé

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: Negligência no atendimento, idas e vindas da aldeia para o hospital e do hospital para a aldeia, sem que se prestasse um atendimento de qualidade para diagnóstico e tratamento da doença.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *José Mateus Laranja apinayé (pai da vítima)-Cimi GO/TO*

05/12/2006

VÍTIMA: L. F. F. A.

IDADE: 1 ano

POVO: Apinayé

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Riachinho

DESCRIÇÃO: Negligência no atendimento, idas e vindas da aldeia para o hospital e vice-versa, sem que se prestasse um atendimento de qualidade para diagnóstico e tratamento da doença.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Felipe Fernandes Apinayé (pai da vítima)-Cimi GO/TO*

30/12/2006

VÍTIMA: A. C. A.

IDADE: 6 meses

POVO: Apinayé

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: Negligência no atendimento. Idas e vindas da aldeia para o hospital e do hospital para a aldeia, sem que se prestasse um atendimento de qualidade para diagnóstico e tratamento da doença.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Edivaldo Apinayé (agente indígena de saúde)-Cimi GO/TO*

Fevereiro de 2006

VÍTIMA: M. P. A.

IDADE: 1 ano

POVO: Apinayé

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Riachinho

DESCRIÇÃO: A criança veio a óbito com sintomas de tosse, diarréia, vômito e febre.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cleonice Fernandes Apinayé (mãe da criança); CIMI GO/TO, 24/01/2007*

29/01/2006

VÍTIMA: D. A.

IDADE: 4 meses

POVO: Apinayé

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: O menino estava internado com sintomas de febre, vômito, diarréia e suspeita de início de pneumonia.

FONTE: *Jornal de Tocantins/TO, 31/01/2006*

4/01/2006

VÍTIMA: R. A.

IDADE: 4 meses

POVO: Apinayé

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: A criança morreu vítima de pneumonia. Foi internada no Hospital e Maternidade Dom Orione, onde permaneceu durante cinco dias. A preocupação da Funasa é saber o motivo dessas crianças não conseguirem responder ao tratamento médico aplicado. Duas hipóteses foram levantadas pelo órgão: baixa resistência dos índios ou alguma bactéria, ou vírus que afeta diretamente as crianças na reserva indígena.

FONTE: *Jornal de Tocantins/TO, 7/02/2006*

8/02/2006

VÍTIMA: Crianças

POVO: Apinayé

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: Morte de crianças com sintomas de febre, diarréia, desidratação e pneumonia. Desde o ano 2005, várias crianças Apinayé já morreram com os mesmos sintomas. Várias hipóteses são elencadas. Dentre elas: contaminação da água consumida na aldeia, desnutrição acentuada, falta de higiene, rotavírus.

FONTE: *Jornal de Tocantins/TO, 8/02/2006*

Março/2006

VÍTIMA: O. S. X

IDADE: 6 meses

POVO: Xerente

TERRA INDÍGENA: XERENTE

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Serrinha

DESCRIÇÃO: Segundo a coordenadora da UTI pediátrica do HGP, médica Maria Regina Pinto Komka, a criança foi encaminhada ao hospital em estado gravíssimo. Elias Xerente, agente indígena de saúde, informou que nenhuma das aldeias possui condições satisfatórias de saneamento.

FONTE: *Jornal do Tocantins, 18/03/06*

30/12/2006

VÍTIMA: A. C. R.

IDADE: 6 meses

POVO: Apinayé

TERRA INDÍGENA: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

DESCRIÇÃO: O bebê apresentou os mesmos sintomas das crianças que faleceram no início 2006: vômito, diarréia e desnutrição. As condições de higiene nas aldeias são precárias. Adultos, crianças e animais vivem no mesmo ambiente. As famílias bebem água do córrego, que também é usada para lavar e tomar banho. Um relatório da Funasa divulgado em 2006 apontou alto índice de desnutrição na reserva Apinayé, mas as organizações indígenas dizem que nenhuma medida foi tomada para resolver a situação.

FONTE: *Imirante.globo.com, 30/01/2007; Jornal do Tocantins-TO, 25/1/2007*

Março/2006

VÍTIMA: M. A. A.

IDADE: 1 ano

POVO: Apinayé

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia de São José

DESCRIÇÃO: A criança morreu com problemas de diarréia, gripe e febre

FONTE: *Lucélia Ribeiro Apinayé (mãe da criança); CIMI GO/TO, 24/01/2007*

Março/2006

VÍTIMA: M. I. A.

IDADE: 3 meses

POVO: Apinayé

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Mariazinha

DESCRIÇÃO: A criança morreu com sintomas de tosse, diarréia e vômito.

FONTE: *Orlando Kôpei Apinayé (pai da criança); Cimi GO/TO, 24/01/2007*

Mortalidade Infantil

Dados -2007

AM - 6 Caso(s) - 3 Vítima(s)

Janeiro/2007

VÍTIMA: Criança

IDADE: 1 ano

POVO: Pirahã

TERRA INDÍGENA: PIRAHÃ

MUNICÍPIO: MANICORE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Cacaia e Santa Cruz

DESCRIÇÃO: A criança morreu de desidratação. Segundo o coordenador geral da Organização dos Povos Indígenas Tora, Tenharim, Mura e Parintintin - Opittamp -, Elton Rodrigues Paes, muitos outros índios estão acometidos de malária e com suspeita de tuberculose. Ele acusa a Funasa de não prestar assistência devida aos povos da região do rio Madeira. A última viagem de uma equipe de saúde do órgão às comunidades Pirahã do rio Maici aconteceu em julho de 2006, sendo que ao passar pelas aldeias as equipes não permanecem o tempo necessário para acompanhar os doentes. Até maio de 2006, a responsabilidade pelo atendimento aos indígenas daquela região cabia à Coiab, DSEI, de Manaus. Como o convênio não foi renovado, passou à Funasa a obrigação de prestar atendimento às aldeias da região do rio Madeira, mas o órgão não está cumprindo este papel, conforme denúncia da Opittamp.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *J.Rosha/Cimi Norte I - 12/01/2007*

Jan.a junho de 2007

VÍTIMA: Crianças

IDADE: Até 5 anos

POVO: Kanamari

TERRA INDÍGENA: KANAMARI DO RIO JURUÁ

MUNICÍPIO: EIRUNEPE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas

DESCRIÇÃO: As crianças morreram de várias doenças além da desnutrição: pneumonia, tuberculose, gastrenterite, hepatite. Segundo o coordenador substituto da Funasa, Carlos Chaves, os problemas no atendimento de saúde aos indígenas foram causados por um erro na distribuição de profissionais pela empresa que administra os recursos humanos para o atendimento, a Fundação São Jorge. Relatou, ainda, que, apesar de a empresa ter recebido, em outubro de 2006, mais de R$2,5 milhões para contratar profissionais para saúde indígena na região do Médio Solimões e afluentes, os profissionais foram mal distribuídos.

A presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Médio Solimões, Francisca das Chagas, denunciou que o Hospital Estadual Vinícios Conrado, em Eirunepé, recebe mensalmente R$ 4,5 mil para atendimento indígena, mas não presta qualquer atendimento.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *A Crítica/AM, 29/06/2007; Indígena Francisca das Chagas, pres. Cons. Distr. Saúde.*

Jan. a junho de 2007

VÍTIMA: Crianças

IDADE: Até 5 anos

POVO: Kulina

TERRA INDÍGENA: KULINA DO MÉDIO JURUÁ

MUNICÍPIO: EIRUNEPE

DESCRIÇÃO: Além de desnutrição as crianças morreram de várias outras doenças como pneumonia, gastrenterite, tuberculose, hepatite. Segundo o coordenador substituto da Funasa, Carlos Chaves, os problemas no atendimento de saúde aos indígenas foram causados por um erro na distribuição de profissionais pela empresa que administra os recursos humanos para o atendimento, Fundação São Jorge. Chaves relatou que,apesar de a empresa ter recebido, em outubro de 2006, mais de R$2,6 milhões para contratar profissionais para saúde indígena na região do Médio Solimões e afluentes, os profissionais foram mal distribuídos. A indígena Francisca das Chagas, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Médio Solimões, denunciou que o Hospital Estadual Vinícios Conrado, em Eirunepé, recebe mensalmente R$ 4,5 mil para atendimento indígena, mas não presta qualquer atendimento.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *A Crítica/AM, 29/06/07; indígena Francisca das Chagas, pres .Cons. Distr. Saúde Ind*

22/07/2007

VÍTIMA: J. G. A.

IDADE: 1 ano

POVO: Tikuna

MUNICÍPIO: SÃO PAULO DE OLIVENCA

DESCRIÇÃO: A criança estava aguardando na Casa do Índio, em Manaus para ser atendido pelo SUS. Uma funcionária da Casai que não se identificou, declarou que há outras cinco crianças indígenas com hidrocefalia esperando o tratamento local, e que correm risco de morte. Conforme declarou, há "descaso" na Funasa com os indígenas. Cabe à fundação buscar o SUS para encaminhar o tratamento ou cirurgia. Na Casai há apenas enfermeiras para os primeiros-socorros e nenhum médico. Segundo Haroldo Pinto, do Cimi, essa é uma história antiga, e na maioria das vezes as crianças já chegam em estado grave por falta de comunicação e tratamento básico nas aldeias do interior.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *miranteglobo.com, 27/07/07*

2007

VÍTIMA: Um recém nascido

POVO: Pirahã

MUNICÍPIO: HUMAITA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Cacaia e Santa Cruz – Pirahã

DESCRIÇÃO: A criança morreu de complicações no parto. Segundo o coordenador geral da Organização dos Povos Indígenas Tora, Tenharim, Mura e Parintintin - Opittamp -, Elton Rodrigues Paes, muitos outros índios estão acometidos de malária e com suspeita de tuberculose. Ele acusa a Funasa de não prestar assistência devida aos povos da região do rio Madeira. A última viagem de uma equipe de saúde do órgão às comunidades Pirahã do rio Maici aconteceu em julho de 2006, sendo que ao passar pelas aldeias as equipes não permanecem o tempo necessário para acompanhar os doentes. Até maio de 2006, a responsabilidade pelo atendimento aos indígenas daquela região cabia à Coiab, DSEI, de Manaus. Como o convênio não foi renovado, passou à Funasa a obrigação de prestar atendimento às aldeias da região do rio Madeira, mas o órgão não está cumprindo este papel, conforme denúncia da Opittamp.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Norte I - Oppittam (organização indígena), 2007*

Dezembro/2007

VÍTIMA: Crianças

POVO: MATIS

TERRA INDÍGENA: VALE DO JAVARI

MUNICÍPIO: ATALAIA DO NORTE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas

DESCRIÇÃO: Alto índice de contaminação pelo vírus da hepatite B, inúmeros casos de malária e aparecimento da meningite. A causa da morte das crianças foi notificada à Funasa que ainda não repassou as informações à comunidade. Clóvis Marubo, coordenador do Civaja, reclama da falta de transparência na divulgação de dados relativos à saúde da população, tanto com relação ao diagnóstico de doenças quanto à causa da morte.

FONTE: *O Globo, 21/01/2008; Clóvis Marubo, coord.do Civaja*

MA - 12 Caso(s) - 12 Vítima(s)

08/05/2007

VÍTIMA: J. S. G.

IDADE: 1 ano

POVO: Guajajara

TERRA INDÍGENA: MORRO BRANCO

MUNICÍPIO: GRAJAÚ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Japão

DESCRIÇÃO: A criança morreu devido ao agravamento de Calazar, era portadora de necessidades especiais. O paciente foi para Teresina sem encaminhamento dos médicos de Grajaú, mas não foi atendido pela Funasa. Voltou e piorou falecendo três dias depois.

MEIO EMPREGADO: Falta de atendimento médico

FONTE: *Cimi Regional MA*

15/08/2007

VÍTIMA: Uma criança

IDADE: 10 meses

POVO: Guajajara

TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA

MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bela Vista

DESCRIÇÃO: A criança morreu vítima de desidratação.

FONTE: *Pólo Base de Amarante - Cimi Equipe Maranhão, 2007*

25/10/2007
VÍTIMA: Uma criança
IDADE: 5 meses
POVO: Guajajara
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Serrinha
DESCRIÇÃO: A criança foi vítima de desnutrição e desidratação.
FONTE: *Cimi Regional Maranhão, 2007*

10/10/2007
VÍTIMA: Uma criança
IDADE: 9 meses
POVO: Guajajara
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Barriguda
DESCRIÇÃO: A criança foi vítima de desidratação e diarréia aguda.
FONTE: *Cimi Regional Maranhão, 2007*

25/10/2007
VÍTIMA: Uma criança
IDADE: 8 meses
POVO: Guajajara
TERRA Indígena: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Maranhão
DESCRIÇÃO: A criança foi vítima de desidratação e diarréia.
FONTE: *Cimi Regional Maranhão, 2007*

16/11/2007
VÍTIMA: Uma criança
IDADE: 4 meses
POVO: Guajajara
TERRA Indígena: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Maranhão
DESCRIÇÃO: A criança foi vítima de desidratação.
FONTE: *Cimi Regional Maranhão, 2007*

20/11/2007
VÍTIMA: Uma criança
IDADE: 9 meses
POVO: Guajajara
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Lagoa do Manezinho
DESCRIÇÃO: A criança morreu vítima de desidratação.
FONTE: *Cimi Regional Maranhão, 2007*

21/11/2007
VÍTIMA: Uma criança
IDADE: 9 meses
POVO: Guajajara
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Buracão
DESCRIÇÃO: A criança morreu vítima de desidratação.
FONTE: *Cimi Regional Maranhão, 2007*

24/11/2007
VÍTIMA: Uma criança
IDADE: 9 meses
POVO: Guajajara
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Guaruhu
DESCRIÇÃO: A criança foi vítima de desidratação.
FONTE: *Cimi Regional Maranhão, 2007*

20/09/2007
VÍTIMA: Uma criança
IDADE: 7 meses
POVO: Guajajara
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Maranhão
DESCRIÇÃO: A criança morreu vítima de diarréia e vômito.
FONTE: *Cimi Regional Maranhão, 2007*

25/10/2007
VÍTIMA: Uma criança
IDADE: 2 meses
POVO: Guajajara
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jussaral
DESCRIÇÃO: A criança foi vítima de diarréia aguda e sangramento.
FONTE: *Cimi Regional Maranhão, 2007*

A falta de água tratada afeta a saúde das crianças indígenas – Criança Guajajara – *Foto: Arquivo Cimi*

24/11/2007

VÍTIMA: Uma criança
IDADE: 8 meses
POVO: Guajajara
TERRA INDÍGENA: ARARIBÓIA
MUNICÍPIO: AMARANTE DO MARANHÃO
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Buracão
DESCRIÇÃO: A criança foi vítima de desidratação.
FONTE: *Cimi Regional Maranhão, 2007*

MS - 4 Caso(s) - 4 Vítima(s)

24/01/2007

VÍTIMA: R. G. C.
IDADE: 9 meses
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororó
DESCRIÇÃO: Relatório da Funasa afirma que a criança foi internada com risco nutricional, diarréia e vômito. Segundo atestado de óbito do Hospital da Mulher, a morte foi causada por "septicemia e gastrenterite em decorrência de desnutrição".
FONTE: *Folha Online/SP, 3/03/2007; O Estado de S. Paulo, 27/1/2007*

10/09/2007

VÍTIMA: E. C. L.
IDADE: 2 meses
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: JAPORÃ
MUNICÍPIO: JAPORÃ
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo
DESCRIÇÃO: O bebê morreu de desnutrição grave no Hospital da Missão Evangélica em Dourados. Estava internada desde o começo do mês. Lideranças indígenas afirmam que crianças passam fome devido ao atraso na entrega de cestas de alimentos do governo federal, distribuídas pela Funasa.
FONTE: *Folha de São Paulo, 12/09/2007; O Estado do Mato Grosso do Sul, 12/09/2007*

25/02/2007

VÍTIMA: C. B. L.
IDADE: 10 meses
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: Relatório da Funasa afirma que a criança estava desnutrida. Foi levado ao posto de saúde no dia 14 de fevereiro com febre e tosse, deveria retornar dia 23.
FONTE: *Folha Online/SP, 3/03/2007*

26/04/2007

VÍTIMA: A. A.
IDADE: 37 dias
POVO: Guarani Kaiowá
TERRA INDÍGENA: DOURADOS
MUNICÍPIO: DOURADOS
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo
DESCRIÇÃO: Morreu com 2,1kg. O atestado de óbito do IML informa que a morte decorreu por desnutrição, desidratação e inflamação do estômago e dos intestinos. A Funasa contestou o atestado, negando que a causa tenha sido desnutrição.
FONTE: *Maracaju News/MS, 27/04/2007*

RO - 1 Caso(s) - 3 Vítima(s)

Jan/2007

VÍTIMA: Três crianças
POVO: Pakaa Nova (Oro Wari)
TERRA INDÍGENA: PAKAAS NOVAS
MUNICÍPIO: GUAJARÁ-MIRIM
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Lago Velho
DESCRIÇÃO: Três crianças morreram de desidratação entre os dias 1 e 20 de janeiro de 2007, em Guajará-Mirim, na aldeia Lago Velho. O principal problema levantado pelos indígenas que vivem em Rondônia é a falta de transporte tanto para as equipes médicas chegarem às comunidades, como para levar os doentes em estado mais grave para os hospitais e postos de saúde no município mais próximo.
FONTE: *Repórter Brasil, 9/2/2007*

TO - 2 Caso(s) - 3 Vítima(s)

2007

VÍTIMA: G. X.
IDADE: 1 ano
POVO: Xerente
TERRA INDÍGENA: XERENTE
MUNICÍPIO: TOCANTINIA
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Traíra
DESCRIÇÃO: Demora no encaminhamento para outra unidade fora do município de Miracema. Deste local foi encaminhada para Gurupi, com tão poucos recursos como Miracema. Foi providenciado um avião para transportá-la para Brasília, mas a criança não resistiu.
FONTE: *Família da vítima - Cimi GO/TO*

Janeiro/2007

VÍTIMA: A. P. D. e N. C.
IDADE: 1 ano
POVO: Apinayé
TERRA INDÍGENA: APINAYÉ
MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS
DESCRIÇÃO: Os bebês que morreram este ano apresentaram os mesmos sintomas das crianças que faleceram em 2006: vômito, diarréia e desnutrição. As condições de higiene nas aldeias são precárias. Adultos, crianças e animais vivem no mesmo ambiente. As famílias bebem água do córrego, que também é usada para lavar e tomar banho. Um relatório da Funasa divulgado em 2006 apontou alto índice de desnutrição na reserva Apinayé, mas as organizações indígenas dizem que nenhuma medida foi tomada para resolver a situação.
FONTE: *Imirante.globo.com, 30/01/2007; Jornal do Tocantins-TO, 25/1/2007*

Desnutrição

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

No ano de 2006, nos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, e Tocantins, houve inúmeros caso de desnutrição. Este quadro apenas representa dados publicados por veículos de comunicação e registrados pelo Cimi, oferecendo um pequeno panorama das condições de saúde de parte das crianças indígenas. No Mato Grosso do Sul, foram identificadas 24 crianças com desnutrição moderada e outras 4 com desnutrição severa.

Há notícias de que a fome afeta aldeias Guarani situadas ao norte do estado de Santa Catarina, nas terras indígenas Pindoty e Tarumã/Corveta. O relatório feito a partir da visita da Missão da Relatoria Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, à Água e à Terra Rural aponta que cerca de 42,85% das crianças estão com risco nutricional, ou seja, desnutrição moderada. Segundo o relatório, esta situação é decorrente da falta de regularização fundiária: o grupo que vive em Tarumã/Corveta tem apenas uma pequena área para plantar e a terra já está cansada. Além destes fatores, ainda existe um suposto proprietário da terra que impede a comunidade de plantar e, junto com empresários e políticos da região, se mobiliza contra a demarcação das terras.

No Estado do Tocantins, na aldeia São José, cerca de 75 crianças Apinayé apresentaram sintomas de desnutrição em 2006: diarréia, vômito, febre e gripe. Destas, pelo menos 8 foram internadas. A desnutrição está relacionada ao uso de água contaminada presente na região e também à falta de atendimento médico.

Em 2007 houve 6 registros de desnutrição, atingindo centenas de crianças de 4 povos. Se trata dos Kaxinawá no Acre, dos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, dos Xavantes no Mato Grosso e dos Apinayé em Tocantins.

Pesquisadores da Universidade Federal do Acre concluíram que 76,3% das crianças indígenas das aldeias Caucho e Paroá, do povo Kaxinawá, no Acre, apresentavam desnutrição crônica. Isto é um valor muito elevado, mesmo comparado com outros grupos indígenas no Brasil.

No Mato Grosso do Sul, funcionários do Centrinho, unidade especializada no tratamento de crianças desnutridas, localizado dentro da aldeia Jaguapiru (no município de Dourados), disseram que até o dia 15 de janeiro de 2007, estavam internados 36 pacientes. Todas eram crianças desnutridas do povo Guarani Kaiowá. A Funasa afirma que o número está “dentro da normalidade”. Renato de Souza, capitão da aldeia Jaguapiru, anunciou que pelo menos 19 outras crianças desnutridas estariam sendo atendidas em casa pelas equipes de saúde.

Conforme informações do Dr. Zelik Trajber, coordenador de Saúde Indígena da Funasa, no Mato Grosso do Sul, das 2.300 crianças de zero a cinco anos atendidas pela Funasa, 184 sofrem de desnutrição e ainda há 322 crianças sob risco de desnutrição.

Considerando as 510 crianças indígenas na faixa de seis meses a dois anos, no pólo de saúde de Dourados constatou-se que 30 estavam afetadas por desnutrição grave.

No Mato Grosso, nas aldeias São Pedro, Santa Clara e São Domingos Sávio 250 crianças do povo Xavante foram encontradas em situação crítica por falta de alimentação adequada, sendo que, deste número, 84 estavam desnutridas. O Programa Bolsa Família não chegou às aldeias, pois a maioria dos índios cadastrados está em área urbana.

Em Tocantins, dezenove crianças do povo Apinayé ficaram internadas no hospital municipal de Tocantinópolis, a 20 quilômetros da aldeia, por causa de desnutrição. Já em 2006 um relatório da Funasa apontou um alto índice de desnutrição no povo, mas, segundo as organizações indígenas nenhuma medida foi tomada para resolver a situação.

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	7	99
2007	6	491

Desnutrição
Dados -2006

MS - 2 Caso(s) - 25 Vítima(s)

novembro/2006

VÍTIMA: criança

IDADE: 1 ano e 8 meses

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA Indígena: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: A criança chegou ao hospital carregada pela mãe que, segundo o cacique Renato de Souza, é uma vítima do alcoolismo. A menina teria sido levada para casa antes de receber alta. Segundo declaração do médico a criança apresenta um quadro de desnutrição moderada que foi estabilizado. O alcoolismo nas aldeias de Dourados afeta a saúde das crianças. Ainda segundo o cacique Renato de Souza, algumas mães oferecem álcool para a criança dormir. Muitos índios continuam trocando alimentos por álcool em grande quantidade nos bares localizados no entorno das aldeias.

FONTE: *Douradosagora/MS, 1º/12/2006*

2006

VÍTIMA: 24 crianças

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA Indígena: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru, Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Na aldeia Jaguapiru vencer a desnutrição está sendo uma tarefa difícil. Na casa da agente de saúde da Funasa, Edilene de Souza, sua irmã de um ano e oito meses, recupera-se no Hospital da Missão. Ela e mais 23 crianças estão com desnutrição moderada e outras quatro com desnutrição severa. Um menino de quatro anos e que deveria pesar entre 16 a 20 quilos, hoje está com apenas dez. Este total não inclui todos os casos registrados na Jaguapiru, nem tampouco na aldeia Bororo, onde a situação é ainda mais grave. Segundo Edilene, a escassez de terra, água e meios de trabalho, além do álcool e outras drogas, emperram o desenvolvimento na reserva.

FONTE: *O Progresso/MS, 14/12/2006*

SC - 2 Caso(s)

2006

VÍTIMA: crianças

IDADE: 0 a 8 anos

POVO: Guarani

TERRA Indígena: TARUMÃ / CORVETA

MUNICÍPIO: ARAQUARI

DESCRIÇÃO: Há vários anos a equipe do Cimi tem denunciado ao MPF a situação de fome nas aldeias Guarani, do norte do estado de SC. Nos dias 11 e 12 de abril, ocorreu a visita da Missão da Relatório Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, à Água e à Terra Rural as aldeias, para verificar a situação de fome nestas comunidades. O relatório feito pela Missão aponta que cerca de 42,85% das crianças estão com o que se chama de risco nutricional, ou desnutrição moderada. Ainda segundo relatório da Missão, o grande problema é a falta de regularização fundiária. A área é pequena e o suposto proprietário das terras impede a comunidade de fazer sua plantação. A pouca terra que podem usar é muito fraca, não produzindo alimentos suficientes para suprir as necessidades dessa comunidade. Nesta localidade, existe uma mobilização contra a demarcação das terras indígenas, composta por empresários, prefeitos, vereadores, deputados e outros.

FONTE: *Cimi Sul- Equipe Palhoça - Funasa - Missão Relatório D. Humanos/SC*

2006

VÍTIMA: crianças

IDADE: 0 a 6 anos

POVO: Guarani

TERRA Indígena: PINDOTY

MUNICÍPIO: ARAQUARI

DESCRIÇÃO: Há vários anos a equipe do Cimi tem denunciado ao MPF a situação de fome nas aldeias Guarani, do norte do estado de SC. Nos dias 11 e 12 de abril, ocorreu a visita da Missão da Relatório Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, à Água e à Terra Rural as aldeias, para verificar a situação de fome nestas comunidades. O relatório feito pela Missão aponta que cerca de 42,85% das crianças estão com o que se chama de risco nutricional, ou desnutrição moderada. Ainda segundo relatório da Missão, o grande problema é a falta de regularização fundiária. A área é pequena e o suposto proprietário das terras impede a comunidade de fazer sua plantação. A pouca terra que podem usar é muito fraca, não produzindo alimentos suficientes para suprir as necessidades dessa comunidade. Nesta localidade, existe uma mobilização contra a demarcação das terras indígenas, composta por empresários, prefeitos, vereadores, deputados e outros.

FONTE: *Equipe Cimi Palhoça - Dados da Funasa e Missão da Rel. Nac. Direitos Humanos/SC*

TO - 3 Caso(s) - 74 Vítima(s)

13/01/2006

VÍTIMA: Arione Apinayé

IDADE: 1 ano

POVO: Apinayé

TERRA Indígena: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: A criança estava com dor de barriga, febre, vômito e diarréia. A mãe conta que seu filho ficou doente durante uma semana. Durante esse tempo, ela fazia remédio do mato para ele. Foi levado para a cidade quando estava para morrer. Não há atendimento médico e medicação adequada. A falta de estrada também dificulta o acesso para atendimento. Outro agravante é a falta de alimento na aldeia.

FONTE: *O Popular/GO, 17/01/2006*

20/01/2006

VÍTIMA: 13 crianças

POVO: Apinayé

TERRA Indígena: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: Constatado 13 casos de desnutrição entre crianças Apinayé. Em um levantamento feito por agentes de saúde dentro da aldeia São José, nove crianças estão desnutridas e quatro em alto risco. Além da desnutrição, há indícios que a água consumida pela comunidade indígena estaria contaminada.

FONTE: *Jornal de Tocantins/TO, 20/01/2006*

Janeiro 2006

VÍTIMA: 60 crianças

POVO: Apinayé

TERRA Indígena: APINAYÉ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São José

DESCRIÇÃO: Cerca de 60 crianças estavam com os sintomas: diarréia, vômito, febre e gripe, sendo que oito estavam internadas.

FONTE: *Jornal de Tocantins/TO, 19/01/2006*

Crianças Guarani Kaiowá da terra Kurussu Ambá – *Foto: Egon Heck*

Em 2007, das 2.300 crianças de zero a cinco anos atendidas pela Funasa no Mato Grosso do Sul, 184 sofriam de desnutrição e outras 322 corriam em risco de ficar desnutridas

Desnutrição
Dados -2007

AC - 1 Caso(s)

2007

VÍTIMA: crianças

POVO: Kaxinawá

MUNICÍPIO: FEIJO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Caucho e Paroá

DESCRIÇÃO: Pesquisa realizada pelos professores Edson dos Santos Farias e Orivaldo F. de Souza, da Universidade Federal do Acre, indica que 76,3% das crianças indígenas das duas aldeias apresentavam desnutrição crônica. Valor muito elevado quando comparado com outros estudos realizados com indígenas de outras regiões do Brasil. Por ex. entre os Suruí é de 46,3% e entre os Baré 45,4%.

FONTE: *notíciasdahora.com, 14/05/2007*

MS - 3 Caso(s) - 388 Vítima(s)

14/02/2007

VÍTIMA: 36 crianças

TERRA Indígena: DOURADOS

POVO: Guarani Kaiowá

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Funcionários do Centrinho, unidade especializada no tratamento de crianças índias desnutridas, localizado dentro da aldeia Jaguapiru, disseram que até o dia 15 de janeiro de 2007, estavam internados 36 pacientes. Todos são crianças índias desnutridas. A Funasa afirma que o número está "dentro da normalidade".Renato de Souza, capitão da aldeia Jaguapiru, disse que a desnutrição deve aumentar com a falta de cestas básicas. Ele denuncia que apesar de o número de internações no Centrinho ser considerado "normal" pela Funasa, pelo menos 19 crianças desnutridas estariam sendo atendidas em casa pelas equipes de saúde.

FONTE: *CampoGrandeNews/MS, 15/02/2007*

jan/abril/2007

VÍTIMA: 30 crianças

IDADE: 6 meses a 2 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA Indígena: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Das 510 crianças indígenas na faixa de seis meses a dois anos, no pólo de saúde de Dourados, 30 têm desnutrição grave.

FONTE: *O Progresso/MS, 30/04/2007*

2007

VÍTIMA: 322 crianças

IDADE: 0 a 5 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA Indígena: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Conforme informações do Dr. Zelik Trajber. coordenador de Saúde Indígena da Funasa, há 322 crianças de zero a cinco anos sob risco de desnutrição, que estão sendo atendidas pela Funasa. Segundo o Dr. Zelik o que mais preocupa não são as crianças internadas nos hospitais, mas as que estão vivendo entre famílias consideradas sob risco, calculadas em 80 grupos somente no município de Dourados. Segundo ele, essas famílias têm problemas graves, entre eles o pior de todos, é o alcoolismo. Para o médico a solução seria a implantação de sistemas que permitem a auto-sustentação do povo.

FONTE: *O Liberal/PA, 03/08/2007*

MT - 1 Caso(s) - 84 Vítima(s)

Fevereiro/2007

VÍTIMA: 84 crianças

POVO: Xavante

MUNICÍPIO: CAMPINAPOLIS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias São Pedro, Santa Clara e São Domingos Sávio

DESCRIÇÃO: Por falta de alimentação adequada 250 crianças foram encontradas em situação crítica, sendo que, deste número, 84 estavam desnutridas. O Programa Bolsa Família não chegou às aldeias, pois a maioria dos índios cadastrados está na área urbana.

FONTE: *Assessoria Técnica de Saúde Indígena-Coord.Regional Funasa/MT.10/4/07*

TO - 1 Caso(s) - 19 Vítima(s)

janeiro de 2007

VÍTIMA: 19 Crianças

POVO: Apinayé

TERRA Indígena: APINAYÉ

MUNICÍPIO: TOCANTINOPOLIS

DESCRIÇÃO: 19 crianças ficaram internadas no hospital municipal de Tocantinópolis, a 20 quilômetros da aldeia. As condições de higiene nas aldeias são precárias. Adultos, crianças e animais vivem no mesmo ambiente. As famílias bebem água do córrego, que também é usada para lavar e tomar banho. Um relatório da Funasa, de 2006, apontou alto índice de desnutrição na reserva Apinayé, mas as organizações indígenas dizem que nenhuma medida foi tomada para resolver a situação.

FONTE: *Imirante.globo.com, 30/01/2007*

Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Um problema muito freqüente entre a população indígena é a questão do consumo excessivo de bebidas alcoólicas. A falta de perspectivas, principalmente no que se refere ao modo de vida e à questão da terra, somada à facilidade de obtenção de bebidas alcoólicas nas comunidades, faz crescer um cenário triste e muito preocupante, que afeta grande parte da população indígena. Em muitos casos, o consumo de álcool vem acompanhado pelo consumo de outras drogas, como a maconha e até drogas injetáveis. Essa situação é acompanhada, inevitavelmente, do tráfico de drogas, no qual muitos indígenas acabam envolvidos, por oportunidade, por necessidade ou até por serem forçados pelos traficantes.

Num esforço para impedir o consumo de bebidas alcoólicas, o governo federal proibiu, há muitos anos, a sua venda à indígenas. Porém, são recorrentes os casos de venda de álcool, até dentro de terra indígena. E nota-se a influência nefasta do álcool nas comunidades indígenas. Muitos casos de violência são atribuídos ao álcool, a saúde é agredida, a vida familiar e comunitária são afetadas.

Em 2006 o Cimi registrou 12 casos de disseminação de bebidas alcoólicas. Estes dados referem-se aos estados do Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Roraima e aos povos: Tukano, Apurinã, Pataxó, Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva, Karajá e Makuxi.

No Amazonas, entre os Apurinã que vivem em bairros pobres de Boca do Acre, como Praia do Gado e Chã, existe grande facilidade para obtenção de bebidas alcoólicas, o que é apresentado como um dos fatores que faz crescer o número de brigas constantes e até assassinatos.

Em agosto de 2005, a juíza da Comarca de Boca do Acre expediu uma portaria proibindo a venda de bebidas alcoólicas para indígenas, qualquer que seja a etnia ou a idade, porém o comércio continua sendo feito livremente na cidade, inclusive nas aldeias do povo Apurinã. Um exemplo desta situação em 2006 é o afogamento de Jorge Apurinã, que desapareceu no rio Purus após sair embriagado na sua canoa.

Na Bahia o alcoolismo está também associado ao uso de outras drogas. Surgem, como conseqüência, brigas familiares e preconceito em relação aos indígenas, que passaram a ser vistos de forma estigmatizada, como ladrões e preguiçosos.

Em Roraima, um tuxaua e sua família sofreram ameaças por terem denunciado uma mulher que vendia bebida dentro da comunidade.

No Mato Grosso do Sul, há um grande consumo de bebidas alcoólicas. Apesar de proibidas, entram facilmente nas aldeias e até em carro oficial do governo federal a bebida chega para os indígenas. Vários comerciantes, mesmo flagrados e detidos, voltaram a vender o produto. No mesmo Estado, houve distribuição e consumo de drogas dentro das aldeias nas terras indígenas Amambaí e Japorã. A maconha chega nas aldeias com grande facilidade. Na Aldeia Porto Lindo, na fronteira com o Paraguai, é maior ainda a facilidade de obtenção da droga. O contexto da questão agrária local contribui para este cenário, uma vez que, com as reservas superlotadas, sem terras e sem condições para plantar, muitos vão trabalhar no Paraguai e é possível que estejam recebendo em vez de dinheiro, maconha pelo trabalho prestado.

Em 2007 há apenas 4 relatos pontuais de venda e consumo de álcool, envolvendo os estados Acre, Amazonas e Mato Grosso. Nem por isto seria correto supor que o problema diminuiu. Considerando o número de casos de violência relacionados ao consumo do álcool registrado neste ano, o problema continuou gravíssimo.

No Amazonas a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) está investigando o crescimento do envolvimento de jovens indígenas no narcotráfico nas fronteiras do Amazonas, sobretudo na região dos municípios de São Gabriel de Cachoeira e Tabatinga. Segundo o coordenador da COIAB, Jecinaldo Cabral, há estimativa de que há mais de 200 adolescentes entre 12 e 18 anos, de 43 etnias do Amazonas, moradores destes dois

Alcoolismo: falta de perspectivas e facilidade para obter bebidas
Foto: Egon Heck

municípios, envolvidos com o tráfico de drogas da Colômbia e Venezuela, como usuários ou como "mulas" (levando pequenas quantidades de droga para venda). Segundo Jecinaldo, os indígenas viciados cheiram até gasolina, quando falta cola.

Ainda no Amazonas, um casal da etnia Baniwa foi preso quando transportava cerca de 70 quilos de cloridrato de cocaína, num fundo falso de uma canoa que estava indo para Manaus. Provavelmente, são vítimas de traficantes colombianos, como muitos indígenas que vivem na região da Cabeça do Cachorro, na fronteira entre Brasil e Colômbia. Eles estão sendo forçados a transportar drogas entre os dois países, afirma o administrador regional da Funai em Manaus e da Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro). Num documento enviado a Procuradoria Geral da Funai, ele diz que os índios são coagidos e ameaçados de morte pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as FARC. Ainda segundo o administrador, o ingresso de índios no tráfico não se daria apenas pela coação criminosa, mas também pela falta de alternativa econômica na região.

Para o povo Zoró, em Mato Grosso, a entrada de bebidas alcoólicas está relacionada à invasão de madeireiros e aos seus empregados, que trabalham na área indígena. Estes estão incentivando os índios a consumir bebidas e drogas. Num caso pontual, jovens indígenas Zoró começaram a usar drogas injetáveis, por influência de adolescentes não-indígenas. Os jovens sofreram uma crise de loucura e estão em tratamento de saúde através da Funasa.

ANO	CASOS
2006	12
2007	5

Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas

Dados -2006

AM - 2 Caso(s)

03/12/2006

VÍTIMA: Comunidade Tukano

POVO: Tukano

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

DESCRIÇÃO: Dois mil litros de cachaça escondidos embaixo de frangos com destino a aldeias às margens do rio Wautês, foram apreendidos pela delegacia de São Gabriel de Cachoeira. Os índios chegam a pagar R$50 por um litro de cachaça. No dia 29 de novembro outro carregamento de bebida alcoólica estava a caminho da terra indígena. A bebida é transportada em barcos. Segundo o delegado os vereadores seriam os responsáveis pelo transporte da bebida.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e outras drogas

FONTE: *Agência Estado, 04/12/2006; O Estado de S.Paulo, 05/12/2006;A Crítica/AM, 1/12/*

21/12/2006

VÍTIMA: Jorge Sampaio da Silva

IDADE: 73 anos

POVO: Apurinã

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Floresta

DESCRIÇÃO: No dia 21 de dezembro, o senhor Jorge Apurinã, residente numa localidade próxima a aldeia de seu povo, retornara da cidade de Boca do Acre em companhia de sua filha e seu genro. Ao deixar os dois acompanhantes em casa, prosseguira a viagem sozinho, bastante embriagado. Pouco tempo depois, desaparecera nas águas do rio Purus. Segundo a sua família, ele não estava acostumado a pegar timão quando bebia. Segundo informações de algumas pessoas que passaram pelo local do desaparecimento, foi vista apenas a canoa na qual o indígena viajava. O corpo do indígena não fora encontrado. Há grande facilidade para os indígenas em adquirir bebida alcoólica em qualquer estabelecimento comercial na cidade de Boca do Acre. O alto consumo de bebida alcoólica pelos indígenas, especialmente os Apurinã que vivem nos bairros mais pobres de Boca do Acre (Praia do Gado e Chã) leva-os a constantes desentendimentos, brigas e até assassinatos. Neste caso específico, a embriaguez veio a provocar a morte por afogamento.

FONTE: *Cimi - Equipe Boca do Acre*

BA - 1 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Comunidade Pataxó

POVO: Pataxó

TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA

DESCRIÇÃO: Alcoolismo na aldeia provoca brigas familiares, preconceito em relação aos indígenas que passaram a ser vistos de forma estigmatizada, como ladrões ou preguiçosos.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e outras drogas

FONTE: *A Tarde/BA, 18/09/2006*

MS - 7 Caso(s)

11/01/2006

VÍTIMA: Criança

IDADE: 12 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: O comerciante João Vieira da Silva, 47 anos, foi preso por agentes da Operação Sucuri, após vender bebida alcoólica para um indígena, menor de 12 anos. João tem um bar localizado na região da avenida Guaicurus, via de acesso à Aldeia Bororo, na Terra Indígena de Dourados.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e outras drogas

FONTE: *Douradosagora/MS, 11/01/2006*

03/02/2006

VÍTIMA: Dênis Vilhalva

IDADE: 23 anos

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: O comerciante Flávio Dos Santos Ximenez, 23 anos, funcionário da Mercearia Líder, vendeu uma caixa de pinga ao preço de R$15 para o indígena. Segundo informações dos membros da "Operação Sucuri" esta é a segunda vez que o comerciante é detido por vender bebidas alcoólicas para os índios.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e outras drogas

FONTE: *DouradosNews/MS, 03/02/2006*

13/01/2006

VÍTIMA: Comunidade

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: TAQUAPERÍ

MUNICÍPIO: CORONEL SAPUCAIA

DESCRIÇÃO: O indígena Gildo Martins, 33 anos, chefe de Posto da Funai, transportou bebida alcoólica no veículo oficial do governo federal destinado à Funai para atender a comunidade indígena da reserva. Ele estava em companhia de outro indígena, Gerson Castelão, 28 anos, e teria saído do Paraguai conduzindo o veículo. Há grande consumo de bebida alcoólica nas aldeias.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e outras drogas

FONTE: *Douradosagora/MS, 16/01/2006*

2006

VÍTIMA: Comunidade

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: O alcoolismo nas aldeias de Dourados afeta também a saúde das crianças. Mães dão bebida aos filhos para fazê-los dormir. Indígenas continuam trocando alimentos por álcool em grande quantidade nos bares localizados no entorno das rodovias, próximas às aldeias.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e outras drogas

FONTE: *Douradosagora/MS, 1º/12/2006*

Abril/2006

VÍTIMA: Comunidade

POVO: Guarani Nhandeva

TERRA INDÍGENA: JAPORÃ

MUNICÍPIO: JAPORÃ

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Porto Lindo

DESCRIÇÃO: Consumo de drogas, principalmente entre os jovens. O cacique da aldeia, Lauro Vilharva, mostra uma garrafinha com maconha entregue por um dos tantos pais do povo Guarani, cujos filhos usam drogas. O cacique apela por ajuda. A terra é fronteira com o Paraguai e há facilidade na obtenção da droga. Ele conta que há entrada de armas de fogo na aldeia, também. Desfila os casos de violência: depredação de carros, brigas com ameaças de morte, assassinatos, suicídios.

Conforme o coordenador da Funai, em Mato Grosso do Sul, Fernando Schiavini, os danos sociais ocasionados pelo consumo do álcool e das drogas, têm a ver com um processo histórico de espoliação dos índios do estado. As reservas estão superlotadas; sem terra nem condições para plantar, muitos vão trabalhar no Paraguai, e tudo indica que, em vez de dinheiro, estão recebendo em maconha.

FONTE: *O Estado de S.Paulo, 02/04/2006*

2006

VÍTIMA: Comunidade

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bororo

DESCRIÇÃO: Consumo de bebidas e drogas dentro das aldeias. Apesar de proibidos entram na reserva. A pinga é comprada pelos próprios índios que muitas vezes trocam por cestas básicas com as mercearias próximas à reserva. Os alimentos ali trocados são, muitas vezes, revendidos aos próprios indígenas. Os entorpecentes, conforme declaração do líder terena Celso Mamede, morador na Aldeia Jaguapiru, chegam à reserva através de alguns trabalhadores em usinas na fronteira. Os ônibus não são fiscalizados.

FONTE: *Douradosagora - 1º/09/2006*

janeiro/2006

VÍTIMA: Comunidade

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

DESCRIÇÃO: Distribuição e consumo de maconha dentro da aldeia, principalmente entre os jovens. A comunidade, na sua maioria, vive abaixo da linha de pobreza. A maconha chega à aldeia com grande facilidade gerando discórdia entre as famílias, pois os jovens roubam o pouco que os pais e familiares têm para manter o vício.

FONTE: *O Progresso/MS, 03/01/2006*

MT - 1 Caso(s)

abril/2006

VÍTIMA: Comunidade

POVO: Karajá

TERRA INDÍGENA: SÃO DOMINGOS

MUNICÍPIO: LUCIARA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Krehawa

DESCRIÇÃO: Alcoolismo, drogas e prostituição. Os comerciantes da região não respeitam a lei e vendem bebida alcoólica para os índios. Segundo a enfermeira Leila Fonseca, chefe do Dsei na região Araguaia, além da proximidade da aldeia Krehawa com Luciara, o que favorece a propa-

gação dos problemas enfrentados pela comunidade, há também a ociosidade e a falta de perspectiva que abala o emocional do povo.

FONTE: *A Gazeta/MT, 12/04/2006*

RR - 1 Caso(s)

agosto de 2006

VÍTIMA: Comunidade

POVO: Makuxi

TERRA INDÍGENA: RAPOSA/SERRA DO SOL

MUNICÍPIO: UIRAMUTA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Socó

DESCRIÇÃO: Venda de bebida alcoólica em terra indígena. A comunidade já denunciara, em junho, a senhora Amaria Brasil da Silva como vendedora de álcool. Tanto o tuxaua como sua família estão sendo ameaçados por motivo da denúncia.

FONTE: *Assessoria Jurídica do CIR*

Disseminação de bebida alcoólica e outras drogas

Dados -2007

AC - 1 Caso(s)

2007

VÍTIMA: Comunidade indígena

POVO: Katukina

MUNICÍPIO: CRUZEIRO DO SUL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Acre

DESCRIÇÃO: Policiais constataram que um grupo de oito moradores estava levando bebida alcoólica para a aldeia.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e outras drogas

FONTE: *notíciasdahora.com, 05/06/2007*

AM - 2 Caso(s)

2007

VÍTIMA: Jovens indígenas

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga

DESCRIÇÃO: A COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), está investigando o crescimento do envolvimento de jovens indígenas no narcotráfico nas fronteiras do Amazonas. Segundo o presidente da COIAB, Jecinaldo Cabral, há estimativa de que há mais de 200 adolescentes entre 12 e 18 anos, de 43 etnias do Amazonas, moradores das comunidades de São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga, envolvidos com o tráfico de drogas da Colômbia e Venezuela, seja como usuários, ou como "mulas". Segundo Jecinaldo, os indígenas viciados cheiram até gasolina, quando falta cola.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e outras drogas

FONTE: *Home Page - A Tarde online, 13/11/2007*

4/11/2007

VÍTIMA: Irma Guaroya Yawinape e Luiz Henrique Kadeño Camico

POVO: Baniwa

TERRA INDÍGENA: BANAWA

DESCRIÇÃO: O casal da etnia Baniwa foi preso quando transportava cerca de 70 quilos de cloridrato de cocaína, escondidos num fundo falso de uma canoa que estava sendo levada para Manaus. Índios que vivem na região da Cabeça do Cachorro, na fronteira entre Brasil e Colômbia, estão sendo forçados por traficantes colombianos a transportar drogas entre os dois países. Esta é a afirmação do administrador regional da Funai em Manaus e da Foirn (Federação das Organizações Indígenas), que em um documento enviado a Procuradoria Geral da Funai, diz que os índios são coagidos e ameaçados de morte pelas FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Ainda segundo o administrador, o ingresso de índios no tráfico não se daria apenas pela coação criminosa, mas também pela falta de alternativa econômica na região.

MEIO EMPREGADO: Consumo

FONTE: *A Crítica/AM, 5-6/01/2007*

MT - 2 Caso(s)

2007

VÍTIMA: Povo Zoró

POVO: Zoró

TERRA INDÍGENA: ZORÓ

MUNICÍPIO: RONDOLANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mato Grosso

DESCRIÇÃO: Empregados de madeireiras que trabalham na área indígena estão incentivando os índios ao uso de bebidas e drogas. Estão ocorrendo mudanças de hábitos culturais, uso de palavrões e conflito interno.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e outras drogas

FONTE: *A própria vítima - Cimi Equipe MT*

2007

VÍTIMA: Moises Wakuj Zoró e Pália Zoró

POVO: Zoró

TERRA INDÍGENA: ZORÓ

MUNICÍPIO: RONDOLANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mato Grosso

DESCRIÇÃO: Jovens indígenas fazem uso de drogas injetáveis. Influência de adolescentes não indígenas. Os jovens sofreram crise de loucura e estão em tratamento de saúde através da Funasa. Os medicamentos usados causam efeitos colaterais como obesidade, perda da destreza para o trabalho, prejudicando as atividades na aldeia.

MEIO EMPREGADO: Consumo de bebida alcoólica e outras drogas

FONTE: *Cimi Equipe Cimi MT - família das vítimas – 2007*

Reunião de professores indígenas no Amapá – *Foto: Clarissa Tavares*

Investimentos na formação e a regularização da situação trabalhista são algumas das principais reivindicações de professores indígenas

Desassistência na área de educação escolar indígena

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Os 20 casos sobre a desassistência à educação escolar no ano de 2006 referem-se aos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Foram atingidos alunos dos povos Tupinambá, Tupinambá de Olivença, Pataxó Hã-hã-hãe, Satarê-Mawê, Apurinã, Jamamadi, Guajajara, Guarani, Guarani Kaiowá, Karajá, Nambikwara, Tapirapé, Myky e Kaingang. Surge um quadro amplo dos problemas na educação escolar indígena.

Entre os Saterê-Mawê, no Amazonas, a falta de material escolar e a precariedade das condições dos prédios escolares contribuem para a evasão dos alunos. Falta até mesmo quadro negro, fazendo com que os alunos usem o chão para aprender a ler e escrever, como é o caso da escola Nova Jerusalém, na comunidade São José Novo, que foi construída em 2001. A falta de merenda escolar também é um dos fatores para a evasão escolar. Como os índios sobrevivem basicamente de atividades extrativistas, a alimentação escolar é importante para aliviar os gastos com a refeição dos filhos, até porque a caça e a pesca já são raras e a produção das roças também não é suficiente para as famílias. Além disso, muitas vezes, quando a merenda chega, grande parte dos alimentos já está estragada.

A Organização dos Professores Indígenas dos Povos Satere-Mawe (OPISM) afirmou que iria acionar o Ministério Público Federal para saber se os recursos para as escolas indígenas estavam sendo aplicados corretamente. Os professores tentam acompanhar a aplicação desses recursos, mas disseram que havia falta de transparência por parte da prefeitura de Barreirinha e que nenhuma das solicitações dos professores era atendida.

Ainda no Amazonas, os povos Apurinã e Jamamadi enfrentaram uma grande dificuldade: não existia, em 2006, nenhuma escola de educação diferenciada para a população indígena no município de Boca do Acre. Nas escolas que funcionam em algumas aldeias, além de não haver calendários específicos para acompanhar o ciclo de vida dos indígenas, o ensino não é bilíngüe. Um dos maiores problemas refere-se ao quadro de professores: a Secretaria de Educação contrata professores do povo Apurinã para dar aulas nas comunidades do povo Jamamadi, e contrata também professores não-índios.

Na Bahia, os Tupinambá de Olivença reclamaram da falta de recursos para a educação. Houve uma escola com 8 salas para atender 800 crianças e também faltou pessoal para o serviço administrativo e para capacitação para professores, que, aliás, trabalharam por contratos temporários. Para chamar a atenção à situação, eles ocuparam a Ponte Lomanto Júnior em Ilhéus, no final de setembro de 2006.

Na aldeia Taquara, no Mato Grosso do Sul, pelo menos 50 crianças eram submetidas a condições insalubres no local onde estudam. O prédio escolar improvisado não protegia as crianças da chuva e do sol e nem havia banheiro no local.

No Maranhão, entre os Guajajara, os problemas com a educação indígena aconteceram desde 2005 e somente medidas paliativas foram tomadas. Faltaram professores, merenda escolar e transporte para os alunos.

No Mato Grosso, os Karajá do município Santa Terezinha freqüentam uma escola num prédio da Funai, construído para atendimento a saúde, que está em lastimável estado. Já caíram, durante uma aula, duas colunas. No mesmo estado, as 12 escolas indígenas do povo Nambikwara ainda são enquadradas como escolas rurais, obedecendo a uma grade curricular e metodologias de ensino alheias à realidade indígena. Isto contribui para o alto índice de evasão escolar e deixa precário o ensino oferecido. O sistema de avaliação dos alunos, que estava sendo feito em forma de relatórios descritivos, foi proibido pela atual secretária, que exigiu a transformação destes relatórios em notas. Esta decisão desrespeita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garante a qualquer escola o direito de estabelecer outras formas de avaliar seus alunos. No final do ano foi elaborada uma avaliação pela Secretaria Municipal de Educação sem a participação dos professores das aldeias. Essa avaliação foi feita em língua portuguesa, desrespeitando assim os direitos lingüísticos do povo Nambikwara.

Já no Rio Grande do Sul, os Kaingang bloquearam a rodovia RS 330, em Tenente Portela, para pressionar o governo do estado a repassar os recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Municipal e do Programa Primeira Infância Melhor. Havia atraso nos repasses de verbas para as prefeituras, por parte do governo do estado, o que prejudicava os salários de merendeiras, vigias e secretários de 12 estabelecimentos de ensino na terra Kaingang.

Em 2007, o Cimi registrou 15 casos de desassistência na área de educação relativos aos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Os problemas fundamentais continuam. Falta de professores, de ensino bilíngüe - por falta de professores que falam a língua materna dos alunos -, de merenda escolar, de material escolar e de construções adequadas para o ensino escolar. Além disto, registra-se em vários casos a falta de um caminho que dê acesso à escola e uma situação precária para os professores por causa dos contratos temporários, irregulares, além dos baixos salários. Denuncia-se ainda em vários casos atraso do pagamento.

No Amazonas, alunos de vários povos enfrentam a falta de material escolar e de merendas. Algumas escolas são até improvisados em galpões.

Na Bahia, alunos do povo Pataxó, da aldeia Mata Medonha, matriculados da quinta a oitava série e no ensino médio, freqüentam escolas fora da aldeia e precisam percorrer 12 quilômetros a pé para chegar.

No Ceará, professores dos povos Tapeba, Jenipapo-Kanindé, e Pitaguary enfrentam irregularidades nos contratos temporários.

No Maranhão e no Mato Grosso não há oferta suficiente de vagas em cursos de magistério para os professores indígenas. Nota-se em ambos estados casos de instalações inadequadas para ensino, falta de material e merenda escolar.

No Pará, são comunidades dos povos Atikum, Tembé, Kayapó, Guajajara, Guarani Mbyá que sofrem com a falta de escolas, de merenda escolar, material didático, construções inadequadas de salas de aula ou construções que não levam em consideração a cultura indígena.

Em Pernambuco estudantes do povo Fulni-Ô, da comunidade de Águas-Belas, freqüentam uma escola sem água, sem banheiro e sem material escolar.

No Rio Grande do Sul, mais de 200 Kaingang e Guarani voltaram a bloquear, como no ano anterior, a RS 330, que corta a reserva Guarita, para pressionar o governo estadual a repassar recursos na área de educação e de saúde. O cacique Valdonês Joaquim disse que a comunidade indígena está abandonada e que as promessas das secretarias de saúde e educação não estão sendo cumpridas. Segundo o cacique mais de 2 mil estudantes de 11 escolas no interior da reserva estão sem aula.

ANO	CASOS
2006	20
2007	15

Desassistência na área de educação escolar indígena

Dados -2006

AL - 1 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Trabalhadores da educação

DESCRIÇÃO: O governo do Estado de Alagoas firmou um compromisso com o Ministério Público Federal (MPF), num termo de ajustamento de conduta (TAC), de assegurar o pagamento de salários atrasados a trabalhadores da educação escolar indígena de cerca de 15 escolas, em sua maioria do ensino infantil e de séries iniciais do ensino fundamental. Os trabalhadores não recebem salários desde outubro de 2006. O mesmo documento afirma que o estado deverá realizar concurso público para a contratação de professores para as escolas indígenas.

FONTE: *Procuradoria da República – Alagoas*

AM - 3 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Estudantes indígenas

POVO: Saterê-Mawe

TERRA INDÍGENA: BARREIRINHA

MUNICÍPIO: BARREIRINHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: São José Novo

DESCRIÇÃO: De acordo com relato do coordenador da Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawê, dos Rios Andirá e Waykuirapá, José de Oliveira, a falta de merenda está refletindo na evasão escolar. Além da qualidade da comida ser ruim, os alimentos não chegam em quantidade suficiente para os alunos. Como os índios sobrevivem basicamente de atividades extrativistas, a alimentação escolar é importante para aliviar os gastos com a refeição dos muitos filhos.

MEIO EMPREGADO: Falta de merenda escolar

FONTE: *Jornal do Brasil/RJ, 09/12/2006*

2006

VÍTIMA: Estudantes indígenas

POVO: Saterê-Mawe

MUNICÍPIO: BARREIRINHA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas

DESCRIÇÃO: Os alunos não têm material escolar nem merenda, que deveriam ser fornecidos pela prefeitura. As salas de aula estão em péssimas condições. Por falta de quadro negro os alunos aprendem a ler e escrever no chão, onde são escritas as lições.

FONTE: *Mensageiro/ Norte II, n.159*

2006

VÍTIMA: Estudantes indígenas

POVO: Jamamadi

MUNICÍPIO: BOCA DO ACRE

DESCRIÇÃO: Em todo o município de Boca do Acre não existe uma única escola que contemple uma Educação Diferenciada para a população indígena. As escolas que funcionam em algumas aldeias encontram-se em condições precárias; funcionando enquanto uma extensão de escola Rural. Não há calendário nem currículo específico; a SEMEC contrata professores do povo Apurinã para dar aulas nas comunidades do povo Jamamadi, e também professores não-índios para dar aulas nas comunidades Jamamadi e Apurinã, inclusive um pastor evangélico. O ensino não é bilíngüe, e no povo Jamamadi existe um único professor contratado pela Secretaria de Educação. Somente no ano passado, após muita insistência por parte das comunidades, deu-se início ao processo de Formação para professor indígenas (magistério indígena), realizado pelo Estado em parceria com o município. Entretanto, ainda há um total descaso e desrespeito à educação escolar indígena diferenciada, por parte do Poder público no município de Boca do Acre.

FONTE: *Comunidades Indígenas; Cimi - Equipe Boca do Acre*

BA - 4 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Estudantes indígenas

POVO: Tupinambá de Olivença, Pataxó Hã-Hã-Hãe

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: ILHÉUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bahia

DESCRIÇÃO: Descumprimento de acordo e falta de pagamento da empresa de transporte escolar. Ameaça de suspensão do transporte dos alunos.

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a servidores da escola

FONTE: *Valdenilson Tupinambá, 05/07/2007; Correio da Bahia, 7/11/2006*

2006

VÍTIMA: Estudantes indígenas

POVO: Tupinambá

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Bahia

DESCRIÇÃO: Os indígenas reclamam da falta de recursos para a educação. Tem uma escola com 8 salas para atender 800 crianças, mas falta pessoal administrativo e capacitação para professores, que, aliás, trabalham por contratos temporários.

FONTE: *A Tarde, 25 e 26/09/2006*

Outubro/2006

VÍTIMA: Estudantes e trabalhadores

POVO: Tupinambá de Olivença

TERRA INDÍGENA: TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

MUNICÍPIO: ILHÉUS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Águas de Olivença e Acuípe do Meio

DESCRIÇÃO: Suspensão de transporte coletivo para os indígenas das duas comunidades. Segundo o professor e líder tupinambá, Manuel Mendes do Amaral Filho, a linha de ônibus Teotônio Vilela/Águas de Olivença, que serve à comunidade, não circula mais até o final do percurso, deixando alunos com dificuldades de chegar à escola e trabalhadores até o centro de Ilhéus. Sem o transporte, os indígenas têm apenas a alternativa da linha intermunicipal, que custa muito caro, R$3,20. O ponto mais próximo da tribo foi transferido para uma distância de 1,5km de onde estava localizado anteriormente, numa estrada de barro.

FONTE: *A Tarde/BA, 10/10/2006; Correio da Bahia/BA, 10/10/2006*

2006

VÍTIMA: Estudantes indígenas

POVO: Pataxó Hã-hã-hãe

DESCRIÇÃO: O pagamento do transporte escolar para estudantes indígenas estava em atraso há seis meses e a empresa de transporte ameaçou interromper o trabalho, caso não fosse quitado, pelo Estado da Bahia, este débito. A paralisação do transporte dos estudantes inviabilizaria o ano letivo, por isso cerca de 60 Tupinambá e Pataxó Hã-Hã-Hãe ocuparam a Secretaria Estadual de Educação, em Salvador, e a Diretoria Regional de Educação (Direc), em Itabuna, exigindo providências. Além disso, a Secretaria de Educação ameaçava suspender os pagamentos de salários dos profissionais de educação e o corte no envio de merenda escolar.

FONTE: *Cimi Leste - Equipe de Itabuna; Lideranças Tupinambá e Pataxó Hã-Hã-Hãe*

MA - 1 Caso(s)

novembro/2006

VÍTIMA: Alunos indígenas

POVO: Guajajara

TERRA INDÍGENA: Guajajara

MUNICÍPIO: Grajau

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Bananal

DESCRIÇÃO: Lideranças indígenas denunciaram ao Ministério Público e à Funai a falta de professores para as escolas indígenas da região, de transporte e merenda escolar para os alunos. Segundo os indígenas as crianças estão sem aula desde o primeiro semestre. Houve uma seleção, mas o Estado não contratou os professores.

FONTE: *O Estado do Maranhão, 22/11/2006*

MS - 4 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Estudantes da Escola Francisco Hibiapina

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Estudantes estão sem água encanada. Devido à falta de acondicionamento adequado, a caixa de água contém terra e até insetos. Há encanamento no local, mas a água não chega às torneiras por falta de pressão. Os dois bebedouros foram desativados. A rede de esgoto está entupida e o mau-cheiro toma conta da escola.

FONTE: *O Progresso/MS, 04/09/2006*

15/03/2006

VÍTIMA: Estudantes indígenas

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Reserva Lagoa Rica

DESCRIÇÃO: Estudantes não têm transporte escolar e percorrem diariamente 16 km para freqüentar a escola. Eles reclamam também de discriminação sofrida por não disporem de uniformes completos e alguns materiais escolares.

FONTE: *O Progresso/MS, 15/03/2006*

2006

VÍTIMA: Crianças indígenas

POVO: Guarani-Kaiowá

TERRA INDÍGENA: JARARÁ

MUNICÍPIO: Juti

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Taquara

DESCRIÇÃO: Pelo menos 50 crianças são submetidas a condições insalubres no local onde estudam. O prédio escolar improvisado não protege as crianças da chuva e do sol, não havendo nem banheiro no local.

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul, 08/11/2006*

26/05/2006

VÍTIMA: Professores indígenas

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Professores indígenas mantidos por contrato temporário. O estado não realiza concurso específico para contratação desses profissionais.

FONTE: *O Progresso/MS, 26/05/2006*

MT - 6 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Povos do Mato Grosso

POVO: Karajá e outros

DESCRIÇÃO: A maioria das escolas indígenas no estado do Mato Grosso funciona em prédios inadequados, ou nem sequer contam com prédios construídos para as atividades escolares. Algumas construções foram iniciadas, porém esquecidas e outras vêm sendo requeridas desde 2000. No caso da Escola Estadual Indígena Itxala (povo Karajá, município de Santa Terezinha) a escola funciona sem prédio próprio desde a sua regularização. As aulas acontecem em um prédio construído pela Funai e que funcionava para o atendimento de saúde. Esse prédio se encontra em estado lastimável, correndo o risco de desabar a qualquer momento. Vale dizer que duas colunas já caíram em pleno horário de aula, colocando em risco a vida de alunos e professores. O caso já foi encaminhado para o Ministério Público que urgiu ao Estado a construção de um prédio adequado para essa escola. Até o momento nada foi feito.

FONTE: *Cimi Regional Mato Grosso*

2006

VÍTIMA: Povos do Mato Grosso

DESCRIÇÃO: O Estado de Mato Grosso realizou o primeiro concurso específico para contratação de professores indígenas em 2006. Entretanto: - exigiu-se a habilitação em nível superior para a inscrição, sendo que na realidade há ainda muitos professores atuando nas escolas indígenas que não possuem esse grau de escolarização e, de acordo com as normas em vigor, essa não deveria ser uma exigência; - as provas foram todas realizadas em língua portuguesa, sendo que esta é a segunda língua para muitos dos professores, o que dificulta o entendimento do que estava sendo pedido.

FONTE: *Cimi Regional Mato Grosso*

2006

VÍTIMA: Professores e alunos indígenas

POVO: Nambikwara

DESCRIÇÃO: Interferência da Secretaria de Educação Municipal na gestão das escolas; imposição de grades curriculares, metodologias e processos de avaliação.

FONTE: *A Gazeta/MT, 05/08/2006*

2006

VÍTIMA: Alunos indígenas

POVO: Nambikwara

TERRA INDÍGENA: Vale do Guaporé

MUNICÍPIO: Comodoro

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Vale do Guaporé e Cerrado

DESCRIÇÃO: As 12 escolas indígenas do Povo Nambikwara (Capitão Pedro, Negarotê, Manairisu, Wanunsu, Alantesu, Kithaulu, Camararé, Nambikwara, Sawatesu, Barracão Queimado, Taquaral, Aroeira e salas anexas), reconhecidas através de decretos de criação votados e aprovados pela Câmara Municipal de Comodoro, MT, ainda são enquadradas como escolas rurais, obedecendo a uma grade curricular e metodologias de ensino alheias à realidade indígena, contribuindo para o alto índice de evasão escolar e a precariedade do ensino oferecido. O sistema de avaliação dos alunos, que estava sendo feito em forma de relatórios descritivos, foi proibido pela atual secretária, que exigiu a transformação destes relatórios em notas, em flagrante desrespeito à própria LDB que garante a qualquer escola o direito de estabelecer outras formas de realizar o processo avaliativo de seus alunos. No final do ano é elaborada uma avaliação pela Secretaria Municipal de Educação sem a participação dos professores das aldeias. Essa avaliação é feita em língua portuguesa, desrespeitando assim os direitos lingüísticos do povo Nambikwara.

FONTE: *Cimi Regional Mato Grosso*

2006

VÍTIMA: Professores indígenas

POVO: Tapirapé e Myky

DESCRIÇÃO: Há 29 professores Tapirapé atuando em sala de aula, que reivindicam habilitação em magistério. No entanto, foram ofertadas apenas 06 vagas no curso de Formação para Magistério Indígena. No caso dos Myky são 8 professores e apenas metade obtiveram vagas no curso. O Projeto Aranowa'yao do povo Tapirapé que prevê a habilitação em magistério para o conjunto dos professores tramita há dois anos na SEDUC e no CEEI - Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena sem receber sequer um parecer.

FONTE: *Cimi Regional Mato Grosso*

2006

POVO: Povos indígenas de Mato Grosso

DESCRIÇÃO: A Secretaria de Educação não destina recursos necessários para o funcionamento do Conselho de Educação Escolar Indígena - CEI/MT e, por essa razão, esta instância de Controle Social não pode desempenhar devidamente suas atribuições.

FONTE: *Cimi Regional Mato Grosso*

RS - 1 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Servidores de escola

POVO: Kaingang

TERRA INDÍGENA: GUARITA

MUNICÍPIO: TENENTE PORTELA

DESCRIÇÃO: Devido ao atraso nos repasses, há vários meses, às prefeituras da região, por parte do governo do estado, não estão sendo pagos os salários de merendeiras, vigias e secretários dos 12 estabelecimentos de ensino da reserva.

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a servidores da escola

FONTE: *Correio do Povo/RS, 29/11/2006*

A condição precária das instalações e a falta de merenda contribuem para a evasão dos alunos – Escola Karitiana – *Foto: Cimi Rondônia*

Desassistência na área de educação escolar indígena

Dados -2007

AL - 1 Caso(s)

jan/abril/2007

VÍTIMA: Professores indígenas de Alagoas

DESCRIÇÃO: Contratos temporários irregulares e salários atrasados.

FONTE: *Gazeta de Alagoas, 10/06/2007*

AM - 1 Caso(s)

20/04/2007

VÍTIMA: Povos indígenas do estado do Amazonas

DESCRIÇÃO: Falta de material escolar e de merenda; contratos temporários de professores indígenas e baixos salários. Algumas escolas são improvisadas em galpões.

FONTE: *A Crítica/AM, 20/04/2007*

BA - 3 Caso(s)

junho/2007

VÍTIMA: Alunos indígenas

POVO: Pataxó

TERRA INDÍGENA: MATA MEDONHA

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Mata Medonha

DESCRIÇÃO: Precárias condições de ensino, apenas uma sala de aula; falta de material escolar. Os alunos matriculados de 5a. a 8a. séries e no Ensino Médio freqüentam escolas fora da aldeia e percorrem 12 km a pé.

FONTE: *A Tarde/BA, 23/07/2007*

2007

VÍTIMA: Alunos indígenas

POVO: Pataxó

TERRA INDÍGENA: COROA VERMELHA

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ CABRALIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Coroa Vermelha

DESCRIÇÃO: Falta de material didático, transporte e merenda escolar.

FONTE: *A Tarde/BA, 23/07/2007*

junho/2007

VÍTIMA: Professores indígenas

POVO: Pataxó hã-hã-hãe

TERRA INDÍGENA: CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

MUNICÍPIO: PAU BRASIL

DESCRIÇÃO: Conselho Estadual de Educação autorizou concurso público para contratação de professores indígenas, mas o governador não encaminhou Projeto de Lei.

FONTE: *Correio da Bahia, 01/06/2007; A Tarde/BA, 3/5/2007*

CE - 1 Caso(s)

junho/2007

VÍTIMA: Povos Tapeba, Jenipapo-Kanindé, Pitaguary

POVOS: Tapeba, Jenipapo-Kanindé, Pitaguary

DESCRIÇÃO: Irregularidades nos contratos temporários dos professores.

FONTE: *O Povo/CE, 01/03/2007*

MA - 1 Caso(s)

2007

VÍTIMA: Estudantes e professores indígenas

DESCRIÇÃO: Falta de condições nos prédios escolares; falta de merenda e material didático; não há oferta suficiente de vagas em cursos de magistério

FONTE: *O Estado do Maranhão, 12/09/2007*

MT - 1 Caso(s)

2007

VÍTIMA: Professores e alunos indígenas

POVO: Tapirapé

DESCRIÇÃO: Falta de vagas para os professores indígenas em cursos específicos de magistério. Instalações inadequadas para as aulas.

FONTE: *CIMI*

PA - 4 Caso(s)

07/06/2007

VÍTIMA: Alunos da comunidade indígena Tembé

POVO: Tembé

TERRA INDÍGENA: ALTO RIO GUAMÁ

MUNICÍPIO: PARAGOMINAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia São Pedro

DESCRIÇÃO: Há falta de professores, falta de transporte; precárias condições físicas dos prédios.

FONTE: *O Liberal/PA, 07/06/2007; Cimi Regional Norte II*

2007

VÍTIMA: Comunidade indígena

POVO: Atikum

TERRA INDÍGENA: ORORORÓBÁ

MUNICÍPIO: ITUPIRANGA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Pará

DESCRIÇÃO: Problemas com a construção da escola,cuja construção foi feita com valor inferior ao projeto e sem levar em consideração a cultura dos índios. Falta de merenda escolar, de professores, material didático e de estrada que dê acesso à aldeia.

FONTE: *Cimi Regional Norte II; Comunidade Atikum*

2007

VÍTIMA: Alunos indígenas

POVO: Kayapó

TERRA INDÍGENA: KAYAPÓ

MUNICÍPIO: REDENÇÃO

DESCRIÇÃO: Falta de professores, escolas e material básico, para os estudantes, além de problemas nas estradas que dão acesso às aldeias.

FONTE: *O Liberal/PA, 03/04/2007*

2007

VÍTIMA: Comunidades Guajajara e Guarani Mbyá

POVO: Guajajara e Guarani Mbyá

TERRA INDÍGENA: GUAJANAIRA

MUNICÍPIO: ITUPIRANGA

DESCRIÇÃO: Os alunos têm problemas com a falta de escolas, merenda escolar, material didático e contratação de professores além da abertura de uma estrada que dê acesso à aldeia. A Prefeitura conseguiu um convênio com o MEC para a construção de uma escola na aldeia. Os recursos seriam suficientes para uma boa construção, o que não aconteceu. A escola é pequena e foi construída sem levar em consideração a cultura indígena.

FONTE: *Cimi Regional Norte II, Comunidades Indígenas Guajajara e Guarani Mbyá*

PE - 2 Caso(s)

04/06/2007

VÍTIMA: Estudantes indígenas Fulni-ô

POVO: Fulni-ô

TERRA INDÍGENA: ÁGUAS BELAS

MUNICÍPIO: AGUAS BELAS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Águas Belas

DESCRIÇÃO: Precárias condições dos prédios, escola sem água e sem banheiro, falta de material escolar.

FONTE: *Diário de Pernambuco, 04/06/2007*

19/04/2007

VÍTIMA: Professores indígenas

POVO: Xukuru

MUNICÍPIO: PESQUEIRA

DESCRIÇÃO: Contratos temporários e insegurança profissional.

FONTE: *Diário de Pernambuco, 19/04/2007*

RS - 1 Caso(s)

13/03/2007

TERRA INDÍGENA: GUARITA

POVO: KAINGANG

MUNICÍPIO: TENENTE PORTELA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rio Grande do Sul

DESCRIÇÃO: Mais de 200 índios Kaingang e Guarani bloquearam a RS 330, que corta a reserva Guarita. O objetivo dos índios é pressionar o governo estadual a repassar recursos na área de saúde e educação.

MEIO EMPREGADO: Atraso no pagamento a convênio de saúde

FONTE: *Correio do Povo/RS, 14/03/2007*

Desassistência Geral

Janeiro de 2006 a Dezembro de 2007

Foram registrados, no ano de 2006, 13 casos referentes à falta de assistência à população indígena de uma forma geral. A maioria dos problemas está relacionada à falta de postos da Funai nas áreas indígenas, falta de recursos vindos da Funai para as aldeias, falta de transporte, falta de segurança e confinamento da população em pequenos espaços de terra. Estas situações causam transtornos que vão desde a morosidade na expedição de documentos e da falta de apoio à agricultura até a não demarcação de terras.

No Amazonas, segundo o chefe de assistência da Funai, existiam, em 2006, apenas 49 postos e 100 novos postos precisariam ser construídos. Também não havia pessoal qualificado para o trabalho no órgão indigenista oficial.

No Mato Grosso do Sul, o problema da desassistência afeta todas as instâncias da vida do povo Guarani. Há uma crescente onda de violência registrada em Dourados. As famílias temem ser vítimas de gangues que assaltam e agridem pessoas nas proximidades das aldeias. Na aldeia Lagoa Rica, a população deixou de plantar milho, feijão e amendoim, pois o único trator que serve a comunidade estava com o motor fundido. Em Amambai, o posto da Funai praticamente não existe desde o ano de 2005 e a situação dos indígenas é de discriminação e de exposição a uma situação de mendicância, na qual vivem os indígenas que saem das suas aldeias por falta de estrutura e que acabam ficando nas cidades.

No Mato Grosso, a aldeia Kemoro, dos Kayapó, está consumindo água de um córrego contaminado, não tem posto de saúde nem escola e a mortalidade infantil na aldeia chega a 50% dos nascidos vivos.

O povo Kayapó do Pará está sendo espoliado por comerciantes e fornecedores que superfaturam produtos e serviços. Os indígenas estão vivendo uma situação de miséria, acentuada após o início da exploração de ouro e mogno na região. A questão é delicada e não há acompanhamento pela Funai. Os indígenas denunciaram a administração local da Funai pela má gestão dos recursos e o administrador do órgão em Belém, Moacir Melo, implementou mudanças na administração em Redenção. De comum acordo com as comunidades Kayapó, nomeou o índio Moikô Kayapó como administrador local e mais dois interventores. Foi determinada instauração de auditoria interna para averiguar as denúncias dos indígenas.

Em Rondônia, falta manutenção das estradas e das pontes de acesso às terras dos Cinta Larga e dos Suruí. A situação em que se encontram é de miséria, falta assistência à saúde, à educação, a trabalho, além da devastação causada pelo ciclo de exploração madeireira e da entrada de garimpeiros sem autorização na região.

A população indígena de Rondônia está sendo afetada pela falta de verbas destinadas à Funai, que deixa as comunidades sem assistência, tanto na lavoura, como na educação e na saúde. No roçado da Aldeia Marmelo, dos Tenharin, apenas mandioca foi plantada, com recursos de aposentadorias, pois a comunidade não recebeu nem sementes nem maquinário para a produção agrícola. Esta situação era decorrente da dívida da Funai com os fornecedores de equipamentos agrícolas e de gasolina.

No Acre, a Funai também esteve sem recursos para atender à população, comprometendo a compra de materiais básicos para a produção e os projetos de apoio às atividades produtivas. Até mesmo a internet foi cortada no posto da Funai e o telefone funcionava só mediante negociação com a operadora.

No ano de 2007, há registro de dois casos de trabalho escravo, no Mato Grosso do Sul. O Grupo Especial de Fiscalização Móvel descobriu 820 indígenas vivendo em condições degradantes, numa unidade da Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool, Agrisul. Os alojamentos foram encontrados sem condições de moradia, por falta de higiene e conforto, banheiros em estado precário, sem condições sanitárias adequadas e com esgoto a céu aberto. Além disso, havia superlotação, com homens amontoados, sem armários ou locais para guardar roupas e objetos de uso pessoal. Os trabalhadores reclamaram, também, da constante falta de água. Também foram constatados atraso no pagamento de salários e o não recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

No Mato Grosso do Sul, ocorreu o outro caso de trabalho escravo. Fiscais da Delegacia Regional do Trabalho resgataram 150 indígenas dos povos Guarani Kaiowá e Terena, que trabalhavam em situação degradante. Segundo o DRT, os indígenas atuavam no corte da cana das seis horas da manhã até as quatro da tarde, sem equipamentos de segurança e muitos sem carteira assinada. Não havia banheiros móveis, nem água tratada ou comida ao longo do dia. Os alojamentos não tinham janelas, nem banheiros, e a capacidade era para abrigar apenas 50 pessoas.

Porém, por falta de outro emprego na região, os indígenas se vêem forçados a aceitar as más condições nas usinas de açúcar.

Outro registro informa que os Guarani Kaiowá das aldeias Bororo e Jaguapiru, Mato Grosso do Sul, se reuniram com o secretário municipal de Agricultura, Ermínio Guedes dos Santos (Dourados). Este prometeu preparar apenas um hectare de terra para cada família, o que é um espaço insuficiente para o plantio. Além disso, o prefeito justificou dizendo que a terra era suficiente para plantar mandioca e batata. O que fez o cacique colocar a pergunta retórica: “Será que ele pensa que o índio come apenas mandioca e batata?”

ANO	CASOS	VÍTIMAS
2006	13	Não há vítimas individuais
2007	3	1.161

Desassistência Geral

Dados -2006

AC - 1 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Povo Kaxinawá

POVO: Kaxinawá

TERRA INDÍGENA: KAXINAWÁ DO BAIXO RIO JORDÃO

DESCRIÇÃO: A Funai está sem recursos para atender aos povos indígenas. Na administração a internet foi cortada e o telefone funciona mediante negociação com a operadora. Foram suspensos projetos de apoio às atividades produtivas nas aldeias. A falta de recursos comprometeu a compra de materiais básicos para a produção (enxadas, machados, terçados, etc.). Conforme declaração de Júlio Kaxinawá, administrador substituto no Acre, sem equipe no campo, os trabalhos de identificação de áreas indígenas para demarcação também estão parados. A falta de recursos, segundo o administrador, atinge as administrações de todo o País. A Funai em Rondônia já está fechada há um mês. (18/09/2006 a 18/10/2006)

FONTE: *A Tribuna/AC, 18/10/2006*

AM - 2 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Povo Tenharim

POVO: Tenharim

MUNICÍPIO: HUMAITA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Marmelo

DESCRIÇÃO: A dívida da Funai com os fornecedores de equipamentos agrícolas, gasolina, causou a falta de material para que os índios possam plantar. De acordo com o cacique João Sena Tenharim, na aldeia onde vive foram plantadas apenas mandioca e assim mesmo com recursos da aposentadoria dos próprios indígenas. Não receberam sementes de arroz nem maquinário.

FONTE: *Diário da Amazônia/RO, 26/09/2006*

2006

VÍTIMA: Povos do Amazonas

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Amazonas

DESCRIÇÃO: A assistência aos indígenas do Amazonas está precária por falta de postos da Funai próximos às aldeias. Expedição de documentos, demarcação de terras, apoio à agricultura, chegam somente a 15% da população. Segundo o chefe de assistência da Funai, João Melo, existem somente 49 postos e precisariam ser construídos mais cem novos. Não há pessoal qualificado suficiente para atender os povos indígenas.

FONTE: *A Crítica/AM, 12/07/2006*

MS - 5 Caso(s

2006

VÍTIMA: Comunidade Guarani Kaiowá

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Bororo e Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Crescente onda de violência registrada nas aldeias Bororo e Jaguapiru. Desde a suspensão da "Operação Sucuri", cujo trabalho era desenvolvido pela Funai, o índice de violência vem crescendo e as famílias têm medo de sair de casa porque temem ser vítimas de gangues que costumam assaltar e agredir pessoas nas estradas vicinais que cortam as aldeias Bororo e Jaguapiru. Suicídios, estupros, prostituição infantil, alcoolismo e uso de outras drogas têm trânsito livre na Reserva, um dos locais mais violentos de Dourados

MEIO EMPREGADO: Suspensão de operação policial

FONTE: *O Progresso/MS, 23/12/2006-Douradosagora 12/01/2007*

abril/2006

VÍTIMA: Povo Guarani Kaiowá e Guarani Nhandeva

POVO: Guarani Kaiowá e Guarani Nhandeva

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mato Grosso do Sul

DESCRIÇÃO: Com a sede da Administração Regional da Funai fechada, devido à greve dos funcionários por melhorias salariais, a população indígena dividida em 13 aldeias está sem atendimento. O órgão só funciona para serviços internos e não atende à população. Desde o ano de 2005 com o protesto dos índios que ocuparam a sede da Funai por 60 dias, fornecedores e prestadores de serviço ficaram sem receber e até o momento os serviços não foram retomados de forma satisfatória. A Funai de Amambai passou praticamente a não existir. Diariamente são vistos indígenas, inclusive crianças em idade escolar, perambulando pelas ruas, dormindo em praças públicas e pedindo comida nas casas. O pior, ainda, revirando latas de lixo.

FONTE: *O Progresso - 05/05/2006*

2006

VÍTIMA: Povo Guarani Kaiowá

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

DESCRIÇÃO: Os índios reclamam da falta segurança dentro da aldeia, uma vez que a ação da polícia, através das rondas

ostensivas, foi desativada. Segundo os índios a situação ficou mais crítica depois da morte de dois policiais civis, em abril deste ano, quando as polícias resolveram diminuir a atuação dentro das terras indígenas. Para combater crimes como tráfico de drogas, roubos e agressões, a Funai criou a Operação Sucuri. Depois de um período de atuação a operação deixou de dar assistência e a comunidade se viu sem proteção. Atualmente a Funai reativou o trabalho da Operação Sucuri, mas, pela falta de recursos para manutenção da atividade, corre-se o risco de novamente ser interrompida sua ação.

FONTE: *O Estado do Mato Grosso do Sul/MS, 17 e 22/09/2006*

2006

VÍTIMA: Povo Guarani Kaiowá

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: AMAMBAI

MUNICÍPIO: AMAMBAI

DESCRIÇÃO: Os índios de várias idades e de ambos os sexos passaram a mendigar pelas ruas de Amambai, pedindo dinheiro para comprar comida, revirando lixo e até praticando furtos. As crianças perambulam sem o menor controle consumindo bebida alcoólica por conta de comerciantes inescrupulosos. A Funai está praticamente inoperante desde setembro/2005. Os índios, na miséria, fazem fila na porta da Secretaria de Ação Comunitária da Prefeitura de Amambai para pedir ajuda. Segundo o cacique, José Bino Martins, a maior parte desses indígenas que permanecem pelas ruas da cidade são oriundos de aldeias de outras regiões e que acabam não se adaptando ao convívio nas aldeias de Amambai, preferindo viver em barracos na periferia da cidade e vagando pelas ruas.

FONTE: *O Progresso/MS, 1º/02/2006*

2006

VÍTIMA: Indígenas da Aldeia Lagoa Rica

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Lagoa Rica

DESCRIÇÃO: Com o único trator que serve a terra indígena quebrado, a maioria da população deixou de plantar milho, feijão e amendoim. Prejuízo para a comunidade que ganhava cerca de R$250 com a lavoura e perdeu muito porque não pode efetuar o plantio. Os índios trabalhavam com um único trator que está com o motor fundido. É uma máquina antiga e difícil para consertar. Cada uma das 730 famílias tem meio hectare de terra. Solicitaram o conserto para a Funai de Dourados, mas não foram atendidos até a data da notícia.

FONTE: *O Progresso/MS, 17/03/2006*

PA - 1 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Comunidade Kayapó

POVO: Kayapó

TERRA INDÍGENA: KAYAPÓ

MUNICÍPIO: REDENÇÃO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Kayapó

DESCRIÇÃO: Os indígenas estão numa situação de miséria, após a exploração de ouro e mogno. Não há um projeto de vida elaborado e acompanhado pela Funai. Encontram-se indígenas caídos nas calçadas pelas ruas do município. Os indígenas denunciam a administração local da Funai pela má administração dos recursos.

FONTE: *Tocantins/PA, 05/06/2006*

PR - 1 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Indígenas da aldeia Sambaqui

POVO: Guarani

MUNICÍPIO: PONTAL DO PARANA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeia Sambaqui

DESCRIÇÃO: Os moradores da aldeia sofrem com a falta de estrutura. Conforme Pedro Guimarães, do Conselho do Litoral, os indígenas estão em situação de miséria e mendicância. As adolescentes não têm acesso ao estudo. As casas são frias e úmidas e eles plantam sem ajuda do governo, o que precisam para sobreviver. Não recebem cesta básica, alimentos ou qualquer tipo de ajuda. Há oito anos a família, de apenas seis índios, resolveu habitar novamente a região do rio Guaraguaçu. A área demarcada recentemente pelo município de Pontal do Paraná ainda não tem qualquer estrutura de saneamento básico, energia elétrica ou de habitação. Segundo Guimarães, nenhum município do Paraná tem hoje estrutura para cuidar da política indígena.

FONTE: *Folha de Londrina-Home Page, 27/11/2006*

RO - 3 Caso(s)

2006

VÍTIMA: Povo Tenharim

POVO: Tenharim

TERRA INDÍGENA: TENHARIM MARMELOS

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

DESCRIÇÃO: A Funai está sem recursos. O prédio do órgão está em péssimas condições para seu funcionamento, sem energia elétrica, sem telefone. Sem crédito, o órgão não pode atender às aldeias nas suas necessidades básicas. Em muitas delas não houve plantio porque a Funai não enviou sementes. Combustível também é outro produto em falta. Os índios ameaçam bloquear a BR-364, para pressionar o governo a liberar recursos. Eles anunciaram também o bloqueio da BR230, no quilômetro 146, ainda não confirmado pela polícia. O administrador substituto da Funai admite que os cofres estão vazios e diz que os fornecedores se recusam a vender. As dívidas com empresários chegam à casa dos R$600 mil.

FONTE: *Diário da Amazônia/RO, 29/09/2006*

2006

VÍTIMA: Indígenas Cinta Larga e Suruí

POVO: Cinta Larga e Suruí

TERRA INDÍGENA: CINTA LARGA (R.PRETO)

MUNICÍPIO: ESPIGAO D'OESTE

DESCRIÇÃO: Indígenas Cinta Larga e Suruí fizeram manifestação em Cacoal reivindicando manutenção das estradas de acesso às áreas indígenas. A maioria das pontes que dão acesso às aldeias também apresentam problemas. Estão sem assistência em educação e saúde e sem trabalho para sustentar suas famílias. Estão enfrentando

uma situação de miséria, depois do ciclo de exploração madeireira que devastou suas terras. Outra questão grave enfrentada pelos índios é o garimpo que embora fechado temporariamente, continua recebendo garimpeiros que entram sem autorização na terra indígena.

FONTE: *Diário da Amazônia, 25/02/2006*

2006

VÍTIMA: Povos indígenas de Rondônia

MUNICÍPIO: PORTO VELHO

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Rondônia

DESCRIÇÃO: A falta de verbas destinada à Funai para pagar as contas está afetando seriamente a população indígena de Rondônia. Os índios não têm conseguido sequer plantar suas lavouras, ou ter uma assistência à educação e saúde mais eficiente. Segundo o administrador executivo regional da Funai, Rômulo Siqueira de Sá, desde o mês de julho que o órgão não recebe repasse de verba para dar continuidade aos projetos que atendem às etnias.

FONTE: *O Estadão/RO, 17/10/2006*

Desassistência Geral
Dados -2007

MS - 3 Caso(s) - 1.161 Vítima(s)

13/11/2007

VÍTIMA: 1.011 indígenas

POVO: Guarani Kaiowá

MUNICÍPIO: BRASILANDIA

LOCAL DA OCORRÊNCIA: unidade da Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool/Agrisul.

DESCRIÇÃO: Uma operação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, composto por Auditores Fiscais do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal, resultou na interdição da unidade da Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool/Agrisul. No local 1.011 indígenas foram flagrados em condições degradantes, segundo afirmação do procurador do Trabalho e vice-coordenador nacional de Combate ao Trabalho escravo, Jonas Ratier Moreno. Os alojamentos foram encontrados sem condições de habitabilidade, higiene e conforto, com muito lixo espalhado pelo chão, moscas e outros insetos e restos de comida por todo o local e esgoto a céu aberto. Além disso, havia a superlotação, com homens amontoados, sem armários ou locais para guarda de roupas e objetos de uso pessoal. Os banheiros estavam em estado precário, sem condições sanitárias adequadas e com mau cheiro. Os trabalhadores reclamaram, também, da constante falta de água. Em todos os alojamentos destinados aos indígenas foram encontrados objetos, roupas e calçados muito sujos espalhados pelo chão, além de pratos e marmitas com restos de comida (partilhada com animais). Também foi constatado atraso no pagamento de salários e o não recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A Auditoria-Fiscal do Trabalho também identificou motorista de ônibus com habilitação vencida e ônibus sem condições para transportar os trabalhadores. Sem contar que na área industrial, foi constatado o excesso de vazamento nas tubulações, alto nível de ruído e presença de bagaços de cana livres no ar (situação que pode provocar doenças respiratórias como a bagaçose).

MEIO EMPREGADO: Trabalho escravo

FONTE: *www.ptr24.mpt.gov.br; home page folha online, 29/11/2007*

2007

VÍTIMA: 150 indígenas

POVO: Guarani Kaiowá e Terena

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Mato Grosso do Sul

DESCRIÇÃO: Fiscais da Delegacia Regional do Trabalho resgataram 150 indígenas que trabalhavam em situação degradante. Segundo o DRT, os indígenas atuavam no corte da cana das 6h às 16h. sem equipamentos de segurança e muitos sem carteira assinada. Não havia banheiros móveis nem água tratada ou comida ao longo do dia. Os alojamentos não tinham janelas, nem banheiros, e a capacidade era para abrigar apenas 50 pessoas. Em Mato Grosso do Sul as usinas de álcool são a principal fonte de empregos para índios. Os usineiros costumam contratá-los devido à eficiência dos indígenas no corte da cana.

MEIO EMPREGADO: trabalho escravo

FONTE: *Folha de São Paulo, 30/03/2007*

agosto/2007

VÍTIMA: Comunidades indígenas

POVO: Guarani Kaiowá

TERRA INDÍGENA: DOURADOS

MUNICÍPIO: DOURADOS

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Aldeias Bororo e Jaguapiru

DESCRIÇÃO: Após uma reunião dos índios com o secretário municipal de Agricultura, Ermínio Guedes dos Santos, a Prefeitura iria preparar apenas um hectare de terra para cada família. Espaço insuficiente para o plantio. Além disso o prefeito justificou dizendo que a terra era suficiente para plantar mandioca e batata. Questionamento do cacique: "Será que ele pensa que o índio come apenas mandioca e batata?"

FONTE: *O Progresso/MS, 02/08/2007*

Capítulo IV

Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato

Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato 180

Relação dos povos isolados ameaçados de extinção 183

Relação de povos indígenas de contato recente ameaçados de extinção 184

Violência contra povos indígenas isolados e de pouco contato

O Conselho Indigenista Missionário, através de seus regionais Norte I e Rondônia, iniciou, em 2006, o levantamento em área da situação dos povos indígenas em situação de isolamento no sul do Amazonas, especificamente nas áreas do Curequetê, do alto Marmelos, na Transamazônica (BR 230), e no igarapé Jacareúba, na estrada Mucuim/Canutama.

Este levantamento preliminar é decorrente de um encontro dos regionais do Cimi que atuam na Amazônia Legal, realizado em Porto Velho, em maio de 2006. Ali, foram sistematizados os conhecimentos sobre povos indígenas em situação de isolamento e de risco. Na ocasião, foi constituído um grupo de pessoas para atuar a partir da consolidação de

Foto: Arquivo Cimi.

Os povos que vivem sem contato são os mais vulneráveis às ações de garimpeiros, madeireiros e caçadores. Pelo menos 60 pessoas do povo Awá Guajá vivem sem contato no Maranhão.

informações sobre os povos indígenas isolados e para fazer os primeiros levantamentos em área.

Constata-se que a situação dos índios isolados na Amazônia Legal continua sendo muito grave, principalmente a situação de 18 povos na iminência de extinção devido a práticas de genocídio. As agências governamentais são totalmente inoperantes em relação às suas atribuições legais, favorecendo a exploração dos recursos naturais, a pecuária e o agronegócio, sobretudo em Rondônia, no norte do Mato Grosso e sul do Amazonas

Em muitos territórios de índios isolados há implantação de projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de invasões ilegais e predatórias de fazendeiros, madeireiros, pescadores, garimpeiros, caçadores, contrabandistas e de outras atividades de exploração ambiental, ameaçando a sobrevivência física e cultural destes "índios livres".

Ação do Estado

O Estado brasileiro deve reconhecer os direitos dos índios isolados, garantir sua integridade social, cultural e econômica, proteção de seu território e de seus recursos naturais, aplicando a legislação nacional e internacional.

O Estado brasileiro deve suspender em todas as áreas, com referências de presença de índios isolados, projetos de desmatamento, de assentamentos e de extração de recursos naturais, principalmente de minérios.

CASOS

AMAZONAS

1) No Vale do Javari, verificou-se um acréscimo no número de portadores de hepatite B, no número de casos de malária e inclusive a constatação de outras patologias como hepatite C, hanseníase e tuberculose, ameaçando a existência da maior concentração demográfica de índios isolados do Brasil. Essa afirmação pode ser confirmada nos resultados obtidos a partir do inquérito sorológico realizado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Javari e Hospital de Medicina Tropical do Amazonas.

Nessa região, a precariedade da estrutura física de Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a escassez de recursos humanos inviabilizam a atenção à saúde minimamente adequada. A má gestão dos Recursos Orçamentários e Financeiros, a falta de acompanhamento e supervisão das ações realizadas pelas equipes de profissionais de saúde e as descontinuidades das ações, assim como as constantes interferências políticas na gestão dos DSEIs e das demandas da saúde indígena, constituem um quadro que requer intervenções sérias e imediatas pelo Estado brasileiro.

2) Na área do rio Curequetê – sul de Lábrea, foi identificado o avanço rápido do agronegócio, principalmente de fazendas de soja, por grileiros de terras da União, com omissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), do Incra e da Funai. Vestígios de presença de índios foram encontrados por castanheiros em maio de 2006, indicando a fuga destes diante do avanço do agronegócio a partir do sul do estado. As fazendas griladas estão ocupando toda a área desses isolados que vivem na região, ameaçando a sobrevivência do povo. Existem três firmas colonizadoras (Proterra, Prosã e Proapa) e uma Associação (Procampo), ocupando as terras tradicionais.

3) Na região sul de Lábrea, os Kaxarari confirmam a existência de índios isolados nas cabeceiras entre os afluentes do rio Ituxi e o rio Curequetê, uma área esquecida pelas autoridades do Incra, do Ibama e da Funai, por estar entre as fronteiras dos três estados: Amazonas, Acre e Rondônia. É uma área sem lei, uma das mais violentas da região, principalmente nos ramais Junior Mendes e no ramal do Boi, entre as localidades Extrema e Nova Califórnia. O litígio que definiu os limites entre os estados do Acre e de Rondônia não resolveu as questões políticas de atendimento aos povos indígenas. Existe na região o assentamento Joana Darc, do Incra, com plantadores de soja e grandes fazendas de gado.

4) Na aldeia apurinã Japiim, município de Lábrea, no dia 28 de setembro de 2007, isolados teriam chegado até perto da casa das indígenas Ruth e sua irmã. Na hora em que faziam o almoço, apareceram duas pessoas, de estatura baixa, usando tanga, o cabelo cortado ao modo de cuia. Eles fugiram depois de serem descobertos pelos olhares curiosos das mulheres. Ruth alarmou a aldeia e os homens se armaram, vasculhando o terreno perto da maloca, sem, porém, descobrirem nada, nem rastros, nem vestígios, apenas algumas quebradas novas.

Cinco dias antes, no roçado do Baixinho e de Abidias, Dona Mira, mulher do Baixinho, estava perto do barranco do rio Paciá, quando ouviu assobios de macucal, um passarinho que só se encontra na várzea do rio. Ela não avistou nada, apenas ouviu gritos e arremedos de bichos. Alarmou, e o pessoal foi atrás, atravessando o rio de onde tinham vindo vozes; encontraram pegadas de gente e galhos novos quebrados. Dias depois Dona Mira ouviu outra vez os estranhos gritos, e o pessoal, outra vez, vasculhou o outro lado do rio, sem darem em alguma coisa suspeita ou de presença de gente.

As terras das cabeceiras do rio Paciá, do Inacorrã, do Jacareúba, do Punicicí e do Punainã são áreas de ocupação e grilagem de fazendeiros sulistas, que degradam a fauna e a flora, e assim, os recursos naturais necessários para a sobrevivência dos isolados, que agora, fugindo do contato com os invasores, procuram novas áreas desabitadas. A comunidade participou das buscas de vestígios; entenderam que é necessário avaliar a situação e protegê-los, sem provocar um conflito armado.

5) No alto rio Marmelos situa-se o *habitat* de um grupo isolado Tenharim, dentro da área já demarcada Tenharim. Ali passa a Estrada de Estanho, feita pela Mineradora Taboca, da Paranapanema, para extrair estanho e cassiterita. Vinda do Mato Grosso, a estrada corta a área Tenharim e chega até a Transamazônica (BR 230), passando em grande parte pelos campos naturais das terras indígenas Tenharim. Os Tenharim que extraem castanha daquela área confirmam a existência de seus parentes, ameaçados pela estrada onde circulam caminhões e ônibus diariamente e onde há pressão forte do agronegócio.

Os Tenharim do Igarapé Preto indicam outro grupo de índios isolados, apontando o seu *habitat* na área do Madeirinha e do Roosevelt.

6) No rio Itaparana, município de Tapaua, houve, em 1964, o massacre contra o povo Juma que naquela época impedia o avanço da frente extrativista, principalmente de castanheiros. Estes, sob comando de alguns comerciantes e políticos daquela região, atearam fogo numa das malocas, à noite, matando mais de 40 indígenas, entre crianças, homens e mulheres. O crime aconteceu nas cabeceiras dos igarapés da Onça e São Miguel. O mesmo massacre foi repetido contra uma outra maloca Juma.

Há referências de sobreviventes naqueles rios. Nos anos de 1990, um casal com filhos fora visto; às vezes são vistos sinais de vida naquelas paragens, como, por exemplo, velhos acampamentos, fogos, e restos de comida.

Foram realizadas duas viagens pela equipe do Cimi na região. A primeira subiu pelo rio Itaparaná até os respectivos igarapés onde as informações foram qualificadas; e outra foi feita pela Transamazônica BR 230 descendo pelo rio Itaparaná até os respectivos igarapés, consolidando, assim, as informações de presença de um grupo de índios isolados. Esta segunda foi feita na companhia de um chefe do povo Mura que luta pela demarcação da área do rio Itaparaná.

7) No rio Sucunduri, município de Apui, há exploração madeireira, garimpeiros, fazendas e projetos de colonização. Segundo o Cimi, há um grupo de indígenas isolados que vive entre o igarapé Anil e o rio São Tomé, afluentes do rio Juruena. A equipe local do Cimi em Aripuanã teve informações da existência desse grupo através de um topógrafo que fez medições de terra nessa região em 1998. Segundo o topógrafo, esses índios se localizam nas cabeceiras do rio Água Branca, na Serra do Sucunduri, no estado do Amazonas.

Moradores do alto rio Sucunduri, nos anos 80, encontravam vestígios de indígenas isolados, vindos do rio Tapajós. Ali, o ex-governador do Amazonas, Amazonino Mendes, tem uma fazenda, mas hoje a propriedade está dentro do mosaico da terra protegida. A firma WWT trabalhou fazendo levantamento de delimitação das terras protegidas, classificando fauna e flora para definir os recursos da natureza, via helicóptero. Naquela época já não havia mais vestígios.

Na Cachoeira Monte Cristo, antigamente, havia vestígios de isolados; no igarapé Bararetê os isolados faziam suas excursões; hoje são reservas protegidas de Floresta Nacional (Flona) e Floresta Estadual (Flota). Por lá, há plantação de banana e presença de muitos animais selvagens para a caça. Num dos afluentes do rio Sucunduri, no igarapé Acari, há uma fazenda com a extensão de 500 hectares, onde existem pistas clandestinas, mas todo mundo tem medo de denunciar.

8) Na BR 319, há o projeto de assentamento "São Francisco do rio Mucuim", dentro da terra tradicional Katawixi, com promoção de ecoturismo e pesca predatória. No igarapé Jacareúba, *habitat* e antigo coração das terras Katawixi, encontra-se hoje a vila Seringarana, um assentamento do Incra.

O levantamento evidencia a situação de risco e extinção do povo Katawixi. A Funai, que já tinha declarado extinto esse povo, voltou a reconhecer sua existência a partir dos dados apresentados pelo Cimi, reativando a antiga proposta de interdição e criando uma equipe de Frente de Proteção etno-ambiental do Rio Purus.

A ALAP - projeto de proteção de terras estaduais - declarou essa área uma Reserva Florestal, com proposta de proteção do meio ambiente, de gestão ambiental, assentamentos, e de infra-estrutura.

ACRE

9) Os índios isolados do rio Envira estão totalmente abandonados. A exploração de madeira de mogno e cedro em território peruano atinge as terras indígenas demarcadas dos índios isolados no lado do Brasil. Constata-se migração de povos indígenas na fronteira e o tráfego internacional de índios refugiados, onde os madeireiros peruanos atuam, aliciando os índios Ashaninka para matar índios isolados. A frente etno-ambiental que atua na região também denuncia que flecheiros aparecem a serviço de madeireiros, contratados pela Missão religiosa Jaminawa, no lado peruano. A Funai é inoperante diante da complexidade da situação de fronteira, sendo que muitos dos conflitos acontecem fora da jurisdição da Frente de Proteção.

Na Serra do Divisor, há referências também de grupos isolados em áreas protegidas, regularizadas na região. Há áreas localizadas nessa região que foram destinadas para a exploração de madeira e possível prospecção de petróleo e gás natural. Há denúncias de projetos de construção de estradas clandestinas envolvendo narcotraficantes do Peru. Existem, ainda, ações de garimpeiros clandestinos na região do Parque do Divisor, do lado do Peru, e invasões de madeireiras peruanas na terra indígena Kampa do Rio Amônia: quem faz a vigilância dessa área são os Ashaninka que seguram sozinhos essa onda de invasões. As regiões onde estão presentes estes grupos isolados são extremamente isoladas, em áreas de fronteiras. Do lado peruano não se leva em consideração as áreas indígenas e os índios nessa situação correm sérios risco de serem extintos.

RONDÔNIA

10) Na região da BR 364, os Karitiana confirmam a presença de índios isolados, talvez até de parentes desse povo. Eles lutam pela correção dos limites de sua área, querendo ampliar as terras demarcadas de 90.000 hectares para 150.000, incluindo a área das cabeceiras do rio Candeias onde existem antigos cemitérios e lugares sagrados, com presença de isolados. Esta região é ameaçada por grileiros de terras públicas, madeireiros e garimpeiros dentro da Reserva Florestal Bom Futuro.

MATO GROSSO

11) Na área do Madeirinha, município de Colniza, no Mato Grosso, há forte resistência à regularização da terra indígena Tawarrima do Rio Pardo, onde vivem pelo menos 26 indígenas sem contato com a sociedade envolvente. A terra do Rio Pardo foi identificada com 411 mil hectares, na região do estado que limita com o Amazonas. A decisão é contestada por grileiros, que receberam os títulos de terra de forma fraudulenta, e de políticos do lugar. A região é comandada por políticos envolvidos com madeireiras e grileiros, e que usam constantemente armas de fogo nas disputas territoriais e políticas.

Há muita reação por parte dos madeireiros e muita pressão na Funai por conta dessa medida. A demarcação está em processo de contestação. Ocorreram muitas audiências no Ministério Público Federal de Cuiabá para debater esta questão. Os madeireiros da região também estão fazendo forte pressão nos meios de comunicação local alegando que existem índios na área. Existe uma estrada de madeireiros cortando a terra indígena ao meio. A operação Rio Pardo da

Polícia Federal prendeu muitos madeireiros que atuavam na região. Eles já haviam tido contato com este grupo de índios isolados pelo menos duas vezes.

Praticamente todas as madeireiras do Mato Grosso alegam ter contrato de manejo de madeira concedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Por exemplo, as madeireiras Tupinambá e Martins-Madeireira (essa com 60 km de extensão de terras) e a Sumap–Sincol, um megaprojeto com capital chinês que ocupou terras de índios isolados, destruindo acampamentos da Frente de Proteção Etno-Ambiental da Funai e de índios isolados.

12) Os isolados do Pirapicura, que foram massacrados na década de 1980, na época do contato com o povo, estão há mais de 20 anos de contato sem suas terras garantidas. Os isolados do Maracanazinho também continuam resistindo, sem ação de proteção ao seu território, no qual se percebe o avanço rápido da fronteira agrícola, de roubo de madeira e de grilagem de terra. A terra do Índio do Buraco – do povo Tanaru - depois de 12 anos de encontro e localização, apenas em 2006 foi interditada.

Crianças Awá Guajá – *Foto: Navarro/Arquivo Cimi*

TOCANTINS

13) As terras indígenas do povo isolado Cara Preta, no município Lagoa da Confusão, Tocantins, são constantemente afetadas por grandes incêndios, provocados por fazendeiros no período de julho a novembro. Vaqueiros e pescadores armados circulam próximo da área. Há o projeto de construção da BR 242, que passaria próximo da área onde vivem os índios isolados.

MARANHÃO

14) No estado do Maranhão, a situação vivida pelo povo Awá-Guajá na terra indígena. Araribóia também é de extrema gravidade. Há informações de que pelo menos três grupos com cerca de 20 pessoas cada vivem sem contato dentro daquela área. Esses grupos estão constantemente fugindo da invasão madeireira, refugiando-se nas pequenas manchas de mata que ainda existem. Em setembro de 2007, os Guajajara da aldeia Lagoa Comprida, apreenderam um caminhão madeireiro que transitava dentro de sua terra. Neste caminhão foram encontrados uma tipóia, uma cabaça e um arco e flecha que foram identificados como de uso dos Awá. Não se sabe como e nem em que circunstâncias eles foram retirados dos indígenas. No mês seguinte, um grupo de 15 pessoas, arregimentadas pelo madeireiro dono do caminhão, invadiu a aldeia Lagoa Comprida para recuperar o veículo. Na ação, os invasores mataram o senhor Tomé Guajajara. Quando fugiram, os invasores atearam fogo na mata onde vivem os Awá. Desde então, não se teve mais notícias da presença desses índios. A situação é de extrema gravidade porque os Awá, como povo isolado, vivem exclusivamente dos recursos naturais presentes na área, e com o fogo, as poucas fontes de água que restavam secaram e as caças morreram queimadas ou asfixiadas. Essa situação vivida pelos Awá da terra Araribóia se repete com os Awá que vivem sem contato em outras três terras indígenas no Maranhão: Caru, Alto Turiaçu e Awá.

RELAÇÃO DOS POVOS ISOLADOS AMEAÇADOS DE EXTINÇÃO

AC

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do rio Chandless
MUNICÍPIO: Manoel Urbano e Santa Rosa
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do rio Envira
MUNICÍPIO: Feijó e Santa Rosa do Purus
SITUAÇÃO DA TERRA: interditada

AM

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do Igarapé Jacareúba/Katauxi
MUNICÍPIO: Lábrea/Canutama
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do Alto rio Marmelos
MUNICÍPIO: Humaitá e Manicoré
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do Kurekete
MUNICÍPIO: Lábrea
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

REFERÊNCIA/POVO: Katawixi
SITUAÇÃO DA TERRA: a ser interditada

AM/MT

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do Bararati
MUNICÍPIO: Apui, AM e Cotriguaçu no MT.
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do Rio Pardo.
MUNICÍPIO: Apui e Colniza
SITUAÇÃO DA TERRA: Terra Interditada - Portaria da Funai 521/05

MA

REFERÊNCIA/POVO: Awá Guajá
MUNICÍPIO: Zé Doca, Bom Jardim, Carutapera
SITUAÇÃO DA TERRA: Presença nas Terras Indígenas Awá – Homologada; Caru – registrada; Arariboia – registrada; e Alto Turiaçu - registrada.

MT

REFERÊNCIA/POVO: Isolados rio Moreru/Pacutinga
MUNICÍPIO: Cotriguaçu
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

REFERÊNCIA/POVO: Isolados Piripkura
MUNICÍPIO: Colniza
SITUAÇÃO DA TERRA: A identificar

REFERÊNCIA/POVO: Isolados chamados "Baixinhos"
MUNICÍPIO: Aripuanã
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

RO

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do rio Tanaru – índios do buraco
MUNICÍPIO: Chupinguaia
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

REFERÊNCIA/POVO: Isolados Jururei
MUNICÍPIO: Alvorada do Oeste
SITUAÇÃO DA TERRA: Terra Interditada pela Funai

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do rio Novo e Cachoeira do rio Pacaa Nova
MUNICÍPIO: Guajará Mirim
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do rio Mutum - Uevae
MUNICÍPIO: Nova Mamoré e Porto Velho
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do rio Formoso e Jaci - Paraná
MUNICÍPIO: Nova Mamoré, Buriti e Campo Novo.
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do rio Candeias
MUNICÍPIO: Porto Velho
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

RO/AM

REFERÊNCIA/POVO: Isolados do Igarapé Karipuninha
MUNICÍPIO: Porto Velho e Lábrea
SITUAÇÃO DA TERRA: Sem providência

TO

POVO: Cara Preta
MUNICÍPIO: Lagoa da Confusão
Situação: sem providência

RELAÇÃO DE POVOS INDÍGENAS DE CONTATO RECENTE AMEAÇADOS DE EXTINÇÃO

AM

POVO: Juma
MUNICÍPIO: Canutama
SITUAÇÃO DA TERRA INDÍGENA: A Terra Indígena Juma foi homologada pelo Decreto s/nº em 19/04/2005 com 38.351 hectares.

POVO: Suruaha
MUNICÍPIO: Tapauá
SITUAÇÃO DA TERRA INDÍGENA: A Terra Indígena Zuruahã foi registrada em 1996 no SPU com 239.070 hectares

GO

POVO: Avá - Guajá
MUNICÍPIO: Colinas do Sul e Minaçu
SITUAÇÃO DA TERRA INDÍGENA: A Terra Indígena Avá – Canoeiro foi declarada em 02/10/1996, através da Portaria nº. 598 com uma superfície de 38 mil hectares.

PA

POVO: Ugorogmo (Arara)
MUNICÍPIO: Altamira, Uruará e Ruropolis.
SITUAÇÃO DA TERRA INDÍGENA: A Terra Indígena Cachoeira Seca foi declarada através da Portaria do Ministério da Justiça nº 26, em 22/01/1993 com 760 mil hectares, uma redução de sua superfície de cerca de 35% do território tradicional. Por conta de decisões do Superior Tribunal de Justiça – STJ em dois Mandados de Segurança (MS 4819 e 4821) a presidência da Funai constituiu um Grupo Técnico para fazer estudos complementares, novo levantamento fundiário e um relatório ambiental. O procedimento administrativo está parado na Funai desde dezembro de 2005.

RO

POVO: Canoé e Akunsu
MUNICÍPIO: Corumbiara, Chupinguaia e Colorado do Oeste.
SITUAÇÃO DA TERRA INDÍGENA: A Terra Indígena Rio Omerê foi homologada, pelo Decreto s/nº em 19/04/2005 com 26.177 hectares. A área foi delimitada em 2002 com uma redução do seu território tradicional.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

APOIO

ADVENIAT

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314
CEP 70.393-902 - Brasília-DF
Tel: (61) 2106-1650 – Fax: (61) 2106-1651
www.cimi.org.br